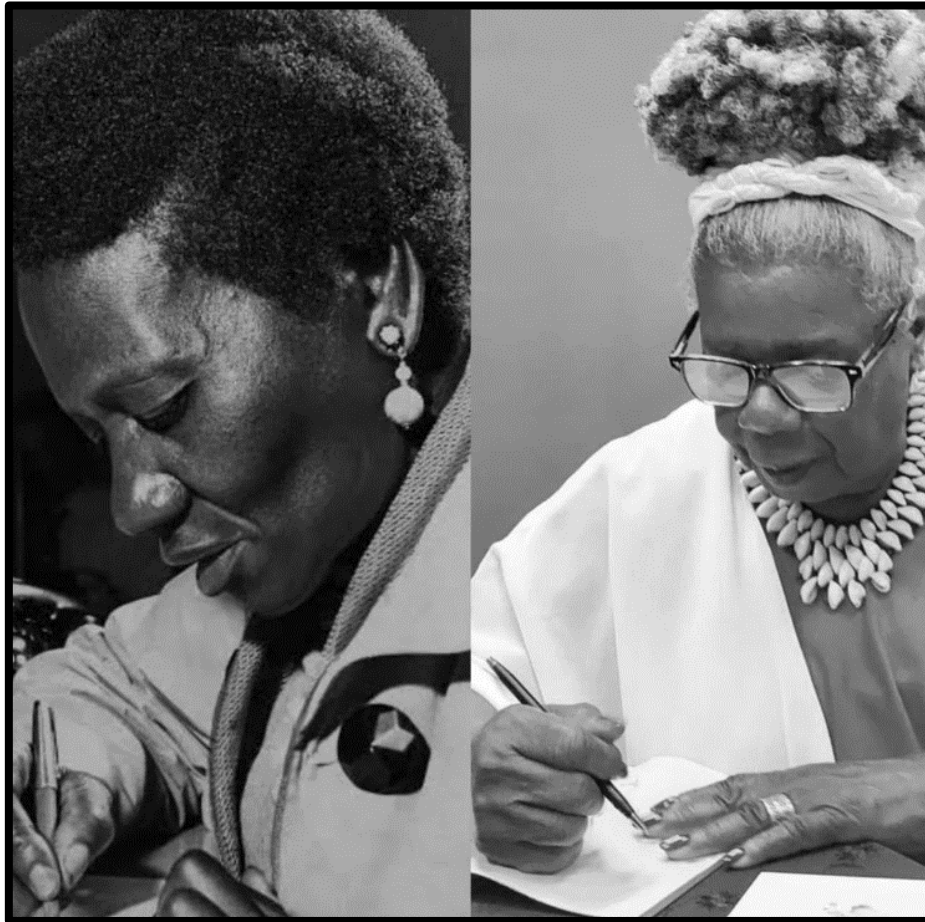


**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

LAIR MIGUEL DA SILVA



**EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA: O DESPERTAR DE UMA EPISTEMOLOGIA
ANTIRRACISTA E ANTIMACHISTA NA LITERATURA DE CAROLINA
MARIA DE JESUS E CONCEIÇÃO EVARISTO**

UBERLÂNDIA / MG

2024

LAIR MIGUEL DA SILVA

**EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA: O DESPERTAR DE UMA EPISTEMOLOGIA
ANTIRRACISTA E ANTIMACHISTA NA LITERATURA DE CAROLINA
MARIA DE JESUS E CONCEIÇÃO EVARISTO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção de título de Doutora em Geografia.

Área de concentração: dinâmicas territoriais e estudos ambientais.

Linha de pesquisa: Educação Geográfica e Representações Sociais

Orientador: Prof. Dr. Tulio Barbosa

Uberlândia / MG

2024

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S586
2024

Silva, Lair Miguel da, 1979-
Educação geográfica: o despertar de uma epistemologia
antirracista e antimachista na literatura de Carolina
Maria de Jesus e Conceição Evaristo [recurso eletrônico]
/ Lair Miguel da Silva. - 2024.

Orientador: Tulio Barbosa.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Pós-graduação em Geografia.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2024.438>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Geografia. I. Barbosa, Tulio, 1979-, (Orient.). II.
Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em
Geografia. III. Título.

CDU: 910.1

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, Sala 1H35 - Bairro Santa Monica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: (34) 3239-4381/3291-6304 - www.ppgeo.ig.ufu.br - posgeo@ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	GEOGRAFIA				
Defesa de:	Tese de Doutorado Acadêmico, Número 268 , PPGGEO				
Data:	28 de maio de 2024	Hora de início:	14h:00min.	Hora de encerramento:	18h:00min.
Matrícula do Discente:	12013GEO014				
Nome do Discente:	LAIR MIGUEL DA SILVA				
Título do Trabalho:	EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA: O DESPERTAR DE UMA EPSTEMOLOGIA ANTIRRACISTA E ANTIMACHISTA NA LITERATURA DE CAROLINA MARIA DE JESUS E CONCEIÇÃO EVARISTO				
Área de concentração:	DINÂMICAS TERRITORIAIS E ESTUDOS AMBIENTAIS				
Linha de pesquisa:	EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS				
Projeto de Pesquisa de vinculação:					

Reuniu-se no Campus Santa Mônica Sala 14 (Online - conferenciaweb.rnp.br) do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em **GEOGRAFIA**, assim composta: Professores Doutores: **Patrícia Maria de Jesus - ABC - SP**; **Sílvia Fernanda Cantóia - UFMT-MT**; **Angela Fagna Gomes de Souza IG - UFU**; **Adriany de Ávila Melo Sampaio - IG - UFU** e **Tulio Barbosa - IG-UFU** (orientador do(a) candidato). Os membros participaram de forma remota.

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, **Professor Tulio Barbosa - IG-UFU**, apresentou a Comissão Examinadora e o(a) candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovada.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de **Doutora**.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Tulio Barbosa, Presidente**, em 03/06/2024, às 09:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriany de Avila Melo Sampaio, Professor(a) do Magistério Superior**, em 04/06/2024, às 09:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Angela Fagna Gomes de Souza, Professor(a) do Magistério Superior**, em 04/06/2024, às 10:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sílvia Fernanda Cantóia, Usuário Externo**, em 04/06/2024, às 10:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Patricia Maria de Jesus, Usuário Externo**, em 19/06/2024, às 10:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5354117** e o código CRC **930448F8**.

Arquivo do jornal O Estado de S. Paulo
Aparecida Paulista



Carolina Maria de
Jesus e sua filha
Vera Eunice.

Carolina Maria de Jesus ainda vive

Ontem eu vi Carolina Maria de Jesus, sim eu a vi.
Ela estava na cidade de Araguari
juntamente com sua filha Vera Eunice,
recolhendo materiais recicláveis para vender e sobreviver.

A Vera Eunice estava sentada no passeio do outro lado da rua,
olhei para ela e ela sorriu para mim.
Aproximei da Carolina e perguntei se ela aceitava
um agradinho para Vera,
ela aceitou e agradeceu, parece que ficou feliz.
Não puxei assunto com ela, bem que gostaria,
mas se perco o ônibus, chego atrasada
no trabalho.
Além da minha pressa, não quis incomodar a Carolina, ora...ora...
ela também precisa trabalhar.

Prossegui meu caminho pensando na Carolina e na Vera, de repente
assustei.
Como assim? A Carolina Maria de Jesus faleceu há muito tempo,
E a Vera Eunice não é mais uma criança, hoje ela é uma senhora.
Seria um sonho, uma visão...
Não é sonho, nem visão.
É a amarga realidade da mulher negra que se repete
em tempos e espaços diferentes.

Lair Miguel – Abril 2022

*Percebi que pessoas como eu, meninas com pele cor de chocolate, cujo cabelo crespo não formava um rabo de cavalo podiam existir na literatura . Comecei, então, a escrever sobre coisas que eu reconhecia.
(Chimamanda Ngozi Adichie)*

À minha mãe e à minha irmã Luciana (in memoriam), mulheres mais importantes da minha vida.

À Aninha minha irmã, à Ana Carolina, sobrinha neta e à todas as sobrinhas e sobrinhos.

À minha amiga Madalena.

À todas e todos que lutam contra o sistema opressor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me amparado nas horas mais tristes e amargas que vivi durante o doutorado.

Agradeço à minha família e as colegas de trabalho.

Agradeço ao meu orientador Tulio Barbosa, **grande amigo, excelente mestre.**

Agradeço ao professor Aires José Pereira, pelas contribuições na qualificação, e as professoras Patrícia Maria de Jesus, Sílvia Fernanda Cantóia e Angela Fagna Gomes da Silva, pelas contribuições na defesa final.

Agradeço também imensamente à professora Adriany de Ávila Melo Sampaio, pelas contribuições na defesa do projeto, na qualificação e na defesa final. Grande amiga que sempre me incentivou e principalmente me apoiou a trilhar pelos caminhos da pesquisa acadêmica.

Agradeço ao professor Mirlei Fachini, assim também, como outros e outras professoras do Instituto de Geografia, que desde a graduação vem me ensinando a olhar o mundo de uma forma diferente.

Meus agradecimentos são também para os milhões de brasileiros e brasileiras, que por meio dos seus impostos pagam para que eu estude em uma universidade pública.

Enfim, a todos e todas que de alguma forma me ajudaram para que esse trabalho pudesse ser realizado... **Muito obrigada!**



Na defesa do meu projeto a senhora disse que gostaria de participar da defesa da minha tese, mas que provavelmente não estaria mais no Instituto porque iria se aposentar. Pensei comigo, mesmo que a professora Marlene já tiver se aposentado eu irei convidá-la para defesa. Porém, o tempo não permitiu...

A senhora, bem como, seus ensinamentos, atributos e exemplos de coragem e determinação, estarão para sempre vivos em nossas memórias e corações.

Gratidão pelas contribuições geográficas,

Gratidão por todas as contribuições.

Gratidão sempre!

Professora doutora Marlene de Muno Colesanti – **PRESENTE.**

RESUMO

A presente tese parte da urgência em conceber uma outra epistemologia geográfica capaz de confrontar o sistema opressor operante, no que concerne principalmente as opressões oriundas do racismo e do machismo, por meio da literatura de duas escritoras negras: Carolina Maria de Jesus (1914-1977) e Conceição Evaristo (1946-). Esta tese tem como fundamento o fato de vivermos em uma sociedade capitalista que tem como pilares estruturantes formas de opressões como o racismo e o machismo, gerando assim negação de direitos e a promoção constante de violências. Neste sentido, essa opressão é estruturada em todas as instituições nacionais, com destaque para a escola e a promoção de uma educação centrada para manutenção dessa realidade, uma educação colonizadora sempre em curso. Diante dessa conjuntura temos que a relevância deste trabalho consiste em apresentar uma epistemologia antirracista e antimachista principalmente no âmbito estrutural com o objetivo, sobretudo, de contribuir para uma educação geográfica anticolonial. Uma vez que, tanto a luta antirracista quanto a antimachista nessa tese são elementos extremamente importantes como encaminhamentos para se cogitar uma revolução na sociedade capitalista, porque estas lutas estão vinculadas a um projeto maior que visa o fim da opressão e da exploração dos indivíduos na sociedade capitalista. Assim, por meio dessa tese evidenciamos que é fundamental buscar cada vez mais conhecimentos estratégicos que venham culminar na queda de propósitos fascistas e coloniais na sociedade. Além disso, acreditamos que de modo mais particular, esse estudo também contribuirá tanto para docentes como para discentes se encorajarem a realizarem um “desbridamento”, ou seja, procurar limpar e tratar suas próprias “feridas” causadas por situações racistas e machistas que lhes vieram ferir. Tornando assim, as cicatrizes motivo de resistência e luta e não fontes de desânimo e dor. Ao analisarmos a literatura das escritoras Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo, pudemos observar que a mesma contribui significativamente não apenas para apontar as aflições desigualdades e contradições presentes na sociedade, mas também para encorajar as pessoas oprimidas a lutarem por seu direitos e seguirem rumo a Revolução anticolonial.

Palavras-chave: Educação Geográfica; Racismo; Machismo; Literatura

ABSTRACT

This thesis is founded on the urgent need of conceiving another geographical epistemology capable of confronting the current oppressive system, mainly concerning racism and machismo, through the literature of two black women writers: Carolina Maria de Jesus (1914-1977) and Conceição Evaristo (1946-). The sense of urgency in this discussion lies in the fact that we live in a capitalist society consisted of structural pillars of oppression, generating a denial of rights and constantly inflicting violence. This oppression is structured in all national institutions, with emphasis on schools and thus, the promotion of an education focused on perpetuating this reality, a colonizing education that is always underway. Given this situation, the relevance of this work is to present an anti-racist and anti-machismo epistemology, particularly in the structural scope, aiming at contributing to an anti-colonial geographical education. Both the anti-racist and anti-machismo struggles are fundamental elements as steps to consider a revolution in capitalist society because they are linked to a larger project whose goal is to end the oppression and the exploitation of individuals. Therefore, this thesis shows that it is essential to eagerly seek strategic knowledge that will culminate in the downfall of fascist and of colonial purposes in society. In a more specific way, we believe that it will also help teachers and students to encourage themselves to the process of "debridement", that is, to try to treat and heal their own "wounds" caused by racist and sexist situations which have hurt them. In this way, the scars become a reason for resistance and struggles and not a source of discouragement and pain. By analysing the literature of Carolina Maria de Jesus and Conceição Evaristo, we were able to observe that it makes a significant contribution not only to pointing out the afflictions, inequalities and contradictions ingrained in society, but also to encouraging oppressed people to fight for their rights and move towards an anti-colonial revolution.

Keywords: Geographical education; Racism; Machismo; Literature

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Livros analisados	21
Quadro 2 – Dimensões do machismo	54
Quadro 3 – O voto feminino no Brasil	70
Quadro 4 – Representações das mulheres negra e branca	77
Quadro 5 – Eduardo Paes e a desumanização da mulher negra	80
Quadro 6 – Indústria do Aborto	94
Quadro 7 – As escolas funcionam	102
Quadro 8 – Coma Colonial – Gustavo Caboco	133
Quadro 9 – Posse de Conceição Evaristo na Academia Mineira de Letras	144
Quadro 10 – Escolas literárias brasileiras	146
Quadro 11 – Poema “Vozes – mulheres”	183
Quadro 12 – Fragmento A (Diário de Bitita)	186
Quadro 13 – Conto “Maria”	190
Quadro 14 – Fragmento B (Quarto de despejo: diário de uma favelada)	195
Quadro 15 – Poema “Pão”	197
Quadro 16 – Fragmento C (Quarto de despejo: diário de uma favelada)	199
Quadro 17 – “Poema de Natal”	202
Quadro 18 – Fragmento D (Quarto de despejo: diário de uma favelada)	204
Quadro 19 – Conto “Olhos d’água	208
Quadro 20 – Fragmento E (Diário de Bitita)	214
Quadro 21 – Fragmento F (Quarto de despejo: diário de uma favelada	216
Quadro 22 – Fragmento G (Casa de Alvenaria volume 1 Osasco)	218
Quadro 23 – Fragmento H (Diário de Bitita)	221
Quadro 24 – Poema “Certidão de óbito”	223
Quadro 25 – Poema “Brincadeiras”	225
Quadro 26 – “Uma mulher negra no poder incomoda muita gente”	236
Quadro 27 – Conto “Natalina Soledad”	238
Quadro 28 – Fragmento I (Diário de Bitita)	245
Quadro 29 – Fragmento J (Diário de Bitita)	247
Quadro 30 – Conto “Lia Gabriel”	248
Quadro 31 – Fragmento L (Quarto de despejo: diário de uma favelada)	255
Quadro 32 – Fragmento M (Quarto de despejo: diário de uma favelada)	260
Quadro 33 – Conto “Aramides Florência	263
Quadro 34 Conto “A menina e a pipa – borboleta”	269

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Propaganda racista	33
Figura 2 – A redenção de Cam	35
Figura 3 – O núcleo duro do machismo	52
Figura 4 – Charge sobre aborto	89
Figura 5 – Cruz e Souza	154
Figura 6 – Anúncio racista sobre trabalho	188
Figura 7 - Notícia sobre ocorrência de feminicídio	257
Figura 8 – Notícia sobre ocorrência de estupro	272

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Lélia Gonzalez.....	85
Imagem 2 – Enedina Alves.....	108
Imagem 3 – Escritoras Clarice Lispector e Carolina Maria de Jesus	114
Imagem 4 – Milton Santos	122
Imagem 5 – Conceição Evaristo (Prêmio Juca Pato)	125
Imagem 6 – Clarice Lispector	164
Imagem 7 – Eliane Potiguara	165
Imagem 8 – Stella do Patrocínio	169
Imagem 9 – Conceição Evaristo (1973).....	177
Imagem 10 – Conceição Evaristo e Oswaldo Brito.....	178
Imagem 11 – Conceição Evaristo grávida de Ainá (1980).....	178
Imagem 12 – Laudelina Campos Mello	185
Imagem 13 – Moradores pegam ossos descartados em açougue para alimentar filhos	205
Imagem 14 – Homem negro espancado e morto por dois homens brancos	220
Imagem 15 – Escola militar barra aluna por causa do seu cabelo crespo	230
Imagem 16 – Beatriz Nascimento	258

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Pessoas de 14 anos ou mais de idade, por cor ou raça e nível de instrução	110
Gráfico 2 – Pessoas de 14 a 29 anos, por cor ou raça e o principal motivo de ter deixado ou nunca ter frequentado escola - 2020	232
Gráfico 3 – Dados registrados termômetro na parte interna da casa 1	276
Gráfico 4 – Dados registrados termômetro na parte interna da casa 2	277
Gráfico 5 – Dados registrados termômetro na parte interna da casa 3	278

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Pessoa em situação de rua em Araguari MG	118
Fotografia 2 – Dramatização: Carolina Maria de Jesus.....	280
Fotografia 3 – Explicação sobre o apartheid sul africano	281
Fotografia 4 – 1º Momento dramatização: A escravizada Joana.....	282
Fotografia 5 – 2º Momento dramatização: A escravizada Joana.....	283
Fotografia 6 – Livro infanto juvenil sobre a história da Carolina	285

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1. RACISMO E MACHISMO NA SOCIEDADE BRASILEIRA.....	28
1.1 Uma mancha indelével na sociedade brasileira.....	28
1.2 Outra mancha na sociedade brasileira.....	51
2. MOVIMENTO FEMINISTA CONTRA O RACISMO E O MACHISMO.....	62
2.1 Movimento feminista.....	61
2.2 Movimento feminista negro intersecção de gênero e raça.....	73
2.3 Aborto: uma discussão polêmica e necessária.....	86
3. O CAPITALISMO E OS VALORES RACISTAS E MACHISTAS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR.....	100
3.1 Educação para emancipação ou dominação.....	101
3.2 Educação geográfica anticolonial.....	117
4 A LITERATURA BRASILEIRA E A EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA.....	136
4.1 Literatura e sociedade.....	137
4.2 Breve histórico da literatura brasileira.....	143
4.3 Mulheres, pessoas negras e a literatura brasileira.....	155
5. ANÁLISES LITERÁRIAS E REFLEXÕES GEOGRÁFICAS NAS LUTAS ANTIRRACISTA E ANTIMACHISTA.....	171
5.1 Minha vida minha cor num espaço opressor.....	180
5.2 Reconhecendo o machismo na sociedade por meio da literatura.....	234
5.3 Educação geográfica anticolonial e literatura na sala de aula.....	275
PARA CONCLUIRMOS E MUDARMOS O MUNDO.....	287
REFERÊNCIAS.....	292

INTRODUÇÃO

Essa é uma tese construída por uma escritora...

Foi na década de 1980, sim, foi nessa época, que uma menina negra e serelepe começou a contar casos, histórias do seu cotidiano, algumas reais, outras meros frutos da fértil imaginação de criança. Contava casos para as pessoas da família, e, quando todos já estavam cansados de ouvi-la, então contava casos para suas bonecas, que nunca se cansavam sendo suas fiéis interlocutoras. Além das bonecas havia também as amigas imaginárias, com as quais a menina também conversava, destas últimas havia duas que eram maltratadas por seus maridos, o nome de uma era Lilona e da outra era Sepulcra. Porque a menina se aventurava em ficar comentando casos comuns ao universo adulto, como relacionamento abusivo, ou porque ela foi escolher logo o nome Sepulcra para a amiga imaginária, acredito que nem ela mesma sabe dizer, talvez seja devido algumas desavenças que ela presenciava.

Mas, o certo é que o tempo passava e a menina continuava com seus casos. Quando aprendeu ler e escrever passou a expressar os casos não apenas na forma oral, mas, também na escrita. Ficou muito feliz quando a professora de literatura do Ensino Fundamental solicitou aos alunos que escrevessem um livro. A menina escreveu algumas histórias para compor o seu livro, e teve uma destas que encantou a professora.

Todavia, a abordagem que a professora fez à menina foi um pouco estranha; quando entregava os livros escritos pela turma, dirigiu-se à menina e perguntou de onde ela havia copiado aquela história, a menina lhe respondeu que a história não havia sido copiada e sim inventada por ela com a ajuda da mãe. Então a professora perguntou se sua mãe era professora, e a menina respondeu que não, a mãe era lavadeira de roupas. A professora balançou a cabeça negativamente, meio que duvidando.

A menina ficou sem entender a reação da professora, por que ela e a mãe não seriam capazes de escrever uma história? Será que o problema era porque as duas eram negras? Ou eram pobres? Ou as duas coisas juntas? Em casa a menina ainda perguntou se a mãe tinha visto aquela história em algum lugar e a mãe lhe disse que não, a história havia surgido justamente naquele momento em que lhe ajudava fazer a tarefa da escola. Talvez a dúvida da professora em relação a autoria da história inventada pela menina e sua mãe, tenha se fundamentado no menosprezo à tríade: mulher, negra e pobre, em uma sociedade marcada pelo machismo, racismo e a divisão de classes.

Mesmo sem entender muito bem o que havia acontecido a menina ficou agradecida à professora pela oportunidade que teve de poder escrever histórias, porém

devido a reação de dúvida lançada pela professora, por muito tempo considerou que seria realmente uma loucura que uma menina negra e pobre pudesse ficar escrevendo histórias, ficou com medo, ocultando sua vontade de escrever. Só depois de muito tempo que a menina, já adulta cursando a faculdade, foi capaz de compreender que ao contrário do que nos tem tentado inculcar, a mulher negra tem a capacidade de desenvolver tarefas extremamente complexas e, sobretudo, intelectuais, inclusive a de descrever e interpretar a sociedade cientificamente, não de forma fria e vazia, mas carregada de significados e sentimentos, seja de tristeza, dor, ódio, opressão, ou de alegria, alento, perdão, amor, esperança e liberdade, de forma histórica, especializada e humanizada, mostrando as contradições presentes na mesma.

Resolvi iniciar a narrativa deste trabalho com a leitura de parte do meu mundo infantil, para demonstrar minha relação com a literatura e também apresentar meu lugar de fala: mulher, negra, trabalhadora, escritora e intelectual. Essa leitura de mundo, sob inspiração de Paulo Freire (1989), tem me levado a compreender a importância da literatura, sobretudo, no que diz respeito ao modo de organização espacial e social no capitalismo contemporâneo que tem como um de seus pilares estruturantes o racismo e o machismo produzidos historicamente.

E, embora, saibamos que o racismo e o machismo são anteriores ao capitalismo, não podemos negligenciar que há uma certa apropriação desses dois elementos por parte de atores hegemônicos com o intuito de segregar os indivíduos quanto a raça e ao gênero e, assim manter e “justificar” as desigualdades sociais e econômicas que são características marcantes e fundamentais nesse tipo de sociedade.

O racismo juntamente com o machismo em suas várias versões: individual, institucional e principalmente estrutural, são usados para inferiorizar pessoas negras e mulheres colocando dentro da normalidade por exemplo: os baixos salários pagos à mulheres ou à pessoas negras. O lugar social ou espacial ocupado por mulheres ou pessoas negras também constitui alvo do racismo e do machismo. Mesmo com alguns avanços que tivemos nos últimos tempos ainda é baixíssimo o número de mulheres e negras/os que ocupam cargos políticos ou cargos de lideranças em empresas e instituições, assim, se estrutura uma organização política oriunda das premissas racistas do branco originalmente europeu com projeto permanente de opressão e acumulação ampliada do capitalismo.

E conforme muito bem nos lembra Ângela Davis, (2016) as mulheres negras são exploradas como negras, como mulheres e também como trabalhadoras. Assim, as

profissões, bem como os lugares destinados a elas, são os piores possíveis. Essa inferiorização pode ser vista de forma bem evidente nas mais diversas instituições. Quando a mulher negra assume um cargo político, ou cargo de destaque ou de liderança em instituições como igrejas, grandes empresas, universidades, é comum sofrer ataques racistas e machistas.

Quanto a organização espacial na sociedade capitalista podemos dizer que os lugares de riscos sujeitos a inundações, deslizamentos e outros perigos são destinados em grande medida à pessoas negras para a construção de suas moradias. E apesar desses lugares serem ocupados também por pessoas brancas, temos que admitir que em muitos casos o negro “saiu da senzala” e foi obrigado a ir para favela, isto por ter seus direitos como cidadão negados, inclusive direito à escola.

Carolina Maria de Jesus que o diga.

Todavia, o processo de favelização, o desemprego, a miséria, a ausência de políticas públicas que atendam a maioria da população na qual os negros/as estão inseridos/as, não é falta de planejamento, isto ocorre justamente devido à presença de um planejamento diríamos estratégico para manter o projeto de sociedade desejável para a classe dominante assegurando assim seus privilégios imorredouros.

Esse projeto de sociedade desumano e opressor consegue se manter principalmente por meio de ações desenvolvidas nas instituições, que estando a serviço de atores hegemônicos, procuram incutir a ideologia dominante nos sujeitos. Estamos nos referindo aqui a concepção de ideologia como instrumento de dominação apresentada numa leitura marxista pela professora Marilena Chauí:

A ideologia nunca pode explicitar a sua própria origem, pois, se o fizesse faria vir à tona a divisão social em classes, e perderia, assim, sua razão social de ser, que é a de dar explicações racionais e universais que devem esconder as diferenças e as particularidades reais, ou seja, nascida por causa da luta de classes e nascida da luta de classes, a ideologia é um corpo teórico (religioso, filosófico ou científico) que não pode pensar realmente a luta de classes que lhe deu origem. (CHAUÍ, 2008 p. 110).

Juntamente com essa ideologia vão sendo construídas concepções errôneas sobre os papéis a serem desempenhados por brancos e negros, homens e mulheres na sociedade. Profissões pouco valorizadas e por isso mal remuneradas geralmente são destinadas às pessoas negras e às mulheres. Não queremos dizer que deve haver uma inversão de lugares na qual as pessoas negras e as mulheres passarão a ser mais bem remuneradas que pessoas brancas e homens; o que estamos dizendo é que a naturalização

da inferioridade tanto das pessoas negras quanto das mulheres que as levam a ter desvantagens, devem ser questionada no sentido de valorizar o trabalho dessas pessoas. Visto que, essa desvalorização profissional não é natural, muito pelo contrário, são estratégias racistas e machistas utilizadas por atores hegemônicos para garantir a dominação, a opressão e a exploração na sociedade capitalista.

Além dessa desigualdade no mercado de trabalho que inferioriza a mulher, há também na sociedade capitalista uma tendência a subordiná-la. A mulher é vista como um ser que deve ser submisso como construção de um projeto permanente de produção e reprodução das condições capitalistas. Tanto no lar quanto no trabalho se essa submissão foge do controle masculino as consequência tem sido graves e vão desde agressões emocionais, verbais, físicas, até infelizmente atingir o ápice da violência - o feminicídio.

Diante dessa conjuntura temos que a relevância deste trabalho consiste em apresentar uma epistemologia antirracista e antimachista principalmente no âmbito estrutural com o objetivo, sobretudo, de contribuir para uma educação geográfica anticolonial. Uma vez que, **tanto a luta antirracista quanto a antimachista na nossa concepção são elementos extremamente importantes como encaminhamentos para se cogitar uma revolução na sociedade capitalista.** Isto porque estas lutas estão vinculadas a um projeto maior que visa, sobretudo, o fim da opressão e da exploração dos indivíduos na sociedade.

Apesar de parecer algo utópico, no sentido de impossível ou improvável, justamente por assumir posições que vão na contramão do modo de produção vigente, acreditamos que essa possibilidade não deve ser descartada, pelo contrário, deve-se buscar cada vez mais conhecimentos estratégicos que venham culminar na queda de propósitos fascistas e coloniais na sociedade. Além disso, acreditamos que de modo mais particular, esse estudo também contribuirá tanto para docentes como para discentes se encorajarem a realizarem um “desbridamento”, ou seja, procurar limpar e tratar suas próprias “feridas” causadas por situações racistas e machistas que lhes vieram ferir. Tornando assim, as cicatrizes motivo de resistência e luta e não fontes de desânimo e dor.

Diante disso, temos a seguinte problemática como contribuição decisiva para nossa tese: quais as contribuições da literatura de Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo - escritoras negras - na construção de uma epistemologia antirracista e antimachista para a educação geográfica?

Desse modo, nosso objetivo geral consistiu em apresentar contribuições literárias das escritoras Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo na construção de

uma epistemologia antirracista e antimachista para a educação geográfica. Nossos objetivos específicos consistiram em: mostrar o racismo e o machismo presente na sociedade, na escola e na Geografia; discutir sobre a importância da literatura nos estudos geográficos; analisar geograficamente obras literárias de Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo sob uma perspectiva antirracista, antimachista e anticolonial.

Tivemos como hipótese que a literatura das escritoras Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo poderiam contribuir significativamente na construção de uma epistemologia antirracista e antimachista para uma educação geográfica anticolonial.

Caminho metodológico

Entendemos como metodologia o caminho a ser percorrido no desenvolvimento da pesquisa, bem como os procedimentos técnicos que serão realizados a fim de se alcançar os objetivos. Na tese objetivamos apresentar as contribuições da literatura das escritoras Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo na construção de uma epistemologia antirracista e antimachista para uma educação geográfica anticolonial, selecionamos seis obras literárias analisadas: **Diário de Bitita; Quarto de despejo: diário de uma favelada e Casa de alvenaria** da escritora Carolina Maria de Jesus, as três obras tem formato de diário, com narrações do cotidiano da escritora. **Poemas da recordação e outros movimentos; Olhos d'água e Insubmissas lágrimas de mulheres** da escritora Conceição Evaristo, a primeira obra é composta por poemas e as duas últimas por contos.

Nas obras literárias de Carolina fizemos a partir da leitura geral, uma análise específica de determinados fragmentos selecionados das obras. Quanto as obras literárias de Conceição selecionamos seis poemas e cinco contos, dois da obra Olhos d'água e três da obra Insubmissas lágrimas de mulheres.

Para o desenvolvimento da pesquisa, optamos por utilizar a metodologia qualitativa. Essa abordagem foi adotada justamente por ser a mais apropriada para se alcançar o objetivo proposto. A pesquisa qualitativa tem sua base na Antropologia e na Sociologia, entretanto nos últimos tempos tem se expandido para outras áreas do conhecimento entre as quais a Educação, a Geografia, a Psicologia e a Administração. Conforme Matos e Pessôa,

Os estudos da pesquisa qualitativa se diferem da quantitativa em razão das questões teórico-metodológicas. Enquanto a pesquisa quantitativa procura estabelecer e seguir um plano elaborado com rigidez, os estudos qualitativos costumam ser direcionados ao longo do seu desenvolvimento. Por ser uma

pesquisa concebida, principalmente, numa perspectiva compreensiva, a coleta de dados é baseada em métodos que não implicam quantificação e, sim, a interpretação do fenômeno estudado. (MATOS; PESSÔA, 2009 p. 279-280).

Quadro 1 – Livros analisados



Fonte: Capa das obras literárias. Organizado pela autora

A pesquisa qualitativa está voltada para a interpretação e não para a quantificação dos dados. Na obra “Quarto de despejo”, por exemplo, a palavra fome é apresentada inúmeras vezes. Apesar de não termos quantificado essa palavra, podemos

dizer que a constante frequência da mesma na obra, acaba por produzir um determinado significado. Ou seja, quando analisada a partir do contexto no qual foi produzida podemos perceber uma situação crônica de extrema pobreza, que juntamente com outros indicadores e com base em dados geográficos e históricos nos leva a compreender como as questões econômicas, raciais e de gênero afetam a vida dos indivíduos.

Por outro lado, quando analisamos o “Poema de Natal” da escritora Conceição Evaristo não encontramos a palavra fome nem uma vez. Entretanto, a partir de indicadores (“Na solidão do vazio prato”, “a boca vazia”...) podemos constatar que a escritora faz denúncia sobre uma fome que predomina durante o ano todo, mas que no entanto, é “vista” apenas no Natal. Além de denunciar essa situação a escritora ainda nos conchama a lutarmos por justiça social. Como bem sabemos a falta dessa justiça em nossa sociedade muitas vezes é naturalizada e justificada pelo machismo e principalmente pelo racismo que se encontra entranhado nas estruturas da nossa sociedade a fim de garantir estabilidade ao sistema opressor dominante.

Desse modo, como o nosso corpus analisado é constituído de poemas, contos, e diários, cada uma dessas modalidades receberam uma análise diferenciada em relação a alguns aspectos, a partir dos indicadores disponíveis. Assim, para atingirmos nosso objetivo recorreremos a algumas fases da análise literária proposta por Massaud Moisés (2014), juntamente com algumas etapas da Análise do Conteúdo proposta por Laurence Bardin (2020).

Massud Moisés nos explica sobre a importância de se ter uma análise literária bem conduzida.

[...] uma análise mal conduzida, ou distorcida, arrasta a conclusões inconvenientes ou deformadas. Quando se fala em análise, está-se se pensando necessariamente em leitura, não a leitura lúdica, de entretenimento, mas propriamente a leitura analítica, efetuada pelo leitor apetrechado o suficiente para extrair todos os elementos e relações que sustentam inferências seguras, plausíveis e convincentes. E assim retomamos o velho e fundamental princípio: a compreensão do texto literário depende, antes de tudo, da leitura, que há de ser repetida quantas vezes forem necessárias, feita com o máximo de atenção, atenção analítica, crítica, pausada, reflexiva, capaz de perceber os momentos em que o auxílio dos dicionários, não só de língua, como de outras áreas do saber, se faz indispensável ao entendimento das passagens menos evidentes ou das palavras e frases de sentido equívoco ou ignorado. (MOISÉS, 2014 p. 17-18)

Quanto a análise do Conteúdo Bardin conceitua a mesma da seguinte forma:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de

conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 2020).

Após realizarmos algumas adaptações relacionadas a Análise literária de Moisés (2014) e Análise do Conteúdo proposta por Bardin (2020) adotamos os seguintes procedimentos:

Primeiro - fizemos a leitura de contato, descontraída, lúdica, a fim de obter uma “impressão” ou “ideia” geral do texto. Esta leitura é imprescindível para as fases posteriores da tarefa analítica; mas já contém uma espécie de análise mental, ainda que parcial ou provisória, de todo modo útil para as fases seguintes, que levam à compreensão e interpretação do texto;

Segundo – Releituras, selecionando nas obras, os poemas, contos ou fragmentos a serem analisados, tendo como principal critério de escolha a temática abordada;

Terceiro - Descrição analítica do texto com apontamento de indicadores (palavras ou expressões) que estivessem relacionadas a determinado tema a ser abordado na pesquisa;

Quarto - Releituras tendo em vista examinar o índice conotativo e denotativo das palavras e expressões;

Quinto - Microanálise do texto, atentando-se para os detalhes, microestruturas do texto (personagens, tempo, lugar, ação ...). Macroanálise do texto com investigação dos conceitos, sentimentos e emoções que subjaz ao plano das microestruturas;

Sexto - Execução do processo inferencial a partir dos indicadores. De acordo com Bardin (2020) esse processo de dedução é comum na prática científica. Ela exemplifica citando que: “ O médico faz deduções sobre a saúde do seu cliente graças aos sintomas.” (BARDIN, 2020 p. 43);

Sétimo - Interpretação do texto considerando os elementos extrínsecos da obra (contexto em que se inscreve; relações do texto com a realidade social, a **Geografia**) .

Insta salientar que no processo de interpretação devido à natureza do nosso objetivo, consideramos pertinente nos atentarmos para a recomendação do poeta e professor Hermenegildo Bastos (1944 - 2020) nas quais ele nos ensina que:

[...] a escrita literária é já uma leitura da sociedade. Como tal, ela propõe uma interpretação do mundo, ela é já uma hermenêutica. Antes, portanto, de interpretarmos a obra, convém saber que ela é já, por si mesma, uma interpretação. Saber disso nos impede de impor à obra outra interpretação que sobreponha a primeira. **O trabalho do interprete, do hermeneuta ou crítico será tomar a obra como uma interpretação prévia de si mesma e de suas relações com o mundo.** (BASTOS, 2011 p. 17 <grifo nosso>).

Todavia a recomendação de Bastos (2011) não invalida a utilização das técnicas as quais usamos para provar nossa hipótese. Pelo contrário, essa recomendação contribui sobretudo para juntamente com as técnicas validar a hipótese, visto que, como bem nos ensina Bastos (2011), a obra literária, enquanto interpretação prévia visa encontrar os significados das aflições. Não lhe basta constatar a existência das aflições. Ela quer conhecer o porquê das aflições.

A relação da obra com o mundo tanto no tempo presente quanto no passado favorece o reconhecimento dos significados das aflições e contradições presentes na sociedade. Contribui também para cogitarmos uma organização espacial diferente da que está posta estruturada na exploração e opressão, ou seja, nos leva a uma reflexão para a construção de um futuro mais justo, equitativo e menos contraditório. Isso será possível por meio da **Revolução** que se move por meio do conhecimento anticolonial produzido pela classe trabalhadora, composta por pessoas oprimidas e exploradas, como as escritoras Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo.

Queremos também evidenciar que essa tese encontra-se estruturada em cinco capítulos. Os quatro primeiros capítulos são menores em relação a quantidade de conteúdo, porém, são de extrema importância para fundamentação e compreensão do último capítulo que é mais extenso e compreende a parte prática da pesquisa ou seja, a análise das obras literárias.

Desse modo no primeiro capítulo abordamos o racismo e o machismo presentes na sociedade brasileira. Cremos que para compreendermos como esses dois elementos se manifestam na educação e em particular na Geografia, temos que compreender primeiro como eles se manifestam na sociedade. É imprescindível observarmos o papel do Estado e demais atores envolvidos na disseminação tanto do racismo quanto do machismo, também é de extrema importância conhecermos os processos históricos. Uma vez que o racismo e o machismo presentes hoje em nossa sociedade não emergiram do “nada”, do “vazio”, muito pelo contrário, eles foram idealizados e instituídos na sociedade com uma finalidade básica: opressão e dominação, e se ainda permanecem depois de tanto tempo é porque têm desempenhado satisfatoriamente seus papéis, sobretudo, por meio da instituição escolar.

Ainda no primeiro capítulo fizemos questão de destacar conceitos de determinados termos, isto porque cremos que para combater tanto o racismo quanto o machismo é necessário saber o que são, para que são, quem os utiliza etc. abordamos o racismo e o machismo nas três esferas: individual, institucional e estrutural, justamente

para compreendermos que racismo e machismo em suas essências não estão vinculados apenas à pessoas ignorantes, que não tem conhecimento, mas sim, principalmente à pessoas responsáveis por projetar e colocar em prática um projeto de sociedade capaz de garantir privilégios a uma minoria por meio da dominação e exploração da maioria. É a partir dessa compreensão que vamos entender melhor por exemplo, o porquê da evasão escolar de muitos estudantes negros apresentadas nos capítulos três e cinco, ou também, a opressão machista nos lares que se dá na esfera individual, porém muitas vezes com respaldo legal, ou seja, com apoio do Estado.

Quando formos capazes de compreender que racismo e machismo não operam apenas na esfera individual, passaremos então a entender melhor a influência desses elementos na instituição escolar. Isso contribuirá significativamente para construirmos uma educação geográfica anticolonial, contra todas as formas de opressão, inclusive racista e machista. Uma educação preocupada sobretudo, em cortar o mal pela raiz!

No segundo capítulo abordamos o movimento feminista, o movimento feminista negro e a questão do aborto. Fizemos essa abordagem justamente por considerar de extrema relevância mostrar que existe uma luta proveniente do movimento feminista, contra a opressão e dominação machista. Essa luta conforme veremos não é contra os homens em si, mas sim, contra a opressão e dominação das quais os homens são os principais sujeitos. Abordamos separadamente o movimento feminista negro devido a sua importância na intersecção de raça e gênero, visto que muitas vezes os anseios e preocupações das mulheres brancas e negras se diferenciam. Neste movimento a luta não é apenas contra o machismo, mas também, contra o racismo.

Abordamos também nesse capítulo a questão do aborto, uma questão polêmica, porém necessária, justamente por estar intrinsecamente vinculada aos direitos da mulher e sobretudo à luta antimachista. Por vivermos em uma sociedade na qual corpos negros e femininos foram e ainda são muitas vezes considerados objetos passíveis de dominação e exploração masculina, cremos que a questão do aborto deve ser profundamente estudada e debatida para não nos posicionarmos ao lado dos opressores. Já queremos de antemão avisar as leitoras e leitores que nosso objetivo ao abordar essa questão não foi de dizer quem está certo ou errado, mas sim de instigar a busca por uma reflexão considerando a liberdade, a humanidade e sobretudo responsabilidade sobre esse assunto.

No terceiro capítulo fizemos uma abordagem sobre a influência do colonialismo, do escravismo e do capitalismo na reprodução dos valores racistas e machistas na educação escolar. Enfatizamos que a educação escolar que temos é uma educação com

fins de dominação e não de emancipação, ou seja, baseada em princípios capitalistas, essa educação promove o individualismo em detrimento à coletividade e conseqüentemente a exclusão principalmente de mulheres e pessoas negras. Consideramos pertinente a compreensão do funcionamento da instituição escolar, para entendermos a necessidade de uma outra educação, uma educação geográfica anticolonial. Esta educação vai além do ensino de Geografia, priorizando os saberes dos oprimidos em detrimento dos saberes provenientes dos opressores.

No quarto capítulo abordamos a literatura brasileira em consonância com a educação geográfica destacando a relação entre a sociedade e a literatura, mostrando a importância desta no processo de humanização; apresentamos também um breve histórico da literatura brasileira apresentando de forma sucinta as escolas literárias – consideramos pertinente a abordagem dessa literatura hegemônica, oriunda do colonizador e por isso excludente, justamente por entender que é a partir da mesma que teremos subsídios para cogitarmos a necessidade de valorizarmos uma outra literatura, que dê voz aos oprimidos e que inclua todos e todas independentemente da raça, gênero ou classe social. Uma literatura na qual os povos negros, indígenas, mulheres e demais oprimidos sejam sujeitos ativos na abordagem de sua história. Visto que, nessa literatura hegemônica são homens em sua maioria brancos que escrevem a história dos oprimidos e oprimidas, de acordo é claro com suas intenções e interesses.

Todavia, não podemos deixar de ressaltar que há uma luta constante de mulheres, pessoas negras e indígenas, para se ter uma literatura a partir de suas visões, lembrando que a literatura é uma forma não apenas de ver o mundo, mas sobretudo, de clamar por justiça. E como fruto dessa luta temos hoje, ainda que muitas vezes no anonimato, muitas mulheres negras, indígenas e outras pessoas oprimidas que de forma brilhante mostram por meio da literatura seus modos de vida, seus anseios e sobretudo, as contradições que permeiam a sociedade capitalista. Essa literatura contribui consideravelmente para a construção de uma educação geográfica anticolonial – antimachista e antirracista.

O quinto capítulo, conforme já dissemos, é mais extenso que os demais. Neste capítulo fizemos a análise das obras das escritoras Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo e tecemos reflexões literárias e geográficas a respeito das lutas antirracista e antimachista. Após abordar o racismo e o machismo por meio das obras literárias apresentamos de forma sucinta possibilidades de se trabalhar a educação geográfica anticolonial – antirracista e antimachista, na sala de aula. Mesmo que a literatura já tenha sido muito explorada no ensino de Geografia ou na educação geográfica, ainda há

docentes que possuem dificuldades em trabalhar a literatura concomitantemente com a geografia. Foi pensando nisso que decidimos apresentar nesse trabalho, além da teoria um pouco também da prática, acreditando que esse trabalho possa auxiliar docentes e discentes na construção de uma educação geográfica anticolonial comprometida com a vida, o respeito e a liberdade.

Queremos abordar aqui também sobre a constante utilização de quadros, imagens, figuras e fotografias no desenvolvimento dessa tese. Cada um desses elementos foram utilizados com o intuito de agregar mais conhecimento ao leitor e a leitora a fim de levá-los a uma reflexão mais aguçada. Por exemplo, a figura sobre ocorrência de estupro, a imagem do homem negro que foi espancado até a morte, a imagem dos moradores aguardando para pegar ossos em um açougue para alimentar seus filhos, ou a imagem da garota que foi impedida de estudar em uma escola militar por ter cabelos crespos, não são fatos isolados, ou seja, representam milhares e milhares de brasileiros e brasileiras que vivem essas situações cotidianamente. Por isso devem ser vistas não apenas como um recorte, mas como parte integrante de uma realidade que não deve ser ignorada.

Insta salientar ainda que fizemos questão de colocar diversas imagens de pessoas negras nesse trabalho, isto porque cremos que é preciso dar visibilidade a essas pessoas, inclusive por meio dos materiais didáticos e de pesquisa. Assim, quando os leitores e leitoras virem imagens de mulheres negras como Stella do Patrocínio ou Carolina Maria de Jesus ocupando praticamente uma página inteira, já estarão cientes de que elas assim como muitas outras mulheres negras merecem um papel de destaque não apenas nas páginas de uma tese, mas sobretudo na sociedade, devido sua beleza estética e grandeza intelectual.

Enfim, apesar deste trabalho ter como foco o protagonismo das mulheres negras, há também a participação de outras pessoas como por exemplo, os geógrafos Milton Santos e Josué de Castro, ousamos inserir os conhecimentos dessas pessoas em nosso trabalho justamente por entender que as lutas antirracista e antimachista, que estão vinculadas a luta anticolonial, requer a participação de todas e todos independentemente de raça, gênero ou classe social.

UBUNTU – “Eu sou porque nós somos!”

1. RACISMO E MACHISMO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Antes de falarmos sobre escola e Geografia racista e machista acreditamos ser pertinente salientarmos que o racismo e o machismo presentes tanto na instituição escolar como na Geografia são frutos de uma sociedade que se utiliza dessas e também de outras estratégias para manter as estruturas dominantes garantindo assim, a hegemonia de atores que detém o poder. Embora concordemos que o racismo e o machismo estiveram presentes em sociedades anteriores ao capitalismo, não podemos negligenciar o fato de que esses dois elementos foram e ainda são apropriados pelo modo de produção capitalista para naturalizar, bem como justificar, a exploração, a violência e as desigualdades sociais.

Tanto o racismo quanto o machismo não estão vinculados apenas a esfera individual, pelo contrário estão estritamente ligados às estruturas econômica, política, cultural e social, se consolidando por meio das instituições: família, escola, igreja, judiciário, legislativo e executivo, entre outras. Frigotto (2014) nos adverte que na esfera do conhecimento não basta descrever a realidade social, econômica, política, cultural e educacional, mas é preciso buscar sua historicidade. Assim, seria um equívoco reduzir as questões raciais e de gênero a comportamentos individuais, sem antes, contudo, estabelecermos uma conexão com o processo histórico, a fim de entendermos a apropriação tanto do racismo quanto do machismo na formação das estruturas políticas, econômicas, culturais e sociais brasileiras, garantindo e justificando a superioridade e consequente dominação do colonizador europeu. Essa colonização, ainda que de forma diferenciada se encontra latente na sociedade atual, ou seja, mesmo que mais da metade da população brasileira seja constituída por pessoas pretas e pardas, a hegemonia e o controle social prevalece majoritariamente em mãos brancas, principalmente homens brancos.

Isso contribui para a geração de desigualdades econômicas e sociais entre pessoas brancas e negras ocasionando, por exemplo, o pagamento de baixos salários a pessoas negras e mulheres. Na esfera social podemos verificar a desmedida violência contra pessoas negras e mulheres, respectivas consequências do racismo e do machismo que são suportes estruturais na sociedade capitalista.

1.1 Uma mancha indelével na sociedade brasileira: o racismo

A sociedade brasileira se encontra consolidada no modo de produção capitalista, isto significa que a mesma é regida por princípios que estruturam esse modo de produção,

entre os quais a exploração da classe trabalhadora. Assim, para compreendermos melhor o princípio mencionado, usamos a diferenciação entre capital e capitalismo proposta por Frigotto:

Capital é uma relação social de força cujo fundamento é a acumulação de mais propriedade privada para gerar mais lucro e mais propriedade. Esta relação se construiu antes do capitalismo ser a sociedade dominante por meio da acumulação primitiva. Capitalismo expressa o modo de produção ou sociedade onde a relação social fundamental é comandada pelo capital, não mais sob a égide da acumulação primitiva, mas mediante forma específica de exploração e expropriação da classe trabalhadora. (FRIGOTTO, 2014 p. 60-61).

Esse processo de exploração da classe trabalhadora gera conflitos, violência e desigualdade social. Todavia, existem estratégias que visam legitimar essa desigualdade entre as quais podemos destacar a naturalização do racismo e do machismo. E, apesar de vivermos em uma sociedade na qual intencionalmente há pessoas que defendam a democracia racial, infelizmente temos que admitir que isso não passa de uma falácia para tentar ocultar o racismo latente que opera na sociedade gerando violência e desigualdades. Existe um grande abismo entre brancos e negros. “Ser negro no Brasil é, pois, com frequência ser objeto de um olhar enviesado. A chamada boa sociedade parece considerar que há um lugar predeterminado, lá embaixo, para os negros e assim tranquilamente se comporta.” (SANTOS, 2002 p. 161).

As desigualdades são perceptíveis na esfera econômica, política, social e jurídica. Isso ocorre justamente porque a nação brasileira foi formada tendo como um de seus pilares estruturantes o racismo. Todavia, para compreendermos as questões do racismo e do machismo, consideramos pertinente a abordagem de alguns conceitos. Cashmore (2000) faz a seguinte afirmação a respeito da palavra racismo:

Até o final da década de 1960, a maioria dos dicionários e manuais a definiam como doutrina, dogma, ideologia ou conjunto de crenças. O elemento essencial dessa doutrina era que a “raça” determinava cultura, e dela derivavam as alegações de superioridade racial. A palavra foi usada na década de 1960 num sentido ampliado para incorporar práticas, atitudes e crenças; nesse sentido, o racismo denota todo o complexo de fatores que geram a discriminação racial e designa às vezes, mais livremente, aqueles fatores que produzem as desvantagens raciais. (CASHMORE 2000 p. 458).

O termo racismo encontra-se estritamente relacionado às questões de vantagens e desvantagens, tendo como base a raça que por sua vez é vista de forma hierárquica resultando na classificação de raças superiores e inferiores, beneficiando as primeiras e consequentemente causando prejuízos as segundas. Almeida define o termo racismo como sendo:

Uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo social ao qual pertençam. (ALMEIDA, 2021 p. 32).

É importante ressaltar que as vantagens ou privilégios e as desvantagens atribuídas a determinadas raças por serem consideradas superiores ou inferiores vão sendo naturalizadas de tal modo que acabam sendo “aceitas”. É aceitável, por exemplo, que mulheres negras desempenhem atividades mal remuneradas, porém pode parecer estranho que homens brancos sejam submetidos a essa mesma condição. Esse estranhamento nada mais é do que o resultado de construções ideológicas que vão se formando no nosso imaginário de que a mulher negra é inferior ao homem branco e, devido sua “inferioridade”, conseqüentemente é natural que receba menos, não apenas devido a uma questão de raça, mas também, de gênero.

Djamila Ribeiro nos traz uma definição de racismo como sendo, “um sistema de opressão que nega direitos, e não um simples ato da vontade do indivíduo.” (Ribeiro, 2019 p. 12). Diante das concepções de racismo expressas tanto por Almeida quanto por Ribeiro, concluímos que além das definições já existentes, podemos definir também de forma resumida o termo racismo da seguinte forma: **Sistema de opressão que opera nos níveis individual, institucional e estrutural, tendo como fundamento a discriminação racial negativa, gerando conseqüentemente violência e negação de direitos.** Violência que vai desde xingamentos até homicídios. E negação de direitos inclusive os básicos à vida, tais como: alimentação, educação, saúde, moradia, trabalho, entre outros.

Seguindo com o processo de definição dos termos, podemos verificar que o termo raça do qual se deriva o termo racismo também pode assumir vários sentidos a depender da época, lugar e intencionalidade. Segundo Almeida (2021), esse termo não é fixo, estático, seu sentido está inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado. Dentre os vários sentidos que o termo raça pode assumir, um deles é descrito por Cashmore como sendo: “Um grupo de pessoas socialmente unificadas numa determinada sociedade em virtude de marcadores físicos como a pigmentação da pele, a textura do cabelo, os traços faciais, a estatura e coisas do gênero”. (CASHMORE 2000 p. 454).

As características fenotípicas de um indivíduo ou mesmo de um povo, não determina sua superioridade ou inferioridade. Porém, ainda hoje, como aconteceu também no passado, essas características são utilizadas para classificar os indivíduos em superiores ou inferiores, com o objetivo de justificar a dominação sobre o outro.

Ainda que hoje seja quase um lugar comum a afirmação de que a antropologia surgida no século XX, e a biologia – especialmente a partir do sequenciamento do genoma - tenham há muito demonstrado que não existem diferenças biológicas ou culturais, que justifique um tratamento discriminatório entre seres humanos, o fato é que a noção de raça ainda é um fator político importante, utilizado para naturalizar desigualdades, justificar a segregação e o genocídio de grupos socialmente considerados minoritários. (ALMEIDA, 2021 p. 31)

Por mais que possa parecer estranho utilizar a raça como fator para justificar a superioridade de determinado povo com o objetivo de segregar e explorar outros, devemos levar em conta que tanto a religião quanto a ciência sempre foram apropriadas de forma indevida para satisfazer interesses de atores hegemônicos. Mbembe (2018) nos traz uma explicação quanto a apropriação do termo raça mostrando a intencionalidade do mesmo.

Por princípio de raça se deve entender, aliás, uma forma espectral da divisão e da diferença humana, suscetível de ser mobilizada para fins de estigmatização, de exclusão e de segregação, por meio das quais se busca isolar, eliminar e até mesmo destruir fisicamente determinado grupo humano. (MBEMBE, 2018 p. 106).

Atores hegemônicos capitalistas apropriam-se da diferenciação física ou cultural que a raça produz para justificar as desigualdades sociais. O uso da raça nesse caso constitui-se em uma estratégia para camuflar os efeitos políticos e econômicos negativos em relação as pessoas negras.

Por trás da raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito *relacional e histórico*. Assim, a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas. Foram, portanto as circunstâncias históricas de meados do século XVI que forneceram um sentido específico à ideia de raça. A expansão econômica mercantilista e a descoberta do novo mundo forjaram a base material a partir da qual a cultura renascentista iria refletir sobre a unidade e a multiplicidade da existência humana. Se antes desse período ser humano relacionava-se ao pertencimento a uma comunidade política e religiosa, o contexto da expansão comercial burguesa e da cultura renascentista abriu as portas para a construção do moderno ideário filosófico que mais tarde transformaria o *homem universal* (atentar aqui ao gênero aqui é importante) e todos os povos e culturas não condizentes com os sistemas culturais europeus em variações menos evoluídas. (ALMEIDA 2021 p. 25)

Essa dita superioridade do europeu foi construída ideologicamente (homem - branco - hétero), quem não se adequa a este padrão é considerado inferior. A propagação dessa ideia teve respaldo científico por meio de teorias que visavam atribuir privilégios a raça branca em detrimento de outras raças. Almeida (2021) nos alerta para o fato de que apesar da cultura popular contribuir sobremodo para propagação do racismo, o certo é que o mesmo não existe sem uma base teórica. Assim, a importância de considerar a

influência das teorias filosóficas e científicas no processo de afirmação e propagação do racismo. Essas teorias racistas de origem europeia e estadunidense, conforme nos ensina Schwarcz (1993) exerceram grande influência na sociedade brasileira. Muitas delas de cunho evolucionista e determinista eram utilizadas como modelo de análise social.

Largamente utilizado pela política imperialista europeia, esse tipo de discurso evolucionista e determinista penetra no Brasil a partir dos anos 70 como um novo argumento para explicar as diferenças internas. Adotando uma espécie de “imperialismo interno”, o país passava de objeto a sujeito das explicações, ao mesmo tempo que se fazia das diferenças sociais variações raciais. Os mesmos modelos que explicavam o atraso brasileiro em relação ao mundo ocidental passavam a justificar novas formas de inferioridade. Negros, africanos, trabalhadores, escravos e ex-escravos – “classes perigosas” a partir de então – nas palavras de Sílvio Romero transformavam -se em “objetos de ciência”. Era a partir da ciência que se reconheciam diferenças e se determinavam inferioridades. (SCHWARCZ 1993, p 38)

Conforme já vimos, a cultura também, por meio de veículos tais como as piadas, o misticismo, a religião, tem a capacidade de propagar o racismo, porém a ciência possui a capacidade e a autoridade não apenas de propagação, mas também de validação do racismo, devido ao seu poder de credibilidade. Se determinada teoria tem o aval científico conseqüentemente as pessoas dão mais crédito. Assim, teorias racistas, extremamente importantes para expansão do colonialismo, do imperialismo e do capitalismo, pela lógica, precisavam de aprovação científica.

A ciência tem o poder de produzir um discurso de autoridade, que poucas pessoas têm a condição de contestar, salvo aquelas inseridas nas instituições em que a ciência é produzida. **Isso menos por uma questão de capacidade, e mais por uma questão de autoridade.** É da natureza da ciência produzir um discurso autorizado sobre a verdade. [...] por isso, não se pode desprezar a importância dos filósofos e cientistas para construção do colonialismo, do nazismo e do *apartheid*. O racismo é no fim das contas, um sistema de racionalidade, como nos ensina o mestre Kabengele Munanga ao afirmar que o “preconceito” não é problema de ignorância, mas de racionalidade embutida na própria ideologia. (ALMEIDA, 2021 p. 70-71 <grifo nosso>)

A Geografia enquanto ciência também desempenhou seu papel contribuindo com a disseminação do racismo por meio do determinismo geográfico. Segundo Schwarcz (1993) a escola determinista geográfica, cujos maiores representantes, Ratzel e Buckle, advogavam a tese de que o desenvolvimento cultural de uma nação seria totalmente condicionado pelo meio. Para os autores dessa escola era suficiente a análise das condições físicas de cada país. Dessa forma as zonas temperadas seriam mais desenvolvidas em relação as zonas tropicais. Justificando assim a soberania e a dominação dos povos europeus sobre os demais povos.

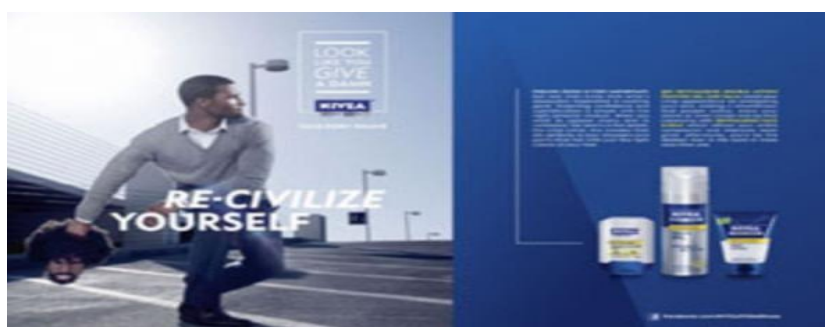
A soberania da raça branca sobre as demais é vista como algo imutável, ou seja, não há meios de modificar a superioridade estabelecida e determinada. Tudo isso com o

aval e o sentido obrigatório da autoridade científica, isto é, uma autoridade subordinada aos interesses permanentes das classes dominantes racistas.

Para E. Renan (1823-92) existiriam três grandes raças - branca, negra, amarela – específicas em sua origem e desenvolvimento. Segundo esse autor, os grupos negros, amarelos e miscigenados “seriam povos inferiores não por serem incivilizados, mas por serem incivilizáveis, não perfectíveis e não suscetíveis ao progresso” (Renan, 1872/1981). Utilizando a noção de “raças não perfectíveis”, Renan apoiava o argumento poligenista, tendo como pano de fundo a crítica ao ideal humanista da unidade e ao conceito de “perfectibilidade” em Rousseau. A radicalidade dessa concepção chegava à própria negação do darwinismo. Na medida em que duvidava não só de uma origem comum dos homens, como da possibilidade de se prever um destino conciliável. (SCHWARCZ 1993, p 82)

Essa questão de superioridade e inferioridade dos povos, presentes nos séculos XIX e XX infelizmente ainda não foram superadas, visto que uma empresa multinacional constituiu parte de sua propaganda na consagração do racismo como uma forma de venda e de cultura estética. O racismo estético considera que os traços, ou as características fenotípicas encontradas nas pessoas brancas são superiores as características fenotípicas das outras pessoas, negras, pardas, indígenas ... lembrando que a sociedade capitalista bem como o mercado de trabalho geralmente exige “a boa aparência” que nada mais é do que o padrão de beleza europeizado do colonizador dominador. Gonzalez (2020) fazendo uma crítica em relação a chamada “boa aparência”, faz o seguinte comentário: “Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com feições tão finas ... Nem parece preto.” (GONZALEZ, 2020 p. 78). A pessoa educada, culta e elegante dentro da lógica racista, deve ser uma pessoa branca e não negra, nem que para isso lhe custe a negação de sua identidade.

Figura 1 – Propaganda racista



Fonte: Jornal do Brasil¹

¹ Propaganda da Nivea que manda negro "se civilizar" é acusada de racismo. Disponível em: <https://www.jb.com.br/economia/noticias/2011/08/19/propaganda-da-nivea-que-manda-negro-se-civilizar-e-acusada-de-racismo.html>. Acesso em: 13 Dez. 2022.

Observe que nessa propaganda de cosméticos o homem negro é convidado a civilizar-se com os produtos da empresa Nívea. Na visão eurocêntrica e racista, o uso do cabelo crespo natural faz com que a pessoa se torne incivilizada, sendo necessário que a pessoa passe por um processo de civilização. Posteriormente falaremos mais a respeito do cabelo crespo, que é um ícone identitário. Porém, queremos salientar que na figura fica bem evidente que foi necessário jogar fora não apenas o cabelo crespo, mas sobretudo, a cabeça do indivíduo, ou seja, as ideias, o modo de pensar foi jogado fora, no processo de “civilização” é preciso perder as raízes, a identidade e a cultura e submeter-se totalmente aos interesses e caprichos dos dominadores.

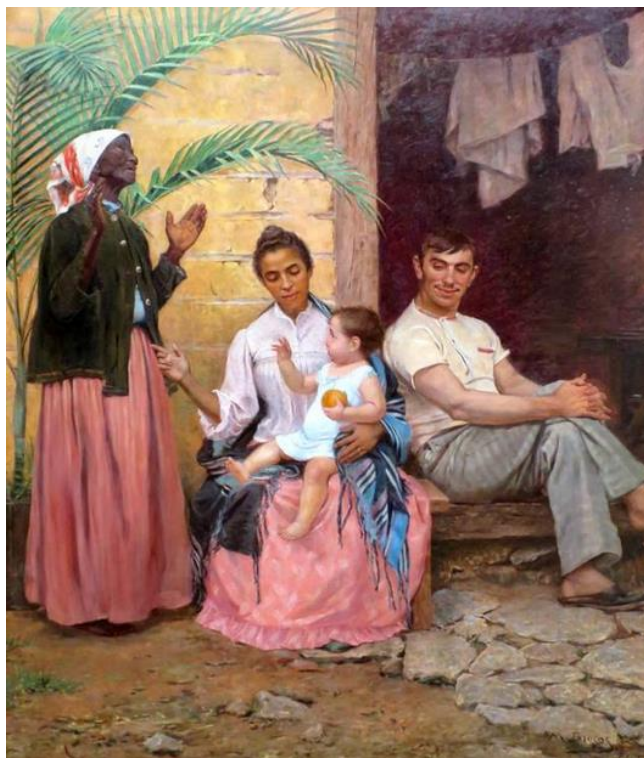
Porém, como vimos anteriormente, para alguns pensadores mais radicais, as pessoas negras eram incivilizáveis, sendo “necessário” um branqueamento da população. Por isso a tentativa de eliminação das raças ditas inferiores por meio da eugenia.

O termo “eugenia” – eu: boa; genus: geração – foi criado em 1883 pelo cientista britânico Francis Galton. Galton, na época conhecido por seu trabalho como naturalista e como geógrafo especializado em estatística, escreveu seu primeiro ensaio na área da hereditariedade humana em 1865, após ter lido a origem das espécies. Em 1869 era publicado *Hereditary genius*, até hoje considerado o texto fundador da eugenia. Nesse livro, Galton buscava provar, a partir de um método estatístico e genealógico, que a capacidade humana era função da hereditariedade e não da educação. (SCHWARCZ 1993, p 79)

No Brasil a eugenia chegou com o intuito de “melhorar a raça brasileira”, e difundiu-se com apoio de médicos, cientistas, professores, e até mesmo a Constituição Federal de 1934 em seu artigo 138 fazia apologia a eugenia, “estimular a educação eugênica”. As obras artísticas também foram amplamente utilizadas como forma de difundir a eugenia.

Observe que “No quadro de M. Brocos estão representadas de forma sintética as conclusões dos teóricos do branqueamento: no decorrer de um século o país seria branco, como a criança retratada”. (SCHWARCZ 1993, p 16). Por mais que pareça um paradoxo essa questão do branqueamento, uma vez que, os indígenas já habitavam o Brasil e os negros foram trazidos do continente africano para servirem aqui; ambos contribuíram imensamente na formação nacional brasileira econômica e culturalmente, todavia com base na teoria do branqueamento, mesmo com toda essa contribuição, no imaginário racista, esses povos deveriam ser eliminados.

Figura 2 – “A Redenção de Cam”



Fonte: EDUSP²

O desejo racista de exercer o poder e a dominação sobre outros povos se sobrepõe a ética, o respeito e o amor ao próximo.

A eugenia teve também como forte defensor Monteiro Lobato, que utilizou a literatura infantil, como uma de suas estratégias para disseminar o racismo e o branqueamento brasileiro.

— Que história de contar sete é essa? — perguntou Emília quando a negra chegou ao fim. — Não estou entendendo nada. — Mas isto não é pra entender, Emília — respondeu a negra. — foi assim que minha mãe Tiaga me contou o caso da princesa ladrona, que eu passo para diante do jeito que recebi. — E esta! — exclamou Emília olhando para dona Benta. — As tais histórias populares andam tão atrapalhadas que as contadeiras contam até o que não entendem. [...] — Sim — disse dona Benta. — Nós não podemos exigir do povo o apuro artístico dos grandes escritores. O povo... Que é o povo? São essas pobres tias velhas, como Nastácia, **sem cultura nenhuma**, que nem ler sabem e que outra coisa não fazem senão ouvir as histórias de outras criaturas igualmente ignorantes, e passá-las para outros ouvidos, mais adulteradas ainda. [...] — Pois cá comigo — disse Emília, só aturo essas histórias como estudos da ignorância e burrice do povo. Prazer não sinto nenhum. Não são engraçadas, não tem humorismo. Parece-me muito grosseiras e bárbaras — coisa mesmo de

² A tela “A Redenção de Cam” e a tese do branqueamento no Brasil. Disponível em:

<https://www.edusp.com.br/mais/a-tela-a-redencao-de-cam-e-a-tese-do-branqueamento-no-brasil/> Acesso em: 13 Dez. 2022.

negra beijuda, como Tia Nastácia. Não gosto, não gosto e não gosto...
(LOBATO, 2002 p. 26 <grifos nossos>)

O racismo disseminado por Monteiro Lobato agride as pessoas negras em duas importantes dimensões: **cognitiva e física**. Os povos negros são vistos como pessoas sem cultura e ignorantes. Os saberes africanos foram apropriados pelos europeus, ou ignorados propositalmente quando viam que não lhes eram úteis, sendo nesse caso destruídos ou inferiorizados. A superioridade intelectual branca é enaltecida, inferiorizando as pessoas negras que na visão de Lobato, nada sabem. Esse branqueamento intelectual ainda persiste na sociedade brasileira. **Os saberes das pessoas negras, quando estas conseguem chegar à academia, é ignorado ou inferiorizado.** Um negro ou uma negra intelectual, é algo praticamente impossível no imaginário de uma grande parte da sociedade capitalista. Por isso essa tese tem grande relevância social, acadêmica, cultural e política, pois quem a escreve é uma mulher intelectual, uma mulher negra que vai além das perspectivas racistas organizada pelas estórias de Monteiro Lobato. É preciso se afirmar como mulher negra intelectual nessa tese e desse lugar que construímos nosso antirracismo, visto que não podemos suportar as ofensas históricas propagadas diariamente ainda na cultura nacional e na ciência brasileira exportada do racismo europeu.

Mas, não é apenas os saberes da negritude que incomodam a branquitude, os corpos negros também provocam certo incômodo. Por isso mencionamos a dimensão física agredida por Lobato em sua obra. As características fenotípicas das pessoas negras são vistas como um erro, um defeito, ou seja, algo que torna a pessoa um ser inferior, “negra beijuda”. Os traços físicos expressos nos lábios grossos, no nariz chato, na gengiva escura, no cabelo crespo, ou seja, o conjunto de elementos que compõe a **identidade** das pessoas negras, incomodam a branquitude, a branquitude sempre racista e capitalista. Desse modo, não é apenas uma questão de estética, feio ou bonito, mas, envolve sobretudo uma questão de identidade, na qual o padrão eurocêntrico sempre procura se sobrepor, visto que tal padrão direciona o poder branco para o poder da produção, logo produzir precisa ser uma condição de uma “civilização branca, mas sabemos que tal civilização não passa de uma organização de alguns séculos que projetaram morte e violência sobre as outras civilizações, as quais foram propositalmente ignoradas. O poder branco é o poder do sangue e da destruição contínua.

Lélia Gonzalez nos dá uma lição sobre a importância de valorizarmos a nossa identidade (a negra).

É por aí que a gente entende por que dizem certas coisa, pensando que estão xingando a gente. Tem uma música antiga chamada “Nega do cabelo duro” que mostra direitinho porque eles querem que o cabelo da gente fique bom, liso e mole né? É por isso que dizem que a gente tem beiços em vez de lábios, formalha em vez de nariz e cabelo ruim (porque é duro). E quando querem elogiar dizem que a gente tem feições finas (e fino se opõe a grosso né?). E tem gente que acredita tanto nisso que acaba usando crema para clarear, esticando os cabelos, virando leidi e ficando com vergonha de ser preta. Pura besteira. Se bobear, a gente nem tem que se defender com os xingamentos que se referem diretamente ao fato de a gente ser preta. (GONZALEZ, 2020 p. 86)

Corroboramos com Lélia, mesmo porque, alguns “xingamentos” estão diretamente vinculados a nossa identidade. Assim, acreditamos que são muitas vezes usados como estratégias colonialistas, no sentido de fazer com que as pessoas negras venham a perderem suas próprias identidades, se subordinando cada vez mais ao colonizador. Desse modo entendemos que esse tipo de xingamento deve ser visto não como forma de nos constranger, nos intimidar ou ainda de nos fazer abaixar a cabeça e desanimar; pelo contrário eles devem servir, sobretudo, para lutarmos na reafirmação da nossa identidade.

Ainda em relação ao conceito de racismo é preciso se atentar para o fato de que muitas vezes o mesmo é confundido com outros dois termos: preconceito racial e discriminação racial, que apesar de possuírem certa ligação entre si, possuem significados diferentes.

Para Almeida (2021) o preconceito racial “é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias.” (ALMEIDA, 2021 p. 32). Ele traz como exemplos, considerar negros violentos e inconfiáveis, judeus avaros e orientais “naturalmente” preparados para as ciências exatas.

Já a discriminação racial está relacionada “à atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados.” (ALMEIDA, 2021 p. 32). Almeida (2021) prossegue nos mostrando que a discriminação racial está vinculada ao poder, ou seja, a possibilidade do uso da força, sem o qual não é possível atribuir vantagens ou desvantagens por conta da raça. Como exemplo ele cita o fato de países que proíbem a entrada de negros, judeus, mulçumanos, pessoas de origem árabe ou persa, ou ainda lojas que se recusam a atender clientes de determinada raça. No Japão existem inúmeros estabelecimentos comerciais que se recusam a atender brasileiros e brasileiras, bem como na Coréia do Sul, ou seja, essa condição de exclusão quanto atendimento mostra que esse tratamento diferenciado tem grande força geográfica, com isso áreas

geográficas selecionadas pelas classes dominantes mundiais buscam consolidar a força de sua existência na discriminação racial também de origem geográfica.

Essa condição de discriminação tem uma força de coerção enorme ainda na sociedade brasileira com inúmeros relatos e casos de pessoas negras que sofreram diretamente essa condição. Assim, historicamente é fundamental apresentar que existem movimentos de lutas que buscaram subtrair essa condição discriminatória.

Quando falamos de discriminação racial, vale ressaltar que há também a discriminação racial positiva que visa, sobretudo, corrigir os efeitos da discriminação negativa.

Ainda sobre a discriminação, é importante dizer que é possível falar também em discriminação positiva, definida como a possibilidade de atribuição de tratamento diferenciado a grupos historicamente discriminados com o objetivo de corrigir desvantagens causadas pela discriminação negativa – a que causa prejuízo e desvantagens. Políticas de ação afirmativa – que estabelecem tratamentos discriminatórios a fim de corrigir ou compensar a desigualdade – são exemplos de discriminação positiva. (ALMEIDA, 2021 p. 34)

Fizemos questão de enfatizar a discriminação positiva, justamente porque ela é um direito da pessoa que sofreu desvantagens e prejuízos, mas, que devido aos estereótipos que a sociedade racista impõe aos negros, essa discriminação, principalmente as cotas raciais, é vista às vezes por pessoas negras com temor. Todavia, como bem nos mostra Djamila Ribeiro, a discriminação positiva está vinculada a uma questão de oportunidades e não de capacidade.

Esse debate não é sobre capacidade, mas sobre oportunidades – e essa distinção que os defensores da meritocracia parecem não fazer. Um garoto que precisa vender pastel para ajudar na renda da família e outro que passa as tardes em aulas de idiomas e de natação não partem do mesmo ponto. Não são muitos os que podem se dar ao luxo de cursar uma graduação sem trabalhar ou ganhando apenas uma bolsa de estagiário. [...] Embora as desigualdades nas oportunidades para negros e brancos ainda sejam enormes, políticas públicas mostram que tem potencial transformador na área. (RIBEIRO, 2019 p. 44).

Entendemos que as políticas públicas por si só não resolverão a questão do racismo na sociedade capitalista, mesmo porque, compreendemos ser necessário uma intervenção na estrutura social, porém essas políticas possuem um papel extremamente relevante na resolução dessa questão.

Lembrando também que o racismo não está vinculado apenas à esfera individual, ou seja, o indivíduo não é isento de sua responsabilidade, porém ele não é o único responsável pela propagação do racismo. Utilizando de exemplos, Almeida (2021) nos mostra que, quando terroristas brancos bombardeiam uma igreja negra na cidade de Birmingham, Alabama e matam cinco crianças negras, isto se chama racismo individual.

Entretanto, quando nessa mesma cidade quinhentos bebês negros morrem por falta de recursos: comida adequada, abrigo, instalações médicas... Isto é função do racismo institucional. Assim, podemos depreender, fazendo referência mais uma vez a Ribeiro (2019) **que o racismo como sistema de opressão nega direitos, não sendo apenas um simples ato da vontade de um indivíduo**. Para essa autora, reconhecer o caráter estrutural do racismo pode ser paralisante, todavia, esse reconhecimento é essencial no combate do mesmo.

Ainda em relação ao racismo individual, Almeida (2021) ressalta que o racismo segundo essa concepção é concebido como uma espécie de patologia ou anormalidade, vinculada a um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo. Ou ainda como uma “irracionalidade” a ser combatida no campo jurídico por meio da aplicação de sanções civis – indenizações, por exemplo – ou penais. Prevalecendo a natureza psicológica em detrimento da natureza política do racismo.

No fim das contas quando se limita a olhar sobre o racismo a aspectos comportamentais, deixa-se de considerar o fato de que as maiores desgraças produzidas pelo racismo foram feitas sob o abrigo da legalidade e com o apoio moral de líderes políticos, líderes religiosos e dos considerados “homens de bem” (ALMEIDA, 2021 p. 37)

A própria igreja, por exemplo, que é uma instituição, possuía negros escravizados no período do Brasil colônia. Havia também nessa época leis que resultavam em prejuízos para pessoas negras escravizadas ou não. O racismo se encontra vinculado não apenas a comportamentos individuais, mas também, às instituições. O racismo presente na igreja do período colonial ainda se faz presente na atualidade: quantos sacerdotes negros temos, por exemplo, nas igrejas católicas ou protestantes? E qual o percentual de lideranças femininas nessas instituições? Se observarmos veremos que tanto o racismo quanto o machismo ainda se manifestam de forma extremamente forte nessas instituições.

Assim, a principal tese dos que afirmam a existência de racismo institucional é que os conflitos raciais também são parte das instituições. Assim, a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos. (ALMEIDA, 2021 p. 39-40)

Almeida (2021) resume as três formas básicas de racismo: individual, institucional e estrutural, mostrando que as duas primeiras derivam da terceira. “comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade

cujo racismo é regra e não exceção.” (ALMEIDA, 2021 p. 50). O racismo está entranhado nas estruturas sociais, isso, porém não isenta de forma alguma a responsabilidade dos indivíduos e das instituições.

Esse mesmo autor ainda nos chama atenção para um outro tipo de racismo, o reverso, que na visão do autor e também na nossa não é possível existir. Esse seria um tipo de racismo avesso, ou seja, por exemplo, de pessoas negras dirigidas à pessoas brancas. E não é possível, justamente porque pessoas brancas não sofrem prejuízos por serem brancas, diferente do que acontece com as pessoas negras. Brancos não sofreram e nunca sofrerão racismo por serem brancos.

O racismo reverso seria uma espécie de “racismo ao contrário”, ou seja, um racismo das minorias dirigido às majorias. Há um grande equívoco nessa ideia porque membros de grupos raciais minoritários podem até ser preconceituosos ou praticar discriminação, mas não podem impor desvantagens sociais a membros de outros grupos majoritários, seja direta, seja indiretamente. Homens brancos não perdem vagas de emprego pelo fato de serem brancos, pessoas brancas não são “suspeitas” de atos criminosos por sua condição racial, tampouco têm sua inteligência ou capacidade profissional questionada devido à cor da pele. (ALMEIDA, 2021 p. 53).

Podemos dizer que o fato de pessoas negras perderem uma vaga de emprego ou serem consideradas suspeitas de atos criminosos não é algo natural, esse pensamento foi criado ideologicamente, por atores hegemônicos a fim de assegurarem seus privilégios. Fanon (2008) nos dá exemplo mostrando como as pessoas negras são concebidas no imaginário europeu.

É possível compreender esta proposição? Na Europa, *o mal é representado pelo negro*. É preciso avançar lentamente, nós o sabemos, mas é difícil. O carrasco é o homem negro, Satã é negro, fala-se de trevas, quando se é sujo, se é negro – tanto faz que isso se refira à sujeira física ou à sujeira moral. [...] na Europa, o preto, seja concreta, seja simbolicamente, representa o lado ruim da personalidade. Enquanto não compreendermos esta proposição, estaremos condenados a falar em vão do “problema do negro”. O negro, o obscuro, a sombra, as trevas, a noite, os labirintos da terra, as profundezas abissais, enegrecer a reputação de alguém; e, do outro lado: o olhar claro da inocência, a pomba branca da paz, a luz feérica, paradisíaca. Uma magnífica criança loura, quanta paz nessa expressão, quanta alegria e, principalmente quanta esperança! Nada de comparável com uma magnífica criança negra, algo absolutamente insólito. Não vou falar às histórias dos anjos negros. Na Europa, isto é, em todos os países civilizados e civilizadores, o negro simboliza o pecado. O arquétipo dos valores inferiores é representado pelo negro. (FANON, 2008 p. 160)

A construção ideológica de inferiorização das pessoas negras servem de base para teorias sem fundamentos que dão sustentação ao racismo visando privilegiar determinados povos causando prejuízos a outros, mesmo que para isto tenha que recorrer ao poder ideológico ou mesmo a violência física, para atingir seus objetivos e satisfazer

seus interesses, isso é notório na sociedade capitalista. Essa composição racista levou milhares de pessoas negras serem mortas ao longo da História, seja pelo genocídio do escravismo ou mesmo pelo racismo estrutural na sociedade de classes capitalistas.

Outro tipo de racismo é o ambiental, e está vinculado diretamente às condições de vida das pessoas e ao arranjo espacial geográfico.

Esse termo tem suas origens num relatório de 1987, da Comissão de Justiça Social dos Estados Unidos, que detectou um padrão de “racismo do meio ambiente” na localização de depósitos de resíduos tóxicos e incineradores, concluindo que a maior parte dos mais amplos e perigosos lixões estava situada em comunidades cuja maioria da população era negra ou latina. O termo designa atualmente, em termos gerais, as diversas maneiras pelas quais as minorias são lesadas no que se refere a qualidade do meio ambiente (além de não conseguir se assegurar de renovações), locações pobres, índice de poluição química e sonora elevados, e assim por diante. (CASHMORE 2000 p. 463).

A ocupação dos espaços é feita de forma hierárquica, e o resultado injusto e desigual não é devido à falta de planejamento como querem nos fazer crer, pelo contrário, esse resultado é fruto de um planejamento estratégico racista que por sua vez gera vantagens e desvantagens, determinando quem ocupará os melhores e os piores espaços. Como nesse processo de hierarquização as pessoas negras são consideradas inferiores, conseqüentemente a elas são destinadas os espaços insalubres, degradados e de riscos.

Desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães de matos, capangas etc. até a polícia formalmente constituída. Desde a casa-grande e do sobrado até os belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” [...] nos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço [...]. no caso do grupo dominado o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. Além disso, aqui também se tem a presença policial; só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar. (GONZALEZ 2020 p. 85)

Posteriormente iremos ver que Carolina Maria de Jesus também contempla essa divisão e ocupação do espaço entre dominantes e dominados em seu livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada”. E ao mostrar o cotidiano da favela e o descaso político em relação a situação de instabilidade dos moradores deste local, Carolina nos leva a compreensão de um fato que não pode passar despercebido, ou seja, nessa relação entre dominantes e dominados o poder se encontra nas mãos dos dominantes a fim de garantir a manutenção da “ordem” estabelecida.

Desde que na sociedade apareceram interesses diferentes e antagônicos, a questão do “Poder”, o problema de saber quem deve decidir, que critérios usar

para decidir e em favor de quem, tornou uma questão fundamental no seio da sociedade. Um grupo determinado só poderá impor seus interesses e fazer triunfar seus objectivos, se possuir o controle da sociedade, por outras palavras se dirigir essa sociedade. Dirigir a sociedade significa organizar a sociedade para servir os interesses do grupo dirigente, impor a vontade deste grupo a todos os outros grupos, que estejam de acordo ou não. Com o correr do tempo o grupo dirigente leva os outros grupos a considerarem sua dominação como a melhor, a mais justa e a mais sábia, a que corresponde aos interesses de todos. (MACHEL, 1979, p. 12)

Não é apenas na decisão quanto a divisão e ocupação dos espaços na sociedade que o poder concentrado em mãos dominantes exerce influência; todas as decisões estabelecidas na sociedade são tomadas por quem detém o poder, e, sobretudo, são pessoas também encarregadas de explorar os outros, constituindo-se assim uma sociedade marcada por dominantes exploradores e dominados explorados, em que os primeiros evidentemente detém o poder.

Na sociedade dos exploradores, para se exercer o poder é necessário pertencer ao grupo explorador, dedicar-se de corpo e espírito ao serviço dos exploradores. Na sociedade tradicional não é qualquer pessoa que pode ser régulo. Para ser régulo deve pertencer à camada feudal, ser da família do chefe, isto é ser seu filho ou sobrinho. Quem designa o novo régulo ou é o régulo anterior ou um órgão composto por feudais. Da mesma maneira se passa na sociedade burguesa, onde o poder pertence às companhias, aos grandes capitalistas e é exercido pelos servidores fiéis do capital. (MACHEL, 1979, p. 21-22)

Machel ainda nos mostra que em uma sociedade controlada pelo colonialismo, além das “qualidades” exigidas pela sociedade burguesa normal, requer-se também que o **líder pertença a raça colonizadora** ou pelo menos se encontre totalmente submetido ao colonizador, fazendo com que essa liderança seja transformada em um verdadeiro fantoche. Machel prossegue afirmando que: **“Estes fatos conhecidos de todos, mostram-nos claramente que o Poder, o Estado, não são instrumentos técnicos e neutros, mas sim armas utilizadas pelas classes exploradoras contra as massas exploradas”** (MACHEL, 1979 p. 22-23). E, em relação a organização e ocupação espacial em que sempre os explorados ficam com a pior parte podemos ver claramente o exercício do poder e do controle pela classe dominante. Um exemplo claro disso é a Lei de terras (lei nº 601, de 18 de setembro de 1850) que impediu que os escravizados adquirissem terras, uma vez que as mesmas só poderiam ser obtidas por meio da compra.

Essa legislação consagrou o regime de uso de terra que vinha da colônia: predomínio de grandes unidades, com uso abundante de mão de obra (escrava num primeiro momento, livre no final do século XIX), voltadas para cultivos destinados ao mercado externo – café, então principal produto da pauta de exportações e carro-chefe da economia nacional, cana-de-açúcar, algodão e outros -, ou para pecuária extensiva, no caso das terras não utilizadas pela agricultura de exportação e mais distantes dos portos. Essas propriedades eram marcadas também pelo poder dos grandes proprietários, poder que se estendia

aos que habitavam seus arredores e aos municípios, por meio do controle das Câmaras. (MEDEIROS, 2012 p. 445-446)

A lei de terras já foi planejada de forma a excluir os escravizados, do acesso à terra, como essas pessoas poderiam comprar terras se antes eram escravizadas e depois da Lei Áurea não tiveram nenhum tipo de reparação? Sem terra para o cultivo para sua sobrevivência muitos escravizados se viram obrigados a continuarem reféns da exploração, trabalhando para seus senhores. Outros foram substituídos pela mão de obra do imigrante, e foram lançados a própria sorte, sendo expulsos dos centros urbanos tiveram que ocupar espaços vulneráveis. Se hoje temos favelas, ocupações irregulares, e se sobretudo, esses espaços são ocupados majoritariamente por pessoas negras, e estamos falando de racismo ambiental – isso tem uma explicação, ou seja, é fruto da intensa concentração fundiária existente na sociedade brasileira, feita por dominadores e exploradores que detém o poder.

Podemos afirmar que a divisão e organização espacial é feita de modo injusto e desigual. O agronegócio é resultado desse processo, no qual as grandes propriedades agrárias pertencem as famílias brancas dos colonizadores, logo não conseguimos identificar um número mínimo de proprietários de grandes latifúndios com origem não branca, ou seja, homens e mulheres escravizadas não conseguiram deter o poder político e econômico, logo não tiveram nenhuma condição em serem proprietários de latifúndios, ao contrário, não conseguiram nem ter minimamente um terreno urbano em uma área adequada da cidade. O poder do agronegócio é o poder do branco e isso não pode ser ignorado, afinal quem domina a produção de alimentos domina a “produção” de seres humanos.

Exclusão, concentração, exploração, são características marcantes na sociedade capitalista. São elas que dão suporte estrutural a esse meio de produção, por isso insistimos na relação entre racismo e capitalismo. Cashmore (2000), nos explica a relação existente entre o racismo e a expansão do capitalismo.

Diz-se que a expansão do capitalismo no Novo Mundo necessitou da exploração da mão-de-obra africana. A exploração poderia ser mais efetiva se a mão-de-obra negra pudesse ser tratada como um bem; para tanto, criou-se todo um complexo para facilitar isso. As crenças a respeito da inferioridade dos negros podem ser adequadamente compreendidas apenas como parte de uma nova criação histórica que nos séculos subsequentes foram modificadas juntamente com a estrutura econômica. O nome desse complexo histórico é racismo. (CASHMORE, 2000 p. 458).

Logo, esse racismo que gera privilégios e desvantagens não emerge do vazio, ele surge, ou melhor, ressurgiu com a finalidade de subalternizar povos africanos, asiáticos,

sul-americanos entre outros. Essa subalternização por sua vez, é idealizada com um objetivo: garantir o domínio político, ideológico e econômico dos povos subalternos. Não podemos menosprezar a relação existente entre o colonialismo e a questão racial se quisermos compreender o racismo operante na sociedade atual. Conforme já dissemos o racismo não surge do nada, não é uma mera fantasia, pelo contrário suas raízes estão fundamentadas em um processo que tem como princípios a **exploração e a violência**.

Nunca será demais enfatizar a complexidade e heterogeneidade da experiência colonial. De uma época a outra e de um país a outro, as variáveis foram notáveis. Dito isso, o significante racial foi uma estrutura primordial e até mesmo constitutiva do que viria a se tornar o projeto imperial. E, se existe uma subjetividade das relações coloniais, sua matriz simbólica e sua cena originária é certamente a raça. (MBEMBE, 2018 p. 116).

A raça branca (europeia) é tida como superiora, enquanto a raça negra (africana) é considerada inferior, algo que precisa ser redimido. No processo de colonização o colonizador procura incutir na mente do colonizado que o mesmo é inferior, necessitando, portanto, de ajuda para se redimir, precisa passar por um processo civilizatório. A educação e a religião, portanto, fundamentam esse processo e operam conceitos e sistemas epistemológicos que dificultam um pensamento mais complexo que rompa com a estrutura escravocrata, por isso ao buscarmos as bases anticolonialistas nos colocamos na ruptura direta contra esses sistemas de pensamento e, sobretudo, uma crítica ampla as instituições como a religião.

Conforme já mencionamos, a religião teve um papel crucial nesse processo. E, nos casos em que essa ideologia não se fazia suficiente, recorria-se a violência, aliás, a disseminação dessa ideologia racista é também uma forma de violência. Inúmeros grupos religiosos ao longo da História tem praticado seu racismo na forma religiosa operacionalizando condições de morte e violência contra homens e mulheres negras, desta forma, o racismo toma o sentido da fé e com a mesma impede discussões reais quanto as condições de vida do homem e da mulher negra. A religião, portanto, buscou consolidar um “deus branco” e, portanto, um “messias e salvador também branco”.

Machel ao abordar a questão colonial na sociedade moçambicana deixa bem evidente a influência religiosa exercida pelos dominadores exploradores.

Os colonialistas, para melhor camuflarem sua dominação e impedirem as massas de compreenderem e se revoltarem contra sua situação miserável, estimularam a superstição. Assim difundiram numerosas religiões no nosso seio que, dividindo as massas, enfraqueciam - as. Ao mesmo tempo as religiões, todas elas, pregavam ao Povo a resignação. (MACHEL, 1979, p. 14)

A religião é considerada uma importante estratégia para opressão, Machel nos mostra que nos discursos religiosos era dito que os moçambicanos deveriam agradecer a exploração colonial, o trabalho forçado, à palmatória e o chicote, a humilhação do racismo e das mulheres violadas, a falta de escola, de hospital e de assistência social etc. revoltar-se contra isso é pecado e é ser contra a igreja.

Vale ressaltar que a realidade moçambicana apresentada por Machel não se difere muito da realidade da sociedade brasileira que também teve grande influência religiosa no passado. Ainda no século XXI essa influência religiosa encontra-se latente em nossa sociedade, e os fiéis são “obrigados” a abdicar da luta por seus direitos e assumir compromissos com os dominadores exploradores em nome da fé. Em discursos religiosos referentes às eleições presidenciais de 2022, foi dito que quem não votasse em um determinado candidato (racista e machista) representante da elite dominante, estaria pecando contra os princípios da igreja, e não era de Deus, mas, sim do demônio. Muitas pessoas votaram nesse candidato porque foram coagidas. Essa atitude vai totalmente contra os ensinamentos de Cristo, porém é utilizada como forma de garantir o poder e assim, assegurar os privilégios da elite dominante. Isso nos faz lembrar a ilustre fala de Dom Helder Câmara: “Quando dou comida aos pobres, me chamam de santo. Quando pergunto por que eles são pobres, chamam-me de comunista.” Há uma “necessidade” de se manter os pobres na sociedade, para servirem como exército de reserva ou para serem explorados.

No período colonial e ainda hoje, o negro é considerado pelas elites um ser inferior a ser explorado, já ao branco lhe é dado o papel de explorador, por ser considerado superior. Sem nenhuma justificativa plausível a raça determinava quem seria o senhor e quem seria o escravizado. As diferenças fenotípicas e culturais eram utilizadas para coibir qualquer possibilidade de mudança de status social.

Era característico do colonialismo que as potências conquistadoras vissem os povos colonizados como pessoas sem a menor relação com eles mesmos. O pressuposto dos colonizadores era o de que os colonizados eram tão diferentes física e culturalmente que não tinham nada em comum com eles: os colonizados eram os Outros. Crenças racistas foram evocadas para justificar a ampla exploração - os nativos faziam parte de uma espécie subumana e não podiam almejar serem tratados de forma semelhante a seus senhores. (CASHMORE, 2000 p. 131).

Essas diferenças sociais vividas na sociedade colonial são típicas da sociedade capitalista atual, caracterizada pela concentração de renda. Em que o rico enriquece cada vez mais por meio da exploração do trabalho do pobre, da classe trabalhadora. Essa exploração não se restringe a sociedade brasileira, visto que vivemos em um período de

globalização, onde países ditos centrais exploram os países ditos periféricos. Porém, nesses países periféricos há uma elite detentora de privilégios que se mantém explorando a classe trabalhadora desses países. Nesse contexto as mulheres e os negros são os mais explorados.

Isso, sem dúvida é resultado da forte relação que houve entre os processos de colonização e de formação da sociedade capitalista. Os princípios que regem ambos os processos são praticamente os mesmos, entre os quais podemos destacar a coisificação do ser humano reduzindo-o a um objeto, tornando-o uma mercadoria a ser comercializada.

Mbembe (2018) nos lembra que no discurso protorracista europeu, dizer homem negro implicava, pois, evocar as disparidades da espécie humana e remeter ao estatuto de ser inferior que fora designado para o negro, a um período da história em que todos os africanos tinham um potencial de mercadoria. Mbembe nos mostra também a relação entre colonialismo, processo de escravização e capitalismo.

Negro, aliás, sempre foi o nome por excelência do escravo _homem-metal, homem-mercadoria e homem-moeda. O complexo escravagista atlântico, no centro do qual se encontra o sistema de plantation no Caribe, no Brasil ou nos Estados Unidos, foi um elo notório na constituição do capitalismo moderno. Esse complexo atlântico não produziu nem o mesmo tipo de sociedades nem os mesmos tipos de escravos que o complexo islâmico-transaariano ou que o complexo que ligava a África ao mundo índico. Se há algo que distingue os regimes de escravidão transatlântica das formas autóctones de escravidão nas sociedades africanas pré-coloniais é precisamente o fato de estas nunca terem sido capazes de extrair de seus cativos uma mais-valia comparável à que se obteve no novo mundo. O escravo de origem africana no novo mundo representava, assim, uma figura relativamente singular do negro, cuja especificidade era a de ser uma das engrenagens essenciais do processo de acumulação em escala mundial. (MBEMBE, 2018 p. 94).

No período escravocrata brasileiro o próprio negro, e não apenas sua força de trabalho eram considerados como uma mercadoria, cuja comercialização visava o lucro para o senhor. Trazido do continente africano para a América, amontoados em navios negreiros, os negros tinham sua humanidade ignorada, passando a ser considerados meros objetos a serem comercializados nas ruas e nas praças. Abriremos aqui um parêntese antes de prosseguirmos com a questão da relação entre escravidão e o modo de produção capitalista para abordar um assunto que não pode passar despercebido: o início da história do negro. A história do negro não se inicia nos porões dos navios negreiros. Ela tem origem no continente africano, que é invadido a mando dos colonizadores, e de forma fria e violenta os negros são trazidos para o Brasil.

Tinha chegado tempo da colheita, e o milho e o inhame e o amendoim eram em

abundância nas nossas roças. [...] Sim, eu estava triste, e não sabia a que atribuir minha tristeza. Era a primeira vez que me afligi tão incompreensível pesar. Minha filha sorria-se para mim, era ela gentilzinha, e em sua inocência semelhante um anjo. Desgraçada de mim! Deixei-a nos braços de minha mãe, e fui-me à roça colher milho. Ah! Nunca mais devia eu vê-la... Ainda não tinha vencido cem braças do caminho, quando um assobio, que repercutiu nas matas, me veio orientar acerca do perigo iminente, que aí me aguardava. E logo dois homens apareceram, e amarraram-me com cordas. Era uma prisioneira - era uma escrava! Foi em balde que supliquei em nome de minha filha que me restituíssem liberdade: os bárbaros sorriam-se das minhas lágrimas, e olhavam-me sem compaixão. Julguei enlouquecer, julguei morrer, mas não me foi possível... a sorte me reservava ainda longos combates. Quando me arrancaram daqueles lugares, onde tudo me ficava; pátria, esposo, mãe e filha, e liberdade! Meu Deus! O que se passou no fundo da minha alma, só vós o pudeste avaliar!... (REIS, 2020 p. 84).

Essa triste citação foi retirada do romance “Ursula” (1859) de autoria da escritora negra e abolicionista Maria Firmina dos Reis. A citação faz referência a preta Susana, uma das personagens do romance. Maria Firmina nos traz detalhes extremamente importantes sobre a história dos povos negros. Primeiro, eles não viviam na miséria, a romancista menciona uma colheita abundante, porém, acreditamos que essa produção se encontrava fora dos padrões da lógica da acumulação capitalista. Segundo, é a forma trágica e desumana com que os escravizados eram tirados de sua pátria. O martírio começava no continente africano, se estendia na travessia do Atlântico, nas péssimas e desumanas condições as quais eram submetidos nos navios negreiros, e, para aqueles que sobreviviam, o martírio continuava quando pisavam o solo brasileiro.

Retomando agora a questão da relação entre a escravidão e o modo de produção capitalista com ênfase no comércio de escravizados podemos afirmar que os negros eram considerados pelos colonizadores como objetos sendo vendidos como qualquer outra mercadoria. Não se importando em separar mães e filhos, esposo e esposa etc. Anúncios em jornais, alusivos à compra e venda de negros escravizados eram comuns na época. A dor da mãe em relação a perda dos filhos era ignorada, aliás as pessoas negras eram consideradas simplesmente objetos, e objetos não possuem sentimentos.

A romancista Maria Firmina descreve com muita precisão esse momento de separação entre mães e filhos em seu romance “A escrava”.

— Ah! Se pudesse, nessa hora extrema ver meus pobres filhos, Carlos e Urbano!... nunca mais os verei! Tinham oito anos. Um homem apeou-se à porta do Engenho, onde juntos trabalhavam meus pobres filhos — era um traficante de carne humana. Um homem abjeto e sem coração, a quem as lágrimas de uma mãe não podem comover, e nem os soluços do inocente. Esse homem trocou ligeiras palavras com meu senhor, e saiu. Eu tinha o coração pesado e pressentia uma nova desgraça. A hora permitida ao descanso, aconcheguei a mim meus pobres filhos, extenuados de cansaço, que logo adormeceram. Ouvi ao longe rumor, como de homens que conversavam. Alonguei os ouvidos; as vezes se aproximavam. Em breve reconheci a voz do senhor. Senti palpitante

desordenadamente meu coração; lembrei-me do traficante... corri para os meus filhos, que dormiam, apertei-os ao coração. Então senti um zumbido nos ouvidos, fugiu-me a luz dos olhos e creio que perdi os sentidos. Não sei quanto tempo durou este estado de torpor; acordei aos gritos de meus pobres filhos, que me arrastavam pela saia, chamando-me: mamãe! Mamãe! Ah! Minha senhora! — abriu os olhos. — que espetáculo! Tinham metido adentro a porta da minha pobre casinha, e nela entrado, meu senhor, o feitor, e o infame traficante. Ele e o feitor arrastavam sem coração, os filhos que se abraçavam a sua mãe. (REIS, 2021 p. 34-35)

Esse é o relato de uma mãe, escravizada fugida, que já no leito de morte conta à senhora que a acolheu, os infortúnios e as agruras sofridas no decorrer de sua existência. Maria Firmina nos mostra como as pessoas negras eram tratadas, os sentimentos não eram respeitados e a condição humana não era considerada. Apesar de estarmos nos referindo ao pretérito, o certo é que essa situação apenas mudou a roupagem, a essência continua a mesma, ou seja, ainda hoje muitas mães negras choram por seus filhos que lhes são tirados, devido a desmedida violência daqueles que por deterem o poder, conforme nos ensina Achille Mbembe, ditam quem pode viver e quem deve morrer — a necropolítica. As balas “perdidas” nas favelas na maioria das vezes tem como alvo pessoas negras.

A necropolítica, portanto, instaura -se como a organização necessária do poder em um mundo em que a morte avança implacavelmente sobre a vida. A justificação da morte em nome dos riscos à economia e a segurança torna-se o fundamento ético dessa realidade. Diante disso, a lógica da colônia materializa-se na gestão praticada pelos Estados contemporâneos, especialmente nos países da periferia do capitalismo, em que as antigas práticas coloniais deixaram resquícios. [...] A descrição de pessoas que vivem “normalmente” sob a mira de um fuzil, que têm a casa invadida durante a noite, que têm de pular corpos para se locomover, que convivem com o desaparecimento inexplicável de amigos e/ou parentes é compatível com diversos lugares do mundo e atesta a universalização da necropolítica e do racismo de Estado, inclusive no Brasil. (ALMEIDA, 2021 p. 124-125)

Quando observamos a relação racismo e capitalismo, podemos notar que esse modo de produção produz um emaranhado de perversidades no qual um abismo chama outro abismo, desencadeando uma série de problemas. E no final as pessoas negras são as mais atingidas devido as desigualdades econômicas e sociais. A cantora Elza Soares (que nos deixou recentemente no ano de 2022) resume de forma brilhante a condição das pessoas negras na sociedade brasileira.

A Carne (Negra)

A carne mais barata do mercado é a carne negra
A carne mais barata do mercado é a carne negra
A carne mais barata do mercado é a carne negra
A carne mais barata do mercado é a carne negra
A carne mais barata do mercado é a carne negra

Que vai de graça pro presídio
E para debaixo de plástico
Que vai de graça pro subemprego
E pros hospitais psiquiátricos

A carne mais barata do mercado é a carne negra
A carne mais barata do mercado é a carne negra
A carne mais barata do mercado é a carne negra
A carne mais barata do mercado é a carne negra
A carne mais barata do mercado é a carne negra

Que fez e faz história
Segurando esse país no braço
O cabra aqui não se sente revoltado
Porque o revólver já está engatilhado
E o vingador é lento
Mas muito bem intencionado
E esse país
Vai deixando todo mundo preto
E o cabelo esticado
Mas mesmo assim
Ainda guardo o direito
De algum antepassado da cor
Brigar por justiça e por respeito
De algum antepassado da cor
Brigar bravamente por respeito
De algum antepassado da cor
Brigar por justiça e por respeito
De algum antepassado da cor
Brigar, brigar, brigar

A carne mais barata do mercado é a carne negra
A carne mais barata do mercado é a carne negra
A carne mais barata do mercado é a carne negra
A carne mais barata do mercado é a carne negra
A carne mais barata do mercado é a carne negra

(Elza Soares)

Não temos a intenção de nos determos aqui para fazermos uma análise minuciosa desta importante canção, entretanto, queremos destacar alguns pontos os quais consideramos essenciais para a compreensão de como o racismo presente na sociedade exerce influência de forma negativa na vida das pessoas negras. Há uma série de denúncias nessa canção: uma delas é a questão da justiça — apesar da Constituição Federal de 1988 afirmar em seu artigo 5º que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à

propriedade.” Sabemos que na prática cotidiana a realidade difere muito do que está proposto na legislação. A abordagem policial às pessoas negras em relação as pessoas brancas é diferente, a violência e muitas vezes o abuso de autoridade se sobrepõe quando a pessoa é negra. A população carcerária negra é superior a branca, e na hora da defesa também há um diferencial, pessoas brancas geralmente e principalmente por terem condições de terem bons advogados conseguem ter seus direitos reconhecidos mais facilmente.

A proporção de jovens negros que morrem, inclusive em ação policial, é maior quando comparada aos jovens brancos. Será que os jovens negros são mais perigosos? São mais violentos? Alguém pode até querer incriminar a raça negra, porém, quando observamos o racismo em seu aspecto estrutural, podemos ver que há algo que contribui para essa desigualdade que vai além de ações individuais ou deformação devido a raça.

O racismo tem, portanto, duas funções ligadas ao poder do Estado: a primeira é a de fragmentação, de divisão no contínuo biológico da espécie humana, introduzindo hierarquias, distinções, classificações de raças. O racismo estabelecerá a linha divisória entre superiores e inferiores, entre bons e maus, entre os grupos que merecem viver e os que merecem morrer, entre os que devem permanecer vivos e os que serão mortos. E que se entenda que a morte aqui não é apenas a retirada da vida, mas também é entendida como a exposição ao risco da morte, a morte política a expulsão e a rejeição. (ALMEIDA 2021 p. 115)

A evasão escolar entre jovens negros também é maior que entre jovens brancos. Desse modo e por entendermos que a educação, mesmo com todas suas fragilidades ainda é capaz de produzir um diferencial positivo na vida do ser humano, temos que, a evasão escolar contribui grandemente para graves problemas entre eles o desemprego e o subemprego. Além da evasão escolar que muitas vezes é fruto do racismo, ainda temos que considerar a perseguição racial no mercado de trabalho. Pessoas negras com a mesma formação e profissão tem remunerações inferiores à remunerações de pessoas brancas. E ainda tem que provar o tempo todo sua capacidade profissional, que na maioria das vezes é subestimada. Isso é agravado quando há intersecção entre raça e gênero, ou seja, a mulher negra é penalizada em relação a remuneração duas vezes, por ser negra e mulher.

Todavia, observando ainda a canção de Elza Soares, podemos ver que mesmo em meio a tantas adversidades enfrentadas pelas pessoas negras, há sempre uma resistência por parte das mesmas. Os quilombos, os movimentos sociais negros, sempre contaram com pessoas dispostas a lutarem por seus direitos. Já conquistamos muitas coisas, mas, ainda falta muito a se conquistar, é preciso eliminar o abismo que separa as pessoas por causa da raça, e que provoca, sobretudo, desigualdades econômicas, sociais,

culturais e jurídicas, gerando exploração e violência. É preciso mudar a estrutura da nossa sociedade e para isso temos que “Brigar, brigar, brigar”. **E para brigar é necessário ter as armas do conhecimento.**

1.2 Outra mancha na sociedade brasileira: o machismo

Mesmo que já abordamos situações relacionadas a mulher negra, podemos dizer que até esse momento tivemos como foco a questão do racismo. **Agora vamos abordar a questão do machismo na nossa sociedade.** Lembrando que em vários momentos haverá a intersecção entre racismo e machismo. Ainda que procuramos fazer didaticamente a separação entre esses elementos, na realidade sabemos que ambos operam quase sempre concomitantemente na sociedade.

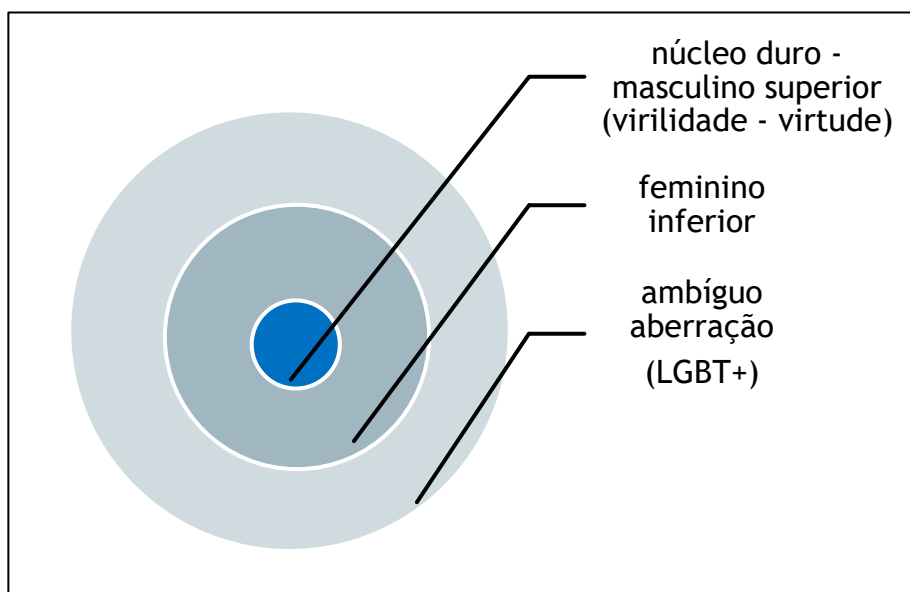
Falar de machismo na sociedade brasileira é algo bastante complexo, uma vez que, conforme muito bem nos lembra June Hahner (1940 -) em sua obra “A mulher no Brasil” há uma variedade de tipos de mulheres que desde o período colonial fazem parte desta sociedade: a escravizada africana, a indígena, a senhora de fazenda, a habitante da favela urbana, a moderna dona-de-casa da classe média, entre outras. Desse modo apesar de sabermos que o machismo possui uma essência comum, ele pode se manifestar de forma diferenciada para cada uma dessas mulheres.

Ouvimos sempre as pessoas dizerem que vivemos em uma sociedade machista, mas, afinal o que é machismo?

Para termos uma ideia, o dicionário Houaiss significa “machismo” (em sua 3ª acepção) como um “comportamento que tende a negar à mulher a extensão de prerrogativas ou direitos do homem” (Houaiss; Villar, 2001, p. 1803). Entendemos que a expressão “tende a negar” é um eufemismo frente a violência com a qual o machismo produz as relações entre masculino e feminino; produção esta que necessita urgentemente ser compreendida para ser combatida. (HINTZE 2020, p. 9)

Construíram na sociedade um padrão onde o homem “o masculino” é a referência máxima, forte, corajoso, dominador. Assim, conforme nos explica Hintze, o feminino, que ao mesmo tempo é uma negação ou ausência do masculino e que também deriva do masculino, é desvalorizado a partir desse masculino. Nessa concepção a maior virtude é a virilidade, denominada de núcleo-duro e que é o centro de toda a produção valorativa (moral) do machismo.

Figura 3 – O núcleo duro do machismo



Fonte: HINTZE (2020) organizado pela autora

De acordo com Hintze sofrerão violências, preconceitos e discriminações os ditos “homens” que se afastarem do núcleo duro, bem como as “mulheres” que se aproximarem desse núcleo. Por exemplo, homens que fazem trabalhos domésticos (lavar louça) e mulheres motoristas de ônibus – profissão classificada como “masculina”. Os sentimentos também estão inclusos nessa concepção, ou seja, ao homem compete ser forte “homem não chora”, enquanto a mulher deve ser frágil e sentimental. Nessa concepção machista, se o homem chora, demonstrando seus sentimentos, conseqüentemente ele estará se afastando do núcleo duro, do masculino, que é superior e se aproximando do feminino, que é inferior. Na sociedade essas construções ideológicas nada mais são do que estratégias de dominação, sendo reproduzidas e naturalizadas pelas instituições.

Hintze ainda nos mostra as várias formas de manifestação do machismo que pode operar de forma explícita deixando claro seu caráter violento, mas que pode se apresentar também de modo disfarçado:

É machista todo entendimento que considere o “masculino” como naturalmente superior ao “feminino”. O *dégradé* deste entendimento vai desde as mais escancaradas manifestações do machismo (afirmações explícitas da superioridade masculina, atos violentos contra o feminino – em última conseqüência o feminicídio) até as mais sutis – imiscuídas em discursos que, por vezes, parecem ser de “defesa” do feminino (mas uma defesa que rebaixa), de “cavalheirismo” (mas um cavalheirismo que coisifica), de “elogio” (mas um elogio que invade), de “piadas” (mas, de um humor que diminui) ou de “cuidado” (mas um cuidado que despersonaliza, deslegitima e produz aquela que é cuidada como inferior). (HINTZE, 2020 p. 35-36 grifos do autor)

Esse mesmo autor fazendo referência a Viana (2013), explica também o

conceito de naturalização já utilizado por nós nesse trabalho.

Precisamos nos proteger da ideia de que a naturalização é mero processo de pensamento, do mundo das ideias, antes ela “age sobre uma realidade concreta, real, existente, invertendo ela, transformando-a, no plano das ideias, de algo constituído social e historicamente em algo natural” (Viana, 2013, p. 74). Então, percebemos que a naturalização não cria a hierarquia entre “masculino” e “feminino” e, portanto, a desigualdade. Tal desigualdade é um fenômeno que já existe e que é produzido nos embates sociais. O que a naturalização faz é retirar essa hierarquização e a consequente desigualdade do campo histórico do devir do acontecimento, criando sobre esse fenômeno a falsa ideia de que ele é um dado da natureza, que está na condição própria de algo. (HINTZE, 2020 p. 32)

Diríamos que essa naturalização quando relacionada tanto ao racismo quanto ao machismo desempenha o papel de camuflar a exploração e a violência existentes na relação dominador explorador e dominado explorado. Machel (1980) mostra a gravidade da situação da mulher na sociedade moçambicana.

De uma maneira geral, no seio da sociedade, ela aparece como o ser mais oprimido, mais humilhado, mais explorado. Ela é explorada até pelo explorado, batida pelo homem rasgado pela palmatória, humilhada pelo homem esmagado pela bota do patrão e do colono. (MACHEL, 1980 p. 18)

Essa situação não difere muito da realidade da sociedade brasileira, aqui também muitas vezes as mulheres são exploradas pelos explorados. Esse é um dos motivos pelo qual fizemos questão de mencionar anteriormente os vários tipos de mulheres que compõe a sociedade brasileira, a raça e a classe são dois elementos indispensáveis para compreensão da atuação do machismo na sociedade. Embora saibamos que o machismo se faz presente em todas as classes sociais (do palácio à favela) e que pode atuar independente da raça (branca, negra, amarela), não podemos negligenciar que a situação machista pode ser ainda mais grave no caso da mulher ser negra (raça) e pobre (classe). A questão econômica constitui-se em um sério agravante quando se fala em machismo na sociedade, porém este não é o único agravante. Haja vista que existem muitas mulheres de classe média e alta, sofrendo com o machismo dentro e fora dos lares, inclusive no mercado de trabalho.

As várias dimensões do machismo faz com que o mesmo afete os diversos tipos de mulheres de forma diferentes. Assim, a concepção de machismo bem como as reivindicações de uma trabalhadora, de classe baixa, pode diferir da concepção e reivindicações de mulheres de classe média ou alta.

Quadro 2 – Dimensões do machismo

<p>Preconceito:</p>	<p>O machismo é um preconceito porque é um conjunto de ideias, opiniões ou sentimentos que são desfavoráveis ao “feminismo, esse conjunto é formado sem conhecimento abalizado, sem ponderação ou mesmo sem razão (moralismo); é igualmente, um sentimento hostil, assumido em consequência da generalização apressada de uma regra naturalizada (a superioridade do “masculino” sobre o “feminino”); e é uma intolerância, pois não permite que nada de fora disso floresça.</p>
<p>Opiniões (ideias) e atitudes (ações)</p>	<p>O machismo está tanto no campo das ideias quanto no campo das ações . Descarta-se assim a possibilidade de engano de que o machismo seja um mero discurso.</p>
<p>Discriminação</p>	<p>Com o desdobramento do preconceito, o machismo é uma discriminação, pois se plasma num tratamento diferenciado (no caso pior) dado ao “feminismo” em relação ao “masculino”. Esse movimento discriminatório é claramente visto no mercado de trabalho – assim como em outras instâncias do social (especialmente àquelas ligadas ao poder).</p>
<p>Violência</p>	<p>O machismo é uma violência simbólica (Bourdieu, 2019) e física. Trata-se de toda forma de constrangimento físico ou moral exercido sobre o “feminino”. Essa violência é sempre realizada no sentido de obrigar o “feminino” a submeter-se à vontade do “masculino”. O capítulo da história do machismo como violência é muito extenso e merece desdobramentos em muitas direções. A violência final contra o “feminino” é o feminicídio: o assassinato de uma mulher que tem sua causa, justamente, ela ser mulher.</p>
<p>Opressão</p>	<p>Como opressão, o machismo é uma forma de sujeição imposta pela força, pelo uso da autoridade ou, digamos de forma mais correta, do autoritarismo. Neste, o critério da autoridade é uma tautologia: a autoridade do “masculino”. Entendido como opressão o machismo é uma tirania, a qual coloca o “feminino”</p>

	<p>sob jugo do “masculino”. Ele mostra sua face no constrangimento e na pressão moral (por exemplo, a constante coação da mulher a ser recatada, pudica, casta) à qual submete tudo o que é “feminino”, notadamente a mulher, as populações LGBTQ+ e todos os homens que estão longe do núcleo duro, provocando humilhação e embaraço. A opressão do machismo produz, sem dúvidas, diminuição acentuada do vigor e da energia dos indivíduos na sociedade.</p>
<p>Exercício de poder, forma de controle e dominação:</p>	<p>Sob a égide do machismo, a construção dos corpos obedece à construção do corpo “masculinizado” (no sentido de construído como masculino) como referência e do “feminilizado” (no sentido de construído como feminino) como desdobramento, ausência, inversão do masculino – disto, tira-se conclusões morais que criam uma narrativa da condição do “feminino” como naturalmente inferior (por essência, por definição, por natureza) ao “masculino”, física e moralmente de maneira indissociável (lembrando: moral, porque física). Desse pressuposto, se desdobram as regras morais e, nelas, a exigência de comportamento (casto, pudico, recatado) das mulheres. Esse sistema conforma-se num sistema de controle e dominação.</p>

Fonte: HINTZE (2020) organizado pela autora

Lembrando que o machismo, assim como o racismo, se manifesta não apenas na esfera individual, mas também na institucional e na estrutural. Desse modo, fazendo um paralelo com os exemplos de racismo apresentados por Almeida (2021), podemos citar como exemplo de machismo individual, uma pessoa “masculina” agredindo fisicamente ou emocionalmente uma pessoa “feminina” dentro do lar ou em outro ambiente, (devido sua condição feminina, considerada como inferior pelo agressor). Já na esfera institucional podemos citar como exemplo os papéis a serem desempenhados por homens e mulheres na sociedade.

[...] Por um lado, a moral pode ser compreendida como um conjunto de valores e de regras de ação propostas aos indivíduos por intermédio de estruturas sociais tais como a família, as instituições educativas, as igrejas, os partidos, a mídia, a moda, o Estado, entre tanto outros atores. Assim sendo, cada qual a seu modo, essas instituições trabalham para a manutenção (naturalização) do machismo estrutural: a família nuclear burguesa, por meio da estrutura do casamento heteronormativo; as definições. Posições e papéis de “marido” e “esposa”; ocupações dentro e fora do lar, prerrogativas de

comportamento e, principalmente, a educação das crianças quanto à definição de papéis de “meninos masculinos” e “meninas femininas”. A igreja na proposição de valores morais transcendentais e na cobrança da rígida observância desses valores. [...]; A escola na preparação das crianças para a sociedade; operando na construção de cidadãos; e no trabalho de masculinização dos corpos dos meninos e feminilização dos corpos das meninas. (HINTZE, 2020 p. 26-27).

Antes mesmo da criança chegar à escola, ou em consonância com a educação escolar, a família já a educa com base em comportamentos machistas. E apesar de já ter famílias implantando o antimachismo no seio familiar, ainda existem muitas famílias que privam tanto meninos quanto meninas de determinadas brincadeiras devido suas concepções machistas. Essa educação familiar machista se inicia na infância perpassa pela adolescência, juventude e se estende até a fase adulta e velhice.

Desde criança a moça é educada de uma maneira diferente do rapaz, sendo - lhe inculcado um sentimento de inferioridade. Nada disso é surpreendente: como dissemos, a sociedade exploradora fomenta a ideologia, a cultura, a educação que servem aos seus interesses. Ela faz isso com a mulher, como o faz com o colonizado ou o trabalhador nos países capitalistas. Todos eles são mantidos deliberadamente na ignorância, no obscurantismo e na superstição, com o objetivo de convencê-los a resignarem-se à sua situação, a inculcar-lhes o espírito de passividade e servilismo. (MACHEL, 1980 p. 24)

Na sociedade machista cabe às instituições por meio de ideologias, crenças, mitos, superstições, costumes etc. assegurarem a manutenção do machismo na esfera estrutural que, por sua vez, a nosso ver é quem retroalimenta de certa forma as esferas individual e institucional.

Mas o que é machismo estrutural? Entendemos esse fenômeno como a construção, a organização, a disposição e a ordem dos elementos que compõe o corpo social, dando sustentação à dominação patriarcal, enaltecendo os valores constituídos como “masculinos” em direto e (des)proporcional detrimento da condição autônoma dos valores constituídos como “femininos” em todas as suas manifestações, em especial na mulher. Como sistema de opressão do feminino, o machismo estrutural, mesmo enaltecendo os valores “masculinos” e os sujeitos que convenciamos chamar de “homens”, é produtor de mazelas e pressões para esses “homens” em torno de uma brutal exigência de sua masculinidade e estimulando e exigindo comportamentos que, muitas vezes, lhes causam profundos danos psíquicos - de formas e proporções diferentes dos danos produzidos às “mulheres”. Ainda o machismo estrutural coloca todos os gêneros que escapem a qualquer classificação binária e dicotômica (masculino < > feminino) como aberrações e os relega à invisibilidade. (HINTZE, 2020 p. 13-14).

Podemos observar que mesmo em proporções diferentes o machismo estrutural causa danos tanto para homens quanto para mulheres. Por que então a insistência em reproduzir uma sociedade machista? **Ora, se a sociedade capitalista é estruturada na exploração e dominação e o machismo é capaz de garantir essas características, logicamente ele deve ser mantido a fim de assegurar a “estabilidade” dessa**

sociedade. Mesmo que Machel (1980) não trate diretamente a questão do machismo, suas reflexões nos leva a compreender as causas da manutenção do machismo estrutural na sociedade: dominação e exploração.

Começamos por dizer que a opressão da mulher é uma consequência da sua exploração, a opressão na sociedade é sempre o resultado da exploração imposta. O colonialismo não nos veio ocupar com o objetivo de nos prender, de nos chicotear ou dar palmatórias. Ele invadiu-nos, ele ocupou-nos com o objetivo de explorar nossas riquezas, explorar nosso trabalho. Para nos explorar, para suprimir a nossa resistência à exploração e impedir uma revolta contra ela, introduziu então o sistema de opressão. A opressão física, com os tribunais, a polícia, as forças armadas as prisões, as torturas, os massacres. A opressão moral, com o obscurantismo, a superstição, a ignorância, destinados a destruir o espírito de iniciativa criadora, liquidar o sentido de estado de explorado e oprimido como coisa normal. Dentro do processo surge então a humilhação e o desprezo, porque aquele que explora e oprime tem tendência a humilhar e desprezar a vítima, considerá-la como naturalmente inferior. Aparece o racismo, forma suprema da humilhação e do desprezo. O mecanismo da alienação da mulher é idêntico ao mecanismo da alienação do homem colonizado na sociedade colonial, ou do trabalhador na sociedade capitalista. (MACHEL, 1980 p. 21-22)

O processo de inferiorização da mulher não é natural nem acidental, é uma construção organizada com o intuito justamente de oprimir e conseqüentemente explorar e dominar o feminino.

O machismo estrutural é a força do enaltecimento do que é socialmente construído ao longo dos tempos como “masculino”, um ininterrupto exercício de poder hegemônico androcêntrico por estabelecer os valores “masculinos” como condição natural, superior e, portanto, como desdobramento lógico disso: como referência, norma, comportamentos socialmente aceitos, ponto de partida e termo para toda inteligência e ação no mundo. (HINTZE, 2020 p. 33).

A exploração da mulher dentro e fora do lar vai sendo naturalizada, uma vez que mecanismos ideológicos são utilizados o tempo todo no sentido de fazer com que a mulher acredite que é um ser frágil e por isso inferior, necessitando de proteção do homem, que vê aqui uma excelente oportunidade para exercer sua dominação sobre a mulher. Parece contraditório que a mulher na atual conjuntura exercendo dupla ou até mesmo tripla jornada de trabalho, seja considerada um ser frágil, porém, conforme já vimos há uma construção desde a infância que leva a mulher acreditar nessa dita fragilidade de cunho machista.

O processo de alienação mental atinge o ponto culminante quando o elemento explorado, reduzido a passividade total, já não consegue imaginar que possa existir uma possibilidade de libertação, e ele próprio se torna agente difusor da teoria da resignação e passividade. Devemos reconhecer que a dominação multi-secular da mulher a reduziu em grande parte a este estado de passividade, que a impede mesmo de compreender a sua condição. (MACHEL, 1980 p. 24).

Quando a mulher é negra essa condição de exploração duplica ou triplica devido

as questões de gênero, raça e classe. E o que era para ser visto pela sociedade como algo desumano que necessita de correção, é simplesmente visto como algo normal e natural. Hintze (2020) nos mostra que nossa estruturação moderna de pensamento é baseada numa visão dualista e hierarquizada, a qual produz dicotomias, esse é o pensamento dos atores hegemônicos na sociedade capitalista e que vai sendo reproduzido para toda a sociedade:

DOMINANTE, dominado;
COLONIZADOR, colonizado;
CULTURA, natureza;
MASCULINO, feminino;
HOMEM, mulher;
BOM, mau;
BELO, feio;
BRANCO, negro;
ADULTO, criança / idoso.

Enquanto os elementos da primeira coluna são vistos como superiores pelo paradigma ocidental/moderno, os elementos da segunda coluna são considerados inferiores sendo por isso, passíveis de dominação e exploração pelos ditos superiores. Acrescentaríamos à lista de Hintze também, a dualidade: BURGUESIA, proletariado; (trabalhadores/as – empregados/as), justamente para melhor compreendermos a situação da mulher negra na sociedade capitalista, bem como sua luta contra o machismo.

No período que imediatamente sucedeu a abolição, nos primeiros tempos de “cidadãos iguais perante a lei”, **coube a mulher negra arcar com a posição de viga mestra de sua comunidade.** Foi o sustento moral e a subsistência dos demais membros da família. Isso significou que seu trabalho físico foi decuplicado, uma vez que era obrigada a se dividir entre o trabalho duro na casa da patroa e suas obrigações familiares. Antes de ir para o trabalho, havia que buscar água na bica comum da favela, preparar o mínimo de alimento para os familiares, lavar, passar e distribuir as tarefas das filhas mais velhas no cuidado dos mais novos. Acordar às três ou quatro horas da madrugada para “adiantar os serviços caseiros” e estar às sete ou oito horas na casa da patroa até a noite, após ter servido o jantar e deixado tudo limpo. Nos dias atuais, a situação não é muito diferente. (GONZALEZ, 2020 p. 40, <grifo nosso>).

Interessante que Lélia Gonzalez inicia essa narrativa dizendo – logo após a abolição, provavelmente na década de 1890. Essa narrativa me trouxe a memória minha mãe contando sobre o seu trabalho de empregada doméstica nas décadas de 1970/80 na cidade de Araguari, interior de Minas Gerais: trabalhava de domingo a domingo, saía cedo de casa depois de tirar água na cisterna, pois não havia água encanada, e dar uma organizada na casa para facilitar para minha avó que cuidava dos meus irmãos durante sua ausência. Quando chegava ao trabalho já estava cansada, trabalhava o dia todo, só chegava em casa à noite muito cansada. Aos domingos tinha permissão para sair mais

cedo, depois de lavar a louça do almoço, ou seja, por volta de três ou quatro horas da tarde, isso ocorreu por muitos anos.

O que se opera no Brasil não é apenas uma discriminação efetiva; em termos de representações sociais mentais que se reforçam e se reproduzem de diferentes maneiras, o que se observa é um racismo cultural que leva, tanto algozes como vítimas, a considerarem natural o fato de a mulher em geral e a negra em particular desempenharem papéis sociais desvalorizados em termos de população economicamente ativa. No que se refere a discriminação da mulher, que se observem, por exemplo, as diferenças salariais no exercício de uma função com relação ao homem, e a aceitação de que “está tudo bem”. Quanto a mulher negra, sua falta de perspectiva quanto à possibilidade de novas alternativas faz com que ela se volte para a prestação de serviços domésticos, o que a coloca numa situação de sujeição, de dependência das famílias de classe média branca. A empregada doméstica tem sofrido um processo de reforço quanto a internalização da diferença, da “inferioridade”, da subordinação. No entanto, foi ela quem possibilitou e ainda possibilita a emancipação econômica e cultural da patroa dentro do sistema de dupla jornada. (GONZALEZ, 2020 p. 42-43).

Lélia Gonzalez chama nossa atenção para a condição de subordinação da mulher negra à mulher branca, a patroa, mostrando que apesar da mulher negra contribuir para emancipação da mulher branca, sua condição de mulher negra não é lembrada nos movimentos feministas. A discriminação racial não é considerada, ou seja, não é feita a intersecção entre raça e gênero. Essa intersecção não pode ser ignorada, e enquanto a mulher branca luta denunciando e fazendo reivindicações específicas, a mulher negra continua sendo oprimida. “A libertação da mulher branca tem sido feita às custas da exploração da mulher negra.” (GONZALEZ, 2020 p. 43). Infelizmente Lélia tem razão. Todavia, não podemos nos esquecer que há mulheres brancas que também vivem essa situação de subordinação e exploração, porém geralmente as mulheres negras são as mais afetadas.

Assim, quando uma mulher negra conquista uma posição de destaque como por exemplo, um cargo político, passa a sofrer constantes ataques racistas e machistas, inclusive ameaça de morte.

Andréia de Jesus, deputada reeleita à Assembleia Legislativa de Minas Gerais vem sofrendo ameaças racistas e machistas. Em uma das ameaças³ da qual foi vítima de racismo, um envelope foi deixado em seu gabinete contendo a figura de um macaco, em recorte de jornal, recoberta de xingamentos de toda ordem referidos à deputada. “Pela

³ Nota de solidariedade à deputada Andréia de Jesus vítima de racismo. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/comum/nota-de-solidariedade-a-deputada-andreia-de-jesus-vitima-de-racismo> Acesso em: 25 dez. 2022.

primeira vez, em quase 200 anos, três mulheres negras são deputadas na ALMG e agressões como a que a deputada recebeu questionam o direito de estarem nesse lugar.” E questionam justamente por que no imaginário da branquitude o lugar da mulher negra é trabalhando na casa dos outros, lavando, passando, cozinhando, sendo explorada economicamente, fisicamente e muitas vezes até sexualmente. Se a mulher negra foge dessa regra, a branquitude entende que ela deve ser eliminada, pois constitui uma ameaça para o sistema, uma vez que, podem despertar mais mulheres levando-as ao entendimento de que são capazes de provocar intervenções e mudanças significativas e positivas em suas realidades. Foi o que infelizmente aconteceu com a parlamentar Marielle Franco:

Escrevo hoje também como irmã de Marielle Franco, uma mulher negra de favela e periferia, parlamentar eleita na cidade do Rio de Janeiro em 2018 com mais de 46 mil votos, que tinha uma trajetória de mudanças e de transformações inimagináveis e que foi retirada de nossa família com cinco tiros na cabeça por homens, brancos, que entenderam que uma das formas mais utilizadas na história para tentar parar revoluções lideradas por pessoas negras é tentando nos eliminar. Pessoas essas que seguem achando que nossos corpos são deveras descartáveis. (FRANCO, 2022 p. 52-53).

Anielle Franco, irmã mais nova de Marielle Franco, escreve a respeito da irmã, mas podemos dizer que todos os dias várias “Marielles” perdem a vida de forma brutal. A violência contra a mulher na sociedade brasileira é algo assustador, mas que infelizmente vai sendo naturalizado principalmente devido as fragilidades da justiça brasileira cuja maioria dos integrantes são homens brancos. Para muitos juízes e promotores pouco importam se uma mulher negra é assassinada, para eles, como diz Anielle Franco, os corpos negros são descartáveis, ou ainda como diria Elza Soares “É a carne mais barata”, por isso sem valor.

Os corpos negros incomodam a branquitude, e quando não é possível fazer uma divisão racial do espaço, separando brancos e negros, ou seja, quando pessoas negras ocupam os mesmos lugares que pessoas brancas e possuem o mesmo direito de fala, e insistem em lutar cada vez mais por esse e por outros direitos, a branquitude se irrita, fica raivosa, e como não tem nenhum escrúpulo recorre a violência para se livrar do “incômodo”.

Se por um lado a mulher negra é hostilizada por ser negra, por outro lado ela é também hostilizada por ser mulher e ocupar determinados espaços. Conforme já dissemos e ainda iremos dizer, o racismo e o machismo na maioria das vezes caminham de mãos dadas. É justamente por isso que em nossos estudos damos ênfase a mulher negra, não que o homem negro não sofra com o racismo, ou a mulher branca não sofra com o

machismo, mas, justamente porque a mulher negra é vítima de ambos, machismo e racismo.

Chegou a um ponto que as mulheres passaram a se reunir separadamente, para depois, todos se reunirem em uma sala maior, onde se discutia os problemas comuns. É claro que pintou machismo e paternalismo, mas também solidariedade e entendimento. O atraso de alguns se manifestou num tipo de moralismo calvinista e machista, que caracterizavam o quanto se sentiam ameaçados pela capacidade e sensibilidade das companheiras mais brilhantes; em seus comentários, falavam de mal-amadas e coisas que tais (baixaria mesmo). Desnecessário dizer que suas esposas ou companheiras nunca participaram de tais reuniões, na medida em que ficavam em casa cuidando das crianças, da casa etc., o que é sintomático. De um modo geral esses machões eram de uma geração mais velha, porque os mais jovens cresceram juntos com suas irmãs de luta. (GONZALEZ, 1982 p. 34-35)

Ao nos descrever trajetórias do Movimento Negro, Gonzalez mostra como o machismo se faz presente até mesmo dentro dos movimentos de luta. Ainda existem muitos machões atuando em nossa sociedade, independente de raça, classe social, religião etc. mesmo porque conforme já vimos, o machismo não é apenas uma questão individual, estando também presente nas instituições e enraizado nas estruturas da sociedade capitalista.

A exploração da Mulher é um aspecto do sistema geral de exploração do homem pelo homem. E esta exploração que cria as condições de alienação da mulher, a reduz à passividade e a exclui da esfera de tomadas de decisões da sociedade. Assim, as contradições antagônicas que existem são entre a mulher e a ordem social exploradora. Estas contradições são as mesmas que opõe a totalidade das massas exploradas do nosso país e do mundo às classes exploradoras. (MACHEL, 1980 p. 34).

E para consolidar e dar continuidade a essa exploração foram incutidas nas mentes tanto de homens como de mulheres, ideologias capazes de fazê-las acreditarem que tal fenômeno seja natural, e não uma estratégia criada pelo colonizador a fim de monopolizar a dominação oprimindo e explorando os demais. Todavia é preciso lembrar que sempre houve pessoas preocupadas, lutando contra injustiças tanto raciais quanto de gênero na sociedade. Desse modo abordaremos no próximo capítulo os movimentos feminista e feminista negro.

2. MOVIMENTO FEMINISTA E A LUTA CONTRA O RACISMO E O MACHISMO

Assim como nós sempre procuramos conceituar os termos, vamos primeiramente nos ater ao conceito de **feminismo**, que por sua vez é diferente de **femismo**. Enquanto este último expressa o contrário de machismo, o primeiro tem um significado totalmente diferente, ou seja, o feminismo pode ser definido como sendo uma luta não contra os homens em si, mas sim, contra o sexismo e outras formas de opressão. O termo sexismo por sua vez, cuja função é determinar os lugares e os papéis dos indivíduos na sociedade de acordo com o gênero, é uma construção social e cultural que geralmente se inicia ainda na infância e tem na maioria das vezes a intenção de inferiorizar as mulheres. Como exemplo podemos citar: “meninas vestem rosa e meninos vestem azul”, “meninas brincam com bonecas e meninos brincam com carrinho”, “o lugar da mulher é em casa cuidando dos filhos e o lugar do homem é trabalhando fora”. É como se já houvesse uma pré determinação quanto aos lugares a serem ocupados e os papéis a serem desempenhados. Isso contribui extremamente para acirrar as desigualdades sociais e a exploração e inferiorização das mulheres.

2.1 O movimento feminista

De maneira geral o movimento feminista encontra fortes resistências por parte de várias instituições. Entre os motivos dessa resistência podemos citar pelo menos três causas básicas: a primeira se refere ao impacto “negativo” que esse movimento, pode provocar no projeto de sociedade capitalista que se tem. Assim como o racismo, o sexismo contribui sobremodo para a naturalização da inferioridade de determinados grupos. Desse modo quando o movimento feminista reivindica direitos iguais inclusive em relação a questão salarial entre homens e mulheres, ele está indo totalmente contra os princípios capitalistas que primam pela exploração do indivíduo. A justificativa de que a mulher é inferior e por isso deve receber um salário inferior ao salário do homem é um “prato cheio” para perpetuação da exploração não só do trabalho feminino, mas também, do masculino, visto que sempre haverá um exército de reserva a disposição do capitalista explorador.

A segunda diz respeito a discordância de algumas instituições, principalmente a religiosa, em relação a determinadas pautas e reivindicações do movimento, por exemplo, a questão do aborto. Enquanto o movimento feminista defende o direito da mulher em relação ao seu corpo, várias pessoas, não apenas devido a questões religiosas, mas

também por outros princípios, defendem a vida da criança que será vítima no processo abortivo. Esse assunto é extremamente delicado e envolve questões culturais, religiosas, sociais e até mesmo econômicas. Em um momento posterior voltaremos abordar esse assunto novamente.

E a terceira causa está vinculada a falta de conhecimento, que por sua vez gera uma concepção errônea sobre a real intenção do movimento. bell hooks ativista feminista estadunidense, é bem enfática quanto a essa falta de conhecimento:

Na maioria das vezes, pensam que o feminismo se trata de um bando de mulheres bravas que querem ser iguais aos homens. Essas pessoas nem pensam que feminismo tem a ver com direitos - é sobre mulheres adquirirem direitos iguais. Quando falo do feminismo que conheço - bem de perto e com intimidade -, escutam com vontade, mas, quando nossa conversa termina, logo dizem que sou diferente, não como as feministas de “verdade”, que odeiam homens, que são bravas. Eu asseguro a essas pessoas que sou tão de verdade e tão radical quanto uma feminista pode ser, e que, se ousarem se aproximar do feminismo, verão que não é como haviam imaginado. (HOOKS, 2022 p. 12).

A ativista feminista hooks, prossegue explicando a definição de feminismo nos alertando para o fato de que seu objetivo é acabar com o sexismo, que como muito bem sabemos, gera exploração e opressão. Entendemos que na sociedade patriarcal e machista na qual vivemos, a luta contra exploração e opressão é uma necessidade que requer sobretudo urgência. Essa luta como muito bem explica hooks não é contra os homens, mas, contra todo um sistema opressor que foi organizado pelo homem branco e que continua no sentido do machismo produzido pelo colonialismo europeu do branco:

“Feminismo é um movimento para acabar com o sexismo, exploração sexista e opressão.” Adoro essa definição, que apresentei pela primeira vez há mais de dez anos em meu livro *Feminist Theory: From Margin to Center*. Adoro porque afirma de maneira muito clara que o movimento não tem nada a ver com ser anti-homem. Deixa claro que o problema é o sexismo. E essa clareza nos ajuda a lembrar que todos nós, mulheres e homens, temos sido socializados desde o nascimento para aceitar pensamentos e ações sexistas. Como consequência, mulheres podem ser tão sexista quanto homens. Isso não desculpa ou justifica a dominação masculina; isso significa que seria inocência e equívoco de pensadoras feministas simplificar o feminismo e enxergá-lo como se fosse um movimento de mulher contra homem. Para acabar com o patriarcado (outra maneira de nomear o sexismo institucionalizado), precisamos deixar claro que todos nós participamos da disseminação do sexismo, até mudarmos a consciência e o coração; até desapegarmos de pensamentos e ações sexistas e substituí-los por pensamentos e ações feministas. (HOOKS, 2022 p. 13).

É importante ressaltar que esses pensamentos e ações feministas os quais bell hooks se refere estão relacionados não apenas a luta por direitos das mulheres, ou seja, vão bem mais além disso. Todavia, como veremos mais adiante existem sim grupos

“feministas” que se ocupam em colocar em suas pautas apenas preocupações concernentes aos seus próprios interesses. Em geral essas ativistas por serem brancas e pertencerem classes sociais médias ou altas; não se preocupam com questões raciais e nem sociais. Porém, esse não é o caso do feminismo defendido por bell hooks, o qual nós também acreditamos ser o correto ainda que com algumas ressalvas.

Para mim, o feminismo não é simplesmente uma luta para acabar com o chauvinismo masculino, ou um movimento para garantir que as mulheres tenham direitos iguais aos dos homens; é um compromisso para erradicar a ideologia de dominação que permeia a cultura ocidental em vários níveis – sexo, raça e classe social, [...] (HOOKS, 2022 p. 306).

Erradicar essa ideologia de dominação não é fácil uma vez que ela é disseminada por meio da educação familiar e escolar, da cultura e da religião. Entretanto, dizer que não é fácil não significa dizer que seja impossível, ou seja, se essa dominação é uma construção que foi sendo consolidada ao longo dos anos, ela pode ser também desconstruída.

E aqui enfatizamos a urgência dessa desconstrução, visto que, essa dominação produz além da perda de direitos, provoca também opressão, exploração e violência de todas as formas. No caso da dominação do homem em relação a mulher, podemos dizer que a mesma provoca desde as agressões verbal e emocional, podendo evoluir para agressão física, e consumando no feminicídio que está cada vez mais sendo naturalizado em nossa sociedade, principalmente devido as fragilidades da justiça composta em sua maioria por homens brancos oriundos majoritariamente da classe dominante.

Cremos que essa desconstrução assim como a nova construção, deve iniciar também na infância, lembrando que a literatura escrita por mulheres negras tem muito a nos ensinar nesse processo de desconstrução e construção. Escritoras intelectuais que muitas vezes sentiram na própria pele os efeitos machistas e sexista, ou ainda que testemunharam o sofrimento de vítimas dessa violência, ao escreverem, nos dão verdadeiras lições não apenas para confirmar a presença do machismo na sociedade, bem como para nos despertar na busca de possibilidades para combatê-lo. Entre essas escritoras podemos citar: Carolina Maria de Jesus, mãe solo que enfrentou várias dificuldades para criar os filhos, sendo hostilizada por muitos na favela onde morava, principalmente por tomar decisões em favor dos oprimidos e Conceição Evaristo, que aborda em sua literatura a questão do estupro, da violência doméstica, da exploração da mulher negra desde o período colonial até os nossos dias, e outros temas relevantes relacionados a vida das mulheres submetidas ao sexismo e machismo.

A **minha escrita** é profundamente **contaminada** pela **minha condição de mulher negra**. Quando eu me ponho a criar uma ficção, eu não me desvinculo daquilo que eu sou. As **minhas** experiências pessoais, as **minhas** subjetividades, o lugar social que eu pertencço, isso vai vazar na **minha escrita** de alguma forma. (Evaristo, 2021 <grifo da autora>)⁴

Trouxemos esses dois exemplos, Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo, entretanto, temos várias outras mulheres escritoras negras intelectuais, que denunciam a situação de submissão da mulher negra. Lélia Gonzalez quando perguntada em uma entrevista sobre o que é ser feminista, ela responde: “É tomar consciência da sua condição de mulher”. (GONZALEZ, 2020 p. 299). Pode parecer uma resposta simples principalmente por ser pequena. Todavia, apesar da resposta ter sido expressa em poucas palavras, o certo é que essas palavras trazem consigo uma grande complexidade. Tomar consciência da condição de mulher não é algo simples, isso porque conforme já dissemos, desde a infância somos instruídas a nos comportarmos como dominadas. E essa condição de dominada vai se naturalizando a ponto de se pensar que receber um salário inferior ao do homem ocupando o mesmo cargo é normal, ou sofrer determinado tipo de agressão seja natural, uma vez que, nos foi inculcado que a mulher deve ser submissa, e ao homem compete o comando e, portanto, a dominação.

Essa dominação tem uma repercussão negativa no espaço. É criado um espaço de opressão permanente para mulher, um espaço onde a mulher é subordinada às ordens masculinas, ainda que essas ordens na maioria das vezes lhe seja prejudicial. Espaços como o lar, o ambiente de trabalho e outros, precisam ser modificados, ou seja, é preciso criar espaços livres de dominação e conseqüentemente livres de opressão. E a criação desse outro tipo de espaço é possível optando pela arte, pela imaterialidade, pela criatividade, portanto, pela literatura. Lembrando que não estamos nos referindo a qualquer tipo de literatura, estamos falando de uma literatura comprometida com a mudança da condição de opressão da mulher.

Todavia, ajudar a mulher despertar dessa inércia opressora, demanda tempo e ensinamentos que venham fazer com que ela mesma consiga reconhecer que a dominação a qual ela considera natural, pode lhe ser prejudicial em vários aspectos, entre os quais enfatizaremos novamente a perda de direitos e a sujeição à violências. Por outro lado, acreditamos ser mais difícil ainda para o homem ter essa consciência, mesmo porque, além dele não sentir na própria pele os efeitos da dominação na mesma intensidade que a

⁴ Minha escrita é contaminada pela minha condição de mulher negra. Disponível em: <https://www.correiodocidadao.com.br/curta/minha-escrita-e-contaminada-pela-minha-condicao-de-mulher-negra/> Acesso em: 25. Out. 2023.

mulher, ainda temos o fato de que essa dominação acaba por lhe oferecer também alguns privilégios os quais muitas vezes ele se vê tentado a não abrir mão dos mesmos. A consciência do machismo nos homens virá pela racionalidade e também pela sensibilidade, a junção desses revela uma condição de aprendizado contra o machismo a partir da literatura.

Dizemos isso justamente porque a luta feminista contra o sexismo, é uma luta de todas e todos, ou seja, os homens também estão inclusos desde que se sensibilizem por uma racionalidade de luta, uma vez que, o processo de libertação contra as mais diversas formas de dominação deve ser para todos, isto porque o que se almeja não é que a mulher saia da sua condição de dominada para a condição de dominadora, mas que, haja sobretudo, um nível de liberdade onde ninguém seja dominado.

Assim, a importância de um movimento feminista voltado para luta contra todo tipo de dominação. No Dicionário Crítico de gênero, Carneiro (2019) nos traz uma definição de feminismo bem como, as várias formas que o mesmo pode assumir:

Fenômeno social, cultural que assume feições específicas de acordo com o lugar e os sujeitos que dele ou nele falam. Uma das balizas históricas que informam esse fenômeno aparece com a reivindicação de igualdade, feita por Mary Wollstonecraft, na Inglaterra. Na *Vindication of the Rights of Woman* (Reivindicação dos Direitos da Mulher) de 1792, o feminismo liberal ganha expressão na legislação que defende igualdade de educação, salário e oportunidade para as mulheres. Também chamado feminismo científico, empirismo feminista ou feminismo da igualdade, foi princípio orientador da doutrina de ação afirmativa que possibilita o ingresso das mulheres nas profissões, com base na discussão que procurou estender os “direitos do homem” às mulheres, conforme pressupostos do liberalismo. (CARNEIRO, 2019 p. 251).

Carneiro (2019) nos apresenta também três fases pelas quais o movimento feminista já passou ao longo da história a partir do século XIX:

Algumas estudiosas reconhecem três períodos em que, como vagas, distinguem diferentes movimentos: a primeira vaga, localizada no século XIX, localiza, além da demanda pela igualdade de direitos contratuais e de propriedade, as lutas contra a subordinação das mulheres ao casamento e aos maridos. Desdobramentos se verificam no século seguinte, com a conquista pelo direito de voto das mulheres (Nova Zelândia, 1893; Reino Unido, 1918; EUA, 1919; Brasil, 1932, para citar apenas alguns países), entre as lutas pelos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres; a segunda onda, assinalada nas décadas de 1960 e 1970, é caracterizada pela crítica ao etnocentrismo, em aliança com os movimentos norte-americanos pelos direitos civis e pelas lutas anti-colonialistas, nos EUA e na Europa, e a emergência das feministas negras, entre elas Ângela Davis e Alice Walker; a terceira vaga, a partir dos anos 80 do mesmo século, é momento em que se pontua a acentuação dos movimentos e do pensamento social na direção de uma radicalização da crítica ao racionalismo essencialista e às categorias da identidade, particularmente de sexo-gênero, raça-etnia e classe social. (CARNEIRO, 2019 p. 251-252).

Acreditamos que o feminismo por ser um movimento que assume um caráter social, político, econômico e cultural, vai assumindo diversas formas no tempo e no espaço. Geograficamente é possível observar diferenças entre os movimentos feministas brasileiro e estadunidense, porém, quando lemos as ativistas brasileiras Lélia Gonzalez e Djamila Ribeiro e as ativistas estadunidenses bell hooks e Ângela Davis, fica evidente a existência de um paralelo nas ideias e nas concepções que as mesmas possuem em relação a dominação e conseqüentemente a exploração e opressão masculina presentes em ambos os países. É inegável a existência de diferenças na história de vida das mulheres nos diversos países ou continentes, porém, o que se pode observar é que historicamente a mulher tem vivido sob o manto da dominação. Desse modo o objetivo do movimento que pode assumir formas mais radicais ou menos radicais tem sempre como essência a libertação.

Djamila Ribeiro nos mostra a evolução do movimento feminista no Brasil, inclusive a necessidade de se ter um movimento feminista que levasse em consideração a causa das mulheres negras.

No Brasil, o movimento feminista teve início no século XIX com o que chamamos de primeira onda. Nela, que tem como grande nome Nísia Floresta, as reivindicações eram voltadas a assuntos como o direito ao voto e a vida pública. Assim, em 1922 nasceu a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que tinha como objetivo lutar pelo **sufrágio feminino e pelo direito ao trabalho sem a autorização do marido**. A segunda onda teve início nos anos 1970, num momento de crise da democracia. Além de lutar pela **valorização do trabalho da mulher, pelo direito ao prazer e contra a violência sexual**, essa segunda geração combateu a ditadura militar. O primeiro grupo de que se tem notícia foi formado em 1972, sobretudo por professoras universitárias. Em 1975, formou-se o Movimento Feminino pela Anistia. No mesmo ano, surgiu o jornal *Brasil Mulher*, que circulou até 1980, editado primeiramente no Paraná e depois transferido para a capital paulista. [...] Na terceira onda que teve início da década de 1990 e foi alavancada por Judith Butler, começou-se a discutir os paradigmas estabelecidos nos períodos anteriores, colocando-se em discussão a micropolítica. As críticas de algumas dessas feministas vêm no sentido de mostrar que o discurso universal é excludente, porque as mulheres são oprimidas de modo diferentes, tornando necessário discutir gênero com recorte de classe e raça, levando em conta as especificidades de cada uma. (RIBEIRO, 2018, p. 45 < grifo nosso>).

São várias as feministas negras que percebem que suas causas não são significativas para as mulheres brancas. As reivindicações das mulheres em geral são convergentes em muitos pontos; porém, há também muitos pontos divergentes, melhor dizendo, que interessa a um determinado grupo, mas que, no entanto, não é interessante para outro. Podemos assim dizer que essa foi uma das razões para a criação de um movimento feminista negro que atendesse as demandas e reais necessidades das mulheres

negras. Um movimento de luta não apenas contra o sexismo, mas também contra a opressão de raça e classe.

Antes, porém, de abordarmos o feminismo negro, gostaríamos de tecer um comentário a respeito de algumas reivindicações do movimento feminista no Brasil. A primeira é sobre o direito ao trabalho sem a autorização do marido. O Código Civil de 1916 com um pensamento extremamente patriarcal e machista afirmava que a mulher só poderia exercer a profissão com a autorização do marido. Isto foi mudado apenas em 1962 com o Estatuto da mulher casada. Consideramos esta conquista de extrema importância, uma vez que, mesmo sabendo que os salários pagos principalmente às mulheres negras e pobres, não lhes garantem uma verdadeira emancipação, e que geralmente a mulher que se insere no mercado de trabalho possui uma jornada dupla ou até tripla, acreditamos que ter liberdade para inserção no mercado de trabalho é um dos primeiros passos a serem dados na luta pela autonomia e liberdade da mulher. Dizemos isso justamente porque em muitos casos, **mas não em todos**, o que mantém a mulher sob o jugo da dominação em relação ao seu cônjuge é o medo de não conseguir sustentar a si própria e também os filhos.

Creemos que a luta não é apenas por um trabalho, mas, sobretudo, por um trabalho digno capaz de satisfazer no mínimo as necessidades básicas. Todavia o que temos visto é uma constante luta patriarcal pela desvalorização da mulher no mercado de trabalho. Recentemente foi sancionada a lei Nº 14.611, DE 3 DE JULHO DE 2023 que “Dispõe sobre a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.” Mesmo a equiparação salarial entre mulheres e homens sendo prevista na Consolidação das Leis do Trabalho, houve a necessidade de alteração da legislação prevendo a aplicação de multa caso a lei não fosse cumprida pelo empregador, conforme explícito no parágrafo 7º do artigo terceiro da referida lei:

O art. 461 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 461.

§ 6º Na hipótese de discriminação por motivo de sexo, raça, etnia, origem ou idade, o pagamento das diferenças salariais devidas ao empregado discriminado não afasta seu direito de ação de indenização por danos morais, consideradas as especificidades do caso concreto.

§ 7º Sem prejuízo do disposto no § 6º, no caso de infração ao previsto neste artigo, a multa de que trata o art. 510 desta Consolidação corresponderá a 10 (dez) vezes o valor do novo salário devido pelo empregador ao empregado discriminado, elevada ao dobro, no caso de reincidência, sem prejuízo das demais cominações legais". (NR) (BRASIL, 2023).

Se a equiparação salarial já estava prevista na legislação, então não entendemos o porquê de não a cumprir. Seria devido nossa cultura machista androcêntrica? Seria devido as várias religiões que pregam a submissão da mulher ao homem e que tem respaldo, sobretudo, do modo de produção capitalista que tem como um de seus pilares a exploração? O nosso entendimento é de que as duas perguntas podem ser respondidas com um sim, ou seja estão corretas. E mesmo que se acrescente algo mais cremos que a cultura, a religião e o modo de produção capitalista exercem grande influência no sentido da não efetivação da equiparação salarial. Fomos ensinadas e ensinados que as mulheres são seres frágeis devendo, portanto, serem submissas aos homens. Isso nos foi inculcado desde a infância conforme já mencionamos, e tendo consciência ou não acabamos de certa forma naturalizando essa perversidade. Todavia, temos esperança de que as próximas gerações possam reconhecer que homem e mulher possuem características diferentes, porém, essas diferenças não os tornam nem superior e nem inferior em relação um ao outro.

É importante ressaltar também que a mulher só é considerada frágil quando é conveniente ao opressor, explorador. Mesmo a mulher desenvolvendo muitas vezes tarefas iguais aos homens e tendo uma sobrecarga de trabalho, ela ainda é vista como uma pessoa frágil, é romantizada, principalmente quando se trata do direito de desenvolver tarefas que envolvem tomadas de decisões. Davis (2016) faz referência a Sojourner Truth (1797-1883), mulher negra e ativista na luta pelo direito das mulheres, quando durante uma conferência da qual ela participava, quiseram justificar religiosamente que a mulher deveria ser submissa ao homem devido ao terrível pecado cometido por Eva no princípio da criação, Sojourner Truth afirmou dizendo que assim como a primeira mulher criada por Deus foi forte o suficiente, para sozinha, virar o mundo de cabeça para baixo, aquelas mulheres ali juntas, deveriam ser capazes de colocá-lo de volta ao seu lugar!

A segunda reivindicação está relacionada ao sufrágio feminino, o qual também consideramos muito importante para a construção de uma sociedade democrática e livre de dominação. Sabemos que apenas o direito de votar e ser votada, não vai fazer com que as mulheres se emancipem, todavia, o exercício do voto pode contribuir imensamente nesse processo de emancipação.

Quadro 3 – O voto feminino no Brasil

1831	em 28 de julho, os deputados José Bonifácio de Andrada e Silva e Manuel Alves Branco apresentam à Assembleia Geral um projeto de reformulação do sistema eleitoral. Nele, está prevista a possibilidade de mulheres votarem em eleições locais.
1832	a professora Nísia Floresta publica uma tradução livre da obra A reivindicação dos direitos da mulher, de Mary Wollstonecraft.
1868	o deputado e escritor José de Alencar publica a obra: O sistema representativo, na qual defende o voto feminino.
1879	em abril, deputados defendem o voto feminino, assim como o direito de voto de não católicos.
1887	a dentista Isabel de Sousa Mattos registra-se como eleitora na comarca de São José do Norte (RS). Mantém-se fiel à causa sufragista por toda a vida e assina abaixo-assinado do Partido Republicano Feminino, em dezembro de 1916.
1888	em dezembro, começa a circular o jornal sufragista A Família, editado por Josefina Álvares de Azevedo. A iniciativa soma-se a outros jornais editados por mulheres em todo o país para defender a educação, o fim da escravidão e o direito de votar.
1891	em janeiro (mais especificamente nos dias 12, 22 e 27), a matéria dos direitos políticos é discutida e votada na Assembleia Constituinte. As emendas em favor do voto feminino são rejeitadas.
1910	em 17 de dezembro, registra-se a entidade Partido Republicano Feminino, presidida pela professora Leolinda de Figueiredo Daltró.
1916	em 12 de agosto, a professora Mariana de Noronha Horta, de Belo Horizonte, encaminha representação à Câmara dos Deputados pedindo que os deputados estendam às mulheres o direito de votar.
1917	em julho, o deputado Maurício de Lacerda apresenta projeto de reformulação da legislação eleitoral em que está previsto o voto feminino.
1919	em maio, o senador Alfredo Ellis (SP) apresenta projeto de voto feminino.
1919	Em dezembro, o senador Justo Chermont (PA) apresenta projeto de admissão do voto feminino.
1921	o deputado Nogueira Penido (RJ) apresenta projeto de sufrágio.
1922	em agosto, registra-se a entidade Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, de inspiração feminista e presidida por Bertha Lutz.
1922	em outubro, realiza-se o Congresso Jurídico Nacional, quando a advogada Mirtes Campos defende a constitucionalidade do voto feminino.
1922	em dezembro, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino realiza o primeiro congresso internacional feminista no Brasil, no Rio de Janeiro.
1923	a advogada paulista Diva Nolf Nazário publica um livro em que defende o direito de votar.
1924	o deputado Basílio de Magalhães (MG) apresenta projeto em que prevê o voto feminino.
1927	em dezembro, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino protocola um abaixo-assinado na secretaria do Senado. O documento pede aos senadores o direito de votar.

1928	em abril, realizam-se eleições complementares para o Senado no Rio Grande do Norte. Mulheres potiguaras votam pela primeira vez, graças à decisão da justiça estadual. Os votos dessas eleitoras acabam anulados.
1932	em 24 de fevereiro, o Governo Provisório edita o Decreto nº 21.076 (Código Eleitoral). Nele, mulheres alfabetizadas, com idade superior a 21 anos, sem restrição quanto ao estado civil, podem alistar-se como eleitoras. O decreto também institui a Justiça Eleitoral.
1932	em 9 de julho, começa o movimento armado paulista, denominado Revolução Constitucionalista.
1933	em 3 de maio, realizam-se eleições em todo o país e, pela primeira vez, mulheres votam e apresentam-se como candidatas à Assembleia Nacional Constituinte.
1933	em 15 de novembro, instala-se a Assembleia Constituinte e Carlota Pereira de Queirós toma posse como a primeira mulher deputada no Brasil.
1934	em 20 de maio, o capítulo relativo aos direitos políticos é pautado para ser votado em plenário. Após acalorada discussão, os Constituintes aprovam a igualdade de direitos políticos entre homens e mulheres, desde que maiores de 18 anos e alfabetizados. O texto da Constituição, promulgado em 16 de julho, consagrou décadas de mobilização política em prol do sufrágio feminino no Brasil.
1934	a Constituição promulgada em 16 de julho consagra o direito de as mulheres votarem, sem restrições de estado civil. O voto é facultativo para as mulheres, exceto para as servidoras públicas, que são obrigadas a votar.
1934	em 14 de outubro, realizam-se eleições para a Câmara dos Deputados e para as assembleias legislativas estaduais. Em todo o país, dez mulheres elege-se deputadas estaduais.
1936	em 28 de julho, Bertha Lutz toma posse como deputada federal.
1937	em 10 de novembro, o presidente Getúlio Vargas decreta o Estado Novo e fecha o Poder Legislativo.
1946	a Constituição promulgada em 18 de setembro torna obrigatório o voto para homens e mulheres no país, desde que demonstrem ser alfabetizados.
1976	em 31 de maio, Eunice Michilles torna-se a primeira mulher senadora ao tomar posse na vaga do titular, o senador João Bosco, que falecera.
1988	a Constituição promulgada a 5 de outubro estende o direito de voto a homens e mulheres analfabetos, que podem se alistar como eleitores caso desejem.

Fonte: (MARQUES, 2019) Organizado pela autora.

Podemos observar que a luta pelo sufrágio feminino no Brasil foi intensa percorrendo vários anos e sempre sofrendo resistência machista. Os entraves impedindo as mulheres de exercerem o direito ao voto ocorreu não apenas no Brasil, mas, em diversos outros países. A submissão e inferiorização da mulher atravessa continentes. Em alguns países só mais recentemente, já no século XXI é que as mulheres conseguiram conquistar esse direito.

Precisamos destacar que mesmo sob forte racismo e discriminação, entre as mulheres brancas, muitas mulheres negras lutaram com bravura pela conquista do sufrágio feminino. Todavia, muitas vezes essas mulheres sequer são lembradas. Mulheres negras como Antonieta de Barros, (1901-1952), desempenharam um importantíssimo papel na luta pelos direitos das mulheres. Mesmo diante do racismo exacerbado não abaixaram a cabeça, mas seguiram firmes. Ficamos imaginando o quanto essas mulheres devem ter sofrido na política enquanto parlamentares, se em pleno século XXI, várias parlamentares sofrem com agressões machistas e racistas, imaginem naquela época. Ainda hoje existe muita resistência e perseguição às mulheres na política. Muitos homens e até mesmo mulheres pensam ser inconveniente a participação feminina na política. Todavia, Ângela Davis em seu livro: “Mulheres, raça e classe”, nos apresenta uma passagem de um texto de Angelina Grimké (1880-1958), que nos faz compreender perfeitamente o porquê da importância da participação feminina na política:

Dizem que, um dia, Napoleão Bonaparte repreendeu uma dama francesa por se ocupar de política. “Majestade”, ela respondeu, “em um país onde mulheres são mortas, é muito natural que mulheres desejem saber porque isso acontece.” E, queridas irmãs, em um país onde as mulheres são humilhadas e agredidas, e onde seus corpos expostos sangram sob o açoite, onde elas são vendidas em matadouros pelos “comerciantes de negros”, tem roubada a renda que lhes é devida, são separadas de seus maridos e arrancadas à força de sua virtude e de sua prole, com certeza, em tal país, é muito natural que as mulheres desejem saber “por que isso acontece” – especialmente quando essas atrocidades sanguinárias e de crueldade indescritível são praticadas violando os princípios de nossa constituição. Portanto, não vamos e não podemos reconhecer que, por ser uma questão política, as mulheres devem cruzar os braços passivamente, fechar os olhos e tapar os ouvidos às “coisas terríveis” que são praticadas em nosso país. Negar nosso dever de agir é claramente negar nosso direito de agir, então nós podemos muito ser denominadas “as escravas brancas do norte”, uma vez que, como nossos irmãos cativos, deveremos nos calar e perder a esperança.⁵

Acreditamos que a participação da mulher na política é fundamental, uma vez que ela também está inserida em uma sociedade marcada por conflitos e contradições que afetam em grande medida às mulheres. Na atual conjuntura se fôssemos “traduzir” essa passagem para o Brasil a ilustraríamos da seguinte forma:

Em um país onde mulheres são estupradas, onde o feminicídio vai se tornando cada vez mais natural; mulheres são agredidas dentro dos seus lares e fora no ambiente de trabalho e a justiça na maioria das vezes é omissa; onde as mães choram seus filhos mortos pela polícia; parlamentares são ameaçadas e agredidas; mães não tem vagas nas escolas para colocarem seus filhos e muitas vezes não tem dinheiro para comprar

⁵ Angelina Grimké, Appeal to the Women of the Nominally Free States, publicado pela Convenção das Mulheres Estadunidenses Antiescravagistas adiada de 9 para 12 de maio de 1837 (Nova York, W.S.Dorr, 1838).

alimentos ou remédios quando estão doentes... É muito natural que as mulheres desejem saber “por que isso acontece”, ou seja, é necessário que as mulheres estejam ocupadas com as questões políticas.

Não são poucas as mães principalmente mães negras que choram por seus filhos, vítimas de balas perdidas, da desmedida brutalidade e violência de certos policiais racistas (o Estado é racista) e da fragilidade da justiça. Esse é um dos motivos pelo qual a mulher precisa estar ativa na política. Mas qual mulher deve estar ocupada com as questões políticas? A mulher branca, a negra, a indígena, a rica, a pobre? Cremos que não é qualquer mulher que deve se ocupar das questões políticas. Dizemos isso porque infelizmente ainda existem uma grande parcela da população feminina que permanecem em um nível de subordinação machista de profundo embrutecimento.

Desse modo, essas mulheres precisam primeiro se convencerem de que são exploradas e oprimidas para depois se inserirem na política. Senão ao invés de termos mulheres lutando por seus direitos teremos simplesmente mulheres descompromissadas com as questões políticas voltadas para a não opressão, reproduzindo o machismo na política e na sociedade.

Por outro lado, existem também mulheres que independentemente da raça, classe social, ou qualquer outro distintivo, são capazes de sentir na pele os efeitos devastadores das ações machistas que lhes são constantemente infligidas, e mesmo que não sintam todas as ações machistas na própria pele, praticam a sororidade, ou seja, a escuta, a empatia e sobretudo, o respeito em relação as causas de outras mulheres. Essas mulheres sim, estão aptas para a luta política em prol das questões femininas. Não basta ser mulher para representar as mulheres, assim como não basta ser negro para representar as pessoas negras, é preciso ter o sentimento de pertencimento e principalmente comprometimento com as causas desses grupos, tendo como ponto fundamental a coragem para a construção da mudança. A coragem é o ponto central para o fortalecimento da luta efetiva contra toda forma de opressão e exploração. A literatura criada por mulheres negras nos permite compreender a força e a coragem necessária para superarmos as diversas opressões.

2.2 Movimento feminista negro: intersecção de gênero e raça

No movimento feminista muitas vezes por falta de sororidade as mulheres negras se viram prejudicadas por não terem suas causas consideradas pelas mulheres brancas. A interseccionalidade entre raça, classe e gênero não era feita no movimento, isso levou

várias ativistas negras a pensarem um movimento feminista negro que atendesse suas demandas também.

A construção de um feminismo que atendesse às necessidades específicas das mulheres negras começou a se consolidar, nos EUA, a partir de reflexões e ações propostas por militantes nos anos 70. Embora desde o século XIX já ecoasse ali a pergunta “Não sou eu uma mulher?”, feita por Sojourner Truth para demonstrar as injustiças cotidianas relacionadas às questões de raça, classe e gênero que se abatiam sobre as mulheres recém-saídas da escravidão (RIBEIRO, 2015; COLLINS, 2017), foi somente nas últimas décadas do século XX que começou a ganhar corpo uma produção teórica sobre o feminismo negro. Embora integrassem o feminismo clássico, as mulheres negras não se sentiam plenamente ouvidas, compreendidas e atendidas dentro do movimento, uma vez que este tomava a categoria mulher como universal e não percebia – muitas vezes de maneira deliberada – que a maior parte das conquistas efetivadas até ali, que se orientavam pela perspectiva liberal, atendiam apenas à parte branca e classe média do movimento, já que outras de suas componentes careciam ainda da efetivação de direitos básicos, o que tornava as demandas destas últimas diferentes e específicas. (ADÃO, 2019 p. 255).

Djamila Ribeiro, assim como bell hooks e Ângela Davis, faz menção a Sojourner Truth, ex-escravizada que se tornou oradora e famosa pelo seu discurso intitulado: “E eu não sou uma mulher?” na Convenção dos Direitos das Mulheres em Ohio.

Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregá-las quando atravessam um lamaçal, e elas devem sempre ocupar os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E eu não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para o meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros, e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou eu uma mulher? Consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e agüentei as chicotadas! Não sou eu uma mulher? Pari cinco filhos, e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E eu não sou uma mulher?⁶

Djamila enfatiza que Sojourner já anunciava a diferença entre a situação da mulher negra e da mulher branca. “Enquanto àquela época mulheres brancas lutavam pelo direito ao voto e ao trabalho, mulheres negras lutavam para ser consideradas pessoas”. (RIBEIRO, 2018 p. 52). Pode parecer estranho quando se diz que as mulheres negras lutavam para ser consideradas pessoas. Todavia, basta lembrarmos que no período escravocrata e mesmo posterior a ele, as mulheres negras eram consideradas como animais cuja função era basicamente trabalhar e reproduzir a fim de enriquecer os opressores capitalistas homens-brancos.

O sistema escravista definia o povo negro como propriedade. Já que as mulheres eram vistas, não menos do que os homens, como unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos elas poderiam ser

⁶ Elizabeth Cady Stanton, Susan B. Anthony et al. , *History of Woman Suffrage*, v. 1, cit., p. 115-7. (Nota de Ângela Davis no livro: “Mulheres, raça e classe”).

desprovidas de gênero. Nas palavras de um acadêmico, “a mulher escrava era, antes de tudo, uma trabalhadora de tempo integral para o seu proprietário, e apenas ocasionalmente esposa, mãe e dona de casa”. A julgar pela crescente ideologia da feminilidade do século XIX, que enfatizava o papel das mulheres como mães protetoras, parceiras e donas de casa amáveis para seus maridos, as mulheres negras eram praticamente anomalias. (DAVIS, 2016 p. 17).

Ângela Davis ainda nos mostra como as mulheres negras eram tratadas pelos senhores. Às vezes eram tratadas como homens e às vezes simplesmente como fêmeas.

[...] A opressão das mulheres era idêntica a dos homens. Mas as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus tratos bárbaros que só podiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: **quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens**, eram vistas como desprovidas de gênero; mas quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas. (DAVIS, 2016 p. 19, <grifo nosso>).

Nesse sentido podemos considerar que as desigualdades entre as mulheres brancas e negras são bem acirradas, conseqüentemente às reivindicações de ambas também são diferentes em vários aspectos. Não se esquecendo que apesar da escravidão ter sido abolida tanto nos Estados Unidos quanto aqui no Brasil já a alguns anos, não podemos desconsiderar que a opressão às mulheres negras ainda que com uma roupagem diferente ainda persiste. Sendo que muitas vezes essa opressão é naturalizada e até mesmo romantizada.

Quando o movimento de mulheres estava no ápice e mulheres brancas rejeitavam o papel de reprodutora, de responsável por carregar os fardos e de objeto sexual, mulheres negras eram parabenizadas por sua especial dedicação à tarefa de ser mãe, por sua habilidade “nata” de carregar fardos pesadíssimos e por sua disponibilidade cada vez maior como objeto sexual. Parecia que tínhamos sido eleitas para assumirmos o posto que as mulheres brancas estavam abandonando. [...] foi dito às mulheres negras que encontraríamos nossa dignidade não na libertação da opressão sexista, mas na nossa capacidade de harmonizar, adaptar e lidar com coisas difíceis. Pediram-nos para nos levantarmos e nos parabenizaram por sermos “boas garotas”, em seguida nos disseram para sentar e calar a boca. Ninguém se preocupou em discutir como o sexismo atua tanto independentemente do racismo quanto simultaneamente a ele para nos oprimir. (HOOKS, 2022 p. 26).

Já mencionamos aqui nesse trabalho e provavelmente ainda iremos mencionar outras vezes a questão sobre a opressão da mulher negra quanto a raça e ao gênero. Quando ela está em um grupo de liderança masculina, é desprezada por ser mulher quando está em um grupo de liderança feminina, é desprezada por ser negra. Na visão racista e machista, a mulher negra tem o dever de trabalhar, uma vez que, “ela é forte o tempo todo”. Trabalhar inclusive para contribuir na emancipação da mulher branca. Porém, ela não tem o direito de falar, de expressar, quando abre a boca para fazer alguma

reivindicação é vista como atrevida, agressiva e mal educada. Sim, mal educada, pois o modelo de educação que recebemos nos oprime a ponto de não podermos nem mesmo expressar nossas aflições.

Enquanto isso, nossas experiências com o movimento de mulheres se caracterizavam como bastante contraditórias: em nossas participações em seus encontros ou congressos, muitas vezes erámos consideradas “agressivas” ou “não feministas” porque sempre insistimos que o racismo e suas práticas devem ser levados em conta nas lutas feministas, exatamente porque, como o sexismo, constituem formas estruturais de opressão e exploração em sociedade como a nossa. Quando, por exemplo, denunciávamos a opressão e exploração das empregadas domésticas por suas patroas, causávamos grande mal-estar: afinal, dizíamos, a exploração do trabalho doméstico assalariado permitiu a “liberação” de muitas mulheres para se engajarem nas lutas “da mulher”. Se denunciávamos a violência policial contra os homens negros, ouvíamos como resposta que violência era a da repressão contra os heróis da luta contra a ditadura (como se a repressão, tanto num quanto noutro caso, não fizesse parte da estrutura do mesmo Estado policial-militar. (GONZALEZ, 2020 p. 105).

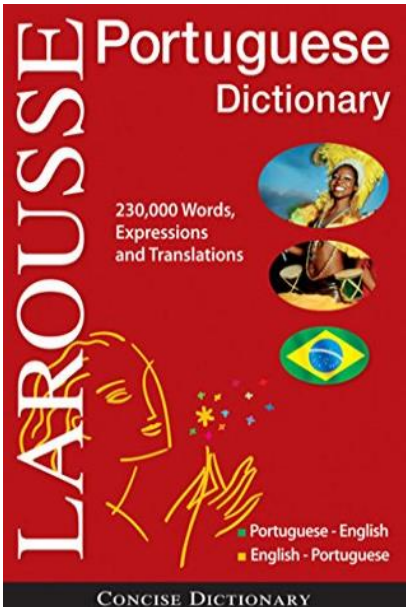
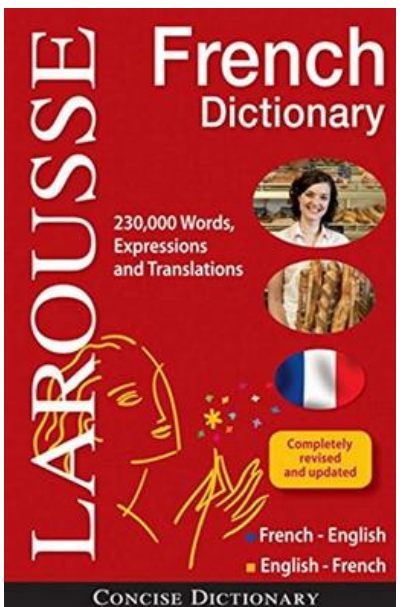
Se agradamos a casa grande está tudo bem, somos “amadas”, “queridas” e até fazemos parte da família como costumam dizer, porém, se começarmos a questionar as desigualdades e contradições, aí tudo muda e a doçura que havia em nós se transforma em fel. **Onde já se viu uma mulher negra querer se igualar a uma mulher branca?** Isso parece até um pecado, muitos vão dizer. Na sociedade racista e machista já predeterminaram um lugar para a mulher e um lugar para as pessoas negras, assim, espera que a mulher negra, desça os degraus de gênero e raça na “escada da desigualdade” e lá permaneça o tempo todo sem questionar. Essa é a vontade da sociedade racista e machista, todavia, mesmo que com muita dificuldade devido aos obstáculos, várias mulheres negras têm lutado por seus direitos. E tem lutado principalmente porque o corpo da mulher negra desde o período da escravidão tem sido considerado pelo homem branco como um objeto de exploração sexual e de trabalho.

Fizemos questão de trazer aqui imagens que ilustram a capa desses dicionários, para mostrarmos como a mulher negra é na maioria das vezes representada. Não queremos aqui em hipótese alguma discriminar as mulheres brancas ou negras que participam da festa de carnaval, nossa intenção é **mostrar a formação de estereótipos atribuídos à mulher negra.**

Observem que no dicionário francês a mulher aparece sorrindo, assim como a mulher negra, porém, vestida de modo que não apresenta nem mesmo um decote. Já no dicionário português (Brasil), a mulher está seminua. Em um primeiro momento podemos considerar que não há nada de mais a mulher negra com a barriga à mostra, mesmo

porque, pelos trajes que ela usa, nos leva a deduzir que ela está em uma festa de carnaval, onde é normal usar roupas nesse estilo.

Quadro 4 – Representações das mulheres negra e branca

	
<p>Mulher negra brasileira, seminua, provavelmente em uma festa de carnaval.</p>	<p>Mulher branca francesa, modestamente vestida.</p>

Fonte: Arquivo pessoal da autora (2023)

Porém, se analisarmos o contexto e a história, veremos que há certa prevalência de uma visão estereotipada em relação à mulher negra, visão originária nos processos imperialistas e colonizadores da Europa para com a África e a América Latina.

Os processos de escravização dos sujeitos foram promotores de sentidos de uma humanidade que precisa da classificação e, portanto, da hierarquização como forma de dominação, por isso a construção de estereótipos é fundamental no processo de alienação dos sujeitos e da edificação do sentido de uma hierarquia humana, com isso a mulher negra aparenta “naturalmente” o papel designado socialmente, enquanto a mulher europeia precisa apresentar uma construção de respeito e dignidade. O estereótipo da mulher negra colonizada evidencia uma situação de violência contínua, já que a sexualização permanente impede em compreender os processos históricos que fundamentam tal violência.

Em relação ao contexto podemos verificar que a imagem de ambas as mulheres são usadas para ilustrar a capa de um dicionário, ou seja, de algo que servirá logicamente para disseminar conhecimentos e informações. Quando a mulher negra é apresentada seminua na capa de um dicionário (português – inglês; inglês – português), a probabilidade de se reforçar a cultura de que essa mulher tem uma propensão a luxúria, a sensualidade exagerada, aumenta consideravelmente. Isto porque culturalmente desde o período colonial no Brasil as mulheres negras foram assim consideradas pelos homens brancos, sobretudo, para justificarem seus assédios e até mesmo estupros a elas infligidos.

A maioria das mulheres brancas tratavam com hostilidade e raiva as mulheres negras que eram objeto da violência sexual de seu marido. Como foram educadas por ensinamentos religiosos de que mulheres eram sedutoras natas, senhoras com frequência acreditavam que a mulher negra escravizada era culpada, e o marido, a vítima inocente. Em *Once a Slave* [Uma vez escravo], um livro que contém uma coleção resumida de informação recolhida a partir de narrativas de escravizadas, o autor, Stanley Feldstein, conta um episódio em que uma senhora branca inesperadamente voltou para casa de um passeio, abriu as portas de seu quarto e encontrou seu marido estuprando uma garota escravizada de 13 anos. Ela reagiu espancando e trancando a garota em um defumadouro. A garota foi açoitada diariamente por várias semanas. [...] Mulheres brancas responsabilizavam mulheres negras escravizadas pelo estupro, porque foram socializadas, dentro da moral sexual do século XIX, a considerar a mulher como tentação sexual. Essa mesma moral sexual era adotada por escravizados. Companheiros escravizados com frequência tinham pena da quantidade de mulheres sexualmente exploradas, mas não as viam como vítimas inocentes. (HOOKS, 2022 p. 69-70).

Culturalmente e religiosamente foi inculcado na sociedade que devido a “queda” do homem no início da criação (Adão e Eva), as mulheres possuem tendência a induzir o homem ao erro, ao pecado. Essa concepção ideológica errônea está relacionada as mulheres de modo geral, porém, quando se trata da mulher negra essa ideologia ganha ainda mais força, visto que, a mesma é vista muitas vezes como objeto sexual, símbolo do pecado. Isso foi intencionalmente construído.

Na Europa, o preto tem uma função: representar os sentimentos inferiores, as más tendências, o lado obscuro da alma. No inconsciente coletivo do homo *occidentalis*, o preto, ou melhor a cor negra, simboliza o mal, o pecado, a miséria, a morte, a guerra, a fome. (FANON, 2008 p. 161 <grifo nosso>).

No período colonial e mesmo após a abolição da escravidão as mulheres negras eram vistas como objetos, mercadorias. Algumas escravizadas eram destinadas aos serviços da lavoura juntamente com os homens, outras ficavam a serviço das senhoras, e tinha como função: cuidar da casa e da família do seu senhor, dos afazeres domésticos, amamentar o senhorzinho e muitas vezes ainda se via obrigada a satisfazer os desejos sexuais do seu senhor.

O corpo da mulher negra era propriedade do seu senhor. Ele o comprava e o vendia da forma que ele bem entendesse. “Anúncios de vendas de mulheres negras escravizadas usavam os termos “escrava reprodutora”, “parturiente”, “período de reprodução”, “muito velha para reproduzir”, para descrever individualmente as mulheres. (HOOKS, 2022 p. 74). bell hooks relata a condição da mulher negra estadunidense, enquanto “mercadoria”, infelizmente a condição da mulher negra brasileira não era diferente. Aliás, podemos dizer que aonde o colonizador chega, a mulher negra tende a ser explorada.

Recomendo a leitura sobre Sarah Baartman, a Vênus de Hotentote. Nascida na região da África do Sul em 1789, ela foi levada à Europa e exibida em espetáculos públicos, circenses e científicos por ter traços corporais considerados “exóticos”. Segundo a estudiosa Janaína Damasceno, Sarah Baartman deu um corpo à teoria racista. Não importa aonde vamos, a marca é carregada. Mesmo após sua morte, seu corpo seguiu sendo explorado. Partes deles, incluindo as íntimas ficaram à exposição no Museu do Homem, em Paris, França, até 1975. Apenas em 2002 seus restos mortais foram devolvidos à África do Sul a pedido de Nelson Mandela. (RIBEIRO, 2018 p. 117).

A triste história de Sarah Baartman nos mostra claramente a forma desrespeitosa e até mesmo violenta com a qual o homem branco, colonizador, trata o corpo da mulher negra. Mesmo após sua morte Baartman ainda foi explorada, por meio da exibição de seus restos mortais. Um absurdo!

O dicionário aparentemente não tem esse nível de violência, mas historicamente ele processa uma violência descomunal e se materializa na imagem da mulher negra com pouca roupa; assim, não se trata de apenas uma imagem, mas, sobretudo, uma condição de violência que foi estruturada socialmente pelos processos históricos que culminaram no racismo, em outras palavras, o dicionário de uma editora europeia exerce ainda a violência sobre outra “Baartman”. A violência continua e sua representação permite que ela seja ampliada continuamente pela violência física, cultural e psicológica.

Engana-se quem pensa que com a abolição da escravidão essa condição de explorada, da mulher negra tenha mudado. Até no final da década de 1980, muitas mulheres negras ainda amamentavam crianças que não eram seus filhos, **minha mãe foi uma delas.**

Nessa época minha irmã mais velha estava aprendendo “corte e costura”, ela fez um vestido para nenenzinha, ficou uma gracinha. Minha irmã mamava na minha mãe, mas o leite não era somente dela. Minha mãe falava que tinha que reservar um peito porque a tarde a mulher vinha buscar leite para o neto que nasceu doentinho. Minha mãe contava que sempre amamentava outras crianças, desde que meu irmão mais velho nasceu. Em troca as pessoas davam rapadura e milho de canjica, dizem que é bom para aumentar o leite. (SILVA, 2023 p. 22).

Quando uma mulher amamenta uma criança que não é seu filho, pode parecer até certo ponto um ato de amor e de generosidade. Porém, não devemos nos esquecer que muitas vezes prevalece a romantização da mulher negra forte, o mito de que o leite da mulher negra é mais nutritivo, quando na verdade, estão simplesmente ocultando a exploração da mulher negra, o qual nem mesmo seu leite é capaz de escapar da ganância e da dominação do homem branco.

Quanto ao serviço doméstico podemos dizer que mesmo com algumas conquistas, o caráter explorador ainda predomina. E, em relação aos abusos sexuais infelizmente, temos que dizer: **não deixaram de existir**. A mulher negra ainda é vista em muitos casos por pessoas racistas e machistas como mulher “fácil”, propensa a promiscuidade. No quadro 5 podemos ver com muita precisão a manifestação dessa cultura racista e machista em nossa sociedade.

Quadro 5 – Eduardo Paes e a desumanização da mulher negra

Em 26 de agosto começou a circular pela internet um vídeo sem data ou local identificado com o então prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PMDB-RJ), fazendo uma entrega de imóveis. Paes faz piadas de cunho sexual, ofendendo a mulher negra visivelmente incomodada com a situação.

O prefeito carioca e a mulher, chamada para receber as chaves do imóvel, entram na casa. Ao chegarem ao quarto, Paes diz: “Vai trepar muito aqui neste quartinho”. Não satisfeito, ele pergunta se a moça é casada e emenda: “Vai trazer muito namorado pra cá. Rita faz muito sexo aqui”. Como se a humilhação não fosse suficiente, Paes, já do lado de fora, grita para os vizinhos da moça que acompanhavam a entrega. “Ela disse que vai fazer muito canguru pernetá aqui. Tá liberado, hein? A senha primeiro.” Visivelmente envergonhada, a moça se afasta e diz que vai trancar a porta de casa.

Esse comportamento de Paes diz muito sobre o discurso autorizado e como algumas pessoas se sentem confortáveis em reduzir um ser humano ao seu corpo. Numa sociedade racista e machista como a brasileira, mulheres negras são hiperssexualizadas e tratadas como objetos sexuais. E a relação entre colonização e a cultura do estupro é direta: no período colonial, as mulheres negras eram estupradas e violentadas sistematicamente.

Mulher negra não é humana, é a quente, a lasciva, a que só serve para sexo e não se apresenta à família. Também é o grupo mais estuprado no Brasil, já que essas construções sobre seus corpos servem para justificar a violência que sofrem “Qual o problema em passar a mão? Elas gostam” é a ideia reinante.

Qual é o problema de humilhá-la dizendo “**Vai trepar muito aqui nesse quartinho**” e gritar para o público “Ela disse que vai fazer muito canguru pernetá aqui”, enquanto a mulher se tranca com aquele olhar que só que passa por isso entende?

O Brasil é o país da cordialidade violenta, em que homens brancos se sentem autorizados a aviltar uma mulher negra e depois dizer que foi só brincadeira, ou se esconder na pecha de que carioca é debochado. O país que foi o último do mundo a abolir a escravidão e no qual a população negra é acusada de violenta se denuncia o

racismo. O país onde todos adoram o samba e o carnaval, mas onde se mata mais negros no mundo. O brasileiro não é cordial. O brasileiro é racista.

Fonte: (RIBEIRO, 2018 p. 120 <grifo nosso>) Organizado pela autora.

A mulher negra tem que deixar de “mimimi”, com certeza muitas pessoas disseram ao ler essa matéria originalmente publicada na “Carta Capital” no mês de agosto de 2016, e posteriormente no livro “Quem tem medo do feminismo negro” da escritora Djamila Ribeiro. “Que bobeira o prefeito estava apenas brincando!” “Hoje em dia não se pode mais brincar!” muitos devem ter dito frases como essas. Dizemos isso porque infelizmente Eduardo Paes não é a única pessoa acostumada a fazer piadinha com pessoas negras, mulheres negras. Lembro de uma pessoa ter dito que eu era “safadinha” devido minha cor negra. Quando eu falei que minha cor não determinava meu caráter, e que ela estava completamente errada, ela se desculpou dizendo que gostava de pessoas negras e que inclusive seu esposo era negro, e que ela sempre brincava com ele. Então eu lhe disse que muitas pessoas têm amigos, cônjuges, funcionários negros e ainda assim são racistas. E que aquilo não era brincadeira e sim prática racista. Pelo jeito, ela entendeu.

Toda estrutura racista e machista configura uma sociedade que tem pouco uso da ciência como arma antirracista e antimachista, isto é, o ensino das ciências na sala de aula da educação básica tem um grande distanciamento da necessidade em promover lutas diretas contra o racismo, o fascismo, o machismo e toda forma de opressão. A ciência geográfica no seu papel científico postula quase nada, seja na formação docente ou na educação básica, quanto a necessidade em empreender lutas reais contra a estrutura e a superestrutura posta. Nossa tese busca consolidar ao mesmo tempo um caminho de denúncia e a construção epistemológica que evidencia uma luta, de fato, anticolonial. As “piadinhas” são estruturas materiais e imateriais do processo de colonização que não comportam a possibilidade de mulheres negras não serem sujeitadas ao processo de hierarquização, visto que a luta dessas direciona o sujeito para o lugar do combate anticolonialista.

Todavia, precisamos estar atentos porque existem dois tipos de racistas: os imprudentes por repetição, que costumam reproduzir ou repetir práticas e comportamentos racistas produzidos por outras pessoas, esses quando advertidos, mesmo que no início apresentem algumas desculpas, acabam por entender que realmente estão agindo de forma errada, e buscam mudar suas práticas. Mas, há também os imprudentes

por opção, sabem muito bem que estão agindo errado e não tem nenhuma intenção de mudar, geralmente agem com deboches, não aceitam quando são advertidos e ainda costumam ser agressivos. “Cumpre à risca seu papel ridículo e violento de herdeiro da casa-grande.” (RIBEIRO, 2018 p. 21). Essas pessoas acreditam que a mulher negra deve continuar sendo propriedade do senhor servindo-o com seu trabalho e com seu corpo. Isso é nojento!

Ainda em relação a essa matéria Djamilia Ribeiro, nos chama a atenção para duas questões as quais consideramos muito pertinentes: a primeira se refere ao modo do então prefeito se referir ao cômodo da casa, “quartinho”, demonstrando o racismo institucionalizado, uma vez que:

Imóveis para pessoas de baixa renda comumente são pequenos. É como se dissessem para quem não tinha nada, está bom”. Sem mencionar que essas pessoas não têm nada justamente porque o Estado é omissivo em relação a elas. Os políticos deixam explícito que a população pobre merece migalhas, e não dignidade. (RIBEIRO, 2018 p. 120-121).

Esse fato nos faz lembrar do escritor João Cabral de Melo Neto, quando escreveu “Morte e vida Severina”, demonstrando a concentração de terra existente no Brasil.

— Essa cova em que estás,
com palmos medida,
é a cota menor
que tiraste em vida.
— É de bom tamanho,
nem largo nem fundo,
é a parte que te cabe
neste latifúndio. (MELO NETO, 2009 p. 23)

Seja no campo ou na cidade a distribuição da terra não é feita de forma equitativa. É como se dissesse a mulher: esse quartinho é a parte que te cabe nessa cidade onde a concentração de terras prevalece. Não podemos nos esquecer também do racismo ambiental já abordado aqui nesse trabalho. O espaço é organizado de forma a privilegiar certos grupos em detrimento de outros. Enquanto existem vários lotes vagos na cidade devido a especulação imobiliária, ou mansões enormes com mais de vinte cômodos, há pessoas que tem que se contentar com uma casa de no máximo cinco cômodos pequenos. Muitas dessas pessoas são negras e ficam felizes quando recebem casas como essa que a mulher recebeu, por não terem que pagar aluguel.

Mesmo que levem anos para pagar o imóvel, as pessoas sentem satisfeitas por “adquirirem” um local para sua moradia, para sua existência. Esse pequeno espaço muitas vezes pode lhes custar caro, uma vez que o espaço tem um valor.

A renda absoluta, como expressão da propriedade privada do espaço, aparece sob a forma de uma cobrança ao direito de utilização de uma parcela do espaço físico. No caso urbano, ela manifesta-se na instituição do aluguel. Na agricultura, sob a forma clássica do arrendamento. Em ambos os casos, cobra-se antes de tudo, pelo simples direito de ocupação de uma dada parcela do espaço, seja para a produção, ou para a existência. (MORAES; COSTA 1993 p. 126).

Desse modo pela lógica da sociedade capitalista racista e machista, a mulher que recebeu a casa teria direito a um quartinho e não a um quarto, ou seja, o direito que lhe assiste é somente a uma parcela bem pequenina do espaço. Sempre foi assim, desde o período colonial. As grandes extensões de terras, as grandes propriedades, sempre foram reservadas ao homem branco.

Outra questão se refere ao corpo da mulher negra, e Djamilia Ribeiro faz uma pergunta muito pertinente relacionada ao modo desprezível e desumano com o qual as vidas negras são tratadas: **“Uma mulher branca de classe média seria tratada da mesma forma?”** acreditamos que não, basta lembrar de como as mulheres negras e brancas são representadas na capa dos dicionários aqui apresentados.

Infelizmente a mulher negra além de muitas vezes ser desrespeitada ela tem também sua inteligência subestimada ou questionada.

[...] Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondia-me: - **É pena você se preta.** Esquecendo eles que eu adora a minha pele negra, e o meu cabelo rustico. [...] Um dia um branco disse-me: - Se os pretos tivessem chegado depois dos brancos, aí os brancos podiam protestar com razão. Mas, nem o branco nem o preto conhece sua origem. O branco é que diz que é superior. Mas que superioridade apresenta o branco? Se o negro bebe pinga, o branco bebe. A enfermidade que atinge o preto, atinge o branco. Se o branco sente fome, o negro também. A natureza não seleciona ninguém. (JESUS, 2020 p. 63-64 <grifo nosso>).

Carolina Maria de Jesus, valorizava sua pele negra e seu cabelo, todavia, principalmente nessa época em que ela escrevia peças e apresentava aos diretores de circos, a famosa “boa aparência”, estava descaradamente em evidência. Dessa forma sua pele e seu cabelo, eram considerados fora do padrão de beleza exigido, imposto pelo colonizador. Lembrando que hoje, mesmo de forma dissimulada, essa “boa aparência” ainda é requisitada. E se a natureza não seleciona ninguém, tratando pessoas brancas e pretas da mesma forma, a sociedade capitalista, racista e machista se encarrega de fazer essa seleção.

Lembro de ter ido a alguns lugares para resolver determinadas coisas relacionadas ao livro que escrevi e quando eu dizia que havia escrito um livro, as pessoas me olhavam parece que duvidando do que eu estava dizendo. Algumas perguntavam como que querendo confirmar o que tinham ouvido: “Você escreveu um livro?” As

pessoas acham estranho uma mulher negra escritora, habitante de uma cidade pequena no interior do Brasil, no imaginário racista e machista de muitas pessoas, as mulheres negras podem dançar, lavar e passar roupas, cuidar de crianças e idosos, ou seja, desenvolver uma série de atividades desde que não seja uma atividade intelectual.

E as pessoas estranham mesmo, quando encontram uma escritora negra, visto que a literatura brasileira é predominantemente branca e masculina. Falaremos mais a respeito desse assunto posteriormente. Porém, não poderíamos deixar de enfatizar aqui a questão do monopólio do conhecimento.

As civilizações mais desenvolvidas do passado, como hoje ainda na nossa sociedade capitalista, sempre mantiveram a ciência como monopólio do homem, seu domínio exclusivo. Manter a mulher separada da ciência é impedi-la de descobrir que a sociedade é criada em função de certos interesses precisos, e que por consequência é possível modificar a sociedade. (MACHEL, 1980 p. 23-24).

Quanto mais distantes as mulheres se manterem da ciência, do conhecimento, enfim das possibilidades de mudanças na sociedade, melhor será para os agressores e exploradores que tentam a todo custo manter o monopólio do conhecimento. Todavia, mesmo com esse monopólio, muitas mulheres negras têm rompido barreiras e mostrado que a ciência e o conhecimento não devem se restringir apenas aos homens brancos, e que elas tem capacidade de atuar com maestria em atividades não domésticas, inclusive as intelectuais. Nesse sentido, Samora Machel chama nossa atenção para a importância da união entre as mulheres.

Para reforçarmos a nossa unidade, para desenvolvermos a nossa unidade, convém ainda cultivar entre nós um espírito de relações humanas harmoniosas, relações fraternais. Precisamos abandonar o hábito pernicioso de só encontrarmos identidade com aquelas que vêm da mesma povoação que nós, ou falam a nossa língua, ou têm a mesma cultura e tradições, o mesmo nível educacional. Encontremos identidade, encontremos irmãs, saibamos dar a nossa amizade e carinho, a nossa ajuda e fraternidade a todas aquelas que como nós são exploradas e oprimidas, conosco estão no grande combate da libertação da mulher, da pátria e do povo trabalhador. (MACHEL, 1980 p. 31).

A sociedade capitalista prega a todo momento o individualismo, privilegiando o indivíduo em relação a coletividade. Porém, sabemos que a “vitória individual” pregada pelo capitalismo é falsa, ou seja, é apenas um meio de mascarar a realidade e, sobretudo, desarticular as lutas contra a violência e a exploração. Para mudar nossa sociedade racista e machista é preciso romper com as estruturas postas, e isso não se faz sozinha ou sozinho, ou seja, só é possível por meio da união coletiva. Coletividade negada pelo sistema de ensino brasileiro e que não consta na formação docente como ponto fundamental da edificação de uma gnosiológica anticolonial para romper com a exploração.

É imprescindível que se leia autoras negras, respeitando suas produções de conhecimento e se permitindo pensar o mundo por outras lentes e geografias da razão. É um convite para um mundo no qual diferenças não signifiquem desigualdades. Um mundo onde existam outras possibilidades de existência que não sejam marcadas pela violência do silenciamento e da negação. Queremos coexistir, de modo a construir novas bases sociais. No fim, nossa busca é pelo alargamento do conceito de humanidade. Ao perder o medo do feminismo negro, as pessoas privilegiadas perceberão que nossa luta é essencial e urgente, pois enquanto nós, mulheres negras seguirmos sendo alvo de constantes ataques, a humanidade toda corre perigo. (RIBEIRO, 2018 p. 27)

Desse modo, muitas mulheres negras têm se unido reivindicando seus direitos. Lembrando que essa luta não é recente, é da época em que surgiram os quilombos e vem atravessando os séculos. O movimento feminista negro é um exemplo dessa luta. De acordo com Ribeiro (2018) desde a década de 1970, que militantes negras estadunidenses denunciavam a invisibilidade das mulheres negras nas pautas de reivindicações do movimento feminista. No Brasil, o movimento feminista negro começou a ganhar força no fim da mesma década e início da década seguinte, na luta para que as mulheres negras se tornassem sujeitos políticos. Enquanto nos Estados Unidos tem-se Ângela Davis como uma das principais militantes do movimento feminista negro, aqui no Brasil temos como referência Lélia Gonzalez, que apesar de já não estar mais entre nós, deixou o seu legado.

Imagem 1 – Lélia Gonzalez



Fonte: Fundação Palmares⁷ (2013)

Conforme descrito por Gomes; Lauriano; Schwarcz (2021) na Enciclopédia Negra, Lélia Gonzalez nasceu em Belo Horizonte em 1935, filha de Acácio Joaquim de Almeida, ferroviário e Urcinda Serafina de Almeida, empregada doméstica. A família mudou para o Rio de Janeiro quando Lélia tinha sete anos, instalando na favela do Pinto,

⁷Imagem disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/personalidades-negras-2013-lelia-gonzales>. Acesso em: 10. out. 2023.

no Leblon. Lélia investiu numa formação acadêmica humanista, fazendo graduação em história, geografia e também filosofia na antiga Universidade do Estado da Guanabara e atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Sua participação acadêmica mais destacada foi como professora na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Foi candidata a deputada estadual e federal, escritora e uma verdadeira militante na luta em prol das pessoas negras e das mulheres.

Estamos cansados de saber que nem na escola, nem nos livros onde mandam a gente estudar, não se fala da efetiva contribuição das classes populares, da mulher, do negro do índio na nossa formação histórica e cultural. Na verdade, o que se faz é folclorizar todos eles. E o que é que fica? A impressão de que só homens, os homens brancos, social e economicamente privilegiados, foram os únicos a construir este país. A essa mentira tripla dá-se o nome de sexismo, racismo e elitismo. E como ainda existe muita mulher que se sente inferiorizada diante do homem, muito negro diante do branco e muito pobre diante do rico a gente tem mais é que mostrar que não é assim, né? (GONZALEZ, 1982 p. 3)⁸

É extensa a lista das contribuições de Lélia Gonzalez tanto no movimento negro quanto no movimento feminista. Lembrando que outras mulheres negras e brancas também lutaram e ainda lutam bravamente pelos direitos das mulheres.

2.3 Aborto: uma discussão polêmica e necessária

Por vivermos em uma sociedade machista, no decorrer da história, várias mulheres uniram forças para lutar por seus direitos. Entre esses direitos podemos citar os direitos reprodutivos que está basicamente relacionado a escolha das pessoas, de forma livre e responsável, quanto a opção de quererem ou não ter filhos. Feministas como Ângela Davis, bell hooks, entre outras são enfáticas ao dizerem que a emancipação da mulher não será possível enquanto os direitos reprodutivos e a liberdade sexual lhes forem negados. “O controle de natalidade – escolha individual, métodos contraceptivos seguros, **bem como abortos**, quando necessários – é um pré-requisito fundamental para a emancipação das mulheres.” (DAVIS, 2016 p. 205). “E estava claro para nós que não poderia haver qualquer libertação sexual genuína para mulheres e homens sem melhores e mais seguros métodos contraceptivos – sem o direito ao aborto legal e seguro” (HOOKS, 2022 p. 50). Tudo isso, por sua vez, envolve direito de escolha.

Por exemplo, vejamos a questão do aborto. Se feminismo é um movimento para acabar com a opressão sexista, e se privar mulheres de seus direitos reprodutivos é uma forma de opressão sexista, então uma pessoa não pode ser

⁸ Mulherio, ano II, nº 5, janeiro/fevereiro de 1982 . Disponível em: <https://www.geledes.org.br/por-um-feminismo-plural-o-ativismo-de-lelia-gonzalez-no-jornal-mulherio/> . Acesso em: 10/out/ 2023

contra o direito de escolha e ser feminista. Uma mulher pode afirmar que jamais escolheria fazer um aborto enquanto afirma seu apoio ao direito de as mulheres escolherem, e ainda assim ser uma defensora de políticas feministas. Ela não pode ser antiaborto e defensora do feminismo. (HOOKS, 2022 p. 23).

Os direitos reprodutivos se torna uma questão polêmica gerando muitas vezes conflitos principalmente quando esses direitos de escolha envolve o aborto. As opiniões se divergem. Enquanto de um lado há os pró abortos, defensores do direito de escolha da mulher, há também do outro lado os que são contra o aborto defendendo a vida.

A prática de expelir do corpo humano o resultado do encontro entre o óvulo e o espermatozoide é polêmica. Trata-se de uma prática, ainda que secular, dominada, em grande medida, pela moral cristã. É, no Brasil, criminalizada, um crime contra o feto. No Brasil, o Código Penal de 1940, decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, nos Artigos 124, 125 e 126, a prática da interrupção da gestação é considerada crime quando praticado por uma mulher gestante, a seu pedido e/ou sem o consentimento da gestante. Este Código Penal vigente, de 1940, permite o aborto nas situações de gravidez em que há risco de morte para a mulher e em caso de estupro. Em 2012, o Supremo Tribunal Federal aprovou a terceira situação na qual o aborto não é considerado crime no país: quando o feto é anencéfalo / inviável. Nestas situações de abortamento previstas é necessária a autorização da Justiça e a realização da interrupção da gravidez. Ainda, em caso de estupro comprovado é autorizado o abortamento. (SAMPAIO, 2019 p. 21)

Conforme bem sabemos, e também expresso na citação anterior, o aborto no Brasil é permitido em três casos a) gravidez de risco à vida da gestante; b) gravidez resultante de violência sexual; e c) anencefalia fetal. Nos demais casos o aborto é considerado crime. Em relação a esses demais casos podemos citar o desejo da mulher em praticar aborto por não ter condições financeiras para sustentar o filho, mediante uma gravidez indesejada ; desejo de abortar por não considerar o momento adequado, por exemplo, quando a mulher quer primeiro se estabilizar profissionalmente e financeiramente; surgimento de uma gravidez inesperada quando a mulher quer ter sua liberdade sexual garantida, entre outros.

Podemos dizer que há pessoas que são totalmente a favor do aborto; as que concordam apenas com os casos previstos na legislação e as que são totalmente contra, discordando até mesmo dos casos previstos na legislação, tendo como principal argumento o direito à vida. Principalmente no meio religioso temos uma forte resistência ao aborto, uma vez que fundamentados na teoria concepcionista consideram que a vida tem início no momento da fecundação do óvulo pelo espermatozóide, ou seja, na concepção. Além da teoria concepcionista há também a teoria natalista segundo a qual a personalidade da pessoa tem início a partir do nascimento com vida. Entre essas duas

teorias as quais podemos tê-las como extremos, temos várias outras formadas por opiniões que se divergem uma das outras.

O tema aborto gera uma questão que suscita polêmica, vários debates e posicionamentos divergentes que tem se tornado intensos e acalorados principalmente nos últimos tempos em que se pretende descriminalizar o aborto até a 12ª semana de gestação no Brasil. Assim gostaríamos de tecer alguns comentários que julgamos pertinentes quanto a essa questão do aborto. Primeiramente iremos comentar a respeito de posicionamentos contra o aborto, acreditamos que poderíamos dividir as pessoas que possuem esse posicionamento em três grupos: no primeiro estariam as pessoas as quais acreditamos estarem realmente preocupadas com o direito à vida; do segundo grupo fariam parte as pessoas que são contra o aborto de forma totalmente hipócrita; e no terceiro grupo estariam aquelas pessoas, principalmente homens, que são contra o aborto devido a uma questão de dominação e opressão do homem em relação à mulher.

Sabemos que realmente existem muitas pessoas as quais principalmente por uma questão de princípios e ética se preocupam com a vida e por isso são contra o aborto. Essas pessoas estariam inclusas no primeiro grupo, geralmente são concepcionistas sendo também contra o slogan feminista “Meu corpo minhas regras”, justamente por defenderem que o embrião ou o feto não é uma extensão do corpo da mulher e sim outro ser humano. Um aborto não é a mesma coisa de ter um braço ou uma perna mutilados. São vários os argumentos que esse grupo possui ao se posicionarem contra o aborto, trouxemos esse apenas para exemplificar.

No segundo grupo estariam as pessoas hipócritas que são contra o aborto, mas, que, no entanto, se omitem em apoiar a concepção de uma vida digna tanto a criança quanto aos pais.

A charge representada na figura 4 circulou na mídia e possui várias interpretações e ilustra perfeitamente sobre o que estamos querendo dizer. Ou seja, para as pessoas pertencentes a esse grupo, o importante é que a criança nasça, não importa se terá alimentação, abrigo, educação, lazer, enfim, uma vida digna. São a essas pessoas que atribuímos a condição de hipócritas. Pessoas que não defendem a soberania alimentar e nem a segurança alimentar, mas, dizem defenderem o direito à vida.

Figura 4 – Charge sobre aborto



Foto: reprodução twitter⁹

Quero ver como é que eu vou morrer. Ninguém deve alimentar a ideia de suicídio. Mas hoje em dia os que vivem até chegar a hora da morte, é um herói. Porque quem não é forte desanima. [...] Vi uma senhora reclamar que ganhou só ossos no frigorífico e que os ossos estavam limpos. – E eu gosto tanto de carne. Fiquei nervosa ouvindo a mulher lamentar-se porque **é duro a gente vir ao mundo e não poder nem comer**. Pelo que observo, Deus é o rei dos sábios. Ele pois os homens e os animais no mundo. Mas os animais quem lhes alimenta é a natureza porque se os animais fossem alimentados igual aos homens, havia de sofrer muito. Eu penso isto, porque quando não tenho nada para comer eu invejo os animais. (JESUS, 2020 p. 61 grifo nosso).

Carolina Maria de Jesus fala sobre as dificuldades que enfrentou para cuidar dos três filhos, para uma mãe, não ter condições de alimentar um filho é muito doloroso. E não estamos nos referindo aqui a negação de nenhum bem supérfluo, estamos falando de alimento, que é um bem essencial para a sobrevivência do ser humano e que muitas vezes lhe é negado.

Na década de 1960 Carolina abordava a questão da fome, e, infelizmente ainda hoje convivemos com esse grave problema, crianças passando fome e desnutridas. Mas, o problema da fome não é falta de alimento e sim falta de ética, de empatia, falta de uma verdadeira preocupação com o direito à vida. “Como dizia Josué de Castro, a vergonha de nossa época não é que hoje exista a fome, e sim que hoje a fome conviva com as condições materiais para resolvê-la.” (PORTO-GONÇALVES, 2012 p. 283). Há

⁹ Disponível em: <https://twitter.com/liliandepaiva/status/1295443699950854150> . Acesso em 11. Out. 2023

alimentos para todos, mas, o projeto de sociedade que temos, baseado na ganância, faz com que boa parte da população passe fome ou seja mal alimentada, enquanto a outra parte ostenta as riquezas concentradas, conquistadas na maioria das vezes por meio do esforço dos miseráveis que passam por necessidade.

O que tem a ver fome com aborto? Cremos que tem tudo a ver, ou seja, pregam que a criança tem que nascer porque é um direito dela, porém, muitas vezes não lhes é assegurada as condições mínimas de sobrevivência. Lembrando que não estamos aqui de modo algum querendo fazer apologia ao aborto. Consideramos o aborto algo muito ruim e extremamente cruel que deve ser evitado, o que estamos procurando fazer aqui, é simplesmente mostrar as contradições existentes em relação a questão do aborto. E por falar em contradição gostaríamos de mencionar um caso que nos chamou a atenção na escola onde trabalhamos na Educação Infantil.

Era o “Dia da família na escola”, vários pais e mães foram para participar juntamente com seus filhos das atividades e brincadeiras propostas. Eu estava auxiliando em uma atividade quando uma mãe me chamou disfarçadamente e me disse: “Tia você distrai a M para mim por favor, porque preciso voltar para o trabalho, eu negocieei meu horário de almoço com meu patrão para poder vir um pouquinho aqui na escola.” Chamei a menina e comecei entretê-la enquanto a mãe foi saindo para voltar ao trabalho. Fiquei pensando o quanto é importante a presença dos pais na educação dos filhos e o quanto que isso lhes é cobrado pela sociedade principalmente às mães. Todavia, alguns poucos minutos de atenção a educação escolar das crianças pode custar caro às mães, inclusive o seu horário de almoço, e em casos mais extremos o seu próprio emprego.

Infelizmente não é apenas em relação a educação dos filhos que as mães são penalizadas no sentido de não poder acompanhá-los da forma que deveria; já ouvimos queixas de mães que foram advertidas pelo patrão por pegarem atestado médico de acompanhante porque precisaram levar seus filhos ao médico. Será que uma criança de cinco ou oito anos de idade pode ir ao médico sozinha? Será que elas podem ficar sozinhas doentes em casa, visto que quando estão doentes não podem ficar na escola? Muitas mães não têm uma pessoa com quem deixar as crianças quando estão doentes. Se as mães não cuidam da saúde dos filhos elas são criticadas, taxadas de negligentes e correm o risco de serem denunciadas e processadas; se querem cuidar da saúde deles são ameaçadas de perderem seus empregos. Não é tão simples ser mãe e trabalhadora como muitos pensam, aliás é muito complexo. Lembrando que muitas vezes são essas mesmas instituições e

empresas que ameaçam as mães de perderem seus empregos por estarem dando assistência aos filhos, que levantam hipocritamente a bandeira antiaborto.

No terceiro grupo estariam os dominadores e opressores os quais acreditam ser donos das mulheres. Dizemos isto justamente porque vivemos em uma sociedade machista onde culturalmente a mulher é considerada “propriedade” do pai e depois do marido. Lembramos de ter assistido a uma palestra em que o palestrante psicanalista Hélio Hintze nos chamava a atenção para as nossas tradicionais cerimônias de casamento. A noiva entra na igreja com o pai que a entrega ao noivo, seu futuro marido. Imediatamente ao sair da submissão do pai a mulher já passa à submissão do marido. E salvo as exceções em boa parte das famílias são os homens, pais e maridos que tomam as decisões em relação à mulher. Por mais que isso tenha mudado nos últimos tempos, podemos dizer que as famílias com princípios patriarcais ainda predominam em nossa sociedade.

O que queremos dizer com isso é que sempre foram os homens que tomaram as decisões na vida das mulheres, mesmo que como bem sabemos da existência de mulheres que há muito tempo lutam por seus direitos, na maioria das vezes as decisões são tomadas pelos homens seja no lar ou fora dele. Para se ter mais clareza a respeito desse assunto basta observarmos a quantidade de parlamentares homens e mulheres que temos, e mesmo as mulheres sendo minoria, ainda há algumas delas “contaminadas” com concepções machistas. Diante disso cremos que a questão da descriminalização e legalização do aborto que é uma pauta majoritariamente feminina encontrará, conforme já temos visto forte oposição masculina, mesmo porque a condição do homem de tomar decisões a respeito da vida da mulher é uma forma de dominação que de certo modo lhe confere “poder” do qual ele não deseja abrir mão.

Angela Davis traz uma passagem em seu livro “Mulheres, raça e classe”, a qual consideramos muito interessante: certa vez um médico disse que “[...] se as esposas e os maridos dessem a luz alternadamente, nenhuma família teria mais de três crianças, o marido parindo uma e a mulher duas.” (DAVIS, 2016 p. 209). Pode até parecer cômico, mas a verdade é que como a gestação requer muito mais da mulher do que do homem, na maioria das vezes não há uma preocupação efetiva dos mesmos em relação aos direitos reprodutivos.

Por outro lado existem várias pessoas inclusive religiosas juntamente com as feministas que são a favor do aborto. E um dos argumentos feminista para serem a favor do aborto está relacionado a liberdade sexual. “ Estava claro para nós que não poderia haver qualquer libertação genuína para mulheres e homens sem melhores e mais seguros

métodos contraceptivos – sem o direito ao aborto seguro e legal. (HOOKS, 2022 p. 50). Para as feministas o direito de escolha sobre decisões que dizem respeito aos seus próprios corpos é primordial, sendo que a negação desse direito implicaria a perda de outros direitos.

Se as mulheres não têm o direito de escolher o que acontece com o próprio corpo, arriscamos renunciar direitos em outras áreas da vida. No movimento feminista renovado, a questão geral de direitos reprodutivos precede qualquer outra questão. Isso não quer dizer que os esforços para a aprovação do aborto legal, seguro e barato não permaneça central, simplesmente não será a única questão central. **Se a educação sexual, medicina preventiva e fácil acesso a métodos contraceptivos forem oferecidos para todas as mulheres, menos de nós teremos gravidez indesejada.** Como consequência a necessidade de aborto iria diminuir. Perder terreno na questão do aborto legal, seguro e barato significa para as mulheres perder terreno em todas as questões reprodutivas. O movimento antiescolha é fundamentalmente antifeminista. Enquanto é possível que mulheres escolham individualmente jamais fazer um aborto, ser fiel as políticas feministas significa que ainda assim são pró-escolha, que apoiam o direito que as mulheres que precisam abortar tenham direito de escolher se vão ou não fazê-lo. (HOOKS, 2022 p. 55 <grifo nosso>).

Entendemos que para as feministas e demais pessoas que são a favor do aborto, este se constitui em mais uma forma de garantir a sua liberdade sexual, bem como os direitos reprodutivos. Ou seja, na ausência, ou na falha de outros mecanismos, o aborto funcionaria como um “segundo plano” e estaria disponível para a mulher caso ela escolhesse praticá-lo.

É importante salientarmos aqui também a questão do aborto nos casos de estupro, que apesar de ser permitido de acordo com a legislação, ainda encontra resistência por boa parte das pessoas. Já tivemos vários casos de meninas engravidarem e mesmo tendo o direito ao aborto, encontrar dificuldades por parte da família ou de seguimentos da sociedade para praticá-lo. Há uma infinidade de opiniões que se divergem nesses casos, enquanto uns defendem o direito da criança nascer, e que o aborto seja impensável mesmo em casos de estupros, outros defendem o direito da mãe, que também é uma criança, de interromper a gravidez.

Além das meninas que engravidam de esturpadores, mulheres de todas as idades também sofrem esse tipo de violência. E são muitas vezes incentivadas a levar a gravidez adiante mesmo que seja para posteriormente colocar a criança para adoção. Não podemos desconsiderar que o estupro é um ato violento que provoca agressões tanto físicas quanto psicológicas na vítima. Por isso, cremos que nesse caso a mãe e somente ela tem o direito decidir qual decisão deve ser tomada, devendo portanto, ser respeitada e acolhida independentemente de sua decisão.

Diante de toda a polêmica suscitada em torno da questão do aborto resultado do estupro não podemos omitir a figura do estuprador, ele quem provocou o crime e muitas vezes é o menos penalizado. A gravidez poderá ser interrompida tirando o direito à vida de uma criança, caso a mãe opte pelo aborto; a mãe sofre todos os traumas deixados pelo agressor e ainda é julgada pela sociedade dependendo da decisão que ela tomar; mas, e o estuprador? Em uma sociedade onde o machismo impera, quando o homem agressor chega a ser punido pela justiça, a pena a ele infligida não lhe faz nem cócegas se comparada as desgraças que ele provocou. Cremos que a justiça brasileira juntamente com a sociedade peca muito a respeito dessa questão. Não se esquecendo que conforme veremos no capítulo cinco, o estupro é também uma forma de dominação.

Ainda em relação as pessoas defensoras do aborto temos a questão da legalização e descriminalização do mesmo.

Sou a favor da legalização porque a simples descriminalização não resolve o problema das mulheres de baixa renda, que continuarão sem assistência médica. A legalização é mais coerente com a nossa proposta, embora a descriminalização já seja um passo. No entanto, o Estado deve assumir a tarefa de conscientizar as mulheres sobre os métodos contraceptivos, fornecendo-lhes assistência médica gratuita e de alto nível, inclusive no caso do aborto. (GONZALEZ, 2020 p. 301).

Assim como Lélia Gonzalez, muitas pessoas defensoras do aborto almejam tanto a descriminalização quanto a legalização do aborto. Primeiro porque a criminalização impacta de forma gravíssima as mulheres pobres (sobretudo, negras) que não tem acesso a um serviço médico de qualidade para realizar um aborto seguro. Geralmente as mulheres pobres realizam o aborto na própria casa, ou em clínicas clandestinas, expondo sua saúde e vida a graves riscos, podendo vir até mesmo a óbito. Desse modo a descriminalização do aborto possibilitaria às mulheres que optassem por abortar realizar o procedimento em clínicas e hospitais seguros.

Porém, na visão dos defensores e defensoras não basta o aborto não ser um crime, visto que, muitas mulheres não têm condições de pagar por um serviço seguro. Assim, a importância da legalização do aborto para que o Estado possa garantir por meio de políticas públicas os direitos reprodutivos às mulheres.

Todavia, assim como entre os que são contra o aborto existe o grupo de hipócritas, podemos dizer também que entre os defensores, existem pessoas que não estão preocupadas com os direitos das mulheres muito menos com o bem estar das mesmas, ou seja, a preocupação dessas pessoas é, sobretudo, com **a indústria do aborto**.

Apresentamos no quadro 6 uma passagem do livro “Bebês para queimar” (1977), dos jornalistas Michael Litchfield e Susan Kentish, os quais de forma disfarçada gravaram várias conversas com médicos abortistas envolvidos na indústria do aborto. Conforme mencionado na apresentação do livro, o mesmo não se trata uma ficção, os fatos são verídicos. E mesmo o episódio tendo ocorrido na década de 1970, ainda o consideramos válido para os dias atuais, uma vez que, a polêmica história do aborto ainda permanece em nossos dias. E apesar de não termos tido acesso a dados concretos atualizados sobre essa indústria do aborto, consideramos pertinente trazer esse assunto à tona para que reflexões sobre o mesmo possam ser feitas.

Quadro 6 – Indústria do aborto

Tínhamos chegado a um ponto em que acreditávamos que nada mais nos poderia chocar na indústria do aborto na Inglaterra. Estávamos enganados. Todas as vezes que pensávamos que já estávamos insensíveis à náusea, por saturação, acontecia-nos uma nova experiência, mais repelente, que revirava novamente nosso estômago e reacendia a vergonha que nos acabrunhava de pertencer a uma sociedade que dera largar a tal degradação, a tal corrupção.

O médico consentiu em dar-nos a identidade do ginecologista envolvido na venda de bebês para os fabricantes de sabão. É evidente que o tal ginecologista nunca teria admitido abertamente suas

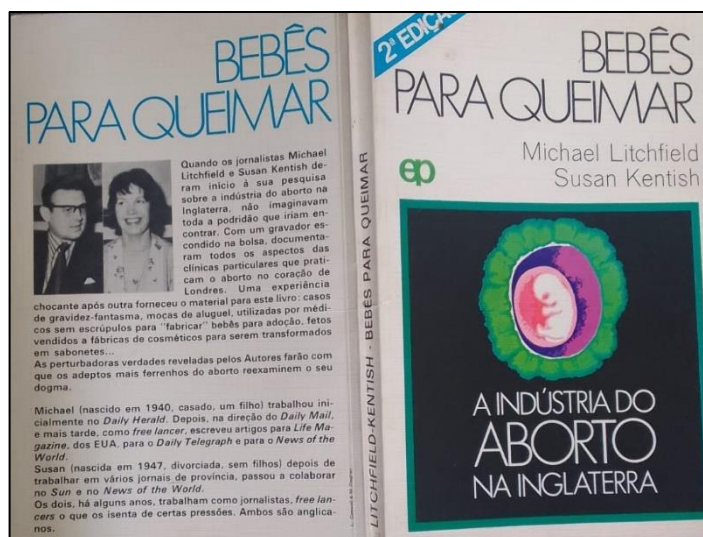


Imagem: Arquivo pessoal da autora

atividades truculentas, sub-humanas e subanimais. Então combinamos conversar com ele como firma concorrente e fazer uma contraproposta para os fetos. E o fizemos.

[...] Quando encontramos, o ginecologista pediu a sua secretária que saísse da sala, deixando-nos a sós com Litchfield, no seu luxuoso escritório, onde tudo era uma exibição de opulência. Sentou-se a beirada da mesa de trabalho, de carvalho maciço: uma cortesia da sua parte, porque, sentando-se tão perto de nós, estava falando quase diretamente no microfone do nosso gravador, que estava escondido numa pasta de couro.

Mostrou uma carta a Litchfield: “esta carta é do Ministério da Saúde”, disse ele fazendo uma expressão de aborrecimento. “Aqui dizem eles que devemos incinerar os fetos... que não devemos vende-los para nada...nem mesmo para pesquisa científica. Este é o problema. Está vendo?”

“Mas o Sr. Já vende os seus fetos para uma fábrica de cosméticos ...” disse Litchfield.

“O sr. É que está dizendo... Não estou dizendo que sim, nem estou dizendo que não... Veja, desejo colaborar, mas é difícil. Temos que observar a lei.

As pessoas que moram nas vizinhanças da minha clínica têm se queixado do cheiro de carne humana queimada. O cheiro sai do incinerador. Não é propriamente um cheiro agradável. Dizem que cheira como um campo de extermínio nazista durante a última guerra. Não sei como eles podem saber o cheiro de um campo de extermínio nazista, mas não quero discutir o fato. Portanto, estou sempre procurando maneira de me livrar do feto sem precisar queimá-los.

Veja, encaminhá-los para a pesquisa científica não é rendoso. Trata-se de ver se vale a pena... e desfazer-me deles sem violar a lei”.

“Então, como é que o Sr. Faz com a firma do East End de Londres?” “Bem, agora... o Sr. Entende... gostaria de não saber oficialmente do que se passa... com os fetos. Quanto eu saiba, eles são preparados para o incinerador, e depois desaparecem. Não sei o que lhes acontece. Desaparecem. O Sr. Tem de arranjar um furgão, ou uma caminhonete, ou coisa semelhante, que deve carregar pela porta dos fundos. Quanto à hora e outros por menores, fixaremos depois. Tudo depende naturalmente de entrarmos em acordo. Existe naturalmente, o lado financeiro... não é verdade? Qual é sua oferta?

“Por quanto o Sr. está vendendo?”

“Veja, tenho alguns bebês muito grandes. É uma pena jogá-los no incinerador, quando se podia fazer um uso bem melhor deles. Fazemos muitos abortos tardios. Somos especialistas nisto. Faço aborto que os outros médicos nunca fariam . faço-os com sete meses, sem hesitar. A lei diz vinte e oito semanas. É o limite legal. Porém é impossível determinar a fase em que foi feito o aborto quando a criança é incinerada. Por isso não importa o período em que se faz o aborto. Se a mãe está pronta para correr o risco, eu estou pronto para fazer o aborto.

Muitos dos bebês que tiro já estão totalmente formados e vivem ainda um pouco, antes de serem eliminados. Uma manhã havia quatro deles, um ao lado do outro, chorando como desesperados. Não tive tempo de matá-los ali na hora, porque tinha muito o que fazer. **Era uma pena jogá-los no incinerador, porque eles tinham muita gordura animal que poderia ser comercializada.**

Naquele ponto, se tivessem sido colocados numa incubadora poderiam sobreviver, mas na minha clínica eu não possuo essa espécie de facilidades. O nosso negócio é pôr fim a vidas e não ajudá-las a começar.

Não sou uma pessoa cruel. Sou realista. Se sou pago para fazer um trabalho e se o trabalho é livrar uma mulher de um bebê, então não estaria desempenhando o meu papel se deixasse que o bebê vivesse, embora o mantenha vivo cerca de meia hora. Tenho alguns problemas com as enfermeiras. Muitas delas desmaiam no primeiro dia. Temos também muita rotatividade em nosso pessoal.

Fonte: Litchfield; Kentish (1977) organizado pela autora

É importante salientar que conforme estamos dizendo desde o início, o aborto é um tema bastante complexo, polêmico, divergindo opiniões entre os que são a favor e os que são contra sua descriminalização e legalização. Quem está certo ou quem está errado não cabe a nós dizer aqui nesse trabalho, até porque para assumirmos um posicionamento científico a respeito desse assunto precisaríamos aprofundar mais nossos estudos sobre o mesmo. Nossa pretensão foi a de procurar ainda que de forma resumida mostrar os dois

lados. Entretanto, como estamos abordando nesse trabalho uma educação antirracista e antimachista, que está vinculada a uma educação anticolonial que por sua vez condena toda e qualquer forma de opressão, acreditamos que não poderíamos deixar de abordar esse assunto polêmico, porém, de extrema importância para nossa sociedade, sobretudo, para as mulheres.

Acreditamos que o direito das mulheres de escolher o que acontece com o próprio corpo é de fundamental importância para sua libertação e emancipação. Lembrando que, esse direito de escolha sobre o próprio corpo é inadmissível para o modo de produção capitalista, visto que a composição do corpo está estruturada para a reprodução de outros corpos que serão trabalhadores e trabalhadoras, bem como a operacionalidade de um sentido único para o corpo que é ser sempre dominado pelo homem branco, já que a organização do homem branco produz sempre a reprodução das relações de produção do capitalismo. Mesmo diante de fortes oposições de um sistema opressor cremos que não só as mulheres mas todos devem se empenhar nessa luta pela busca de uma efetiva libertação.

Conforme já evidenciamos, defendemos que o direito da mulher tomar decisões sobre seu próprio corpo não pode ser negado. Deve ser direito da mulher cortar o cabelo ou deixá-lo crescer; tatuar o corpo; mudar a estética, tomar anticoncepcional, usar preservativo, realizar laqueadura para ter somente a quantidade de filhos desejada, ou mesmo para não ter filhos, enfim, o corpo é dela, que por ser uma pessoa adulta tem plena condição de decidir sobre o que pode e o que não pode acontecer ao mesmo. Porém, quanto a legalização do aborto, que é um meio de garantir esse direito à mulher, tememos que a mesma possa constituir mais uma forma de opressão “legalizada”. Visto que, ao mesmo tempo que assegura um direito a mulher lhe dando certa liberdade e autonomia, oprime o nascituro lhe tirando a própria vida.

Será que o feto, o embrião, ou mesmo as células resultantes da fecundação é apenas uma coisa, um objeto que pode ser usado, vendido ou descartado, tal como faziam com as pessoas negras no período da escravidão? **O corpo humano em formação é uma mercadoria?** Tememos que podemos estar incorrendo ao mesmo erro que os racistas e machistas cometeram, objetificando pessoas negras e mulheres.

Acreditamos que muitos discordarão dessa analogia, porém cremos ser necessário cogitarmos sobre essa questão, pois a impressão que temos é de que o nascituro é considerado apenas um objeto sem sentimentos, tal como consideravam as mães negras quando vendiam os seus filhos. Assim, é preciso cautela e prudência quanto

às nossas escolhas e tomadas de decisões, para não coisificarmos os nascituros tal como fizeram conosco (mulheres negras) e ainda tentam fazer. cremos que é extremamente importante dar liberdade à mulher, porém, precisamos pensar em uma forma de libertá-la sem que seja necessário oprimir um outro alguém lhe tirando a vida, nesse caso o nascituro.

Noberto Bobbio (1909-2004), italiano, filósofo, socialista, sem religião e contrário ao aborto, em uma entrevista¹⁰ concedida ao “II Corriere della Sera” em 8 de maio de 1981, aborda três direitos relacionados ao tema aborto: o primeiro está relacionado ao direito fundamental do nascituro, o direito de nascer, sobre o qual, Bobbio acredita que não se pode transigir. “É o mesmo direito em cujo nome sou contra a pena de morte. Você pode falar sobre descriminalização do aborto, mas não pode ser moralmente indiferente ao aborto.” Ele diz na entrevista. O segundo direito diz respeito a mulher, ou seja, o direito de não ser sacrificada por uma criança que não quer. O terceiro direito abordado por Bobbio se refere à sociedade, o direito da sociedade em geral e das sociedades em particular a não se tornarem superpovoadas, a exercer o controle da natalidade.

Bobbio prossegue afirmando que o primeiro direito, o do nascituro, é o fundamental; os outros, o da mulher e o da sociedade, são direitos derivados. Ele explica que o direito das mulheres e da sociedade, muitas vezes usado para justificar o aborto, pode ser atendido sem o recurso ao aborto, impedindo a concepção. Porém, quanto ao direito do nascituro, uma vez havida a concepção, ele somente poderá tê-lo se o permitirem viver. É nesse sentido que consideramos que a legalização do aborto poderá ser uma forma de opressão, pois, ao mesmo tempo que garante um direito importante à mulher: a liberdade; tira um direito mais importante ainda do nascituro: a vida.

O direito à vida é o maior direito que existe. A promoção pela sociedade e pelo Estado para garantir o direito à vida tem que ser a prioridade permanente na constituição da própria vida cotidiana. O tema aborto não pode ser encarado como uma situação de “sim” ou “não”, visto que envolvem inúmeros fatores e como aponta o livro-denúncia de Litchfield e Kentish (1977) o corpo humano vivo e, posteriormente, morto é uma mercadoria no processo de construção social da mulher, isto é, o feto é um incômodo à

¹⁰ Entrevista: Um socialista contra o aborto. (2017). Disponível em: <https://sumateologica.wordpress.com/2017/04/21/entrevista-um-socialista-contra-o-aborto/> . Acesso em: 02. Nov. 2023.

medida que nem a sociedade e nem o Estado priorizam o direito à vida. É importante pensarmos que os abortos podem ser constituídos como subtração de problema oriundo da incapacidade de criar e alimentar uma criança, todavia essa violência contra a mulher, visto que mesmo mulheres conscientes quanto a fazer o aborto, sabem que é um ato de violência contra elas, seu corpo e sua psique, e o corpo de seu filho/filha.

O aborto aparece aqui nessa tese como sentido para pensar o poder de destruir possibilidades a partir do direito à vida para as mulheres, visto que as mulheres precisam constituir funções biológicas próximas ao ser masculino, pois a gravidez pode representar para o capitalismo perdas na produção, ao mesmo tempo o capitalismo precisa garantir que nasçam mais crianças para tornarem-se consumidoras desse processo; assim, a classe média baixa e alta tem volume de oportunidades para garantir o nascimento de crianças que serão consumidoras.

Assim, ao pensarmos o aborto estamos nos colocando diante de uma situação de extrema violência e machismo, pois as condições desse aborto estão inseridas na pressão econômica, social e cultural sobre a mulher. A não condição para o aborto precisaria de uma sociedade coletiva e comprometida em subtrair os problemas colocados pela individualidade do capitalismo como apontou Machel (1980) quanto a coletividade e solidariedade.

Precisamos lembrar também que além da questão do aborto o movimento feminista defende outras pautas. Inclusive gostaríamos de enfatizar que esse movimento é pró família. E defende não apenas as mulheres, mas, crianças que também são vítimas de violência do pai, da mãe ou de outras pessoas.

Uma das intervenções mais positivas do movimento feminista em nome das crianças foi criar uma maior conscientização cultural da necessidade de participação igual dos homens na criação, não somente para construir equidade de gênero, mas também para estabelecer melhores relacionamentos com as crianças. (HOOKS, 2022 p. 113).

Não são raros os casos de violência física e emocional praticados contra as crianças. Muitas têm sido abusadas sexualmente por integrantes da própria família: pai, tio, avó, irmão, entre outros. Isso é gravíssimo! Agressões físicas e verbais também tem atingido muitas crianças, afetando negativamente suas vidas. O movimento feminista tem lutado contra esse tipo de violência. E ao contrário do que muitas pessoas pensam, conforme já mencionamos, esse movimento preza pela família, talvez, por um modelo de família diferente do que estamos acostumados, ou seja, não fundamentado em princípios machistas e patriarcais, mas, em princípios feministas.

O movimento feminista é pro-família. Acabar com a dominação patriarcal de crianças, seja por homens, seja por mulheres, é a única maneira de tornar a família um lugar no qual as crianças se sentem seguras, no qual elas podem ser livres, no qual podem conhecer o amor. (HOOKS, 2022 p. 116).

Enfim, podemos dizer que apesar do movimento feministas apresentar muitas vezes pautas as quais podem provocar polêmicas, é inegável que o movimento possa contribuir positivamente para uma educação anticolonial, ou seja, livre de todas as formas de opressão.

Imagine viver em um mundo onde não há dominação, em que as mulheres e homens não são parecidos nem mesmo sempre iguais mas em que a noção de mutualidade é o *ethos* que determina nossa interação. Imagine viver em um mundo onde todos nós podemos ser quem somos, um mundo de paz e possibilidades. Uma revolução feminista sozinha não criará esse mundo; precisamos acabar com o racismo, o elitismo, o imperialismo. Mas ela tornará possível que sejamos pessoas – mulheres e homens – autorrealizadas, capazes de criar uma comunidade amorosa de viver juntas, realizando nossos sonhos de liberdade e justiça, vivendo a verdade de que somos todas e todos “iguais na criação”. Aproxime-se. (HOOKS, 2022 p. 15).

É nesse sentido que dizemos que o movimento feminista pode contribuir para uma educação anticolonial e conseqüentemente antirracista e antimachista, uma vez que, por vivermos em uma sociedade fundamentada em princípios capitalista e a escola ser uma instituição subordinada ao Estado, a mesma é um dos meios mais eficazes de disseminar o racismo, o elitismo, o imperialismo e o machismo, conforme veremos no próximo capítulo.

3. O CAPITALISMO E OS VALORES RACISTAS E MACHISTAS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR



Trabalhadoras e trabalhadores do município de Uberlândia – Minas Gerais em greve, lutando por direitos trabalhistas e por uma educação pública de qualidade (março / 2024).

Conforme já vimos, tanto o racismo quanto o machismo não ocorrem de forma isolada na sociedade. E apesar de se manifestarem de modo individual, bem como nas instituições, não podemos nos esquecer o fato de que ambos fazem parte da estrutura social capitalista. Também precisamos nos atentarmos para o fato de que se hoje temos instituições escolares que contêm e dissemina princípios racistas e machistas, é porque esses princípios foram “implantados” muitas vezes legalmente, desde o período colonial e escravocrata nessas instituições. Ou seja, se verificarmos as raízes do racismo e do

machismo na escola veremos que enquanto eles são problemas para as pessoas negras e mulheres, constituindo uma forma de opressão; por outro lado, são considerados soluções para várias questões do homem branco, por exemplo, a facilidade de “naturalização” da exploração da mão de obra negra e feminina. Desta forma, o machismo e o racismo são oportunidades permanentes para a classe dominante oprimir mulheres e pessoas negras.

A cultura racista e machista idealizada pelo homem branco a fim de garantir seus privilégios é reproduzida na instituição escolar que por sua vez se encontra subordinada ao Estado que juntamente com atores hegemônicos detém o poder e conseqüentemente todo o controle social. A disseminação do racismo e do machismo nas escolas ocorre por meio de comportamentos e ações racistas e machistas, reproduzidos por indivíduos pertencentes à comunidade escolar: diretores, professores, alunos, pais, mães etc. Ou ainda, por meio do currículo, dos conteúdos e dos materiais didáticos os quais chegam às escolas prontos e ideologicamente impregnados de racismo e machismo. A desvalorização da trabalhadora e do trabalhador da educação (principalmente a educação básica na qual predomina a presença feminina), pelo serviço público é uma forma de opressão machista.

Em relação a Geografia podemos dizer que esta é uma ciência estratégica que sempre esteve a serviço do Estado, e como disciplina escolar tem servido para inculcar essa cultura racista e machista nas/nos discentes. Uma vez que, o conhecimento epistemológico adquirido pela/pelo docente em sua formação na maioria das vezes tem como fundamento princípios capitalistas e colonialistas, pautados no individualismo, na exploração, na violência, entre outros.

Assim, entendemos a necessidade de uma outra epistemologia que possibilite uma educação geográfica que opere na contra mão do sistema vigente, que tenha princípios anticoloniais, visando o combate as opressões, sendo conseqüentemente por isso, antirracista e antimachista.

3.1 Educação para emancipação ou dominação?

Quando nos referimos a instituição escolar que temos hoje, vale a pena deixar claro que essa instituição foi projetada por homens brancos os quais na maioria das vezes nunca tiveram a menor intenção de contribuir para ascensão de mulheres muito menos de pessoas negras na sociedade. E por mais que já tivemos algumas conquistas, o certo é que o modelo de escola que temos ainda é basicamente para atender interesses de uma elite.

Quadro 7 – As escolas funcionam

Imagine-se vivendo em um dos maiores guetos de uma cidade norte-americana. Outro membro da comunidade vem até você e diz: “Sabe, as escolas funcionam”. Você, um tanto incrédulo, dirige o seu olhar para ele. Afinal de contas, seus filhos estão tendo resultados ruins em testes de inteligência e nas avaliações de desempenho. A maior parte dos jovens da comunidade trabalha em empregos cujos salários são mais baixos do que os dos empregos equivalentes dos brancos. Muitos deles estão bastantes desiludidos em relação ao seu futuro. Na escola, há cada vez mais violência e vandalismo. O currículo parece não estar em contato com a realidade e a história de sua gente. A comunidade, corretamente, sente que tem pouco a dizer sobre o que acontece na instituição cujo objetivo é educar seus jovens. Você fala disso tudo a ele, explicando cada uma das questões e tentando mostrar-lhe que ou ele está totalmente errado ou que é uma das pessoas menos sensíveis que já viu. Então ele diz: “Concordo com tudo o que você me disse. Todas essas coisas que você acabou de falar ocorrem, não só aqui, mas em todo o país, nas comunidades onde as pessoas são pobres, não há privilégios políticos ou culturais, e sim opressão”. Ele começa a apresentar um conjunto importante de fatos. Cuidadosa, e até apaixonadamente, ele mostra que essas escolas “comunitárias” estão fazendo o que de fato foram construídas para fazerem. Elas não foram feitas para lhe dar controle; bem pelo contrário. À medida que ele fala, as coisas vão aos poucos ganhando mais sentido. Você começa a montar um quebra cabeças com as informações que ele lhe dá. E se ele estiver correto? E se as escolas e o currículo tiverem chegado ao que são para que os interesses de minha comunidade ficassem subsumidos aos interesses de pessoas mais poderosas? E se a conjuntura social e econômica existente de fato exigir que algumas pessoas sejam relativamente pobres e sem habilidades e outras não? Então, tacitamente, você começa a perceber como as escolas ajudam a manter essa conjuntura institucional. Concorda com seu amigo, mas acrescenta algo importante que ele esqueceu de verbalizar: “Sim, as escolas funciona... para eles”. Vocês dois balançam a cabeça, afirmativamente.

Fonte: Apple (2006)

Trouxemos logo no início deste tópico esse exemplo apresentado por Michael Apple (2006) em seu livro “Ideologia e Currículo” com o objetivo de mostrar que a instituição escolar tem uma função a ser desempenhada na sociedade de classes,

e essa função é desenvolvida muito bem, uma vez que, **o controle curricular e cultural** está nas mãos de uma minoria elitizada que detém o poder. “[...] as escolas têm uma história e estão conectadas, por meio de suas práticas diárias, a outras instituições poderosas de um modo que é frequentemente oculto e complexo”. (APPLE, 2006 p. 102). Para Apple (2006), a história e essas conexões precisam ser compreendidas para entendermos o funcionamento de escolas como esta apresentada no exemplo, para assim sabermos das reais possibilidades de nossas ações sobre a mesma.

O controle curricular e cultural, pois, conforme Enguita (1989) a relação da preparação do sentido do aprendizado precisa ser antecedida por valores culturais e morais. Nesse sentido, a cultura constituirá o currículo escolar e esse é o resultado do processo direto de subordinação aos valores capitalistas que se organizam de forma dialética para reproduzir as contradições sem evidenciar as mesmas, então, torna-se necessário constituir um caminho teórico que busque consolidar a ruptura com a realidade dos valores opressores do capitalismo evidenciados na escola e na sociedade.

Segundo Apple (2006) para entendermos como as escolas atuam é essencial que façamos duas coisas:

Primeiro, devemos ver como as escolas funcionam. O pesquisador deve compreender como as regularidades cotidianas de “ensino e aprendizagem nas escolas” produzem esses resultados. Segundo, devemos ter aquela sensibilidade peculiarmente marxista ao presente como história, para entendermos as raízes históricas e os conflitos que fazem com que essas instituições sejam o que são hoje. Sem esse duplo entendimento, será muito mais difícil compreender completamente as “funções” econômicas e culturais de nossas instituições de ensino. (APPLE, 2006 p. 49).

É preciso conhecer a história, é preciso compreender o passado para entendermos o presente e cogitarmos um futuro diferente, ou seja melhor do que este que está posto. Lembrando que essa história se desenrola em um espaço, que por sua vez se diferencia de outros espaços caracterizando-o de acordo com o contexto vivido. A educação escolar destinada as massas, com o objetivo de controle social e disciplina para o trabalho, não é a mesma destinada às elites. Todavia, não podemos nos esquecer que o processo de ensino e aprendizagem é anterior a instituição escolar, ou seja, antes mesmo dos pais e responsáveis enviarem seus filhos à escola, já havia nas famílias o costume de ensinar às crianças algum ofício.

Na Roma arcaica, por exemplo, encontramos-nos com uma mistura de aprendizagem familiar e participação na vida adulta em geral: o jovem varão simplesmente acompanha o pai no trabalho da terra, no foro ou na guerra,

enquanto as filhas permanecem junto à mãe ajudando-a em outras tarefas. Na economia camponesa, mesmo em nossos dias, a sede da aprendizagem social e para o trabalho continua sendo a família. Para o camponês autossuficiente, a escola não podia oferecer outra coisa que doutrinação religiosa e, em seu caso, político. As destrezas e os conhecimentos necessários para seu trabalho podiam ser adquiridos no próprio local de trabalho; e, de qualquer forma, a escola não os oferecia. Algo parecido ocorria na Idade Média, com a diferença de que neste período a permanência na família original era substituída em grande medida pela educação ou aprendizagem no seio de outra família. (FERNANDEZ ENGUIA, 1989 p. 105-106).

Já em relação a instituição escolar, podemos dizer que a mesma em um determinado período teve como função tirar as crianças pobres e órfãs das ruas como forma de coibir atos delituosos. Fernandez Enguita fazendo referência a Varela (1983), nos mostra que:

(...) porque é certo que ao se remediar estas crianças perdidas põe-se obstáculo aos latrocínios, delitos graves, e enormes, que por se criarem livres e sem dono, aumentam, porque se tendo criado em liberdade de necessidade hão de ser quando grandes gente indomável, destruidora do bem público, corrompedora dos bons costumes, contaminadora das gentes e povos. (FERNANDEZ ENGUIA, 1989 p. 109).

É preciso enfatizar que a elite não tinha a mínima intenção de que essas crianças viessem ter algum tipo de ascensão social, pelo contrário, alguns intelectuais até temiam que isso pudesse vir acontecer.

Os pensadores da burguesia em ascensão recitaram durante um longo tempo a ladainha da educação para o povo. Por um lado, necessitavam recorrer a ela para preparar ou garantir seu poder, para reduzir o da igreja e, em geral, para conseguir a aceitação da nova ordem. Por outro, entretanto, temiam as conseqüências de ilustrar demasiadamente aqueles que, ao fim e ao cabo, iam continuar ocupando os níveis mais baixos da sociedade, pois isto poderia alimentar neles ambições indesejáveis. (FERNANDEZ ENGUIA, 1989 p. 110).

Entre esses pensadores podemos citar Locke e Voltaire, grandes defensores do iluminismo, os quais deixavam bem evidente que os ideais iluministas não era para todos, ou seja, o lema: “Igualdade, Liberdade e Fraternidade” estava restrito apenas a um certo grupo de pessoas, a burguesia. Segundo Fernandez Enguita (1989), apesar de Locke ter proposto o internamento de crianças pobres, não hesitou em dizer que ninguém está obrigado a saber tudo. E que o estudo das ciências em geral é assunto daqueles que vivem confortavelmente e dispõem de tempo livre. Desse modo os que possuem empregos particulares devem entender sobre as suas funções; não sendo, portanto, insensato exigir que pensem e raciocinem apenas sobre sua ocupação cotidiana. Fernandez Enguita (1989) cita Charlot e Figeat, (1985) nos mostrando que seguindo esse mesmo pensamento, Voltaire concorda com La Chalotais quando o mesmo afirmava que: O bem da sociedade exige que os conhecimentos do povo não se estendam além de suas ocupações.

Fica evidente que a educação destinada às massas, não tinha como objetivo sua emancipação, restringindo apenas a ocupação e ofício, servindo também como controle social e formação de mão de obra a ser explorada. A educação intelectual no sentido de tomar decisões quanto ao projeto de sociedade almejado, deveria ser destinada apenas a elite.

Retomando a questão cultural conseguimos entender a escola como aprisionamento da capacidade de revidar com o mundo e com isso apresentar as rupturas necessárias. A cultura precisa ser empreendida como construção em processo dentro do modo de produção, logo toda a escola estará vinculada a esse processo: a produção de lucro e de uma sociedade que vai reproduzir as condições da existência do lucro. A escola precisa ser fundada nas bases da produção e com isso não é possível ter uma escola, de fato, antirracista e antimachista, pois se essa escola existir ela precisará quebrar todas as circunstâncias opressoras na formação da cultura e do currículo.

A construção de uma escola efetivamente antirracista e antimachista passa pela compreensão da escola em duas dimensões. Uma dimensão de opressão e violência contra a classe trabalhadora, principalmente contra as mulheres negras. Outra dimensão de libertação e de revolução, pois a composição da escola como liberdade está na anulação do que é posto pelo Estado como verdade. Daí, o trabalho da professora negra é fundamental para evoluir a escola para um sentido de ruptura. Não é qualquer pessoa que está habilitada de forma revolucionária para nessa dimensão da escola promover o conhecimento libertador e autônomo dos sujeitos, pois a pessoa que tem a capacidade em construir as rupturas precisa compreender a opressão em todas as suas dimensões. Como bem nos lembra Paulo Freire (2014): A pedagogia do oprimido não pode ser elaborada pelo opressor.

Existe, portanto, uma sociedade ainda escravocrata e que busca consolidar seus valores na escola como continuidade de um sentido opressor que culmina sempre na efetividade dos valores burgueses como justificativas a produção de uma cultura racista e machista. As experiências dos sujeitos a partir do racismo e do machismo impõem ao mesmos um sentido único na produção da escola; assim, a escola não é o lócus da produção de conhecimento para revolucionar os valores e os costumes burgueses, todavia, o trabalho de professoras tem levado a composição de rupturas que emergem da cultura não burguesa e não europeia.

Desde a Revolução Industrial, século XVIII, crianças pobres e órfãs internadas, bem como crianças oriundas das classes populares, serviram como mão de obra barata

para atender as demandas das indústrias, enquanto crianças ou depois de adultas. Assim a semelhança da organização da instituição escolar com o funcionamento das fábricas. “Nas escolas metodistas inglesas de princípios do século XIX, a primeira coisa que aprendiam os alunos era a pontualidade. Uma vez entre seus muros, a disciplina escolar assemelhava-se muito à militar.” (FERNANDEZ ENGUITA, 1989 p. 117).

A instituição escolar servia como um espaço preparatório para os trabalhadores da indústria. “Não deixe que seu filho chegue tarde. Se o faz, quando crescer chegará tarde a seu trabalho. Então perderá seu emprego e será sempre pobre e miserável (TYACK, 1974 apud FERNANDEZ ENGUITA, 1989 p. 122). A questão da pontualidade foi apenas um exemplo que apresentamos, porém, outras normas a serem seguidas na indústria eram obrigatoriamente ensinadas nas instituições escolares tais como disciplina, postura, organização entre outras, com o objetivo de atender interesses da burguesia.

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas. (MÉSZARÓS, 2008 p. 35).

Desse modo entendemos que a apropriação de ideologias racistas e machistas pela burguesia é uma das formas de manter o controle a dominação e a exploração de determinados grupos. Lembrando que a burguesia tem apoio do Estado que por sua vez controla as instituições escolares. Podemos afirmar que infelizmente em um primeiro momento as pessoas negras eram proibidas de estudarem aqui no Brasil. A lei nº 1 de 1837, sobre instrução primária no Rio de Janeiro afirmava em seu artigo 3º que estavam proibidos de frequentarem as escolas públicas:

1º Todas as pessoas que padecerem moléstias contagiosas.

2º Os escravos, e os pretos Africanos, ainda que sejam livres ou libertos.

Observem que as pessoas negras eram colocadas nas mesmas condições que as pessoas com moléstias contagiosas. Como se elas pudessem trazer algum risco para os outros estudantes. Quando nos deparamos com leis iguais a essa, compreendemos que a questão do racismo não está vinculada apenas à esfera individual, ou seja, o racismo vai sendo operado de acordo com o projeto de sociedade que se quer ter. Na sociedade capitalista que tem como o foco a exploração ele tem um importante papel a ser desenvolvido.

Na verdade, manter os escravizados longe das escolas sem aprender ler e escrever era até certo ponto algo vantajoso para os senhores. Vários senhores enganavam seus escravizados devido os mesmos não saberem ler. Podemos constatar essa triste realidade no conto “A escrava” da escritora Maria Firmina dos Reis, no qual um pai se esforça muito para comprar a carta de alforria da filha escravizada, mas que no entanto recebe do senhor uma carta falsificada.

Além disso, no período da escravidão era normal que proibissem as pessoas negras de aprenderem a ler, não apenas no Brasil, como também nos Estados Unidos.

Com frequência, os poderes mistificadores do racismo emanam de sua lógica irracional e confusa. De acordo com a ideologia dominante, a população negra era supostamente incapaz de progressos intelectuais. Afinal, essas pessoas haviam sido propriedade, naturalmente inferiores quando comparadas ao epítome branco da humanidade. Mas, se fossem realmente inferiores em termos de biológicos, as pessoas negras nunca teriam manifestado desejo nem capacidade de adquirir conhecimento. Portanto, não teria sido necessário proibi-las de aprender. Na realidade, é claro, a população negra é claro sempre demonstrou uma impaciência feroz no que se refere à aquisição de educação. (DAVIS, 2016 p. 109).

Pessoas negras sempre lutaram pelo acesso à educação, e de acordo com Davis (2016) os exemplos mais marcantes de sororidade que as mulheres brancas tinham em relação às mulheres negras estão associados à luta do povo negro por educação. Mulheres como, Prudence Crandall, Margaret Douglas, Myrtila Miner, foram presas ou arriscaram a própria vida defendendo o direito à educação das pessoas negras. Aqui no Brasil entre as mulheres brancas que lutaram pela educação tanto das mulheres como de pessoas negras podemos citar Nísia Floresta Brasileira Augusta, pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto (1810-1885).

Num tempo em que a grande maioria das mulheres brasileiras vivia trancafiada em casa sem nenhum direito; quando o ditado popular dizia que “o melhor livro é a almofada e o bastidor” e tinha foros de verdade para muitos, nesse tempo Nísia Floresta dirigia colégio para moças no Rio de Janeiro e escrevia livros e mais livros para defender os direitos femininos, dos índios e dos escravos. Nísia deve ter sido uma das primeiras mulheres no Brasil a romper os limites do espaço privado e a publicar textos em jornais da chamada grande imprensa. E foram muitas as colaborações que a cada dia surgiam sob a forma de crônicas, contos, poesias e ensaios. Aliás, esse é um traço da modernidade de Nísia Floresta: sua constante presença na imprensa nacional desde 1830, sempre comentando as questões mais polêmicas da época. (DUARTE, 2010 p. 12).

Mulheres brasileiras negras também lutaram pelo direito à educação tanto de si próprias, como também pela educação de outras pessoas negras. Podemos citar Antonieta de Barros, já mencionada nesse trabalho e Enedina Alves (1913-1981). Na fotografia, Enedina

Alves (sorrindo) à esquerda, com as professoras do grupo barão de Antonina, em Rio Negro PR, na década de 1930, quando lecionava. É a única negra na fotografia, um exemplo de resistência em uma sociedade racista e machista.

Imagem 2 – Enedina Alves



Fonte: Enciclopédia negra (2021)

Sempre houve lutas e resistências pelo direito à educação de pessoas negras e novamente vamos enfatizar que quando se trata da mulher negra a situação ainda é mais complexa, devido a questão de gênero e raça. Se o acesso à educação era difícil para as pessoas negras, para as mulheres em geral também não era fácil. A mesma lei aqui referida sobre instrução primária (1837) trazia em seu artigo 17º sobre a instrução primária de meninas, as quais seriam ensinadas as matérias compreendidas nos números primeiro (Leitura, e escrita; as quatro operações de Aritmética sobre números inteiros, frações ordinárias, e decimais, e proporções: princípios de Moral Cristã e da Religião do Estado; e a Gramática da Língua Nacional) e terceiro (Elementos de Geografia) do artigo 1º, menos decimais e proporções, poderiam aprender também a coser, bordar, e os mais misteres próprios da educação doméstica.

O segundo número do artigo 1º estava relacionado a noções gerais de Geometria teórica e prática, e não seria ensinado às meninas. As matérias relacionadas às disciplinas exatas ficavam restritas aos meninos, aos homens. Segundo Gomes; Lauriano e Schwarcz (2021) Enedina Alves além de ser professora, graduou-se em 1945, aos 32 anos, no curso de engenharia civil da Universidade do Paraná, atual Universidade Federal do Paraná

(UFPR). Foi a primeira engenheira do país e a única mulher da turma a se formar naquele ano juntamente com trinta e dois colegas homens.

Ainda hoje as mulheres são minorias nos cursos de engenharias, isso pode estar vinculado à construção ideológica cultural que se formou ao longo dos anos afirmando que as mulheres não são aptas a lidarem com disciplinas exatas e com cálculos. Apesar das lutas essa ideia ainda faz parte do imaginário de muitos homens e mulheres que se alimentam de princípios machistas. E, quando vencem os desafios impostos pela sociedade e até mesmo pelas famílias, as mulheres sofrem preconceito e discriminação nesses cursos, cujas futuras profissões são melhores remuneradas. Mais uma vez, podemos observar a educação influenciando no projeto de sociedade que se quer ter, ou seja, um projeto onde prevalece o domínio do homem branco que segue explorando as demais pessoas, principalmente as mulheres negras.

A sociedade da propriedade privada dos meios de produção, sociedade de exploração do homem, cria e impõe a ideologia e a cultura que defenderão os seus valores, assegurarão a sua sobrevivência. A exploração econômica da mulher, a sua transformação em produtor sem direitos, a elaboração da ideologia e cultura adequadas, a organização de um sistema de educação que as transmitam. É evidente que não se trata dum ato único e total, mas de um processo que foi elaborado e refinado durante os milênios em que a sociedade existe. O obscurantismo é o ponto de partida do processo. Manter a mulher na ignorância, ou só educa-la o mínimo necessário, é o princípio geral. (MACHEL, 1980 p. 23)

É importante lembrar que com a Constituição Federal de 1988, a educação se torna um direito de todos, artigo 205, sendo dever do Estado e da família. Todavia, mesmo constituindo um direito, nem todas as pessoas têm acesso à educação e a permanência na mesma em muitos casos se torna inviável principalmente para aquelas pessoas ocupantes de uma classe social menos favorecida.

Em uma pesquisa que realizamos com mulheres negras de baixa renda (1983), constatamos que muito poucas entre nossas entrevistadas começaram a trabalhar já adultas. [...] Desnecessário dizer que, nos centros urbanos, começavam a trabalhar “em casa de família”, além de tentarem frequentar alguma escola. Pouquíssimas conseguiram “fazer o primário”. Um dos depoimentos mais significativos para nós, o de Maria, fala-nos das dificuldades da menina negra e pobre, filha de pai desconhecido, em face de um ensino unidirecionado, voltado para valores que não os dela. E, contando seus problemas de aprendizagem, ela não deixava de criticar o comportamento de professores (autoritariamente colonialistas) que, na verdade, só fazem reproduzir práticas que induzem nossas crianças a deixarem de lado uma escola onde os privilégios de raça, classe e sexo constituem o grande ideal a ser atingido, através do saber “por excelência” emanado da cultura “por excelência”: a ocidental burguesa. (GONZALEZ 2020 p. 100).

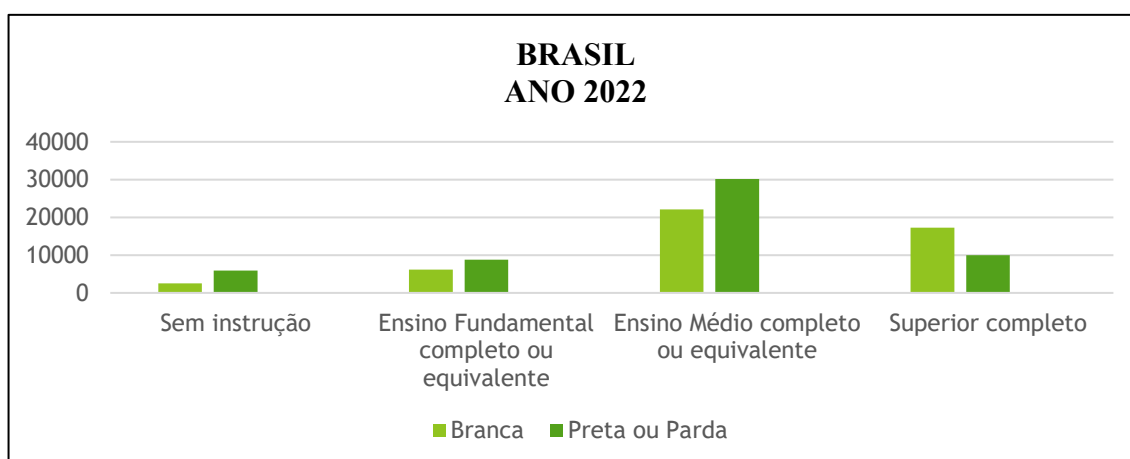
Lélia Gonzalez mostra uma realidade muito comum vivida por mulheres negras, que geralmente começavam trabalhar por volta dos oito ou dez anos de idade. Muitas

delas gostariam de ter estudado, mas, não tiveram oportunidade. Às vezes aprendiam apenas a ler e escrever e eram obrigadas a abandonar os estudos para auxiliar a família. E apesar da pesquisa realizada por Lélia ter sido em 1983, infelizmente ainda hoje há evasão escolar de estudantes negros e negras que deixam os estudos para trabalhar e assim complementar a renda da família. Integrantes de outros grupos também, inclusive indígenas, muitas vezes são privados do acesso à escola ou obrigadas a deixarem os estudos para se inserirem no mercado de trabalho, em busca da sobrevivência.

E lutar pela sobrevivência significa, para tais famílias, apelar para todas as formas possíveis no sentido de conseguir alimento e permanecer em seu estado de fome congênita. Significa não poder deixar suas crianças irem à escola porque, também elas, têm que ajudar nessa luta pela sobrevivência. Que se pense, aqui, nos casos de exploração do trabalho infantil em nosso país, tanto no campo quanto na cidade (em termos urbanos, por exemplo, que se pense nos pequenos vendedores, engraxates, lavadores de carro etc.). Certamente o futuro que aguarda aqueles que sobrevivem será, para os jovens negros, a revolta diante da falta de oportunidades que uma sociedade racista procura reforçar segundo os mais variados estereótipos (“negro é burro, incapaz intelectualmente, preguiçoso, irresponsável, cachaceiro” etc. etc.). (GONZALEZ 2020 p. 47).

A evasão escolar contribui sobremodo para acirrar as desigualdades sociais, uma geração não estudou por não ter tido condições e oportunidades, deixando a próxima geração também sem condições e oportunidades e assim sucessivamente. Alguns poucos conseguem romper esse círculo, não por questões meritocráticas, mas porque conseguiram ter algum tipo de oportunidade. Os dados estatísticos nos mostram esta triste realidade.

Gráfico 1 – Pessoas de 14 anos ou mais de idade, por cor ou raça e nível de instrução



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual 2º Semestre (Organizado pela autora)

Mesmo que o nível de instrução escolar das pessoas negras tenha melhorado nos últimos tempos se comparado com o período pós abolição e as décadas seguintes, ainda

é significativo o número de pessoas pretas e pardas, sem instrução e que não conseguem concluir um curso superior se comparado às pessoas brancas.

Além das pessoas negras que abandonam a escola por terem que auxiliar na renda familiar inserindo-se no mercado de trabalho; há também aquelas que deixam a escola por se sentirem desiludidas, uma vez que a mesma por meio das ações, do currículo e dos materiais didáticos apregoa uma realidade da qual elas não fazem parte, não vivem.

Nesse sentido, vale ressaltar que a maioria das crianças negras, nas escolas de primeiro grau, são vistas como indisciplinadas, dispersivas, desajustadas ou pouco inteligentes. De um modo geral, são encaminhadas a postos de saúde mental para que psiquiatras e psicólogos as submetam a testes e tratamentos que as tornem ajustadas. Se refletirmos um mínimo sobre a questão, não teremos dificuldade em perceber o que o sistema de ensino destila em termos de racismo: livros didáticos, atitudes dos professores em sala de aula e nos momentos de recreação apontam para um processo de lavagem cerebral de tal ordem que a criança que continua seus estudos e que por acaso chega ao ensino superior já não se reconhece mais como negra. E são exatamente essas “exceções” que, devidamente cooptadas, acabam por afirmar a inexistência do racismo e de suas práticas.(GONZALEZ, 2020 p. 39).

O materiais utilizados nos estudos geralmente são “embranquecidos”, ou seja, a maioria dos personagens são brancos e quando aparecem algum personagem negro geralmente ele se encontra em condição de submissão, sendo as outras pessoas responsáveis por falar por ele, enquanto o mesmo, assim como também acontece na sociedade, tem o direito de permanecer calado. Ao analisarmos livros didáticos do PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD - Campo) 2016, pudemos constatar a presença de quilombolas, bem como de outros povos, indígenas, ribeirinhos, assentados da reforma agrária... trabalhando e festejando, em várias páginas dos livros. Porém, as dificuldades enfrentadas por esses povos, inclusive o fechamento de escolas rurais, não eram mencionadas. As contradições, a desmedida violência e as barbárie comum no rural brasileiro, quase não apareciam e quando surgia alguma violência ou contradição, tinha um caráter fantasmagórico, ou seja, não aparecia a pessoa, ou melhor, os responsáveis pela contradição. Tanto os quilombolas quanto os outros povos permaneciam sempre calados, outras pessoas é quem falavam por eles.

O silenciamento desses povos no livro didático é intencional. Podemos dizer que na sociedade capitalista até mesmo as mazelas são planejadas e seria no mínimo estranho dar voz aos oprimidos quando a intenção é continuar com o processo de opressão, desse modo toda a organização da instituição escolar, inclusive os livros didáticos, são feitos de forma a manter a “ordem” vigente.

O conhecimento que chegava às escolas no passado e que chega hoje não é aleatório. É selecionado e organizado ao redor de um conjunto de princípios e valores que vem de algum lugar, que representam determinadas visões de normalidade e desvio, de bem e de mal, e da forma como as boas pessoas devem agir”. Assim, para entendermos por que o conhecimento pertencente a apenas determinados grupos tem sido representado em primeiro plano nas escolas, precisamos conhecer os interesses sociais que frequentemente guiaram a seleção do currículo e sua organização. (APPLE, 2006 p. 103).

A organização escolar é feita de acordo com interesses da classe dominante, desse modo como os princípios dessa classe são racistas e machistas, as pessoas negras e as mulheres vão sendo preteridas no processo educacional. Lembrando que para cada época surge uma nova estratégia para tentar combater as lutas antirracista e antimachista articuladas por pessoas que buscam seus direitos. Hoje, a educação é um direito legal de todos, contudo, há também, formas de fazer com que determinados grupos não tenha acesso à educação ou não tenha condições de permanecer estudando até concluir um curso superior.

Uma dessas estratégias é a contribuição negativa para que ocorra a evasão escolar, a qual já abordamos, a outra é a ausência de identidade e voz no currículo e nos materiais didáticos, as pessoas negras muitas vezes não se vêem representadas nesses materiais, e ainda uma outra estratégia diz respeito as agressões na maioria das vezes emocionais, sofridas por discentes negros no ambiente escolar, por parte não apenas de colegas, mas também de funcionários e outros membros da comunidade escolar.

Mas todo dia eu tinha que ouvir piadas envolvendo meu cabelo e a cor da minha pele. Lembro que nas aulas de história sentia a orelha queimar com aquela narrativa que reduzia os negros à escravidão, como se não tivessem um passado na África, como se não houvesse existido resistência. Quando aparecia a figura de uma mulher escravizada na cartilha ou no livro, sabia que viriam comentários como “olha a mãe da Djamila aí”. Eu odiava essas aulas ou qualquer menção ao passado escravocrata – me encolhia na carteira tentando me esconder. (RIBEIRO, 2018 p. 8).

Djamila Ribeiro é apenas uma das muitas meninas que já sofreram e ainda sofrem com o racismo no ambiente escolar. Atualmente, depois de muitas lutas, os ilustradores e ilustradoras de cartilhas e livros estão mais atentos quanto a representação das pessoas negras nesses materiais, mas na década de 1970, 80, 90, geralmente essas pessoas eram representadas de forma estereotipadas apresentando traços exagerados, contribuindo para suscitar ainda mais as críticas e os deboches.

Sempre gostei de ir para escola, mas aos poucos fui percebendo que era preterida por alguns colegas e professores por eu ser negra. Muitos colegas me xingavam, me chamavam de urubu, negrinha do cabelo duro, cabelo de Bombril. Hoje esses xingamentos são classificados como Injúria Racial, e a vítima pode recorrer à justiça, mas na época eu apenas procurava ficar quieta

no meu canto, como minha mãe ensinava. Lembro de uma vez, na hora do recreio que duas colegas da minha classe passaram perto de mim e uma delas falou: “Oi cabelinho de Bombril”. A outra colega imediatamente lhe chamou a atenção dizendo que não podia agir daquela maneira. A menina se justificou dizendo que estava apenas brincando comigo, mas a outra a advertiu explicando que aquilo não era brincadeira. Nessa época nós tínhamos nove ou dez anos de idade. Até as crianças sabem diferenciar uma brincadeira de uma agressão, porém, infelizmente às vezes a justiça brasileira “confunde” agressão com liberdade de expressão. (SILVA, 2023 p. 45).

Esse relato faz parte do nosso livro “Chika a menina que queria estudar”, e apesar desse episódio ter ocorrido na década de 1990, ainda hoje muitas crianças negras sofrem com comportamentos e práticas racistas não apenas de colegas, mas também, de outras pessoas da comunidade escolar. Lembrando que essas práticas racistas são totalmente condizentes com o projeto excludente e opressor de sociedade idealizado pela classe dominante.

Ainda em relação aos materiais didáticos há a questão do costume de apresentar o continente africano como sendo apenas um lugar de privações e as pessoas negras como escravizados que foram libertos graças a bondade da princesa Isabel, na maioria das vezes as lutas das pessoas negras não são consideradas nesses materiais didáticos. Também quase não são mostrados as pessoas negras que tiveram sucesso profissional. Eu por exemplo, só tomei conhecimento da existência da Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, Maria Firmina dos Reis, Antonieta de Barros, entre outros negros e negras, no final da graduação e na pós graduação.

Mesmo com a lei 10.639/2003 que torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, nos Ensinos Fundamental e Médio, acreditamos que ainda necessitamos de muita luta para no mínimo mitigarmos os efeitos desastrosos do apagamento dessas pessoas negras que foram e são de extrema relevância para sociedade brasileira. Dizemos que ainda é necessário muita luta, porque nas escolas que temos ido conversar com os alunos sobre a luta antirracista, temos o costume de perguntar quem já ouviu falar em Carolina Maria de Jesus, uma, duas, quatro pessoas no máximo geralmente levantam a mão. Mas quando perguntamos quem já ouviu falar de Clarisse Lispector, várias pessoas levantam a mão. As duas escritoras foram contemporâneas... 1960 Clarice lançava “Laços de família” e Carolina lançava “Quarto de despejo: diário de uma favelada”.



Fonte: Folha de São Paulo (2020)¹¹

Fizemos referência a essas duas escritoras, justamente porque cremos ser de suma importância a representatividade tanto de gênero quanto de raça no ambiente escolar. Para um garoto que nunca viu médico, advogado, ou engenheiro negros, nem mesmo por imagens no livro didático, o seu sonho de se tornar um desses profissionais pode parecer mais distante. É necessário desconstruirmos a cultura racista e machista presentes no ambiente escolar a fim de construirmos uma nova cultura baseada em novos valores os quais possam tratar a todos com dignidade sem distinção de raça ou gênero.

Devemos ainda dizer que os fundamentos ideológicos e culturais da sociedade exploradora, que mantém dominada a mulher, são destruídos pelo progresso da Revolução ideológica e cultural que impõe à sociedade novos valores, novos métodos, novo conteúdo da educação e cultura. Mas além desta contradição antagônica entre a mulher e a ordem social, surgem ainda, como reflexo, outras contradições que, com caráter secundário, opõe a mulher e ao homem. (MACHEL, 1980 p. 25-26).

Samora Machel (1980) traz à tona um ponto extremamente importante o qual acreditamos ser essencial tanto na luta antirracista quanto na antimachista, ou seja, ainda que devemos nos atentarmos para o caráter individual que essas lutas possuem a fim de combatê-lo, é necessário nos atentarmos mais ainda para o caráter estrutural dessas lutas. Cremos que tanto o racismo quanto o machismo só poderão ser combatidos quando

¹¹ Disponível em: <https://www.quatrocinco.com.br/br/artigos/literatura/os-lacos-que-unem-clarice-e-carolina> acesso em: 09 nov. 2023

atacados de forma coletiva com a união de homens e mulheres. Esses males, racismo e machismo, precisam ser “cortados” pela raiz, sem mexer nas estruturas não chegaremos ao porto desejado.

Homens e mulheres são produtos e vítimas da sociedade exploradora que os criou e educou. É contra ela essencialmente que as mulheres e os homens unidos devem combater. A nossa experiência prática tem provado que os progressos obtidos na libertação da mulher resultam dos sucessos obtidos no nosso combate comum contra o colonialismo e imperialismo, contra a exploração do homem pelo homem, pela construção da **nova sociedade**. (MACHEL, 1980 p. 26) .

Lembrando que para construção **dessa nova sociedade é preciso compreender que a escola tal como a conhecemos, estruturada nas bases capitalistas funciona como máquina institucional para reproduzir a ordem dominante**. A escola precisa dominar e ser dominada. A máquina escolar está na mecanicidade do produto e o produto é o conhecimento, portanto, toda escola como máquina é uma escola subordinada a estrutura produtiva capitalista. A estrutura se impõe pelo racismo e pelo machismo diante da classe trabalhadora, por isso a escola não pode ser máquina, ela precisa ser criação e ruptura, precisa efetivar a busca por soluções de problemas que está organizado pela individualidade.

A escola como máquina reproduz a mecanicidade da vida cotidiana, enquanto a escola como criação de saberes para serem postos em prática surge de outras epistemologias e lutas que rompem definitivamente com a mecânica do conhecimento escolar.

A Geografia tem papel significativo nesse processo, uma vez que se originou de condições racistas para a composição epistemológica, por isso rompemos pela literatura para compor uma sociedade realmente crítica quanto ao papel do colonialismo e suas consequências diárias.

Antes porém, de abordamos o papel da Geografia na luta anticolonial, antirracista e antimachista, não poderíamos deixar de abordar aqui a mercantilização da educação. Para isso precisamos lembrar que o direito à educação nem sempre foi garantido a todos, muitas mulheres e pessoas negras foram por muito tempo excluídas, não tendo direito a educação escolar. Quando essas pessoas conseguiram ter acesso a essa educação, não foi para obter sua emancipação, mas, sobretudo para atender interesses burgueses. A educação ofertada sempre teve como propósito assegurar os privilégios imorredouros da burguesia.

Portanto, seria realmente um absurdo esperar uma formulação de um ideal educacional, do ponto de vista da ordem feudal em vigor, que considerasse a hipótese da dominação dos servos, como classe, sobre os senhores da bem-estabelecida classe dominante. Naturalmente, o mesmo vale para a alternativa hegemônica fundamental entre o capital e o trabalho. Não se surpreende, portanto, que mesmo as mais nobres utopias educacionais, anteriormente formuladas do ponto de vista do capital, tivessem de permanecer, estritamente dentro dos limites da perpetuação do domínio do capital como modo de reprodução social metabólica. Os interesses objetivos de classe tinham de prevalecer mesmo quando os subjetivamente bem-intencionados autores dessas utopias e discursos críticos observavam claramente e criticavam as manifestações desumanas dos interesses materiais dominantes. Suas posições críticas poderiam, no limite, apenas desejar utilizar as *reformas educacionais* que propusessem para remediar os piores efeitos da ordem reprodutiva capitalista estabelecida sem, contudo, eliminar os seus *fundamentos causais* antagônicos e profundamente enraizados. (MÉSZÁROS, 2008 p. 26).

A educação brasileira segue padrões estabelecidos pela burguesia os quais asseguram os privilégios da mesma. E apesar da advertência de Paulo Freire (2012) nos alertando para o fato de que a pedagogia do oprimido não pode ser elaborada pelos opressores, o certo é que, até hoje infelizmente, o monopólio do saber tem se concentrado nas mãos da elite dominadora, que visa sobretudo, uma educação capaz de proporcionar a reprodução do capital e por conseguinte o lucro.

Ou seja, uma educação voltada para estimular o individualismo, para fomentar a competição, para enaltecer a concorrência, para premiar pela produtividade e punir pelos resultados não desejados, permitindo, assim, selecionar os mais aptos e mais adaptados, de acordo com os valores vigentes nessa sociedade – uma educação para subserviência. (ORSO, 2013 p. 52).

Não é sem propósitos que disciplinas escolares capazes de contribuir para um despertar a respeito da consciência de classes, são cada vez mais subtraídas ou mesmo eliminadas do currículo escolar, ou seja, de acordo com a ideologia burguesa as estruturas capitalistas precisam ser mantidas, e uma das estratégias que garante isso, é a educação principalmente a institucional por meio da reprodução de discursos e normas capitalistas.

Além disso, temos assistido constantes ataques neoliberais à educação brasileira que caminha a passos largos para a privatização. Isto pode ser considerado um excelente meio para acirrar as desigualdades sociais já existentes na sociedade, aumentando ainda mais o abismo entre os mais ricos e os mais pobres. Pessoas que defendem a privatização da educação, parecem “desconhecerem” a realidade socioeconômica brasileira, aliás, sabemos que na verdade não é falta de conhecimento, a indiferença diante da falta de recursos financeiros de considerável parcela da sociedade brasileira para arcar com despesas relacionadas à educação é proposital.

Para David Friedmam, o Estado não tem mais obrigação de financiar a educação como não tem de financiar a compra do carro da família ou de qualquer outro bem de consumo. [...] a educação é um bem de capitalização privada que traz benefícios essencialmente pessoais, mas que supõe também sacrifícios por parte da família. Mesmo os mais pobres, diz esse autor, são capazes de financiar os estudos de suas crianças se elas aceitam fazer os esforços necessários. A ausência de financiamento público colocará as famílias frente a frente com suas responsabilidades e a falta de educação das crianças só será devida à despreocupação dos pais que escolhem um bem-estar imediato às expensas do bem-estar futuro de seus filhos. (LAVAL, 2004 p. 97)

A lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional / 9.394, de 20 de dezembro de 1996, afirma que a educação é dever da família e do Estado, porém, na concepção neoliberal esse dever deve se restringir apenas à família, isentando o Estado de sua responsabilidade, e conseqüentemente contribuindo para uma maior concentração de riquezas por meio do monopólio educacional. Uma vez que com a privatização da educação, a mesma muito provavelmente será monopolizada por grandes grupos empresariais, conforme tem ocorrido nos últimos tempos.

Por outro lado, há também tentativas de amenizar as desigualdades socioeconômicas existentes no sistema educacional, com a geração de mais oportunidades por meio de ações afirmativas, como as cotas raciais – que são significativamente positivas. Porém, mesmo com esta e outras tentativas de inclusão, ainda temos que admitir que o sistema educacional brasileiro é excludente.

Tentativas de melhorar a qualidade da educação pública por mais bem intencionadas que sejam, acabam sendo frustradas ou simplesmente não atingem o objetivo desejado, justamente porque vão na contramão de um sistema que se estrutura nas desigualdades sociais. Assim, o máximo que conseguem é um efeito remediador que mantém as estruturas sociais inalteradas, não impedindo a expansão de uma exclusão que se mantém camuflada ou naturalizada.

É justamente por isso que insistimos em um outro modelo de educação, ou seja, um modelo capaz de trocar as estruturas opressoras que estão postas, por outras que tenha como princípios a coletividade, a união e, sobretudo, o respeito ao próximo. Estruturas onde vidas sejam mais valorizadas que o capital.

3.2 Educação geográfica anticolonial

Estava na graduação cursando uma disciplina chamada Geografia Cultural quando o professor solicitou que realizássemos um trabalho sobre paisagem. Decidi

conversar com pessoas em situação de rua, na cidade de Araguari MG e com a permissão delas registrar por meio da fotografia alguns aspectos da paisagem. Sobre a categoria de análise paisagem Milton Santos afirma que, [...] “Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc.” (SANTOS, 1988, p. 61).

Fui bem recebida pelos moradores de rua, que inclusive estavam preparando o jantar no canteiro da avenida. Eles me explicaram a situação deles e permitiram que eu os fotografasse. Até aí correu tudo bem. Despedi deles e segui para o ponto de ônibus do outro lado da avenida, onde havia vários estudantes que aguardavam o ônibus que nos levaria para nossas faculdades. Alunos do Direito, da Administração, das Ciências Econômicas, da Pedagogia...

Quando aproximei, percebi que estavam aflitos, então eles me advertiram severamente dizendo que era muito perigoso e que eu jamais deveria conversar com aquele tipo de pessoa. Fiquei surpresa e lhes expliquei que estava fazendo um trabalho de Geografia sobre paisagem, esse era o motivo da conversa e das fotografias com os moradores de rua. Foi então que um rapaz me disse: “isso que você fotografou não é paisagem – são moradores de rua”, e outro me censurou dizendo: nossa cidade realmente não tem paisagens como as de Paris, mas, tem coisas melhores para serem fotografadas. Não julguei meus colegas de ônibus, nem seus bizarros comentários, mesmo porque antes de cursar aquela disciplina eu tinha a mesma concepção errônea deles.

Fotografia 1 – Pessoa em situação de rua – Araguari MG



Fonte: Arquivo pessoal a autora (2009)

Iniciamos esse tópico com a apresentação de um depoimento nosso, com a intenção de mostrar como muitas vezes aprendemos uma Geografia excludente e

descompromissada com causas sociais. No imaginário de muitos estudantes a paisagem está vinculada apenas ao belo, ao exótico. Paisagens como a que descrevemos são feias, incomodam, sendo por isso ignoradas tornando-se “invisíveis”, ou quando muito são quantificadas.

Conforme já mencionamos os dados estatísticos são extremamente importantes para compreensão do espaço geográfico, porém, acreditamos que apenas dados não são suficientes para essa compreensão. É preciso sentir o odor e o frio das favelas nos tempos chuvosos e de inverno; é preciso ver a predominância de corpos brancos em detrimento da ausência de corpos negros e/ou femininos em determinados espaços; é preciso ouvir o zunido da bala “perdida” que geralmente são encontradas alojadas nos corpos de vítimas negras. Não generalizando, mas, parece que essa não era a preocupação da educação geográfica que recebemos no final do século XX e início do século XXI, na educação básica.

Consideramos pertinente ressaltar aqui o porquê de usarmos o termo educação geográfica e não ensino de Geografia. Apesar desses termos possuírem uma estrita relação, eles não possuem o mesmo significado.

Embora sejam termos muitas vezes utilizados coloquialmente como sinônimos, educação e ensino remetem a noções distintas quando empregados de modo preciso, sendo o termo educação mais abrangente do que ensino, ainda que se relacionem de modo indissociável. Enquanto o ensino pode ser entendido como uma forma sistemática de transmissão de conhecimentos, que encontra na instituição escolar o seu meio mais usual, a educação enfatiza um processo de socialização que inclui o ensino escolar sem se resumir a esse, processo presente em todas as sociedades através do tempo, inclusive naquelas em que não existe ou não existiu a instituição escolar. (REGO; COSTELLA, 2019 p. 3).

Esses mesmos autores nos explicam que: “Ao termo “ensino”, acopla-se mais facilmente a palavra “instrumental”. Ao termo “educação”, por sua vez, acopla-se mais facilmente a expressão “formadora para a vida”” . (REGO; COSTELLA, 2019 p. 4). O ensino por sua vez entendido como instrumental está relacionado à educação que pode estar vinculada a uma instituição escolar ou não.

A todo ensino imbrica-se a educação, formação do humano. Qual educação? Aquela que nunca se enuncia e age subliminarmente como se não estivesse a agir? Que nunca desnaturaliza a aparência de naturalidade do já dado e nunca pergunta? Ou educações que estranham o já dado e perguntam? A Geografia escolar pode nos levar a estranhar o mundo. (REGO; COSTELLA, 2019 p. 12).

Os autores nos mostram mais uma vez a relação existente entre ensino e educação, sendo esta entendida como formação do ser humano para vida. Todavia, eles

questionam sobre qual educação. Em seguida mencionam características da **educação colonial** que tem alimentado nossas instituições escolares, ou seja, uma educação que busca manter o projeto de sociedade vigente no qual as desigualdades e contradições são sempre naturalizadas.

É nesse sentido que estamos sempre insistindo na urgência de construirmos uma outra educação geográfica, a anticolonial. Entretanto, sabemos que essa tarefa não é nem um pouco fácil, pelo contrário é difícilíssima, (temos que ter consciência disso), uma vez que a tarefa de des(educar) vai contra anos e anos de uma educação colonial que por sua vez estrutura um sistema que domina o mundo: o capitalismo. Para muitos pode até mesmo parecer uma utopia no sentido de inatingível, porém, acreditamos que da mesma forma que a educação contribuiu grandemente para oprimir, ela pode também contribuir para libertar. Lembrando que a educação por si só não resolverá essas questões, entretanto, acreditamos que ela seja o caminho a ser seguido na busca das demais estratégias a serem utilizadas na luta anticolonial - antirracista e antimachista.

A Geografia tem um papel extremamente importante a ser desenvolvido nessa tarefa de (des) educar, ou melhor, educar de forma diferente da educação que temos recebido nos moldes colonialistas e capitalistas. “A Geografia escolar pode nos levar a estranhar o mundo.” (REGO; COSTELLA, 2019 p. 12). Estranhar inclusive a organização espacial, que é feita utilizando como critérios de exclusão raça, gênero e classe social.

Lembrando que conforme já vimos [...] “a educação é a forma como a própria sociedade prepara seus membros para viverem nela mesma.” (ORSO, 2013). Como vivemos em uma sociedade capitalista, nossa educação tem sido formulada a partir de princípios fundamentados no capitalismo. “O Estado capitalista é o Estado que precisa reproduzir pessoas capitalistas; assim, todas as suas formas, funções e conteúdo, obviamente, são capitalistas, portanto, as escolas, as universidades, os centros administrativos, as instituições. (BARBOSA, 2023). A educação tem sido usada pelo Estado como forma de dominação, garantindo assim os privilégios da classe dominante. Lembrando que essa dominação é assegurada por meio do exercício da violência contra a mulher, contra pessoas negras e outros grupos.

Quanto à Geografia, sabemos que esta é uma ciência estratégica, e como disciplina escolar é usada muitas vezes para incutir os princípios capitalistas nas e nos estudantes seja por meio do currículo, dos materiais didáticos, atitudes e comportamentos, entre outros. Temos também que a Geografia tem como objeto de estudo o espaço socialmente construído, assim, a nossa categoria de análise nesse trabalho é o espaço.

Hoje quando se fala de espaço total fala-se de uma multiplicidade de influências superpostas: mundiais, nacionais, regionais, locais; no entanto, o espaço é maciço, contínuo, indivisível. Tão indivisível quanto a sociedade total, de que ele é o território e com a qual sua relação é igualmente indivisível. A Região aparece como um *espaço de conveniência*, um quadro a utilizar para a reprodução das relações sociais. Lugares, subespaços, nada mais são do que espaços *funcionais*. Só a consideração do espaço total permite apreender o papel da paisagem no movimento global da economia e da sociedade. (SANTOS, 2021 p. 27).

Podemos dizer que o espaço é a principal categoria de análise da Geografia. Santos (2021) nos chama a atenção quanto a análise do espaço mundial em sua totalidade, de acordo com o mesmo cada sociedade possui especificidades as quais não podem ser escapadas. Ele ainda afirma que: [...] “é doravante impossível analisar o espaço e sua evolução sem levar em conta o papel do Estado na vida econômica e social.” (SANTOS, 2021). O Estado, representante da classe dominante, desempenha um papel extremamente importante na organização do espaço. O arranjo espacial é feito de modo a privilegiar a classe dominante, majoritariamente branca, e todos que estão na composição de favorecer a mesma.

Isso remonta desde o período colonial, aliás, não podemos nos esquecer que o colonialismo ainda que com uma roupagem diferente mas, sobretudo, dominadora, violenta e excludente, continua latente em nossa sociedade. “O colonialismo não morreu. Não foi extinto, o colonialismo, pela modernidade, ao contrário a própria composição do moderno passa pela definição colonial.” (BARBOSA, 2023 p. 31). Veremos que de certa forma, a organização do espaço, administrada pelo Estado, segundo interesses da burguesia, está intrinsecamente relacionada ao colonialismo, que por sua vez se encontra subordinado as regras do modo de produção capitalista.

Antes porém, de abordarmos essa relação entre organização do espaço – colonialismo / capitalismo, gostaríamos de fazer menção ao geógrafo Milton Santos. Além de ser um professor com profundos e importantíssimos conhecimentos geográficos, Milton Santos é também uma referência intelectual para muitos estudantes negros e negras que assim como eu chegam timidamente às universidades para cursar Geografia. Assim, apresento essa importância na minha obra autobiográfica:

No segundo período da faculdade, um professor indicou a leitura de um livro sobre o qual nós teríamos que fazer uma resenha. O título do livro era: “Por uma outra Globalização”, quando eu descobri que o autor do livro (Milton Santos) era negro eu fiquei feliz, nunca havia lido um autor negro, ou se já tinha lido, não fiquei sabendo que o autor era negro. Gostei da forma com que ele apresentou o mundo, o Brasil, no livro que o professor nos indicou. Ele mostrava um mundo cheio de engano, desgraças e contradições, entretanto, afirmava que é possível mudar, ou seja, um novo mundo pode ser construído. Achei muito interessante, não que eu goste de cultivar misérias, mas porque o

livro mostra com muita clareza a realidade cruel e amarga da sociedade na qual vivemos. (SILVA, 2023 p. 70).

Milton Santos, negro e intelectual, disse certa feita que: é difícil ser negro no Brasil e é difícil ser intelectual no Brasil. Ele afirma que é difícil ser negro porque, fora das situações de evidência, **o cotidiano é muito pesado para os negros**. E é difícil ser intelectual porque não faz parte da cultura nacional ouvir tranquilamente uma palavra crítica. Interessante quando ele se refere ao cotidiano dos negros, muito provavelmente ele estava se referindo as dificuldades que as pessoas negras enfrentam no dia a dia principalmente por não serem “aceitas” em uma sociedade racista. Quanto a dificuldade em ser intelectual cremos que está relacionada a ideologia dominante que nos é propagada cotidianamente. Todo conhecimento que contraria os princípios dessa ideologia corre o risco de ser rejeitado. Mesmo assim, Milton Santos foi um intelectual que levou o conhecimento a muitas nações em diferentes continentes.

imagem 4 – Milton Santos



Fonte: Toda Matéria¹²

Assim como Milton Santos, muitos outros e outras intelectuais negros e negras, sofrem verdadeiros ataques e perseguições por divulgarem um conhecimento que mostra a realidade, isto porque uma das funções do fascismo operante no modo de produção

¹² Biografia Milton Santos. Toda Matéria. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/milton-santos/>. Acesso em: 22. Mar. 2024.

capitalista é camuflar a realidade ocultando ou naturalizando as contradições e perversidades.

Deixei o leito furiosa. Com vontade de destruir tudo. Porque eu tinha só feijão e sal. E amanhã é domingo. [...] fui na sapataria retirar os papéis. Um sapateiro perguntou-me se o meu livro é **comunista**. Respondi que é **realista**. Ele disse que não é aconselhável escrever a realidade. (JESUS, 2020 p. 100 <grifo nosso>).

Carolina Maria de Jesus em suas escrituras denunciava não apenas sua realidade, mas também a realidade de milhões e milhões de brasileiros que sofrem com a ausência de políticas públicas capazes de lhes garantir direito básicos à vida, tais como alimentação, moradia, saúde, educação entre outros. Quando o intelectual, mostra o mundo, a nação, o estado, a cidade, o bairro ou a favela, não como fábula (conforme apresentado pela classe dominante), mas como perversidade, ou seja, a realidade tal e qual ela é, propiciando assim uma tomada de consciência nos indivíduos no sentido de despertá-los para uma outra realidade; esse ou essa intelectual é visto como comunista num sentido pejorativo. Nos últimos anos o ataque sistemático a todas as pessoas que defendem os direitos humanos e a democracia tem sido encaminhado para a “desqualificação” de comunista. Dessa forma, a palavra comunista, herdeira ideológica da guerra fria, é utilizada por grupos da classe dominante que buscam consolidar uma dominação permanente com a classe trabalhadora; assim, a associação da crítica à realidade com comunismo impede a existência de um projeto revolucionário, de um mundo efetivamente antirracista, antimachista e realmente plural.

Uma outra realidade, ou uma outra globalização conforme nos ensina Milton Santos, não é possível pelas lentes da classe dominante. E é considerada impossível justamente porque para essa classe é mais conveniente manter a realidade como fábula do que mudar a realidade perversa e perder seus privilégios obtidos por meio do trabalho dos oprimidos e explorados. A questão apresentada nessa tese que trata os problemas do racismo, do machismo e da violência contra a classe trabalhadora negra tem seus fundamentos na necessidade de ruptura, da luta, da constituição de um outra realidade, mas para isso precisamos partir da realidade que temos e é essa realidade que criticamos para que seja possível, de fato, outro mundo efetivamente real. A classe dominante é a classe que produz e reproduz permanentemente a violência e, portanto, a morte da classe trabalhadora. Não existe tempo para sermos apenas críticos, precisamos inserir as ideias de luta como ideias imediatas. Milton Santos ao trazer a realidade dos fatos e Carolina ao nos obrigar a entender que a realidade pela burguesia é oriunda da classe dominante,

ambos nos colocam no sentido da transformação da realidade. Toda tentativa de transformar a realidade é vista pelos setores conservadores da universidade como impossível, mas entendemos que o impossível não existe para as mulheres negras revolucionárias.

Creemos que mesmo com os entraves que a classe dominante tenta impor à sociedade para que a mesma não tenha a estrutura abalada e conseqüentemente mudada, o certo é que conforme nos mostra Milton Santos, uma outra globalização é possível. Lembrando que essa globalização só será possível a partir da união coletiva dos grupos oprimidos e explorados, lutando contra a violência do Estado, do capitalismo (burguesia), do colonialismo que juntos trabalham para dominação, opressão e exploração da classe trabalhadora.

Podemos dizer que Milton Santos ansiava por uma Geografia diferente da que tem sido ensinada nas escolas e academias, ou seja, uma Geografia crítica e humana, onde humano significa todos e todas sem exclusão e livre de opressão. E ainda que muitos racistas e machistas queiram subestimar a intelectualidade de pessoas negras e mulheres, não só Milton Santos, mas, também várias outras pessoas negras como Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo, nos mostra que a intelectualidade não é uma questão de raça ou cor, muito menos se restringe ao homem branco colonizador.

Em 2023 a escritora Conceição Evaristo recebeu o troféu **Juca Pato**. Foi a primeira mulher negra a receber este troféu criado pela União Brasileira de Escritores em 1962. Intelectuais como Frei Betto, Carlos Drummond de Andrade, Lygia Fagundes Telles e Antônio Cândido, entre outros já foram contemplados com esse prêmio.

Entretanto, só após sessenta anos da criação do troféu é que uma mulher negra foi contemplada, cremos que isso tem muito a ver com o monopólio do saber na cultura brasileira, em que a literatura reconhecida é predominantemente masculina e branca. Todavia, cremos também que por meio de lutas outros intelectuais negros e negras terão seus trabalhos reconhecidos. **A quebra desse monopólio é essencial na luta contra o colonialismo, o racismo, o fascismo, o machismo** e outras formas de opressão que infelizmente ainda permeiam nossa sociedade.

Quando uma escritora negra, como Conceição Evaristo recebe um troféu de tamanha envergadura como o Juca Pato, temos a certeza de que esse troféu constitui-se um prêmio não apenas para a ganhadora, mas também para todas as mulheres negras que lutam diariamente por direitos e reconhecimento. Em uma sociedade na qual mulheres e pessoas negras são vistas de forma desprezível como seres inferiores, um prêmio como

este recebido por Conceição Evaristo é uma grande conquista e, sobretudo, uma “injeção de ânimo” para prosseguirmos na luta.

Imagem 5 – Conceição Evaristo (prêmio Juca Pato)



Fonte: Jornal Nota 2023 (Instagram)

Dessa forma entendemos que o prêmio para a sociedade é uma condição imaterial, visto que a formação de um conceito de prêmio como especificidade de um destaque tem para mulheres negras e homens negros uma representação que é imaterial, todavia essa imaterialidade assume uma condição de materialidade ao ser transposta do prêmio para a realidade. Em outras palavras o prêmio é materializado como força no cotidiano das mulheres e homens negros. Essa força está não na formação de um sentido do prêmio, mas naquilo que o prêmio simboliza como força para além de um momento; assim, o prêmio para a escritora negra trouxe o prêmio no cotidiano para as mulheres negras entenderem sua força. Não que o prêmio em si seja importante, nem que não seja importante, mas o fato de o destaque da cultura branca genocida europeia não prevalecer já é um grande prêmio, logo essa imaterialidade é materializada no cotidiano e podemos constatar isso no espaço, na organização das lutas efetivas que se avolumam pela necessidade em promover outra sociedade. Assim, o estudo do espaço passa, necessariamente, pela composição da imaterialidade que será materializada nos atos, falas, construções culturais e científicas dessas mulheres negras e desses homens negros.

Podemos dizer que entre as várias temáticas geográficas abordadas por Milton Santos a organização espacial é uma delas. Todavia, conforme já vimos nas sociedades capitalistas essa organização é feita de acordo com esse modo de produção.

Os construtores do espaço não se desembaraçam da ideologia dominante quando concebem uma casa, uma estrada, um bairro, uma cidade. O ato de construir está submetido a regras que procuram nos modelos de produção e nas relações de classe suas possibilidades atuais. [...] Em nossos dias, o conhecimento mercantilizou-se como tudo o mais, e as ideias são *designed* antes de serem fabricadas; já não representam as coisas tal como elas existem; procuram criar uma nova existência pela fabricação de objetos dotados de uma finalidade submetida à lei do mercado. (SANTOS, 2021 p. 37).

Todavia, vale a pena ressaltar que essa organização espacial sob a égide do capitalismo, aqui no Brasil, remonta desde o período colonial. Devido ao racismo ambiental, sempre foi designado o espaço de cada um dos indivíduos: casa grande – senzala; centro – periferia.

No processo de urbanização brasileiro muitas pessoas pobres e negras foram literalmente empurradas para as periferias, para os morros, para áreas degradadas e de risco, formando as favelas, “os quartos de despejos” conforme nos mostra Carolina Maria de Jesus. São para esses quartos de despejos que vão pessoas negras, ciganos, imigrantes que estão tentando a sorte, desempregados, ou subempregados, menores abandonados enfim, os excluídos da sociedade.

É necessário ter claro a determinação da via colonial de desenvolvimento do capitalismo. Trata-se de um país criado como uma economia complementar, tendo a subordinação e a dependência como critério estruturador da sociedade, é o resultado de um alargamento do espaço do “Ocidente”, que aqui recria traços “asiáticos”. O escravismo imprime a desigualdade e a exclusão como regras básicas do convívio social. A sociedade escravocrata estabelece o império da violência, o trabalho compulsório prescinde da hegemonia, pois realiza-se diretamente pela força. Nesse contexto o colonizador desenvolve a ideia da conquista. A mesma teorização teológica que sanciona a apropriação violenta da terra legitima a posse do escravo: a tese da “guerra justa” e do combate ao “infiel” fundamenta a tomada dos lugares e de seus habitantes. Na verdade, o colonizador não estabelece essa distinção, vendo a população das áreas conquistadas como um recurso natural. Certos lugares até se tornam especializados no fornecimento da mercadoria-escravo. Assim, o país colonial fruto de uma expansão que lhe é externa, nasce no bojo de uma concepção de território a conquistar, isto é, sob o signo da violência. (MORAES, 2005 p. 97).

O colonialismo é opressor a medida que coisifica ou mercantiliza o ser humano desqualificando-o fazendo com que até mesmo direitos essenciais a sua própria sobrevivência lhes sejam negados. A miséria, a fome, o desemprego e várias outras mazelas, nada mais são que frutos do colonialismo que vai construindo ideologicamente a noção de que determinados grupos são “castigados” devido sua “frágil natureza”. Entre

esses grupos podemos citar as mulheres e pessoas negras, vítimas mais afetadas nesse sistema excludente e opressor.

O colonialismo fundamenta toda a estrutura opressora pela VIOLÊNCIA, essa violência produz condições artificiais de conflitos entre os próprios oprimidos, por isso constituem de forma direta a arma do colonialista seja pelo racismo, pelo machismo, pelos preconceitos diversos e pela construção de uma moralidade que subtrai a humanidade de mulheres, homoafetivos, negros, negras, indígenas, pobres, enfim, a violência é a marca direta que impede a intervenção direta na realidade pelos colonizados. (BARBOSA, 2023 p. 43-44).

Como já dissemos anteriormente, o colonialismo, não morreu, não acabou, pelo contrário continua agindo de forma gravíssima em nossa sociedade. Conforme nos mostra Barbosa (2023) o colonialismo não é algo que ficou no passado, e ainda que com designações diferenciadas tais como: neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, países desenvolvidos, em desenvolvimento, países emergentes; o certo é que com todos esses eufemismos o mesmo continua imprimindo sua marca violenta, impedindo um futuro diferente (melhor) para os povos dos países colonizados, principalmente para classe trabalhadora.

Historicamente sempre tentaram nos inculcar que o opressor é o certo, o bom e o oprimido é o errado, o ruim. A instituição escolar se encarrega de disseminar essa ideologia com muita propriedade.

Deve ser dito que o tratamento negativo dado aos usos do conflito vai muito além do modo explícito com que ele se apresenta em uma disciplina, como os estudos sociais, área em que geralmente encontramos material sobre situações de conflito e nos deparamos com o ensino de tais situações. A abordagem negativa e bastante irreal parece ser endêmica a muitas áreas, e especialmente às ciências, área geralmente associada à objetividade e ao conflito não - interpessoal. Fica cada vez mais evidente que o *corpus* formal do conhecimento escolar, que se encontra, digamos, na maior parte dos livros de história e dos textos e materiais de estudos sociais, tem apresentado, ao longo dos anos, uma visão tendenciosa sobre a verdadeira natureza da quantidade e do possível uso das acirradas disputas nas quais grupos deste país e de outros têm se envolvido. **O nosso lado é o bom; o dos outros, o mau. “Nós” amamos a paz e queremos o fim das disputas; “eles” gostam da guerra e desejam dominar.** A lista poderia se estender de maneira considerável, especialmente acerca das questões raciais e de classe. (APPLE, 2006 p. 128 <grifo nosso>).

Desse modo vemos a importância de uma educação que tenha uma visão aguçada de modo a perceber, ver e agir a favor e juntamente com os oprimidos, com a classe trabalhadora, que sempre quando resolve manifestar seus anseios e denunciar as contradições existentes na sociedade classista, é massacrada pelo Estado que se utiliza da força física ou ideológica classificando-a como baderneira, desocupada, não gostam de trabalhar (vagabundos) entre outros adjetivos pejorativos. Precisamos urgentemente de uma epistemologia capaz de mostrar aos educandos dentro e fora dos ambientes

acadêmico e escolar, **a opressão fascista que nos rodeia a todo momento querendo cada vez mais oprimir os já então oprimidos e privilegiar os opressores.**

Justamente por isso que insistimos em uma Geografia que considere as aflições dos oprimidos. Cremos que essa Geografia pode ser construída a partir de escrevivências presentes na literatura de mulheres negras tais como Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo. Partindo dessas escrevivências teremos não apenas dados abstratos, mas, sobretudo, dados concretos sobre a exclusão, dominação e opressão que opera de forma assombrosa em nossa sociedade, e que no entanto, na maioria das vezes é camuflada ou naturalizada sendo apresentada apenas através de números que infelizmente nem sempre condizem com a realidade.

Almeida (2021) nos mostra os impactos negativos que essa educação excludente que privilegia os opressores pode causar na vida das pessoas negras. Fazendo referência a Gunnar Myrdal (1898-1987) que recebeu em 1974 o Prêmio Nobel de Economia, ele afirma que:

Para Myrdal, a situação da população negra poderia ser explicada pelo que denominava de causas *cumulativas*. Um exemplo: se as pessoas negras são discriminadas no acesso à educação, é provável que tenham dificuldade para conseguir um trabalho, além de terem menos contato com informações sobre cuidados com a saúde. Conseqüentemente, dispondo de menor poder aquisitivo e menos informação sobre os cuidados com a saúde, a população negra terá mais dificuldade não apenas de conseguir um bom trabalho, mas para permanecer nele. Além disso, a pobreza, a pouca educação formal e a falta de cuidados médicos ajuda a reforçar os estereótipos racistas, como a esdrúxula ideia de que negros têm pouca propensão para trabalhos intelectuais, completando-se assim um circuito em que a discriminação gera ainda mais discriminação. (ALMEIDA, 2021 p. 157).

Há discordância entre estudiosos em relação ao fato de que a questão do racismo não seja meramente econômica. Todavia, corroborando com Myrdal, cremos que o econômico na figura do modo de produção capitalista, está intrinsecamente relacionado ao colonialismo, ao racismo e ao machismo. Myrdal menciona apenas a discriminação quanto ao acesso à educação, podemos dizer que para além do acesso existe também a questão da permanência na escola. Conforme já vimos aqui neste trabalho uma das causas da evasão escolar está vinculada a questão econômica, o discente deixa a escola para auxiliar a família nas despesas domésticas.

Outro motivo da evasão escolar das pessoas negras, também já comentado, é a falta de representatividade, os educandos e educandas muitas vezes percebem que de acordo com o currículo e os materiais didáticos, eles (oprimidos) fazem parte do grupo dos “maus”, eles estão errados e o outro grupo o opressor, “o bom” é que está com a

razão. **Isso gera revolta, porém, uma revolta que não promove a luta, mas, a tentativa de fuga da realidade perversa e como consequência o abandono da instituição escolar.**

A luta contra o racismo, o machismo, bem como toda forma de opressão precisa ser empreendida cotidianamente no ambiente escolar por meio de atitudes, ações comportamentos e , sobretudo do ensino. No capítulo cinco voltaremos a abordar esse assunto com exemplos a partir da literatura de Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo.

O que tem isso a ver com a Geografia, com organização espacial? Cremos que tem tudo a ver, até porque Santos (2021) nos chama a atenção para a importância de não estudarmos o espaço geográfico de forma isolada. É preciso haver uma relação entre espaço e sociedade. É preciso entender o porquê de determinados espaços acolherem certas pessoas e excluírem outras. É preciso compreender por que alunos e alunas negras abandonam a instituição escolar, e lutar para pôr fim nessa prática violenta, racista e excludente. É preciso estudar não apenas o espaço “vazio”, mas, as relações sociais que são estabelecidas nesse espaço.

Entretanto, a geografia considera geralmente os lugares como formas com vida própria, em vez de objetos sociais carregados de uma parcela do dinamismo social total. É preciso fazer claramente a diferença entre aqueles que apenas dão importância às formas, estudando assim o espaço em si mesmo – são só “espacialistas” – e aqueles que procuram analisar o espaço nas suas relações com a sociedade (isto é através dos processos sociais, das funções e das formas) – são os “espaciólogos”. (SANTOS, 2021 p. 57-58).

Se tomarmos como exemplo o raciocínio de Myrdal apresentado por Almeida (2021) sobre causas cumulativas em relação a situação da população negra, veremos que a formação de favelas nos grandes centros urbanos, não se trata de uma causa natural, ou seja, muitas pessoas negras saíram da senzala e foram direto para as favelas. Isto se deve justamente ao processo de colonização brasileiro, o qual possui características extremamente desumanas e racistas. “O colonialismo é essencialmente racista e precisa desse racismo para continuar promovendo a ascensão de uma classe dominante mundial que se organiza pelos acordos nacionais com suas respectivas burguesias.” (BARBOSA, 2023 p. 31). O projeto de sociedade capitalista é excludente e opressor, na organização espacial já existe uma “predestinação” das pessoas em relação a ocupação dos espaços.

[...] Garantir o espaço é o objeto aglutinador dos interesses, a manutenção do território geralmente se fazendo contra o povo. Claramente, o interesse de classe identificado com o bem comum nacional centrado na terra, e não na população. Tal argumentação aflora desde as chamadas “revoluções nativistas”,

onde o poder central aniquilou movimentos populares com a utilização de tropas mercenárias, fazendo uso do discurso de combate ao separatismo. Não é difícil identificá-la também na tese do “inimigo interno”, presente na doutrina de segurança nacional da Escola Superior de Guerra, elaborada após o golpe de 1964. (MORAES, 2005 p. 98-99).

Podemos fazer alusão aqui ao racismo ambiental por meio do qual populações menos favorecidas financeiramente (principalmente a população negra) se vê obrigada a ocupar espaços na maioria das vezes inóspitos, sujeito a inundações, deslizamentos e sobretudo marcados por uma violência alimentada por um Estado que sendo também racista, procura defender interesses burgueses, deixando a população à mercê da sorte. “[...] de quatro em quatro anos muda-se os políticos e não soluciona a fome, que tem a sua matriz nas favelas e as sucursais nos lares dos operários.” (JESUS, 2020 p. 43). Carolina Maria de Jesus não apenas viveu como também denunciou esse drama. Historicamente mudam-se os governos, alguns com tendências menos fascistas e outros extremamente fascistas, mas o Estado continua com os mesmos princípios sendo legítimo defensor dos ideais da burguesia.

Será que essa organização espacial poderá ser feita de outra forma de modo a eliminar a miséria, a pobreza, a fome, enfim as desigualdades tão alarmantes que permeiam nossa sociedade? Será que é possível pôr fim nas terríveis contradições onde uma mulher adquire bolsas cujos valores são exorbitantes, apenas para ostentar grandeza enquanto outra mulher se vê obrigada a pegar alimentos no lixo para alimentar seus filhos?

Cremos que isso pode ser feito por meio da revolução.

O colonialismo é o totalitarismo permanente e sem rupturas. O colonialismo somente é ceifado quando os processos revolucionários são tentados e consumados. **O ÚNICO CAMINHO PAR INTERROMPER AS FORÇAS MALÉFICAS DO COLONIALISMO É UMA REVOLUÇÃO.** O colonialismo é a base do capitalismo. O colonialismo como processo de uma realidade material e imaterial sempre delimita formas e modos de vida, ou seja, as questões culturais antecedidas pelo modo de produção, são substancialmente decisivas para a consolidação do colonialismo. (BARBOSA, 2023 p. 44 <grifo do autor>).

A revolução se faz necessária, uma vez que conforme já abordamos, é necessário mudanças na estrutura social. Logo entendemos que essas mudanças devem ter início com uma educação anticolonial a qual fará com que tanto homens, mulheres, brancos, negros, crianças, jovens, adultos e idosos possam ser despertados do “**coma colonial**”. Citamos aqui vários grupos justamente por acreditarmos que a educação geográfica anticolonial deve extrapolar os muros institucionais. Essa educação pode até começar a ser construída na sala de aula, mas esse não é o seu limite. A educação anticolonial precisa extrapolar os

muros das universidades e das instituições escolares e chegar à classe trabalhadora, a qual em sua maior parte não tiveram o privilégio de estar conhecendo essa outra educação que desempenha um papel imprescindível na emancipação dessa classe que vem sendo constantemente explorada ao longo da história.

Apresentamos no quadro 8 o texto “Coma colonial” do artista indígena Gustavo Caboco. O referido texto foi lido por Caboco na Flip Parati em novembro de 2023 e transmitido pelo Youtube. Conforme podemos observar no texto o colonialismo está presente em nossa sociedade afetando praticamente todas as áreas da nossa vida. O colonialismo é ao mesmo tempo algo que nos oprime e que nos coloca em um estado letárgico no qual nos acomodamos muitas vezes por medo de enfrentar o novo, o diferente, uma vez que somos pressionados e amedrontados o tempo todo por ideologias colonialistas e fascista. Todavia, é preciso despertarmos, é preciso tomarmos consciência de que estamos sendo explorados, excluídos e oprimidos por um Estado que na prática deveria nos acolher e proteger garantindo nossos direitos. Mas que contudo age de forma contrária a fim de garantir privilégios de uma elite opressora.

Quadro 8 – Coma colonial – Gustavo Caboco

COMA COLONIAL



Fonte: reprodução Instagram (2023)

Acontece que nossos poros estão abertos e a colonialidade busca corpos para se instalar e respirar. Como um parasita-meta carnal, esta colonialidade se apresenta na forma de sons ou palavras que entram por nossos ouvidos e os tímpanos vibram como um anti-mantra, e assim somos induzidos a um sono sem dormir. Outrora somos expostos a

tantos estímulos que nossos olhos sintonizam com este parasita, de modo que ele permanece invisível: seja no texto ou nas entrelinhas. No café da manhã almoço ou jantar. Alimentamos sua presença com nossas dietas e mercados, na ausência de comida na fome, o parasita se manifesta de modo ainda mais escancarado, pois revela frutos histórico e genealogias coloniais. Assim, este ser toma conta do tempo este que vale muito ou pouco dependendo do seu currículo, cor ou família e atravessa a política das relações, dos afetos e das indignações, camufla-se na ideia de desenvolvimento como sino, um alerta, e sinos vivem em sintonia com a colonialidade pois estão em igrejas, escolas hospitais e outros aparelhos institucionais. Alertas estão nas nossas notificações de celulares que revelam fronteiras sendo desenhadas. Pouco a pouco como um véu em nossa pele este ser instala-se em nossos poros numa camada fina através de sons, sabores, objetos, relações. Isso mantém as nossas pupilas ligeiramente dilatadas pois num pulso natural o olho força-se a enxergar mas não vê chamamos esses hábitos de rotina e há uma coreografia dessas danças pautadas nos jornais do mundo todo. Nossa visão está afetada e o ser extrativista não será detectado por um médico ou exame de vista, sobretudo, este não é um estado meditativo, pelo contrário, o som do parasita é tão alto que torna-se uma frequência escutada apenas por aqueles que resolvem se perguntar: mas para onde estamos indo? Eficiente, o parasita meta-carnal garimpa em nossas retinas e vias nasais, e forja nossos corpos ao ponto de paramos de nos reconhecer, ou perceber que havia algo anterior ao que está posto. Assim criamos universidades, programas de extensão, bibliotecas, arquivos e museus. O coma colonial está no Centro de Estudos Latino Americano, está na palavra América ou Américo, o coma colonial está na ideia de centro que produz margens, o como colonial está nas nomeações dos territórios que estão nesse entorno, na memória invisível que está nessa terra, nas imigrações e deslocamentos. O coma colonial está no público de uma exposição ou em prédios que afastam pessoas. Mas o que significa acordar de um coma colonial? Se são camadas e camadas de sono acordado. Nota, sintonizar-se com as águas para trabalhar as possíveis tensões, dores culpas, pressões sanguíneas, ânsias, terror, nós corporais ou lágrimas nos poros. Nascentes e olhos d'água são ainda mais revigorantes.

Fonte: Flip Parati - Youtube (2023). Transcrição do vídeo: A autora.

Já no final do texto o autor faz menção às nascentes e aos olhos d'água, água nos lembra vida, nos lembra também limpeza, purificação. cremos que seja necessário fazermos uma limpeza em nossas mentes retirando toda a sujeira colonial que nos domina, nos oprime e muitas vezes nos exclui. cremos também que a água a ser utilizada nessa limpeza nada mais é que o conhecimento anticolonial, capaz não apenas de nos despertar do coma colonial, mas sobretudo, de nos levar a uma reflexão para a busca de estratégias eficientes capazes de combater esse sistema opressor.

É preciso despertar e se unir para a luta anticolonial que por sua vez é contra toda forma de opressão. A luta anticolonial, o anticolonialismo, não é utopia, no sentido de inatingível, também não é algo que se encontra apenas no imaginário.

O anticolonialismo é um movimento que existe há séculos. Esse movimento lutou contra as invasões européias na África, América, Ásia e Oceania. Lutou contra a escravidão, o racismo e o preconceito. O anticolonialismo na atual conjuntura nos ajuda a superar o capitalismo nas suas dimensões opressivas por meio de respostas diretas contra tais por meio das lutas nas mais diversas formas de atuações. O anticolonialismo fundou países, fez a luta de classes e a revolução. O anticolonialismo no Brasil fundou os quilombos e toda a luta contra os escravistas europeus. (BARBOSA, 2023 p. 58 <grifo do autor>).

A luta anticolonial é árdua e deve ser contínua no sentido de avançar sempre contra os desmandos capitalistas. É por meio dessa luta que faremos a revolução. Mas afinal o que é a revolução? “É **revolucionário tudo que é anticolonialista.** É revolucionário tudo o que tem a distribuição do poder para a classe trabalhadora. É revolucionário a força do povo numa composição de luta contra todas as violências do capitalismo.” (BARBOSA, 2023 p. 107 <grifo do autor>). Só conseguiremos garantir os direitos da classe trabalhadora por meio da revolução, por exemplo, “É inútil imaginar que a pobreza poderá ser eliminada sem a modificação da atual estrutura da produção, dos investimentos e do consumo.” (SANTOS, 2021 p. 68).

Todavia, conforme já dissemos, temos que ter consciência que essa luta não é fácil, visto que vai contra todo um sistema que se consolidou por meio de intensas lutas e que ainda continua lutando para se manter no poder. O uso da força física como também as ideologias capitalistas e fascistas sempre são usadas para impedir avanços anticoloniais. Além disso ainda tem o imperialismo que luta incessantemente a favor do sistema opressor.

O imperialismo mundial buscou consolidar poucos caminhos para a classe trabalhadora, ou seja, a classe trabalhadora tem nos sindicatos e nos partidos de esquerda a sua vanguarda, a sua força política na realidade imperialista dentro dos Estados. Essa realidade imperialista efetua na organização interna dos países colonizados o sentido da sua própria formação e, com isso, de sua própria existência. O imperialismo impede que projetos revolucionários de comunistas, socialistas e anarquistas avancem no sentido anticolonial. (BARBOSA, 2023 p. 104).

Todo projeto que não condiz com os princípios capitalistas são considerados inadequados e ainda que sejam mantidos por um tempo, logo são impedidos de prosperarem justamente por constituírem uma ameaça a classe dominante.

Apenas, como disseram Baran e Sweezy (1968, p. 301), “toda tentativa de atingir uma sociedade melhor, mais humana, mais racional é julgada anticientífica, utópica e subversiva; e assim a ordem social existente na sociedade aparece como sendo não apenas a única possível, como também a única concebível”. (SANTOS, 2021 p. 86).

Contudo, cremos que isso não deve ser empecilho para a continuidade da luta anticolonial, pelo contrário, precisamos ter consciência dessa realidade opressora e

lutarmos unidos e unidas rumo à revolução. Mesmo diante de tanto sofrimento cremos que a melhor atitude a ser tomada não seja a de cruzar os braços e nos acomodarmos, mas sim a de se despertar do coma colonial e seguir lutando. Se sobrevivemos e temos alguns direitos é justamente porque um dia alguém não temeu e lutou com bravura por nós. Logo seguiremos também ensinando as próximas gerações e ao mesmo tempo aprendendo a arte da revolução, lutando por uma educação geográfica anticolonial cada vez mais ativa.

Devemos nos preparar para estabelecer os alicerces de um espaço verdadeiramente humano, de um espaço que possa unir os homens para e por seu trabalho, mas não para em seguida dividi-los em classes, em exploradores e explorados; um espaço matéria-inerte que seja trabalhada pelo homem mas não se volte contra ele; um espaço Natureza social aberta à contemplação direta dos seres humanos, e não um fetiche; um espaço instrumento de reprodução da vida, e não uma mercadoria trabalhada por outra mercadoria, o homem fetichizado. (SANTOS, 2021 p. 41).

Consideramos extremamente importante essa construção de uma nova organização espacial proposta por Milton Santos. Em uma organização espacial na qual o ser humano não seja considerado mercadoria, muito provavelmente não haverá “nem carne mais cara e nem mais barata”, (relembrando a música “A carne” de Elza Soares), doravante as opressões racistas e machistas não terão lugar nessa organização, e o ser humano passará ser respeitado independentemente de **raça ou gênero**. Não acrescentamos **classe** porque acreditamos que nessa organização a mesma será abolida.

Santos (2021) também nos faz uma advertência muito pertinente em relação à organização espacial.

Deveríamos fazer da autocritica um ato de consciência assim como Saul Bellow o fez em relação aos escritores quando recebeu o Prêmio Nobel de Literatura de 1976, ao dizer: “**Nós não representamos a humanidade de forma adequada**”. Certo, nós não mudaremos o mundo, mas podemos mudar o modo de vê-lo. Isso é importante porque só assim poderemos escapar ao dogmatismo epistemológico e marcar um encontro com o futuro. (SANTOS, 2021 p. 40-41 <grifo nosso>).

Diante disso acreditamos que a literatura de Carolina Maria de Jesus e de Conceição Evaristo, bem como a literatura de outros escritores e escritoras abordados nesse trabalho, por serem frutos de pessoas trabalhadoras que conviveram e ainda convivem com a exclusão, a opressão e a exploração, são capazes de garantir a representação adequada da humanidade, sem camuflar as contradições presentes na sociedade. Logo, insistimos na amálgama (Literatura – Geografia) para construção de um espaço geográfico melhor, mais justo e mais equitativo.

No próximo capítulo abordamos a relação da literatura com a sociedade, a história da literatura brasileira, bem como a participação das mulheres e das pessoas negras nessa literatura.

4. A LITERATURA BRASILEIRA E A EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA

Ao nos propormos trabalhar com a literatura escrita por mulheres negras, acreditamos que esta literatura contribuirá significativamente para uma educação geográfica, pautada não apenas na descrição ou quantificação dos indivíduos e demais elementos no espaço geográfico, mas, sobretudo, para uma formação capaz de proporcionar uma reflexão crítica a partir do modo como esses indivíduos ou elementos se encontram espacializados, bem como as relações existentes entre os mesmos. Isto porque o arranjo espacial em uma sociedade não ocorre de forma despreziosa. O espaço é organizado segundo interesses hegemônicos, os quais predeterminam lugares físicos ou não, para os indivíduos, utilizando geralmente como critérios seletivos, gênero, raça e classe social.

Existem inúmeras escolas do pensamento geográfico, dentre tais destacamos a Geografia Crítica e a Geografia Cultural, ambas organizadas de forma reflexiva sobre o mundo, todavia, essas escolas não buscaram constituir um caminho efetivo na superação dos problemas diários e quando essas consolidam uma metodologia para pensar o ensino, na maioria das vezes fazem por distanciamento da realidade e promulgam conhecimentos que não estão atrelados a dinâmica da vida diária. A literatura trabalhada por essas escolas parte ou da sociedade distante do sujeito ou do sujeito distante da sociedade, logo a literatura passa a ser apenas uma construção recortada de um momento num dado espaço. Essa é a razão inaugural para refletirmos a relação Geografia e literatura como revolucionárias.

Desse modo quando nos referimos a uma literatura capaz de trazer à tona a Geografia anticolonial, estamos justamente fazendo menção a uma literatura que tem a capacidade de nos apresentar a sociedade como um todo, não apenas na perspectiva dos “heróis” que em sua maioria são opressores, mas também, a partir da visão dos oprimidos, na qual estes tem o poder da narrativa expressando seu cotidiano, suas experiências, sua realidade, de forma ativa e não como meros sujeitos passivos.

Mas afinal o que é literatura?

Chamarei de literatura, da maneira mais ampla possível, todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos folclore, lenda, chiste, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações. Vista deste modo a literatura aparece claramente como manifestação universal de todos os homens em todos os tempos. Não há povo e não há homem que possa viver sem ela, isto é, sem a possibilidade de entrar em contacto com alguma espécie de fábulação. Assim como todos sonham todas as noites, ninguém é capaz de passar as vinte e quatro horas do dia sem alguns momentos de entrega

ao universo fabulado. O sonho assegura durante o sono a presença indispensável deste universo, independentemente da nossa vontade. E durante a vigília a criação ficcional ou poética, que é a mola da literatura em todos os níveis e modalidades, está presente em cada um de nós, analfabeto ou erudito, como anedota, caso, história em quadrinhos, noticiário policial, canção popular, moda de viola, samba carnavalesco. Ela se manifesta desde o devaneio amoroso ou econômico no ônibus até a atenção fixada na novela de televisão ou na leitura seguida de um romance. (CANDIDO, 2017 p. 176-177).

É segundo essa concepção de literatura apresentada por Antonio Candido que nos respaldamos para enfatizar a capacidade que a literatura escrita por mulheres negras possui de nos mostrar a necessidade de uma educação geográfica anticolonial, e sobretudo, de nos despertar para refletirmos a respeito da urgência não apenas da teoria, mas também, da práxis da mesma. E seguindo o pensamento de Paulo Freire, quando o mesmo nos mostra que a pedagogia do oprimido não pode ser elaborada pelo opressor, acreditamos que a Geografia anticolonial deve ter como ponto de partida a visão dos oprimidos e não a visão do opressor conforme tem ocorrido tanto na história da Geografia quanto da literatura, assim a importância de uma educação geográfica que agregue em sua epistemologia uma literatura oriunda dos e das oprimidas.

4.1 Literatura e sociedade

Ao abordarmos a importância da literatura consideramos pertinente salientar que a mesma, segundo Antonio Candido (2017), está incluída no rol de direitos humanos incompressíveis, ou seja, assim como a alimentação, o vestuário, a moradia, a instrução, a saúde, a liberdade individual, o amparo da justiça pública, a resistência a opressão etc. a literatura também se vincula a essa categoria de direitos, não por assegurar a sobrevivência física dos indivíduos, mas por garantir a integridade espiritual dos mesmos.

A literatura é considerada um direito humano incompressível por vários motivos, entre os quais está a capacidade que a mesma possui de desenvolver no indivíduo o processo de humanização.

Entendo aqui por humanização (já que tenho falado tanto nela) o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. A literatura desenvolve em nós quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante. (CANDIDO, 2017 p. 182).

Candido (2017), ainda nos mostra que a literatura satisfaz à necessidade de conhecer os sentimentos e a sociedade, ajudando-nos a tomar posição em face deles. Para

exemplificar, Candido faz alusão a um poema abolicionista de Castro Alves, mostrando que a atuação do mesmo não se dá apenas no âmbito do sentimento, mas também, pela sua posição política e humanitária.

Diríamos que essa capacidade que a literatura tem de promover a humanização do indivíduo está estritamente vinculada a outra capacidade que a mesma também possui que é a de promover a leitura do mundo. Freire (1989), ao chamar nossa atenção para a importância sobre o ato de ler, deixa claro que esse ato “não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas que se antecipa e se alonga na inteligência do mundo” (FREIRE, 1989 p. 9). O ato de ler não se resume apenas na leitura de palavras, mas também na leitura de sentimentos, emoções, percepções enfim, na leitura do mundo. Isto fica bem evidenciado quando Freire, descreve de forma bem detalhada uma visita a um local onde viveu a infância. Ele retoma a infância e faz uma leitura do seu mundo particular, descrevendo de forma minuciosa a casa, o quintal, as árvores, os animais, as crenças e os valores da família.

Reconhecendo e enfatizando a importância dessa leitura de mundo, Freire afirma que “A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele” (FREIRE, 1989 p. 9). A leitura da palavra não deve se desvincular da leitura de mundo, devendo ser uma continuidade desta. Diríamos que a literatura é capaz de proporcionar a continuidade dessa leitura do mundo que não deve ser interrompida, mas que é primordial não apenas para compreensão da sociedade, mas sobretudo, para se orientar na busca de mecanismos para intervir nessa sociedade buscando mudanças estruturais no sentido de combater as desigualdades e contradições sociais.

Hermenegildo Bastos (2011) nos chama a atenção para alguns aspectos a serem observados em relação às obras literárias. Um deles se refere a universalização da situação narrada. “Pela obra literária, passa-se a ter outra dimensão da história, que não se reduz ao registro cronológico e factual. É uma maneira outra de falar da vida e do mundo.” (BASTOS, 2011 p. 10). Bastos ainda nos explica que se ainda hoje lemos “Os sertões” de Euclides da Cunha, depois de tanto tempo que a guerra de Canudos acabou, é porque a obra não se limita a ser um registro cronológico e factual.

Para demonstrar essa capacidade de universalização de situações contidas nas obras literárias, Bastos faz referência a obra “A hora da estrela” na qual Clarice Lispector conta a história de Macabéa, uma moça do interior em busca de sobrevivência na cidade grande.

Após ler *A hora da estrela*, estaremos em melhores condições de entender o drama de muitas e muitas Macabéas aí narrado. O que quer dizer que a obra literária se desloca da referência particularizada para a ela se retornar. O particular se universaliza. Pela obra literária, passa-se a ter outra dimensão da história, que não se reduz ao registro cronológico e factual. É uma maneira outra de falar da vida e do mundo. (BASTOS, 2011, p. 9).

Lembramos aqui sobre episódios que nos têm ocorrido a respeito do livro que escrevemos “Chika a menina que queria estudar”: primeiro, colegas de trabalho nos disseram que se identificaram com Chika, a personagem da história, devido ao modo de vida, bem como as dificuldades por elas enfrentadas. Consideramos isto normal, uma vez que, já havíamos lido sobre a universalização da literatura, e até mesmo porque as colegas são negras, e afinal a vida das mulheres negras se parecem em diversos aspectos, foi justamente o que percebemos de uma forma muito intensa quando lemos “Quarto de despejo: diário de uma favelada” da escritora Carolina Maria de Jesus e vários poemas e contos da escritora Conceição Evaristo. Porém, o que nos intrigou foi o fato de uma mulher branca que mora em nosso bairro, ter nos chamado quando passávamos na porta de sua casa para falar que durante a leitura do livro havia se identificado muito com a “Chika”. Agradecemos a mulher e seguimos nosso caminho pensando: o que essa mulher branca tem a ver com a Chika?

Foi então que nos lembramos de Ângela Davis e sua obra “Mulheres, raça e classe”, ou seja, conforme nos assegura Bastos (2011), a literatura realmente universaliza, e como a opressão atinge o indivíduo em várias dimensões, a mulher a qual nos referimos, assim como várias outras mulheres pode não ter sido oprimida devido sua raça, sua cor, mas acabou por ser vítima do sistema opressor devido seu gênero e sua classe social. Logo podemos observar a importância da interseccionalidade entre raça, gênero e classe já comentada aqui nesse trabalho. Podemos perceber também a potência que a literatura possui para levar o conhecimento científico às pessoas.

Por meio da literatura as pessoas conseguem perceber o quanto foram e ainda são exploradas, uma vez que a literatura possui uma capacidade extraordinária de apresentar de forma bem evidente as aflições e contradições presentes na sociedade. Em relação a obra “A hora da estrela” Bastos afirma que:

É importante ver que, ao carregar tanto nas aflições, a obra está reclamando alguma outra forma de vida, infelizmente indisponível, mas que aí está como projeção. O mundo das aflições, que chamaremos, na perspectiva da crítica dialética, de mundo da necessidade, exige outro mundo, o da liberdade. Sem essa contraposição, a obra perderia seu sentido. Só a possibilidade da existência de uma vida sem aflições torna possível a escrita de *A hora da*

estrela. [...] a relevância de uma obra literária está em assinalar e, em alguns casos, iluminar contradições. (BASTOS, 2011 p. 11- 12).

Essas contradições, não ocorrem por acaso, também não se encontram soltas ou deslocadas, mas, estão vinculadas às relações sociais que por sua vez, são construídas, desconstruídas e reconstruídas no espaço geográfico. Corrêa (2012) fazendo referência a Lefébvre em sua obra “*Espacio y Política*” nos mostra que o espaço geográfico “desempenha um papel ou uma função decisiva na estruturação de uma totalidade, de uma lógica, de um sistema”. Para compreendermos o sentido ou o significado das aflições, das contradições presentes na sociedade capitalista não podemos negligenciar o papel do espaço geográfico.

O espaço entendido como espaço social, vivido, em estreita correlação com a prática social não deve ser visto como espaço absoluto, “vazio e puro, lugar por excelência dos números e das proporções” (LEFÉBVRE, 1976, p. 29), nem como um produto da sociedade, “o ponto de reunião dos objetos produzidos, o conjunto das coisas que ocupam e de seus subconjuntos, efetuado, objetivado, portanto, funcional” (LEFÉBVRE, 1976, p. 30). O espaço não é nem o ponto de partida (espaço absoluto), nem o ponto de chegada (espaço como produto social). O espaço também não é um instrumento político, um campo de ações de um indivíduo ou grupo, ligado ao processo de reprodução da força de trabalho através do consumo. Segundo Lefébvre, o espaço é mais do que isto. Engloba esta concepção e a ultrapassa. O espaço é o *locus* da reprodução das relações sociais de produção. (CORRÊA, 2012 p. 25)

Segundo Milton Santos, modo de produção, formação social e espaço, são categorias interdependentes. “Todos os processos que, juntos, formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo) são historicamente e espacialmente determinados num movimento de conjunto, e isto através de uma formação social”. (SANTOS, 1977 p. 4). Assim entendemos que as aflições, frutos das desigualdades econômicas, sociais e culturais, e principalmente da opressão e da exploração, presentes nas obras literárias, se encontram latentes na sociedade, ou melhor no espaço geográfico socialmente construído. Desse modo cremos que o trabalho acadêmico não deve se restringir à academia, pelo contrário deve servir, sobretudo, para orientar as massas despossuídas a respeito da sua condição de explorada e oprimida.

Como intelectuais que somos, e como leitores especializados em textos que falam do mundo, da vida e da morte, do desespero e da esperança, o nosso trabalho terá alguma relevância para além do espaço institucional em que se produz e se consome? A escrita que chamamos literária fala do mundo e da vida, mas o faz de maneira muito específica, sua fala é o sublinhar da sua especificidade, o que quer dizer que fala do mundo enquanto fala de si mesma, de um tipo único de trabalho – o poético. À crítica cabe reativar a memória, não apenas do passado, mas também do futuro. O passado teima em permanecer, e isso de duas maneiras que se chocam: enquanto depósito de iniquidades e fracassos e enquanto herança de projetos e lutas. A literatura é

espaço privilegiado de análise desse embate, e não apenas de análise: reler é aqui uma forma de assumir a herança. A dialética que queremos tornar nossa é a do futuro que as obras projetam – o seu devir contemporâneo. (BASTOS, 2012 p. 11).

Para os detentores do poder não convém que sejam “enxergadas” criticamente as contradições e as aflições presentes na sociedade capitalista, uma vez que, são essas contradições que dão suporte para a manutenção desse sistema. A literatura (a arte) que demonstram os sentimentos e as emoções é substituída por estatísticas (números), que ao invés de serem usados para contribuir na compreensão das contradições, são muitas vezes utilizados para camuflá-las. Por exemplo, Um número x de jovens negros morrem todos os dias. Esses jovens não são apenas números, tinham nome e sobrenome, tinham família, tinham sonhos, tinham uma existência que lhes foi negada. A obra literária revela esses dados que muitas vezes se encontram ocultos nos dados estatísticos.

A sociedade capitalista é uma sociedade fetichizada na qual o valor do capital sobrepõe ao valor do ser humano, aliás, o próprio ser humano não é considerado como tal, é apenas um “objeto”. Os indivíduos são apenas “números” a serviço do capital, passível de serem descartados quando não mais atendem aos interesses dominantes.

Fetichismo é uma forma de percepção da vida humana como uma relação entre coisa ou mercadorias. Assim, um carro que esteja exposto na vitrine de uma loja parecerá a mim uma mercadoria que equivale a outra mercadoria qualquer, sendo que a equivalência é efetuada pela mercadoria das mercadorias: o dinheiro. Contudo, essas coisas (ou mercadorias) só existem porque foram produzidas por seres humanos. Então, a aparente relação entre coisas é na verdade uma relação entre homens. A aparência se constitui numa visão fetichista: numa sociedade fetichizada, os homens também são coisas, são reificados. O fetichismo é, assim, a ocultação, sob a aparente equivalência objetiva das mercadorias, das diferenças entre os homens que a produziram. O que se oculta é o lucro e, com ele, a dominação e a exploração sem as quais as mercadorias não teriam sido produzidas. Nada disso aparece na vitrine da loja onde está visível apenas o carro. A obra literária, ao evidenciar o sentido humano da vida, tem uma função desfetichizadora. Aqui está, pois, a contradição primeira que dá origem às outras contradições presentes na obra literária: a contradição entre a sociedade fetichista e a obra literária desfetichizadora. Em outras palavras: a contradição está entre a obra, que aspira à liberdade e o mundo da opressão (ou das aflições, de que fala Rodrigo S. M.). (BASTOS, 2011 p. 20).

A sociedade fetichizada oculta ou mesmo naturaliza as desigualdades e as contradições, as aflições presentes no desenvolvimento do trabalho infantil e do trabalho análogo ao trabalho escravo, usado na produção de roupas e calçados, por exemplo, são ignoradas, como nos explicou Bastos, na vitrine aparece apenas o produto final, acabado. No entanto, a obra literária nos revela essas contradições: a empregada doméstica que faz a comida para os patrões no trabalho, mas que leva apenas os restos para os filhos comerem. “No dia anterior, no domingo, havia tido festa na casa da patroa. Ela levava

para casa os restos. O osso do pernil e as frutas que tinham enfeitado a mesa. (...) O osso, a patroa ia jogar fora. **Estava feliz, apesar do cansaço.**” (EVARISTO, 2016 p. 39 < grifo nosso>).

Essa citação faz parte do conto “Maria” da escritora Conceição Evaristo, no capítulo cinco iremos abordá-lo novamente. Porém fizemos questão de mencioná-lo aqui apenas para exemplificar a capacidade desfetichizadora que a obra literária possui, ou seja, a capacidade de trazer à tona as contradições existentes na sociedade capitalista e que muitas vezes são ocultadas ou naturalizadas pela burguesia. Naturalizando um comportamento racista e preconceituoso, o que estamos demonstrando nessa tese é a necessidade de destruição desse comportamento e, portanto, dessa sociedade racista e machista. “Estava feliz, apesar do cansaço.” Mesmo sendo explorada a empregada doméstica ainda estava feliz. Observamos aqui uma terrível contradição. Não importa se ela está sendo explorada, ela tem frutas e um osso de pernil para levar para casa e oferecer aos filhos.

Por que a empregada ainda se sentia feliz mesmo diante dessa situação contraditória? Talvez só as “Carolinas” conseguirão compreendê-la.

[...] Fui comprar carne, pão e sabão. Parei na banca de Jornaes. Li que uma senhora e três filhos havia suicidado por encontrar dificuldade de viver. [...] A mulher que suicidou-se não tinha alma de favelado, que quando tem fome recorre ao lixo, cata verduras nas feiras, pedem esmolas e assim vão vivendo. [...] Pobre mulher! quem sabe se de há muito ela vem pensando em eliminar-se, porque as mães têm muito dó dos filhos. Mas é uma grande vergonha para uma nação. Uma pessoa matar-se porque passa fome. É a pior coisa para uma mãe é ouvir esta sinfonia:

- Mamãe eu quero pão! Mamãe, eu estou com fome!

Penso: será que ela procurou a Legião Brasileira ou o Serviço Social? Ela devia ir nos palácios falar com os manda chuva.

[...] A notícia do jornal deixou-me nervosa. Passei o dia chingando os políticos, porque eu também quando não tenho nada para dar aos meus filhos fico quase **louca**. (JESUS, 2020 p. 62 <grifo nosso>).

Carolina Maria de Jesus conhecia muito bem as aflições da vida de uma mãe solo que luta para criar os filhos. Ela sabia o quanto é difícil para uma mãe ouvir o filho dizer que está com fome e não ter nada para lhe oferecer. Entretanto, ela tinha ciência também da exploração a qual ela e outras mães estavam submetidas, tanto que ela sempre faz menção aos políticos devido o preço dos gêneros alimentícios e o alto custo de vida. Apesar dela também ficar feliz quando tinha comida para oferecer aos filhos, ela era uma mulher que desde criança foi capaz de perceber que vivia em uma sociedade onde principalmente pessoas negras e pobres são oprimidas e exploradas. Carolina parece nunca ter vivido o “Coma colonial” , e por meio de sua literatura ela procurava despertar

as pessoas que viviam esse terrível coma, ou seja, acostumadas com as ideologias dominante que procuram a todo momento e de várias formas responsabilizar os indivíduos pelos seus infortúnios, isentando-se assim o Estado e as elites que se sustentam por meio da exploração e opressão da classe trabalhadora. Ao se universalizar a literatura vem nos mostrar que essa responsabilidade não é apenas individual, ou seja, os infortúnios e as aflições que atingem milhares e milhares de pessoas são consequências de um projeto de sociedade que visa garantir privilégios a uma minoria, enquanto uma maioria é oprimida e explorada.

Conforme veremos no próximo tópico a história da sociedade e da literatura brasileira caminham juntas. Todavia, devido a prevalência colonizadora do homem branco em nossa literatura, podemos dizer que as questões raciais e de gênero abordadas na maioria das vezes, seguem uma perspectiva racista e machista, uma vez que, são poucas as mulheres e homens negros que aparecem nessa história. Quanto a mulher negra, apesar de sabermos de sua extrema importância tanto na sociedade quanto na literatura brasileira, ela simplesmente, ou melhor, propositalmente, foi e em muitos casos continua sendo ignorada.

4.2 Breve histórico da literatura brasileira

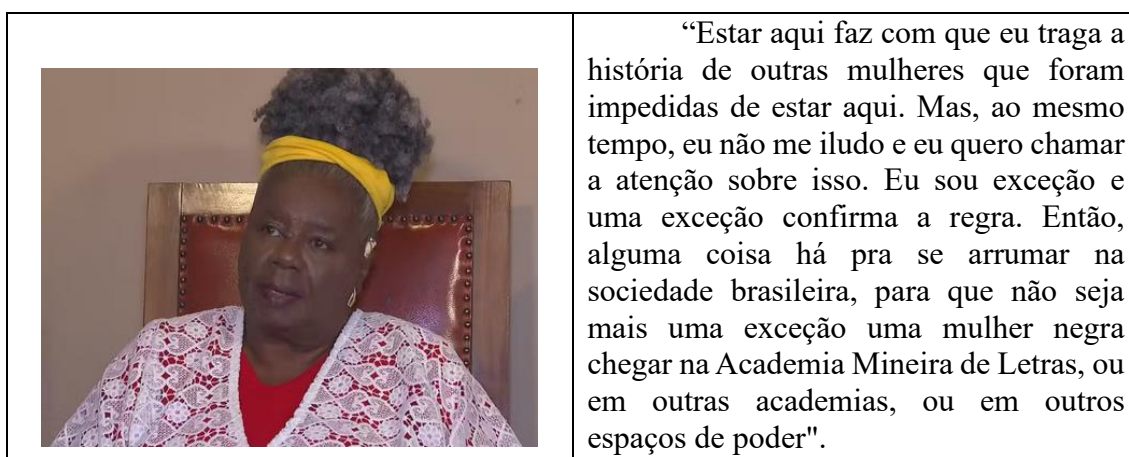
Ao falarmos em literatura brasileira, não podemos nos esquecer que nossa literatura teve grande influência da literatura ocidental europeia, ou seja, nossa literatura sofreu grande influência colonial. E ao invés de ser composta pela tríade “lusobundo-guarani”, ou seja, pelos europeus, africanos e indígenas respectivamente, conforme proposto pelo ardente nacionalista João Salomé QUEIROGA (1810- 78), e mencionado por Merquior (1996), a literatura brasileira se institucionalizou privilegiando sobretudo a cultura europeia.

Com efeito, no momento da descoberta e durante o processo de conquista e colonização, houve o transplante de línguas e literaturas já maduras para um meio físico diferente, povoado por povos de outras raças, caracterizados por modelos culturais completamente diferentes, incompatíveis com as formas de expressão do colonizador. No caso do Brasil, os povos autóctones eram primitivos vivendo em culturas rudimentares. Havia, portanto, afastamento máximo entre a cultura do conquistador e a do conquistado, que por isso sofreu um processo brutal de imposição. Este, além de genocida, foi destruidor de formas culturais superiores no caso do México, da América Central e das grandes civilizações andinas. (CANDIDO, 1999 p. 11-12).

Vivemos ainda uma intensa tentativa de sobreposição da cultura europeia sobre as demais culturas. Seja na arte, na música, bem como na literatura. Basta observarmos a quantidade de escritores negros e indígenas que compõe as academias de letras.

Recentemente, (2024) tivemos a posse da escritora Conceição Evaristo na Academia Mineira de Letras. Fundada em 1909, foi a primeira vez que uma mulher negra ingressou na referida academia, ou seja, somente após mais de cem anos de sua existência. Isso nos mostra que nossa cultura, nossa literatura ainda tem uma forte predominância europeia, a cultura colonizadora resiste desempenhando um papel significativo na literatura brasileira.

Quadro 9 – Posse de Conceição Evaristo na Academia Mineira de Letras



Fonte: TV Globo¹³ – Belo Horizonte (2024)

Apresentamos este exemplo da escritora Conceição Evaristo justamente para mostrar a sobreposição da cultura colonizadora sobre as demais culturas. Gostaríamos também de mencionar que a nossa cultura herdada do colonizador não é apenas racista, mas também machista, Henriqueta Lisboa, a primeira mulher a ocupar uma cadeira nessa instituição teve seu ingresso apenas no ano de 1963, ou seja, sessenta e um anos após a sua fundação. De acordo com a Academia Mineira de Letras¹⁴, desde a sua fundação já integraram a instituição quase duzentos membros, entre eles, nove mulheres. Caso como esse observado nos leva a compreensão de quão forte é a dominação do colonizador, bem como a instituição de violências tanto de gênero quanto de raça. Uma vez que, a negação

¹³ Conceição Evaristo é a primeira mulher negra a ingressar na Academia Mineira de Letras. TV Globo – Belo Horizonte. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2024/03/09/primeira-mulher-negra-imortal-conceicao-evaristo-toma-posse-na-academia-mineira-de-letras.ghtml>. Acesso em 12. Mar. 2024.

¹⁴ Conceição Evaristo toma posse na academia mineira de letras, com transmissão ao vivo, para todo o Brasil. Academia Mineira de Letras, 2024. Disponível em: <https://academiamineiradeletras.org.br/eventos/conceicao-evaristo-toma-posse-na-academia-mineira-de-letras-com-transmissao-ao-vivo-para-todo-o-brasil/>. Acesso em: 12. Mar. 2024.

de direitos pode ser entendida também como violência, que oprime, explora e, sobretudo, domina.

Na fala da escritora Conceição podemos perceber que a negação de direitos como o ingresso de mulheres e pessoas negra em espaços de poder como as academias, está relacionada com o projeto de sociedade que se tem e não com a meritocracia como muitos nos querem fazer crer, ou seja, o ingresso de mulheres e de pessoas negras a determinados espaços de poder não depende apenas da vontade individual, mas, sobretudo, da vontade de outras pessoas que detém o poder e assim organizam os espaços da forma que melhor lhes convém. E por isso também que insistimos na literatura dos e das oprimidas a fim de que os espaços de poder possam ser ocupados de forma igualitária.

Voltando especificamente para história da literatura brasileira, iremos ver durante a abordagem das escolas literárias a predominância de escritores – homens brancos em toda a história dessa literatura. Uma outra questão que também não pode passar despercebida é que a história da literatura e a história da sociedade caminham juntas, ou seja, a literatura possui uma relação intrínseca com a sociedade e se manifesta espacialmente de acordo com a conjuntura desta, conforme veremos no quadro a seguir. Elaboramos esse quadro com o intuito de abordar resumidamente e de forma didática a história da literatura brasileira de acordo com suas escolas literárias.

Apesar de parecer contraditório, cremos que mesmo essa literatura sendo oriunda do pensamento colonizador, é importante que não apenas a conheçamos, mas sobretudo, que façamos uma análise e uma reflexão sobre a mesma. A partir dessa reflexão teremos condições de compreender, conforme já dissemos a urgência de trazer para educação uma literatura oriunda do pensamento dos oprimidos. Precisamos de uma pedagogia do oprimido, como nos ensina Paulo Freire, precisamos também de uma literatura e uma Geografia do oprimido, enfim, precisamos de uma sociedade construída a partir dos conhecimentos e saberes dos oprimidos.

QUINHENTISMO
<p>O Quinhentismo brasileiro, isto é, o conjunto de manifestações dos anos de 1500 (século XVI), retrata, mais do que qualquer outro período, a condição colonial do Brasil com sua terra e população vistos como objetos a serem conquistados. A literatura é feita no Brasil, fala do Brasil, mas reflete a visão de mundo, as ambições, as intenções do homem europeu, particularmente do ibérico, que manifesta duas preocupações distintas e, apesar do aparente antagonismo, complementares: de um lado, a preocupação com a conquista material resultante da política das Grandes Navegações; de outro a preocupação com a conquista espiritual, a necessidade de ampliar a fê cristã, resultante do movimento religioso da Contra-Reforma. Contam que os navegadores portugueses afirmavam, ao desembarcar em terras recém-descobertas: “Viemos buscar cristãos e especiarias”. [...] Essas preocupações determinaram as duas manifestações literárias do Quinhentismo brasileiro: a) a literatura informativa, com os olhos voltados à conquista material (ouro, prata, ferro, ferro, madeira, etc.); b) a literatura dos jesuítas, voltada a catequese.</p> <p>Principais autores e obras: Ambrósio Fernandes Brandão – Diálogo das grandezas do Brasil; Gabriel Soares de Souza (1540?-1591) – Tratado descritivo do Brasil; Pero Lopes e Souza – Diário de navegação; Pero de Magalhães Gândavo – Tratado da terra do Brasil, História da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos de Brasil; Frei Vicente do Salvador (1564-1639?) – História da custódia do Brasil; André de Thevet – As singularidades da França Antártica; Antonil (Giovanni Antonio Andreoni, 1650-1716?) – Cultura e opulência do Brasil; Hans Staden – Meu cativo entre os selvagens do Brasil; Jean de Lery – História de uma viagem feita à terra do Brasil; Fernão Cardim – Tratado da terra e da gente do Brasil; José de Anchieta (1534-1597) – Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões, Poesias, De gestis Mendis de Saa, De beata Virgine dei Matre Maria, Arte da gramática da língua mais usada na costa do Brasil, e os autos, Auto da pregação universal, Na festa de São Lorenzo, Na visitação de Santa Isabel; Manuel da Nobrega – Cartas do Brasil, Diálogo sobre a conversão do gentio.</p>
BARROCO
<p>Barroco denomina genericamente as várias manifestações artísticas que marcaram o século XVII e o início do século XVIII. Já o termo Seiscentismo engloba as produções dos anos de 1600. E aqui cabe uma observação: é necessário distinguir duas manifestações do Barroco no Brasil-Colônia, geográfica e cronologicamente distintas: o Barroco literário e arquitetônico da Bahia do século XVII, e o Barroco mineiro do século XVIII, que nos deixou uma belíssima produção musical e fantásticas obras arquitetônicas e esculturais, com destaque para o gênio de Aleijadinho. É interessante notar que o Barroco mineiro é uma manifestação tardia, sendo contemporâneo da escola literária do Arcadismo.</p> <p>O Barroco literário no Brasil tem seu marco inicial em 1601, com a publicação do poema Prosopopéia, de Bento Teixeira. Estende-se até as primeiras décadas do século XVIII, quando o movimento academicista ganha corpo; esse fato assinala a decadência dos valores defendidos pelo Barroco e a ascensão do movimento árcade.</p>

O estilo barroco nasceu da crise dos valores clássicos do Renascimento, ocasionada pelos conflitos religiosos e pelas dificuldades econômicas que se seguiram à falência do comércio com o Oriente. O homem do Seiscentismo vive um estado de tensão e desequilíbrio, do qual tenta evadir-se cultuando um rebuscamento exagerado. Vivendo em conflito, esse homem produz uma obra de arte marcada pelas oposições, num incessante jogo de claro e escuro, de luz e sombra, de alto e baixo relevo, de sobe e desce, dividido entre o efêmero e o eterno.

A mais marcante característica mais marcante dessa época é exatamente a tentativa de unir valores medievais, revitalizados pela Contra-Reforma, aos valores da cultura greco-latina, resgatados pelo movimento renascentista. O homem barroco é um ser angustiado, dividido entre santos católicos e deuses pagãos, entre a matéria e o espírito, o pecado e o perdão. O barroco é também marcado por dois estilos literários: o **cultismo** e o **conceptismo**.

Principais autores e obras: Bento Teixeira (1561-1600) – Prosopopéia; Gregório de Matos Guerra (1633-1696) – Poesia sacra, Poesia lírica, Poesia graciosa, Poesia satírica (2 volumes), Últimas; Manuel Botelho de Oliveira (1636-1711) – Música do Parnaso; Frei Manuel de Santa Maria Itaparica (1704-?) – Descrição da ilha de Itaparica, Eustáquidos; Padre Antônio Vieira (1608-1697) – Obra composta de sermões (15 volumes), cartas e profecias. Algumas delas: Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda, Sermão da sexagésima, Sermão da primeira domingo da Quaresma, Sermão de Santo Antônio (sermões): História do futuro, Clavis Prophetarum (profecias).

ARCADISMO

O ano de 1768 registra dois acontecimentos literários importantes no Brasil: a fundação da Arcádia Ultramarina, em Vila Rica, e a publicação do livro de poemas Obras, de Cláudio Manuel da Costa, considerados o marco inicial do Arcadismo no Brasil. Por ser o estilo de época característico dos anos 1700 (século XVIII), o arcadismo é também denominado Setecentismo.

O Arcadismo desenvolve-se até 1808, com a chegada da Família Real ao Rio de Janeiro, a qual, com suas medidas político-administrativas, cria condições propícias para a introdução do pensamento romântico no Brasil. [...] O Arcadismo tem um espírito nitidamente reformista, pretendendo reformular o ensino, os hábitos, as atitudes sociais, uma vez que constitui a manifestação artística de um novo tempo e de uma nova ideologia. Em Portugal, essas mudanças se fazem sentir desde o início do século com uma tentativa de modernização do ensino segundo os ideais iluministas; em 1759, o ministro de Estado marques de Pombal expulsa os padres jesuítas dos domínios portugueses. tal fato, com forte repercussão nas colônias, acelera a marginalização do clero na vida lusitana.

No Brasil o século XVIII assinala uma importante mudança na vida brasileira: com a decadência da economia canavieira, o centro econômico transfere-se do Nordeste para as novas regiões de mineração; na esteira da economia vem a vida política, social e cultural. Minas Gerais, em particular a cidade de Vila Rica (atual Ouro Preto), é a sede dos acontecimentos mais significativos dos anos dos Setecentos: a mineração, a Inconfidência, os poetas do Arcadismo, o gênio de Aleijadinho. É importante salientar que a atividade mineradora coloca em evidente antagonismo, pela primeira vez, segmentos da classe dominante na colônia e na metrópole; em consequência, o pensamento iluminista francês encontra ampla repercussão no crescente sentimento de nativismo e na nova mentalidade dominante, provinda da mineração; a cultura jesuítica

começa a dar lugar ao Neoclassicismo (uma retomada dos valores clássicos da Antiguidade greco-romana e do Renascimento).

O arcadismo tinha por lema a frase latina *Inutilia trunquat* (acabe-se com as inutilidades), que denuncia a preocupação de truncar os exageros, o rebuscamento, a extravagância cometidos pelo barroco. Procurava-se, assim, atingir o ideal de simplicidade, o decantado equilíbrio clássico, a tão almejada medida certa.

Principais autores e obras: Alvarenga Peixoto (1748-1793) – Enéias no Lácio e obra poética esparsa; Basílio da Gama (1740-1795) – O Uruguai; Cláudio Manuel da Costa (1729-1789) – Obras poéticas; Vila Rica, Fábula do Ribeirão do Carmo; Santa Rita Durão (1722-1784) – Caramuru; Silva Alvarenga (1749-1814) – Obras poéticas, Glaura, O desertor; Sousa Caldas (1762-1814) – Obra esparsa (poemas, traduções e cartas); Tomás Antônio Gonzaga (1744-1810) – Marília de Dirceu; Cartas Chilenas, Tratado de direito natural.

ROMANTISMO

No Brasil, o momento histórico em que ocorre o Romantismo deve ser visto a partir da chegada da família real, em 1808, que leva o Rio de Janeiro a viver um intenso processo de urbanização, tornando-se um campo propício à divulgação das novas tendências europeias. Os ideais liberais da Revolução Francesa e da Independência dos EUA ecoavam na Colônia, que caminhava rumo à independência política. Após 1822, cresce no Brasil independente o sentimento de nacionalismo, busca-se o passado histórico, exalta-se a natureza pátria na realidade, características já cultivada na Europa e que se encaixam perfeitamente à necessidade brasileira de auto-afirmação. O declínio do Romantismo brasileiro coincide com a decadência da monarquia escravocrata: a partir de 1870 aparecem manifestações do pensamento realista, notadamente nas faculdades de Direito do Recife e de São Paulo. Mas só em 1881 teríamos o marco final do romantismo, com a publicação dos primeiros romances de tendência naturalista e realista: O mulato, de Aluísio de Azevedo, e Memórias póstumas de Brás Cubas, de Machado de Assis. [...] já no final do Romantismo, as transformações econômicas, políticas e sociais levam a uma literatura que reflete a luta abolicionista, a guerra do Paraguai, o ideal de República. É a decadência do regime monárquico e o aparecimento da poesia social de Castro Alves.

As gerações românticas:

Primeira geração – geração nacionalista ou indianista: Marcada por exaltação da natureza, volta ao passado histórico, medievalismo, e criação do herói nacional na figura do índio, donde a denominação indianista. [...] entre os principais poetas podemos destacar Gonçalves Dias, Gonçalves de Magalhães e Araújo Porto Alegre.

Segunda geração – geração do mal do século ou ultra-romantismo: fortemente influenciada pela poesia de Lord Byron e Musset, é chamada, inclusive de geração byroniana. Impregnada de egocentrismo, negativismo boêmio, pessimismo, dúvida, desilusão adolescente e tédio constante, seu tema preferido é a fuga da realidade. Os principais poetas dessa geração foram Álvares de Azevedo, Casimiro de Abreu, Junqueira Freire e Fagundes Varela.

Terceira geração – geração condoreira: Caracterizada pela poesia social e libertária, reflete as lutas internas da segunda metade do reinado de D. Pedro II. Essa geração sofreu intensamente a influência de Vitor Hugo e de sua poesia político-social; daí ser conhecida como geração hugoana. O termo condoreirismo vem por empréstimo do símbolo de liberdade adotado por jovens românticos da América Latina: o condor, águia

que habita o alto da cordilheira dos Andes. Seu principal poeta foi Castro Alves, seguido de Sousândrade.

ROMANTISMO - PROSA

Um dos fatos mais importantes do Romantismo foi a criação de um novo público, uma vez que a literatura torna-se mais popular, o que não acontecia com os estilos de época de características clássicas. surge o romance, forma mais acessível de manifestação literária, o teatro ganha novo impulso ao assumir feições nacionais e populares. Com a formação dos primeiros cursos superiores em 1827 e com o liberalismo burguês, dois novos elementos da sociedade brasileira representam um mercado consumidor a ser atingido: o estudante e a mulher. com a vinda da família real, a imprensa passa a existir no Brasil e, com ela, os folhetins, que desempenharam importante papel no desenvolvimento do romance romântico.

Principais autores e obras: Bernardo Guimarães (1825-1884) – O ermitão de Muquém, Lendas e romances, O garimpeiro, O seminarista, O índio Afonso, A escrava Isaura, O pão de ouro, Rosaura, a enjeitada, Jupira (romances), Cantos da solidão (poesia); Franklin Távora (1842-1888) – A trindade maldita, Os índios do Jaguaribe, A casa de palha, Um casamento no arrabalde, O cabeleira, O matuto, Lourenço; Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882) – A moreninha, O moço loiro, Os dois amores, Rosa, Vicentina, A carteira do meu tio, A luneta mágica, As vítimas algozes, Nina, A namorada, Mulheres de mantilha, Um noivo e duas noivas; José de Alencar (1829-1877) – Cinco minutos, A viuvinha, Sonhos d’ouro, Encarnação, Senhora, Diva, Lucíola, A pata da gazela (romance urbanos), As minas de prata, A guerra dos mascates, Alfarrábios (romances históricos), O sertanejo, o gaúcho (romances regionalistas), Til, O tronco do ipê (romances rurais), Iracema, O guarani, Ubirajara (romances indianistas), A noite de São João, O crédito, Demônio familiar, Verso e reverso, As asas de um anjo, Mãe, O jesuíta (teatro), Manuel Antônio de Almeida (1831-1861) – Memórias de um Sargento de milícias; Visconde de Taunay (Alfredo D’Escagnolle Taunay, 1843-1899) – Inocência, A retirada da Laguna, Lágrimas do coração, Histórias brasileiras; Teixeira e Souza (1812-1861) – O filho do pescador, Tardes de um pintor; Martins Pena (1815-1848) – O juiz de paz na roça, O dois ou o inglês maquinista, Judas em sábado de aleluia, [...] As desgraças de uma criança; Paulo Eiró (1836-1871) – Sangue limpo.

REALISMO – NATURALISMO

No Brasil, considera-se 1881 como o ano inaugural do Realismo. Um ano fértil para a literatura brasileira, com a publicação de dois romances fundamentais, que modificaram o curso de nossas letras: Aluísio Azevedo publica O mulato, o primeiro romance naturalista do Brasil, e Machado de Assis publica Memórias póstumas de Brás Cubas, o primeiro romance realista de nossa literatura. O Realismo se estende, na prática, até as duas décadas do século XX. O Realismo reflete as profundas transformações econômicas, políticas, sociais e culturais da segunda metade do século XIX. A Revolução Industrial, iniciada no século XVIII, entra numa nova fase, caracterizada pela utilização do aço, do petróleo e da eletricidade. o capitalismo se estrutura em moldes modernos, com o surgimento de grandes complexos industriais; por outro lado a massa operária urbana avoluma-se, formando uma população marginalizada que não partilha dos benefícios gerados pelo progresso industrial. Essa nova sociedade serve de pano de fundo para uma nova interpretação da realidade, gerando teorias de variadas posturas ideológicas. [...] As características do Realismo estão intimamente ligadas ao

momento histórico, refletindo, dessa forma, a postura do positivismo de Augusto Comte, preocupada com o real-sensível o fato; do socialismo de Marx e Engels, definindo o materialismo histórico e defendendo a luta de classes; do evolucionismo de Charles Darwin e sua teoria da origem das espécies, negando a origem divina defendida pelo cristianismo.

No Realismo podemos perceber as seguintes tendências:

Romance naturalista: Cultivado no Brasil por Aluísio Azevedo, Júlio Ribeiro, Adolfo Caminha, Domingos Olímpio, Inglês de Souza e Manuel de Oliveira Paiva, o romance naturalista é marcado por forte análise social a partir de grupos humanos marginalizados, valorizando o coletivo. É tradicional a tese de que, em o cortiço, o principal personagem não é João Romão, nem Bertoleza, nem Rita Baiana, mas sim o próprio cortiço, devidamente antropomorfizado. Por outro lado, o Naturalismo apresenta romances experimentais; a influência de Darwin se faz sentir na máxima naturalista segundo a qual o homem é um animal, portanto, antes de usar a razão, deixa-se levar pelos instintos naturais.

Romance realista: Cultivado por Machado de Assis, é uma narrativa mais preocupada com a análise psicológica, fazendo críticas à sociedade a partir do comportamento de determinados personagens. Por outro lado, o romance realista analisa a sociedade “por cima”, ou seja, seus personagens são capitalistas, pertencem à classe dominante. O romance realista é documenta, retrato de uma época.

Principais autores e obras: Realismo – Artur Azevedo (1855-1908) – Amor por anexins, A pele do lobo, O dote, A princesa dos cajueiros, O liberato, A mascote na roça, O tribufe, Revelação de um segredo, A fantasia, A capital federal (teatro); Machado de Assis (1839-1908) – Ressureição, A mão e a luva, Helena, Iaiá Garcia (romances), Contos fluminenses, Histórias da meia-noite (contos), Crisálidas, Falenas, Americanas (poesia), Memória póstumas de Brás Cubas, Quinca Borba, Dom Casmurro, Esaú e Jacó (romances)... ; Raul Pompéia (1863-1895) – O Ateneu, Uma tragédia no Amazonas, Agonia , As jóias da coroa (romances), Microscópios (contos), Canções sem metro (poesia).

Naturalismo – Adolfo Caminha (1867-1897) – A normalista, O bom crioulo, Tentação (romances), Judith, Lágrimas de um crente (contos), Cartas literárias (críticas); Aluísio Azevedo (1857-1913) Uma lágrima de mulher, O mulato, Mistérios da Tijuca, Casa de pensão, O cortiço, A mortalha de Alzira, Memórias de um condenado, Filomena Borges, O homem, O coruja, O livro de uma sogra (romances) Demônios (contos), O touro negro (crônicas); Domingos Olímpio (1850-1906) – Luzia-homem; Inglês de Sousa (1853-1918) – O calculista, Histórias de um pescador, O coronel sangrado, O missionário (romances), Cenas da vida na Amazônica (contos); Júlio Ribeiro (1845-1890) – A carne, Padre Belchior de pontes; Manuel de Oliveira Paiva (1861-1892) – Dona Guidinha do poço, A afilhada.

PARNASIANISMO

O Parnasianismo é a manifestação poética correspondente ao Realismo, embora ideologicamente não mantenha todos os pontos de contato com os romancistas realistas e naturalistas. É uma estética preocupada com a “arte pela arte”, com seus poetas um tanto alheios às transformações do final do século XIX e início do século XX.

De influência basicamente francês, a poética parnasiana baseava-se no binômio objetividade/culto da forma, numa evidente postura anti-romântica. A objetividade temática surge como negação do sentimentalismo romântico, numa tentativa de atingir a impassibilidade e a impessoalidade . opunha ao subjetivismo decadente e ao

universalismo; a natureza não é mais interpretada como uma extensão do poeta, e sim como algo a ser descrito de forma precisa, objetiva e impessoal. Retoma-se a Antiguidade clássica, com seu clássico, com seu racionalismo e formas perfeitas; desenvolve-se uma poesia de meditação, filosófica mas artificial.

Principais autores e obras: Alberto de Oliveira (1857-1937) – Canções românticas, Meridionais, Sonetos e poemas, poesias escolhidas, Versos e rimas; Francisca Júlia (1874-1929) – Mármore, Esfinges, Olavo Bilac (1865-1918) – Panóplias, Sarças de fogo, Via láctea, Poesias infantis, Alma inquieta, Tarde (poesia), Crônicas e novelas (prosa) e tratados de literatura; Raimundo Correia (1859-1911) – Primeiros sonhos, Sinfonias, Versos e versões, Aleluias, Poesias; Vicente de Carvalho (1866-1924) – Ardentias, Relicário, Rosa, rosa de amor.

SIMBOLISMO

O Simbolismo, no Brasil, tem seu início em 1893 com a publicação de dois livros Missal (prosa) e Broquéis (poesia) ambos de Cruz e Souza. Estende-se até o ano de 1922, data em que se realizou a Semana de Arte Moderna.

O Simbolismo reflete um momento histórico extremamente complexo, que marcaria a transição para o século XX e a definição de um novo mundo, o qual se consolidaria a partir da segunda década deste século; basta lembrar que as últimas manifestações simbolistas e as primeiras produções modernistas são contemporâneas da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa.

O Simbolismo começa por ser a negação do Realismo e suas manifestações. De fato, a nova estética nega o cientificismo, o materialismo, o racionalismo, valorizando em contrapartida, as manifestações metafísicas e espirituais. a realidade objetiva não mais interessa; o homem volta-se para a realidade subjetiva; mas não o eu superficial, sentimentalóide e piegas do Romantismo: os simbolistas vão em busca da essência do ser humano, aquilo que ele tem de mais profundo e é, ao mesmo tempo, comum a todos – a alma. Cria-se assim uma oposição entre o espírito e a matéria, a alma e o corpo; o corpo aprisiona a alma – “Ah! Toda a alma num cárcere anda presa”, afirma Cruz e Souza - e, por isso mesmo, busca-se a sublimação, que só é alcançada pela morte.

João da Cruz e Sousa nasceu em 1861, em Santa Catarina. Filho de escravos, o próprio poeta nasceu na condição de escravo. Sua família foi alforriada no início da Guerra do Paraguai. Sob a proteção de seu antigo dono, estuda no Liceu Provincial Catarinense. Em 1882, juntamente com Virgílio Várzea, dirige, a Tribuna popular, jornal abolicionista. Em consequência de problemas de preconceito racial, vê-se obrigado a abandonar, em 1883, sua terra natal; passa a viver no Rio de Janeiro e sobrevive trabalhando na Estrada de Ferro Central do Brasil.

Em 1893 casa-se com Gavita Rosa Gonçalves, também negra; o casal teve quatro filhos, todos prematuramente falecidos. Gavita enlouquece. Tuberculoso e pobre, Cruz e Souza procura refúgio na cidade mineira de Sítio, onde falece em 1898.

Cruz e Souza é sem dúvida a figura mais importante do nosso simbolismo. Sua obra apresenta uma evolução importante, uma vez que abandona o subjetivismo e a angústia iniciais para posições mais universalizantes. De fato, sua produção inicial, que fala da dor e do sofrimento do homem negro (com evidentes colocações pessoais), evolui para o sofrimento e a angústia do ser humano. Em suas poesias estão sempre presentes a sublimação, a anulação da matéria para a libertação da espiritualidade, só conseguida na sua totalidade pela morte; uma incrível musicalidade, com uso frequente de aliterações; uma obsessão pela cor branca e por tudo aquilo que sugere brancura, alvura.

Principais autores e obras: Alphonsus de Guimarães (1870-1921) – Septenário das dores de Nossa Senhora, Dona Mística, Kyriale, Pauvre Iyre, Pastoral aos crentes do amor e da morte, Escada de Jacó, Pulvis, Câmara ardente, Salmos da noite. Cruz e Sousa (1863-1898) – Broquéis, Missal, Faróis, Evocações, Últimos sonetos.

Fonte: Adaptado pela autora de TERRA & NICOLA (1995) volume 1 páginas 153-167; volume 2 páginas 97- 182.

Além das escolas literárias mencionadas no quadro, temos que mencionar também o Modernismo, bem como as tendências pré e pós modernistas. O modernismo desempenhou um relevante papel na literatura brasileira.

O Modernismo Brasileiro foi complexo e contraditório, com linhas centrais e linhas secundárias, mas iniciou uma era de transformações essenciais. Depois de ter sido considerado excentricidade e afronta ao bom gosto, acabou tornando-se um grande fator de renovação e o ponto de referência da atividade artística e literária. De certo modo, abriu a fase mais fecunda da literatura brasileira, porque já então havia adquirido maturidade suficiente para assimilar com originalidade as sugestões das matrizes culturais, produzindo em larga escala uma literatura própria. (CANDIDO, 1999 p. 69).

Nesse período podemos destacar vários escritores que contribuíram com a literatura brasileira. Podemos citar: Euclides da Cunha (1866-1909), Lima Barreto (1866-1909), Monteiro Lobato (1882-1948), Graça Aranha (1868-1931), Augusto dos Anjos (1884-1914), Oswald de Andrade (1890-1954), Carlos Drummond Andrade (1902-1987), Mário de Andrade (1893-1945), Manuel Bandeira (1886-1968), Vinícius de Moraes (1913-1980), João Cabral de Melo Neto (1920-1999), Clarice Lispector (1920-1977), Guimarães Rosa (1908-1967), entre outros. Alguns desses escritores abordaram vários aspectos geográficos em suas obras literárias, entres os quais podemos citar Euclides da Cunha.

Nos primeiros anos do século XX apareceram algumas obras de gêneros diversos, que marcam uma espécie de ruptura inconformada com as tendências predominantes. É o caso de Os Sertões (1902), de Euclides da Cunha (1866-1909), descrição da luta entre grupos rurais dirigidos por um líder messiânico e as tropas do exército, que transformaram a repressão em guerra de extermínio, encerrada em 1897. O autor esteve como correspondente de um jornal na última fase da luta e sentiu toda a tragédia do choque de culturas. Graças à conjunção de um acontecimento dramático, da fêvida imaginação de um observador privilegiado e da força de um estilo enfático, a opinião pública sentiu que a sociedade brasileira repousava sobre a contradição entre o progresso material das áreas urbanizadas e o atraso que marginalizava as populações isoladas do interior. Faltou a Euclides da Cunha apenas salientar a miséria que acompanha esta situação de abandono, para mostrar que se tratava de algo quase tão grave quanto a escravidão, que tinha sido abolida pouco antes. (CANDIDO, 1999 p. 64).

Nas palavras de Antonio Candido, faltou apenas Euclides da Cunha salientar a miséria, resultante do abandono de populações do interior, mostrando que se tratava de algo quase tão grave quanto a escravidão. É interessante observar que a escritora Carolina Maria de Jesus, faz a analogia entre a situação das pessoas que vivem na pobreza, na miséria, com a situação de pessoas que viveram na escravidão no Brasil. “Atualmente somos escravos do custo de vida”, afirma Carolina por não ter dinheiro para comprar um par de sapatos para filha Vera Eunice, e também por enfrentar situações difíceis, como a falta de alimento e a violência.

Carolina não apenas descreve as situações precárias que grande parte da população brasileira enfrenta, como também critica os políticos, que se lembram dos pobres e miseráveis apenas em anos eleitorais. Porém, por muito tempo essa escritora de extrema importância para literatura brasileira ficou “esquecida”. Um esquecimento proposital, justamente porque não é viável para a burguesia, para elite, enfim para uma sociedade racista e machista, que uma escritora destemida como Carolina venha ter notoriedade.

Aliás, conforme já salientamos no início deste capítulo a literatura brasileira é originalmente racista e machista, podemos dizer que essas terríveis características continuam e lembramos que é elitista também. Um dos escritores e poetas mais significativos do Simbolismo brasileiro, Cruz e Souza, sentiu na própria pele negra os efeitos da sociedade racista tendo até mesmo que abandonar sua terra natal – Santa Catarina – devido o preconceito racial.

É interessante observar conforme veremos no próximo capítulo que a escritora Carolina em seu diário menciona o forte preconceito existente no Sul do Brasil, e ainda hoje vemos por meio da mídia constantemente atitudes racistas sendo praticada nessa região, inclusive trabalho análogo ao escravo. Lamentavelmente não é apenas no Sul do Brasil que o racismo impera, abordamos este exemplo, justamente para mostrar como a literatura da escritora Carolina se encontra vinculada tanto ao passado quanto ao presente (tempo que ela viveu) quanto ao futuro (a atualidade).

Ainda sobre Cruz e Sousa Merquior (1996) ainda nos chama a atenção para o fato desse escritor negro ter sido nomeado promotor em Laguna, porém foi impedido de tomar posse devido a resistência de políticos racistas locais. Merquior também faz alusão ao jornalzinho “O Moleque” no qual Cruz e Sousa fez várias publicações, cujo título por si só desafiava o preconceito de cor.

Figura 7 – Cruz e Sousa



Fonte: Cruz e Sousa Sistema de ensino¹⁵

Precisamos lembrar também que outros escritores foram vítimas de racismo, outro exemplo que podemos mencionar é o escritor Lima Barreto. O racismo afeta sobretudo a vida de pessoas negras, principalmente pretas e quando há uma intersecção entre raça e classe, ou seja, a pessoa é preta e pobre, esse racismo se torna ainda mais acentuado, fazendo com que grandes escritores e escritoras sofram na própria pele os efeitos do racismo, ou até mesmo sejam ignorados ou “esquecidos”.

E por falar em “esquecimento”, não podemos deixar de mencionar aqui a escritora abolicionista Maria Firmina dos Reis (1822-1917), por que essa escritora não é apresentada na literatura brasileira juntamente com outras e outros escritores? Sabemos que é basicamente por dois motivos: gênero e raça. No quadro que apresentamos aqui sobre a literatura brasileira quantas mulheres foram mencionadas? E quantas pessoas negras? Ou seja, mesmo Maria Firmina dos Reis sendo uma importante intelectual para literatura brasileira ela foi “esquecida”. Ao nosso ver Maria Firmina tem uma importância ímpar na literatura brasileira, mas não é esse o pensamento dos atores hegemônicos que ditam as regras sociais e a prevalência de uma cultura colonizadora.

¹⁵ Quem foi Cruz e Sousa. Cruz e Sousa Sistema de Ensino. Disponível em: <https://colegiocruzesousa.com.br/quem-foi-cruz-e-sousa/>. Acesso em: 23. Mar. 2024.

Precisamos ainda deixar claro mais uma vez que ter acesso e estudar a literatura de mulheres como Maria Firmina dos Reis, Carolina Maria de Jesus, ou Lima Barreto, Cruz e Souza, entre outros escritores e escritoras pode ser extremamente relevante para os oprimidos e oprimidas, **mas para os opressores não faz sentido algum**, aliás pode sim apresentar um sentido negativo, uma vez que, **a educação colonial baseada em ideologias do homem branco tem contribuído sobremodo para manutenção da sociedade capitalista**. Desse modo se torna praticamente inviável que escritores e escritoras com sentimentos revolucionários estejam presentes na educação dos oprimidos e oprimidas. Precisamos urgentemente levar essa literatura produzida por pessoas oprimidas para alunos que também vivem sob um regime de opressão. A Geografia anticolonial, bem como outras ciências e disciplinas cuja epistemologia privilegia o ser humano em detrimento do capital, é capaz de fazer isso.

Um outro escritor também desse período, João Cabral de Melo Neto, aborda questões geográficas como a emigração de nordestinos rumo aos centros urbanos da região sudeste em busca de melhores condições de vida, devido às secas que atingem a região nordeste. Essa questão é também abordada nas obras literárias de Carolina Maria de Jesus. Lembrando que conforme veremos no próximo capítulo os processos migratórios da região nordeste estão vinculados mais a questões políticas e socioeconômicas do que com questões climáticas. Um tema muito importante abordado pelo escritor em sua obra “Morte e vida severina” é a questão agrária que ainda não foi resolvida no Brasil. O latifúndio, a concentração fundiária, contribui significativamente para aumentar as contradições e desigualdades sociais, inclusive a fome e a miséria. A escritora Carolina Maria de Jesus também aborda essa questão em suas obras conforme veremos no próximo capítulo.

A questão da fome, das contradições e desigualdades sociais é também abordada pela escritora Conceição Evaristo. Por meio de uma forma muito poética e comovente ela mostra as injustiças que permeiam nossa sociedade. Isso nos mostra que essas escritoras em nada são inferiores aos ditos consagrados escritores da nossa literatura brasileira que a seu modo vem nos apresentando a sociedade brasileira desde o período colonial, Quinhentismo até a contemporaneidade.

4.3 Mulheres, pessoas negras e a literatura brasileira

Já abordamos a condição de exclusão tanto da mulher quanto das pessoas negras na literatura brasileira, entretanto, precisamos salientar que sempre houve resistência por

parte dessas pessoas no sentido de lutar e fazer parte dessa literatura não apenas como agente passivo, mas, sobretudo, como protagonista de sua própria história. Desse modo iremos abordar as pessoas negras e a mulher na literatura brasileira e posteriormente a literatura das pessoas negras e da mulher.

A presença do negro na literatura brasileira não escapa ao tratamento marginalizador que, desde as instâncias fundadoras, marca a etnia no processo de construção da nossa sociedade. Evidenciam-se, na sua trajetória no discurso literário nacional, dois posicionamentos: a condição negra como objeto, numa visão distanciada, e o negro como sujeito, numa atitude compromissada. Tem-se, desse modo, literatura sobre o negro, de um lado, e literatura do negro, de outro. (PROENÇA FILHO, 2004 p. 160).

Conforme já mencionamos a literatura e a sociedade estão intimamente relacionadas. Desse modo como bem sabemos que tanto o machismo quanto o racismo são pilares estruturantes da nossa sociedade, logo temos que a literatura produzida sob a perspectiva colonial e capitalista também possui viés machista e racista. Proença filho (2004) nos mostra que desde os séculos passados já existia o processo de estereotipar e objetificar pessoas negras, Gregório de Matos deixa isso claro em sua crítica a Bahia. “Quem são seus doces objetos?... Pretos. /Tem outros bens mais maciços?... Mestiços. / Quais destes lhe são mais gratos?... Mulatos.

Proença filho (2004) nos chama a atenção para o negro infantilizado serviçal e subalterno, que se encontra, por exemplo, em peças de teatro como: O demônio familiar, de José de Alencar, e O cego, de Joaquim Manuel de Macedo. Ainda segundo esse mesmo autor, esse estereótipo permanece, associado à animalização, na figura da Bertoleza, do romance “O cortiço” (1900), de Aluísio Azevedo.

Bertoleza é que continuava na cepa torta, sempre a mesma crioula suja, sempre atrapalhada de serviço, sem domingo nem dia santo: essa, em nada, em nada absolutamente, participava das novas regalias do amigo: pelo contrário, à medida que ele galgava posição social, a desgraçada fazia-se mais e mais escrava e rasteira. João Romão subia e ela ficava cá embaixo, abandonada como uma cavalgada de que já não precisamos para continuar a viagem¹⁶

Bertoleza, mulher negra trabalhadora e constantemente explorada, representa muitas mulheres negras brasileiras que mesmo após a abolição da escravidão continuaram sendo exploradas, como bem nos mostra a escritora Carolina Maria de Jesus em suas obras. Ou seja, conforme já vimos os sistemas escravocrata e capitalista têm vários pontos convergentes entre os quais a exploração, nesse caso naturalizada pelo racismo e também pela cultura machista operante na sociedade.

¹⁶ Aluísio Azevedo. O cortiço, 6. ed., São Paulo, Ática, 1974, p. 104.

Não podemos nos esquecer também de mencionar aqui a literatura de Monteiro Lobato, sempre muito carregada de racismo, sempre inferiorizando as pessoas negras, fisicamente por meio dos traços fenotípicos e/ou intelectualmente por meio da cultura. A cultura e os saberes dos não brancos são sempre inferiores. Toda essa inferiorização está vinculada a um projeto de dominação europeia. Insta salientar que ainda hoje a literatura de Monteiro Lobato mesmo sendo extremamente pautada em ideologias coloniais e sobretudo de teor racista, possui vários adeptos e defensores.

Lamentavelmente essa cultura ainda perdura justamente porque conforme já afirmado por vários intelectuais, o racismo no Brasil é algo que deu certo, funciona muito bem na sociedade capitalista. Silvio Almeida (2021, p. 52-53) nos mostra que:

“O racismo é um processo Político porque, como processo sistêmico de discriminação que influencia a organização da sociedade, depende de poder político; caso contrário seria inviável a discriminação sistemática de grupos inteiros.”

Além da coisificação ou objetificação das pessoas negras que na maioria das vezes são vistas por escritores como simples mercadorias, mão-de-obra, força de trabalho, Proença Filho (2004) nos lembra da visão estereotipada de vários escritores que apresentam as pessoas negras como objeto sexual, principalmente as mulheres negras são vistas como hiper sexualizadas, lascivas...

O negro ou o mestiço de negro erotizado, sensualíssimo, objeto sexual, é uma presença que vem desde a Rita Baiana, do citado O cortiço, e mesmo do mulato Firmo, do mesmo romance, passa pelos poemas de Jorge de Lima, como “Nega Fulô”, suaviza-se nos Poemas da negra (1929), de Mário de Andrade e ganha especial destaque na configuração das mulatas de Jorge Amado. A propósito, a ficção do excepcional romancista baiano contribui fortemente para a visão simpática e valorizadora de inúmeros traços da presença das manifestações ligadas ao negro na cultura brasileira, embora não consiga escapar das armadilhas do estereótipo. Basta recordar o caso do ingênuo e simples Jubiabá, do romance do mesmo nome, lançado em 1955, e da infantilizada e instintiva Gabriela, de Gabriela, cravo e canela (1958), para só citar dois exemplos. A seu favor, o fato de que, na esteira da tradição do romance realista do século passado no país, a maioria de suas estórias inserem-se no espaço da literatura-espelho e, no caso, refletem muito do comportamento brasileiro em relação às mulheres que privilegia. (PROENÇA FILHO, 2004 p. 165).

Lélia Gonzalez nos chama a atenção para o fato de que nem sempre quando se diz “mulher” está se referindo a todas as mulheres, ou seja, **apesar da mulher branca também ser vítima da sociedade machista, ela ainda é privilegiada em relação a mulher negra devido a sua raça. Aliás, de acordo com essa escritora, na visão racista homens, mulheres e até mesmo crianças negras, são vistos como inferiores, perigosos, preguiçosos, entre outros adjetivos negativos.**

A primeira coisa que a gente percebe nesse papo de racismo é que todo mundo acha natural. Que o negro tem mais é que viver na miséria. Por quê? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, criancice etc. E tal. Daí é natural que seja perseguido pela polícia, pois não gosta de trabalho sabe? Se não trabalha é malandro, se é malandro é ladrão. Logo, tem que ser preso, naturalmente. Menor só pode ser pivete ou trombadinha, pois filho de peixe, peixinho é. Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto têm mais é que ser favelados. (GONZALEZ, 2020 p. 78).

Lélia Gonzalez descreve com muita precisão o pensamento colonial, dominador e racista que lamentavelmente é parte estruturante da nossa sociedade. Desse modo, devido a relação existente entre a literatura e a sociedade, essa visão racista acaba refletindo também na literatura brasileira. Proença filho (2004) sintetizando a forma a qual as pessoas negras são apresentadas na literatura brasileira, afirma que:

O personagem negro ou mestiço de negros caracterizado como tal ganha presença ora como elemento perturbador do equilíbrio familiar ou social, ora como negro heróico, ora como negro humanizado, amante, força de trabalho produtivo, vítima sofrida de sua ascendência, elemento tranqüilamente integrador da gente brasileira, em termos de manifestações. Zumbi e a saga quilombola não habitam destaques nesse espaço. (PROENÇA FILHO, 2004, p. 173-174).

Todavia, conforme já mencionamos, se por um lado as pessoas negras são apresentadas de modo estereotipado e pejorativo na literatura, por outro lado há também uma literatura produzida por pessoas negras, por pessoas oprimidas, que visam sobretudo denunciarem sua condição de subalternidade, opressão e exploração. Essa literatura é nomeada das seguintes formas: literatura afro-brasileira ou literatura negra. Muitas pessoas consideram que deveria ter apenas uma literatura: a brasileira, e não literatura afro-brasileira ou negra, pois seria uma forma de exclusão.

Para muitos teóricos e escritores do Brasil, das Antilhas, do Caribe e dos Estados Unidos, a utilização do prefixo “afro” não consegue evitar os mesmos problemas já verificados no uso da expressão “literatura negra”. Segundo eles, tanto o termo “negro(a)” como a expressão “afro-brasileiro(a)” são utilizados para caracterizar uma particularidade artística e literária ou mesmo uma cultura em especial. Com base nesse raciocínio, ambos os termos são vistos como excludentes, porque particularizam questões que deveriam ser discutidas levando-se em consideração a cultura do povo de um modo geral e não apenas as suas particularidades. No caso do Brasil, por exemplo, se deveria levar em conta a cultura brasileira e não apenas a cultura negra. Numa opinião contrária, outros teóricos reconhecem que a particularização é necessária, pois quando se adota o uso de termos abrangentes, os complexos conflitos de uma dada cultura ficam aparentemente nivelados e acabam sendo minimizados. Nessa lógica, o uso da expressão “literatura brasileira” para designar todas as formas literárias produzidas no Brasil não conseguiria responder à questão: por que grande parte dos escritores negros ou afrodescendentes não é conhecida dos leitores e os seus textos não fazem parte da rotina escolar? (FONSECA, 2006, p. 12).

Podemos dizer que essa questão é análoga a questão do movimento feminista o qual já abordamos nesse trabalho, ou seja, como o movimento em sua totalidade não atendia aos anseios e as reivindicações das mulheres negras, foi necessário a criação de um movimento feminista negro. Cremos que na literatura a situação é semelhante, temos uma literatura brasileira, porém essa literatura historicamente vem excluindo as pessoas negras oprimidas, além de conter em sua essência princípios fundamentados na cultura colonial. Logo entendemos a importância de uma literatura negra fundamentada na cultura dos oprimidos.

Vale ressaltar também que as nomenclaturas “literatura afro-brasileira e literatura negra” tem suscitado polêmica, até mesmo entre escritores e escritoras negras,

Para eles, essas expressões particularizadoras acabam por rotular e aprisionar a sua produção literária. Outros, ao contrário, consideram que essas expressões permitem destacar sentidos ocultados pela generalização do termo “literatura”. E tais sentidos dizem respeito aos valores de um segmento social que luta contra a exclusão imposta pela sociedade. (FONSECA, 2006 p. 13).

A nosso ver o temor de escritores e escritoras em utilizar principalmente a expressão “literatura negra” pode estar relacionado também a cultura racista que nos foi imposta, onde “negro”, “preto”, são sinônimos de algo ruim, ordinário, inferior, sujo... conforme nos ensina Frantz Fanon em “Pele negra, máscaras brancas”, porém, precisamos entender que é necessário desconstruirmos essa cultura colonizadora, desse modo nada mais justo “nos despirmos das máscaras brancas”. Assumimos esse posicionamento justamente porque **cremos que nossa literatura, nossas escrituras são contaminadas pela nossa condição de pessoas negras**, conforme dito pela escritora Conceição Evaristo.

Podemos dizer que vários escritores optaram por utilizar a expressão “literatura negra” mesmo com a popularização da expressão “Literatura afro-brasileira”.

Se observarmos alguns títulos de antologias publicadas a partir da década de 80, no Brasil, vamos perceber como isso acontece: Cadernos Negros, coletânea publicada, a partir de 1978, pelo Movimento Quilombo hoje de São Paulo; Antologia contemporânea da poesia negra brasileira (1982), organizada pelo poeta Paulo Colina; Poesia negra brasileira (1992), organizada por Zilá Bernd. Em todas as coleções – que reúnem, em sua maioria, poemas – a questão negra aflora. Essas antologias constituem um material de pesquisa muito importante, pois apresentam textos literários que circulam pouco nos meios acadêmicos e nos programas de literatura das escolas de ensino fundamental e médio. Elas também são relevantes porque discutem questões que dizem respeito à exclusão vivida por grande parte da população brasileira. (FONSECA, 2006 p. 14).

Ainda sobre os Cadernos Negros, bem como a utilização da expressão “literatura negra” Fonseca (2006) nos explica que:

Na proposta inicial dos Cadernos Negros é defendido o uso da expressão literatura negra para nomear uma expressão literária que se fortalecia com as lutas por liberdade no continente africano, na década de 70. O processo de independência que propiciou, nessa década, o nascimento das nações africanas de língua portuguesa, foi a motivação maior do surgimento dos Cadernos Negros, que procurava trabalhar a relação entre literatura e as motivações sócio-políticas. Os primeiros textos da coletânea buscavam, como afirma Miriam Alves (2002)¹, desconstruir uma tradição literária que exclui a produção literária marcadamente política. Os Cadernos Negros, na contramão da literatura legitimada, assumiam a rebeldia de segmentos da população negra em sua luta contra a chamada democracia racial. Propunham, como, “negar a negação de toda uma vivência-existência da população negra” (2002, p. 225). Considere-se que, a partir de um certo momento, talvez a partir do número 18, os Cadernos Negros assumiram os subtítulos: poemas afro-brasileiros e contos afro-brasileiros. Esse acréscimo dá ao título uma significação mais ampla, atenuando a questão étnica que estava muito transparente nos números iniciais da coleção e ainda está presente na produção de vários escritores que publicam em números mais recentes. (FONSECA 2006, p. 15-16).

Vale ressaltar que muitos dos contos da escritora Conceição Evaristo foram publicados inicialmente em Cadernos Negros. Desse modo cremos que para além de nomenclaturas precisamos compreender que existiram e existem importantes intelectuais negros e negras que produziram e produzem uma literatura revolucionária de excelente qualidade. **Essa literatura desempenha vários papéis na sociedade, entre os quais os de denúncia da situação de pessoas oprimidas, e de esperança e encorajamento para a luta anticolonial – contra todas as formas de opressão.**

Sobre “literatura negra” temos que: “A literatura do negro surge com as obras de alguns pioneiros, como o irônico Luís Gama (1830-1882), filho de africana com fidalgo baiano e o primeiro a falar em versos do amor por uma negra”. (PROENÇA FILHO, 2004 p. 174). Outro exemplo também citado por esse autor é Lima Barreto:

[...] Lima Barreto (1881-1922), o excepcional ficcionista em cuja obra, vinculada à realidade social urbana e suburbana do Rio de Janeiro, se destaca, a propósito, o romance Clara dos Anjos, escrito em 1922 (1948, ed. póstuma), a história de uma mulata, filha de um carreteiro de subúrbio, iludida, traída e sofrida por causa de sua cor. Um texto denunciador do preconceito, portanto, em que a fala final da personagem, impotente diante da injustiça, impacta pelo tom desesperançado: “– Nós não somos nada nesta vida”. A dilaceração também se revela com realismo carregado de vivência pessoal nas Recordações de Isaías Caminha. (PROENÇA FILHO, 2004 p. 175).

Temos também vários outros escritores negros que se destacaram na literatura brasileira devido ao seu talento entre os quais podemos citar: Abdias do Nascimento (1914-2011), Solano Trindade (1908-1974), Luís Gama (1830-1882), Luiza Bairros (1953-2016), Sueli Carneiro (1950-), Geni Guimarães (1947-).

Proença Filho (2004) nos apresenta o poema “Integridade” da escritora Geni Guimarães onde ela revela seu orgulho de pertencer sua etnia mostrando também resistência ao preconceito racial e a luta contra o racismo.

Ser negra.
Na integridade
calma e morna dos dias.

Ser negra,
De negras mãos,
De negras mamas,
de negra alma.

Ser negra, negra.
Puro Afro sangue negro,
Saindo aos jorros por todos os poros
O grande inimigo é identificado por Éle Semog:

Juntaremos tantos grilhões
Quanto for possível
E mais quatrocentas misérias
Então trocaremos tudo por flores
Para enfeitar o enterro
Dessa coisa estranha: racismo.

Proença Filho (2004) ainda nos apresenta um fragmento do poema “Viu” de Geni Guimarães no qual a escritora não apenas questiona mas também cobra do colonizador a dívida histórica devida às pessoas negras, resultante do processo de escravização, e que de uma outra forma (racista, capitalista) ainda se encontra latente em nossos dias.

[...] Só porque você
não me bate de chicote,
não me fura de faca,
não me espeta o ventre...
não quer dizer que você não me deve nada:
você me deve a chave da senzala,
que está escondida nas gavetas dos balcões.

Muito pertinente esse fragmento, uma vez que, nos mostra com muita precisão a dura realidade das pessoas negras brasileiras devido ao racismo que nega direitos (saúde, alimentação, educação, moradia adequada...) e gera violência física e emocional conforme veremos no próximo capítulo¹⁷.

Prosseguindo, vamos abordar agora a mulher na literatura brasileira, ou seja, como ela é representada. Já abordamos aqui como a mulher negra aparece nos textos literários brasileiros. Mas e a mulher branca? Apesar da intensa submissão delegada às mulheres devido a cultura machista presente em nossa sociedade, podemos dizer que as mulheres brancas são representadas de forma diferente da mulher negra, conforme podemos observar neste soneto de Gregório de Matos.

¹⁷ Para um melhor conhecimento a respeito de escritores e escritoras negra, bem como de outras pessoas negras que se destacaram na luta antirracista e outras formas de opressão, sugerimos a leitura da “Enciclopédia negra” dos autores: Flávio dos Santos Gomes, Jaime Lauriano, Lilian Moritz Schwarcz, (Companhia das Letras).

À MESMA DONA ÂNGELA

Anjo no nome, Angélica na cara!
Isso é ser flor, e Anjo juntamente:
Ser Angélica flor, e Anjo florente,
Em quem, senão em vós, se uniformara:

Quem vira uma tal flor, que a não cortara,
De verde pé, da rama fluorescente;
E quem um Anjo vira tão luzente,
Que por seu Deus o não idolatrara?

Se pois como Anjo sois dos meus altares,
Fôreis o meu Custódio, e a minha guarda,
Livrra eu de diabólicos azares.

Mas vejo, que por bela, e por galharda,
Posto que os Anjos nunca dão pesares,
Sois Anjo, que me tenta, e não me guarda.

Vimos aqui uma mulher que apesar de ser desejada é apresentada como um ser puro angelical. Lembrando mais uma vez do que nos diz Fanon (2008) - os anjos são brancos – ou seja, as mulheres brancas sempre tiveram tratamento diferenciado na sociedade justamente por pertencerem a raça branca dominante. Todavia, isto não significa que elas não enfrentaram dificuldades, visto que, o machismo, outra forma de opressão atinge as mulheres independentemente de raça ou mesmo classe social.

Embora os textos de fundação do discurso da nacionalidade brasileira sempre sejam obrigados a apresentar uma mulher como parte da “família originária”, ela aparecerá majoritariamente em posição de subalternidade e propensa a sacrificar seus desejos e interesse em benefícios de pai, irmãos, marido e/ou filhos. E assim, podemos estabelecer links entre a função das mulheres, morrer pelos homens da família, e a função dos homens, morrer pela Pátria. Como sabemos, os discursos de constituição das nações articulam sentidos, criam narrativas que disseminam os sistemas simbólicos imprescindíveis para impulsionar os indivíduos à morte e ao sacrifício. A pureza, qualidade pregada pela religião, passa a ser qualidade impingida à mulher que será, na família, a responsável pelo ensino dos valores de honra e amor incondicional pela nação, no período posterior à independência, como “participantes centrais que são na reprodução ideológica da coletividade e como transmissoras de suas culturas”. As heroínas românticas, exemplos de pureza e honestidade e capacidade de amar, são, na maioria dos textos, descritas a partir de traços fenotípicos “brancos”. (SOUZA, 2008 p. 108-109).

A idealização da mulher branca como um ser perfeito não a impede de ser submetida à dominação masculina. Como bem nos lembra Hintze (2020) – um cavalheirismo que coisifica – ou um elogio que invade. A mulher dominada passa carregar consigo o julgo da opressão. Um exemplo dessa opressão pode ser observado na literatura escrita por mulheres. Apesar do machismo ter impedido que o nome de escritoras aparecessem entre os clássicos da literatura, podemos dizer que são várias

mulheres brasileiras, ou não, que mesmo utilizando um pseudônimo, não deixaram de escrever e publicar seus textos.

Um exemplo da utilização de pseudônimo por mulheres escritoras pode ser visto em Joanne Rowling (1965) autora de Harry Potter que tivera que usar o pseudônimo – J . K. Rowling – “[...] ela adotou o “K” em homenagem à avó, Kathleen, acatando a sugestão de um editor de não usar seu nome verdadeiro na assinatura dos livros. Isso porque ele não acreditava que meninos queriam ler livros sobre um bruxinho escrito por uma mulher.”¹⁸ cremos que esse pensamento machista não se limita ao editor, ou seja, está vinculado a toda uma cultura machista de tendência estrutural.

São várias as escritoras que não temeram as imposições da sociedade e divulgaram seus textos entre as quais podemos citar: Rachel de Queiroz (1910-2003), primeira mulher a entrar para Academia Brasileira de Letras, em 1994. Entre suas várias obras está “O quinze” uma obra de fundo social, que retrata a dramática realidade que os retirantes nordestinos estavam submetidos durante a seca que assolou o Nordeste em 1915.

Outra escritora também de grande relevância é Clarice Lispector (1920-1977), contemporânea da escritora Carolina Maria de Jesus. Apesar de serem contemporâneas, Carolina teve sua literatura “esquecida” por algum tempo, uma vez que, Carolina foi vítima não apenas da cultura machista, mas também, do racismo e do elitismo latente na sociedade capitalista.

CLARICE LISPECTOR (1920-1977) – Escritora e jornalista brasileira. Entre suas obras estão: A hora da estrela (1977), Água viva (1973), Felicidade clandestina (1971), Laços de família (1960), Um sopro de vida (1970)... Em matéria a revista Cult, Schmidt (2024) declara que:

Talvez nenhuma outra escritora brasileira, ao longo de sua obra, tenha sido capaz de captar e sustentar com perspicácia e constância a problemática de personagens femininas, circunscritas por injunções de uma estrutura patriarcal que contamina o espaço familiar. Suas trajetórias oscilam em movimentos de resistência, de submissão e transgressão, num aprendizado doloroso de autoconsciência e de percepção do mundo à sua volta. Isso não significa dizer que Clarice reduzia a literatura ao compromisso verossímil de um realismo

¹⁸ MARASCIULO, Marília. J. K. Rowling: 6 fatos que você tem que saber sobre a autora de Harry Potter. Revista digital Galileu (2018). Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Cultura/noticia/2018/07/jk-rowling-6-fatos-que-voce-tem-que-saber-sobre-autora-de-harry-potter.html>. Acesso em: 25. Mar. 2024.

ingênuo, mas sim, que seu viés feminista estava presente na construção das experiências vividas por suas personagens e produzida, de forma subjacente, uma crítica social pertinente a seu tempo e lugar. (SCHMIDT, 2024 p. 13).

Imagem 6 – Clarice Lispector



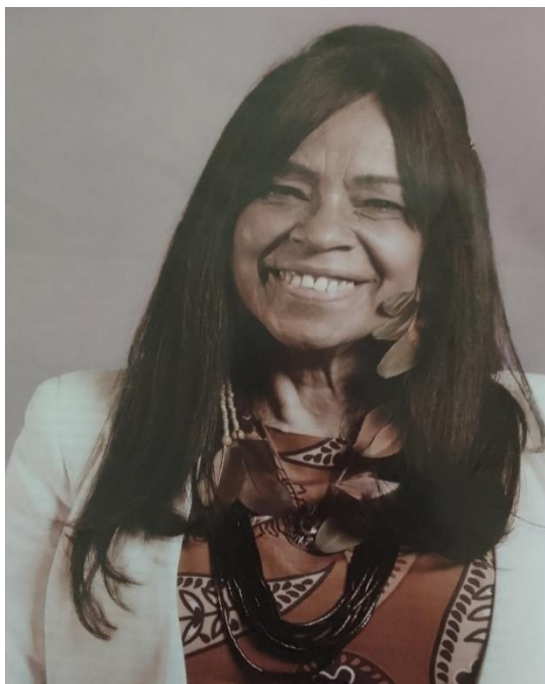
Fonte: Revista Cult (2024)

Entendemos a preocupação de Clarice com o universo feminino, preocupação em abordar as aflições das mulheres em uma sociedade machista e patriarcal. Apesar de nunca ter mencionado o termo “feminista”, conforme nos explica Schmidt (2024), suas obras são declinadas no feminino sob um viés feminista, não apenas pelo protagonismo de suas personagens mulheres, mas sobretudo, pela forma de intervenção no sistema de representação da cultura patriarcal. Escritoras como Clarice Lispector nos mostra a importância de vozes femininas para o encaminhamento de uma luta antimachista. Mesmo porque, cremos que as barreiras culturais que impediram várias escritoras de compartilhar suas ideias, nada mais, são que estratégias de dominação e opressão, com intuito de manter uma sociedade que garante privilégios em certa medida à população masculina.

É preciso nos lembrarmos também que enquanto escritoras brancas como Clarice Lispector lutam contra a cultura machista presente em nossa sociedade. Há outras mulheres que além desta luta enfrentam outras lutas também, como a racial imposta pelo homem branco colonizador explorador.

Tanto na História, na Geografia ou na literatura temos lido ou ouvido a história dos povos originários brasileiros. Todavia, na maioria das vezes as narrativas partem do opressor, ou são contaminadas pelas ideologias destes. As narrativas são também marcadas por um viés masculino, uma vez que geralmente a mulher assume um lugar de passividade. Desse modo várias mulheres decidiram por denunciarem as injustiças sofridas por meio da literatura. **ELIANE POTIGUARA** (1950) – poeta, pensadora indígena e feminista, sobrevivente da luta política pela afirmação das mulheres indígenas e da vida dos povos originários, - é uma dessas mulheres, a qual uma de suas estratégias de luta consiste na escrita literária.

Imagem 7 – Eliane Potiguara



Fonte: Revista Cult (2024)

Pucheu (2024) nos mostra que o estímulo à fala das mulheres indígenas é ao mesmo tempo forma de denúncia relacionada às violências sofridas e também de resistência, conforme explícito no poema “A denúncia” de Eliana Potiguara.

Ó mulher, vem cá
Que fizeram do teu falar
Ó mulher, conta aí...

Conta aí da tua trouxa
Fala das barras sujas
Dos teus calos na mão
O que te faz viver, mulher?
Bota aí teu armamento.
Diz aí o que te faz calar...
Ah! Mulher enganada
Quem dirias que tu sabias falar?!

No próximo capítulo ao abordarmos a literatura de Conceição Evaristo, vamos perceber que as mulheres negras também foram silenciadas, devido a opressão racista ou machista, **ambas resultantes de um projeto colonizador**. Entretanto, **as duas escritoras incentivam por meio de suas literaturas, as mulheres se libertarem dessas opressões, denunciando, contando suas histórias de lutas e aflições**. As duas escritoras também nos levam a termos esperança de mudanças, ou seja, outra realidade é possível: “Quem dirias que tu sabias falar?!”

A Geografia que temos aprendido nas instituições de ensino não nos ensina sobre o poder de fala que temos, aliás, devido seu caráter colonial a Geografia ensinada só tem espaço para o colonizador que vai ano após ano reproduzindo a mesma realidade opressora. Pucheu (2024) ainda nos traz um outro poema “O segredo das mulheres” de Eliane Potiguara o qual ela dedica a sua amada tia Severina, índia Potyguara, grande anciã guerreira que muito a incentivou e a amou com a força da mulher indígena.

No passado, nossas avós falavam forte
Elas também lutavam
Aí chegou o homem branco mau
Matador de índio
E fez nossa avó calar
E nosso pai e nosso avô a abaixarem a cabeça
Um dia eles entenderam
Que deviam se unir e ficar fortes
E a partir daí eles lutaram
Para defender sua terra e cultura.
Durantes séculos
As avós e as mães esconderam na barriga
As histórias as músicas e as crianças,
As tradições da casa,
O sentimento da terra onde nasceram,
As histórias dos velhos
Que se reuniram para fumar cachimbo.
Foi o maior segredo das avós e das mães
Os homens, ao saberem do segredo ficaram mais fortes
Ficaram mais fortes para o amor, lutaram
E protegeram as mulheres.
Por isso homens e mulheres juntos
São fortes
E fazem fortes os seus filhos
Para defenderem o segredo das mulheres
Pra que nunca mais aquele homem branco
Mate a história do índio.

Carolina Maria de Jesus também menciona em suas obras, sobretudo na obra “Diário de Bitita” essa subordinação ao colonizador, homens mulheres e crianças, todos se tornam submissos com o processo de escravização e mesmo após a abolição da mesma. Mães e pais negros eram obrigados a abaixarem a cabeça mediante a desmedida violência praticada contra seus filhos e filhas. Apesar de sabermos que a colonização do índio e do negro se diferencia em alguns aspectos, o certo é que em si tratando de violência há muitos pontos convergentes no processo de colonização de ambos.

Mas, o que mais nos chama a atenção nesse poema é a vontade de lutar e de vencer, não uma luta isolada, individual, como prega o capitalismo, mas uma luta coletiva envolvendo homens mulheres e crianças. cremos que esse seja o caminho certo para a Revolução anticolonial.

Ainda sobre Eliane Potiguara achamos pertinente abordamos algumas declarações a seu respeito apresentadas por Pucheu (2024).

Eliane Potiguara afirma que “quase foi morta”, “sofreu humilhações públicas, ameaças de morte, extorsões, inclusive difamação em vários jornais”, “abuso sexual, prejudicando sua imagem moral, afetando seu trabalho, seu estado psicológico e de seus filhos, e prejudicando sua organização” Vulneravelmente exposta, no limite da morte, a feminista é uma sobrevivente em luta pela afirmação das indígenas e da vida dos povos originários. (PUCHEU, 2024 p. 17).

Fizemos questão de abordar aqui este fragmento relacionado a vida de Eliane Potiguara justamente com o intuito de evidenciar a luta desta e também de outras mulheres indígenas. Mulheres que lutam constantemente contra a opressão. Segundo Pucheu (2024), Eliane Potiguara foi a primeira mulher indígena a publicar um livro, em seu volume da coleção Tembeté. Para escritora a literatura indígena na verdade nunca existiu. Ela não existe, sendo apenas uma estratégia de luta, um instrumento de libertação, de conscientização. A escritora considera que foi preciso partir para literatura porque não tinha outros espaços. Os espaços indígenas estavam sendo ocupados por outras pessoas que modificavam suas lendas, alterando o conteúdo do texto, o final da história. Escritores não indígenas, que pegavam um mito e alteravam para um texto escrito. Para escritora Potiguara aquilo que é feito por indígena, não pode ser mudado, alguém tem que defender esse território também.

É provocante quando a escritora Eliane Potiguara se refere a literatura como uma estratégia de luta, um instrumento de libertação e conscientização. Isso porque conforme temos falado e ainda falaremos nesse trabalho, acreditamos que a literatura comprometida

com a não opressão, possa ser uma excelente estratégia na luta rumo à Revolução anticolonial.

Ainda sobre a literatura escrita por mulheres vamos abordar aqui uma magnífica intelectual, escritora negra que lamentavelmente apenas teve “reconhecimento” após sua morte. Estamos nos referindo à: **STELLA DO PATROCÍNIO** (1941-1992). Segundo Pompermaier (2024), Stella era filha de Manoel do Patrocínio e Zilda Xavier do Patrocínio, nasceu a 9 de janeiro de 1941. Gostava de leite condensado, Coca-Cola e salgado, biscoito de chocolate, cigarros, caixas de fósforos, óculos de sol, blusas azuis. Tinha instrução secundária e trabalhava de empregada doméstica na Urca, na mesma casa em que sua mãe enlouqueceu.

Mulher negra, pobre e esquizofrênica, foi internada em 1962 no Centro Pedro II. Quatro anos depois foi transferida para colônia Juliano Moreira, onde viveu até sua morte em 1992. Dos 30 anos em que passou em hospitais psiquiátricos, o único registro de suas falas transformado em poesias está no livro: “Reino dos bichos e dos animais é meu nome” (azougue, 2021). A história de Stella nos lembra a história do escritor negro Lima Barreto que também foi internado em centro psiquiátrico.

De acordo com Pompermaier (2024), Stella consciente de suas palavras produzia um falatório marcado por reflexões existenciais. Esse “falatório” foi descoberto pela artista plástica Gutmacher , e sua estagiária também artista plástica Carla Guagliardi, entre 1986 e 1988, na ala feminina do núcleo Teixeira Brandão, onde usaram a arte como forma de desenvolver a capacidade de expressão das pacientes. Diferente das outras pacientes, Stella não gostava de desenhar. Rabiscava alguns traços e queria sempre ficar conversando e exteriorizando suas ideias.

Imagem 8 – Stella do Patrocínio



Fonte: Revista Cult (2024)

No poema de Stella apresentado por Pompermaier (2024), é possível observar a profundidade e a grandeza de suas ideias.

Eu era gases puro, ar, espaço vazio, tempo
Eu era ar, espaço vazio, tempo
E gases puro, assim, ó, espaço vazio, ó
Eu não tinha formação
Não tinha formatura
Não tinha onde fazer cabeça

Fazer braço, fazer corpo
Fazer orelha, fazer nariz
Fazer céu da boca, fazer falatório
Fazer músculo, fazer dente

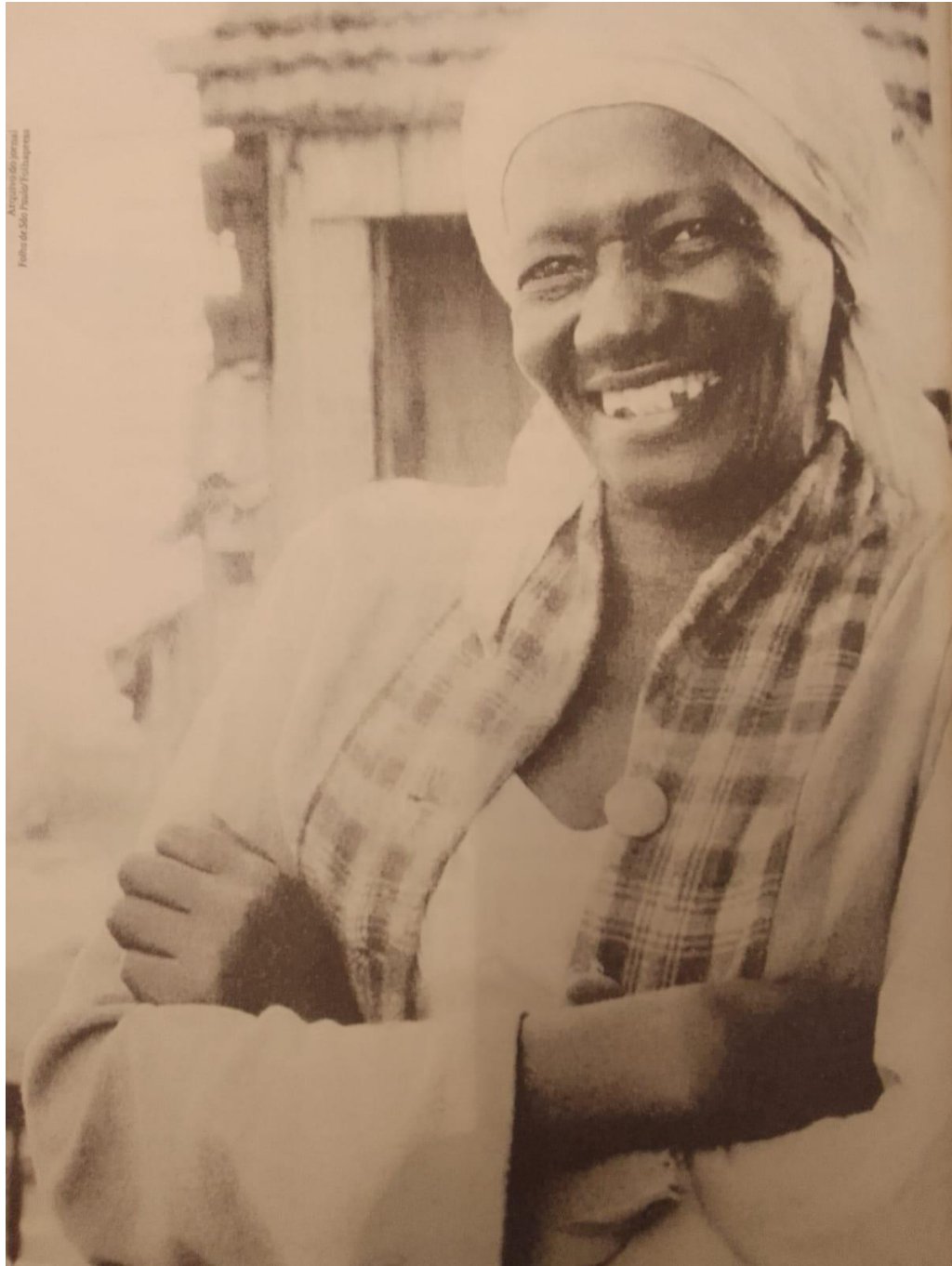
Eu não tinha onde fazer nada dessas coisas
Fazer cabeça, pensa em alguma coisa
Ser útil, inteligente, ser raciocínio
Não tinha onde tirar nada disso
Eu era espaço vazio puro

É dito: pelo chão você não pode ficar
Porque lugar de cabeça é na cabeça
Lugar de corpo é no corpo
Pelas paredes você também não pode
Pelas camas também você não pode ficar
Pelo espaço vazio você também não
vai poder ficar
porque lugar de cabeça é na cabeça
Lugar de corpo é no corpo.

Sabemos que esse poema é extremamente rico em significados, mas, iremos aqui refletir sobre apenas um deles, a respeito do espaço das pessoas negras, das mulheres, dos oprimidos e oprimidas na sociedade capitalista. Conforme já temos visto e ainda veremos no próximo capítulo, o espaço dos oprimidos é imposto pelos opressores que controlam e dominam a organização do espaço socialmente construído.

Todavia cremos também que esse arranjo pode ser mudado, alterações na forma de organização podem ser estabelecidas, e nessa mudança revolucionária, a literatura pode e deve ser usada. Não a literatura dominadora e opressora como insistimos em dizer, mas, uma literatura coletiva e libertadora, composta pela tríade Luso-Bundo-Guarani, por mulheres como Clarice Lispector, Eliane Potiguara e Stella do Patrocínio, que assim como as escritoras Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo, as quais abordaremos a seguir no próximo capítulo, não hesitaram em denunciar a opressão e clamar por justiça social.

5. ANÁLISES LITERÁRIAS E REFLEXÕES GEOGRÁFICAS NAS LUTAS ANTIRRACISTA E ANTIMACHISTA



Falavam que eu tenho sorte. Eu disse-lhes que eu tenho audácia – Carolina Maria de Jesus



De acordo com a nossa realidade, sabemos que as mulheres Catadoras de materiais recicláveis são a maioria no total de trabalhadores, aproximadamente entre 70 a 80%. Na Central de Cooperativas que presido, a CENTCOOP DF, esse dado se materializa 72% de 1000 guerreiras. E para enriquecer mais ainda essa representatividade inclusiva e cooperativista, a maioria são negras e arrimo de família.

Aline Sousa Reprodução Instagram: alinesousaoficial_ 19 dez 2023

Abrimos este capítulo trazendo as imagens de Carolina Maria de Jesus e de Aline Sousa, catadora de materiais recicláveis, juntamente com sua mensagem nos informando sobre o trabalho relacionado à reciclagem. A partir das informações contidas na imagem e na mensagem escrita fica evidente a relação existente entre o espaço socialmente construído e a literatura. A luta de Carolina Maria de Jesus, mulher negra, mãe solo e catadora de material reciclável, descrita na obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada” publicada em 1960 ainda se faz presente no cotidiano das mulheres negras e periféricas. Há muitas mulheres negras exercendo trabalhos imprescindíveis à sociedade, mas todavia, são desvalorizados e por isso mal remunerados. Mesmo com alguns avanços (com a constituição de cooperativas) a luta continua...

A literatura revela a condição e a luta das mulheres e das pessoas negras, a Geografia por sua vez, nos leva a entender com mais precisão que a condição dessas pessoas estão vinculadas a raça, gênero e classe e requer, portanto, mais que um olhar sob uma perspectiva individual, visto que, essa condição teve uma origem estrutural fomentada por atores hegemônicos que querem manter em funcionamento um sistema excludente e opressor, que se utilizam culturalmente do racismo e do machismo para naturalizar a condição dessas pessoas, bem como suas aflições e ,sobretudo, deslegitimar suas lutas.

A luta da literatura da Carolina de Jesus é uma luta para deslegitimar o discurso legitimador da desigualdade; assim, a literatura feita por mulheres negras precisa impactar diretamente a compreensão científica da Geografia, com isso a deslegitimação da desigualdade por meio da literatura e da Geografia elenca o racional e o emocional como totalidade do pensamento.

A Geografia enquanto uma ciência racional fundamentada em princípios e ideologias coloniais, não se atenta aos sofrimentos e aflições dos oprimidos e excluídos, legitimando o genocídio, a morte, as desigualdades sociais etc. A literatura dos e das oprimidas como a de Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo faz um contraponto a essa Geografia racional apresentando o sofrimento e a violência como categoria. A literatura deslegitima a violência nos mostrando que a mesma não é normal e nem natural, nos despertando assim para a luta anticolonial, a qual é contra toda forma de opressão e todo tipo de violência, entre as quais o racismo e o machismo abordados nesse trabalho.

Conforme já vimos nos capítulos anteriores tanto o racismo quanto o machismo são manchas indeléveis que afetam negativamente nossa sociedade, negando direitos e suscitando violência. Doravante, neste capítulo continuamos abordando questões relacionadas ao racismo e ao machismo, porém, com ênfase na literatura de Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo. Antes porém, de iniciarmos a abordagem da análise literária, fizemos uma breve apresentação das escritoras Carolina e Conceição.

Carolina Maria de Jesus – Sobre a autora¹⁹

No dia 14 de março de 1914, na cidade de Sacramento, em Minas Gerais, Carolina Maria de Jesus veio ao mundo, filha de Maria Carolina de Jesus e de João Cândido Veloso. Despontou num tempo repleto de incertezas e desconhecimentos: em alguns de seus escritos autobiográficos, revela dúvidas quanto à exatidão do ano do seu

¹⁹ Informações contidas na obra “Casa de alvenaria” Volume 1: Osasco, da escritora Carolina Maria de Jesus.

nascimento e diz nunca ter conhecido o pai. Apelidada de “Bitita”, era frequentemente apontada pelos familiares como uma criança inteligente e questionadora.

Vivendo no campo, pertenceu a uma numerosa família de mulheres e homens negros, com quem partilhava um terreno comprado pelo avô materno, Benedito José da Silva. Sob as sombras da escravização recém-abolida, as condições de existência eram precárias, e a maior parte de seus parentes não recebera instrução escolar. Descrito por Carolina como o Sócrates africano”, seu avô era um homem sábio e respeitado no vilarejo, um dos principais responsáveis por despertar nela a vontade de aprender a ler e a escrever.

No ano de 1921, ingressou no Colégio Espírita Allan Kardec, onde estudou por apenas dois anos. Sua formação escolar foi interrompida quando precisou mudar-se com a família para uma fazenda em Uberaba, no mesmo estado – essa seria a primeira das muitas migrações realizadas em busca de melhores condições de existência. Entre os anos de 1923 e 1937, trabalhou como lavradora, cozinheira e empregada doméstica nos arredores de Minas Gerais e São Paulo.

Depois da morte da mãe, foi tentar a vida em São Paulo em 1937, atraída pelo contexto econômico promissor da metrópole. Aos 23 anos, sozinha na maior cidade brasileira, chegou a dormir na rua e, para garantir o próprio sustento, exerceu ofícios variados: foi auxiliar enfermagem, faxineira, artista de circo e empregada doméstica. Quando tinha oportunidade, demorava-se nas bibliotecas particulares das casas onde trabalhava, com predileção por obras com temas políticos e filosóficos.

Como não se adaptava às condições de trabalho impostas e não se submetia às vontades de seus patrões, foi demitida diversas vezes. Em uma de suas últimas demissões, estava grávida de seu primogênito, João José de Jesus (1948-77), filho de um homem ausente e de origem europeia. Desamparada, teve como destino a favela do Canindé, à beira do rio Tietê, onde ergueu sozinha o próprio barraco. Após o nascimento do menino, carregava-o nas costas enquanto catava materiais recicláveis, alimentos e roupas, prática que se tornou sua principal fonte de subsistência. Anos depois, deu a luz à José Carlos de Jesus (1950-2016) e Vera Eunice de Jesus Lima (1953), cujos pais, omissos, também eram estrangeiros.

Cotidianamente, a escrita tornava-se uma forma de acolhimento e cura. Carolina compunha poemas, romances, peças teatrais e canções, dentre outros gêneros, em folhas e cadernos encontrados no lixo. Em 1950, publicou um poema saudando Getúlio Vargas no jornal O Defensor e, no ano de 1955, passou a registrar num diário a vida

marginalizada na favela, obra que chegou ao conhecimento do repórter Audálio Dantas em 1958.

Em uma ida à favela do Canindé para cobrir a inauguração de um playground, Dantas foi surpreendido pela figura de Carolina Maria de Jesus, que discutia com alguns moradores do local. Após visitar seu barraco e deparar com a magnitude do conjunto de sua produção artística, interessou-se sobretudo pelos diários, decidindo, ainda em 1958, publicar algumas passagens no periódico folha da Noite. Em 1959, novos trechos ganharam as páginas da revista *O Cruzeiro*.

A partir desse momento, a figura de Carolina começou a ter relevo na mídia, atingindo o ápice da exposição em agosto de 1960, com a publicação de *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, que reunia fragmentos de três anos da vida da autora no Canindé. A obra foi editada por Audálio e teve uma tiragem inicial de 10 mil exemplares, atingindo a marca de mais de 100 mil exemplares vendidos ainda no primeiro ano.

A repercussão de sua obra foi global: mais de 1 milhão de exemplares foram vendidos no exterior. *Quarto de despejo* foi traduzido para treze idiomas e em mais de quarenta países, transformando Carolina em uma das autoras brasileiras mais publicadas de todos os tempos. Tamanha projeção garantiu-lhe a homenagens pela Academia Paulista de letras e pela Academia de Letras da Faculdade de direito de São Paulo, além de lhe proporcionar a concretização de um sonho: residir em uma casa de Alvenaria.

Em 1960, após uma estadia temporária em Osasco, a autora mudou-se com a família para um imóvel no bairro de Santana, na capital paulista. O momento em que deixa a favela é narrado em sua segunda obra, *Casa de alvenaria: Diário de uma ex-favelada* (1961), na qual descreve as tensões entre uma existência imersa na miséria e uma vida marcada pela fama e pelo assédio constante da imprensa e de pessoas pedindo-lhe ajuda financeira.

Para a divulgação de suas obras, sua nova rotina incluía viagens pelo país e por parte da América Latina. Na Argentina, em 1961, foi agraciada com a Orden del Tornillo, no grau de cavaleiro, período em que também recebeu o convite para tornar-se membro da Academia de Letras de São Paulo e ganhou o título de “cidadã honorária”. No mesmo ano, revelou outro aspecto de sua veia artística com o lançamento do disco *Carolina Maria de Jesus: Cantando suas composições*.

No entanto, gradualmente, os holofotes sobre Carolina apagavam-se, direcionando-a a um quadro de ostracismo nos anos seguintes, à medida que buscavam publicar outras produções além de seus diários e exibiam atitudes que destoavam do

comportamento de uma mulher negra naquela época. Com os poucos rendimentos gerados pelas obras anteriores, financiou a publicação dos livros *Pedaços da fome e Provérbios*, lançados em 1963, que não obtiveram o mesmo sucesso.

Após cerca de três anos, deixou a Zona Norte de São Paulo e se mudou com a família para um sítio em Parelheiros, na periferia da Zona Sul da cidade. Distante do cerco midiático sobre sua imagem, voltou a se dedicar à literatura e a revisitar seus escritos. Por volta de 1972, começou a escrever *Um Brasil para os brasileiros*, autobiografia editada e publicada postumamente sob o título de *Diário de Bitita* (1986). Vivendo com pouco, além do baixo retorno de seus direitos autorais, mantinha-se com o que colhia da própria terra, com a criação de porcos e galinhas e com os lucros escassos de uma venda à beira da estrada. Em 1971, retornou à favela pra protagonizar um documentário sobre a sua vida chamado *O despertar de um sonho*, produção alemã dirigida por Christa Gottmann-Elter.

Aos 62 anos, em 1977, Carolina faleceu em decorrência de uma crise de asma. Pobre e desassistida pela imprensa, teve seu sepultamento custeado pelos poucos amigos e vizinhos de que se dispunha em Parelheiros, mas esse não seria o fim de sua história. Em 1994, ela foi novamente posta em evidência com a publicação de *Cinderela negra: A saga de Carolina Maria de Jesus*. Organizado pelos professores José Carlos Sebe Bom Meihy e Robert M. Levine, o livro foi sucedido pelas obras *Antologia pessoal* (1996) e *Meu estranho diário* (1996), que reúnem uma coletânea de poemas da escritora e passagens raras dos seus diários, respectivamente. O legado de Carolina Maria de Jesus segue se fortalecendo à medida que suas obras são reeditadas e revisitadas pela sociedade, desvencilhando-a de estereótipos historicamente atribuídos à sua subjetividade e a sua escrita. O compartilhamento de textos inéditos da autora evidencia a vastidão de sua produção literária, revelando-nos a impossibilidade de moldar e de reter a sua figura em um único lugar.

Conceição Evaristo – sobre a autora²⁰

Conceição Evaristo (Maria Conceição Evaristo de Brito) nasceu em uma favela na zona sul de Belo Horizonte, em 29 de novembro de 1946. Teve que conciliar os estudos com o trabalho de empregada doméstica, até concluir o curso normal, em 1971. Mudou-

²⁰ Informações contidas nas obras “Histórias de leves enganos e parecenças” e “Olhos d’água” da escritora Conceição Evaristo.

se então para o Rio de Janeiro, onde passou num concurso público para o magistério e estudou letras na UFRJ.

Na imagem Conceição (ao centro) está com a mãe, dona Joana, e tias em Contagem (MG). Na década de 1980, entrou em contato com o Grupo *Quilombhoje*. Estreou na literatura em 1990, com as obras publicadas na série *Cadernos negros*, publicada pela organização.

Imagem 9 – Conceição Evaristo 1973



Fonte: Folha UOL²¹ (2017)

Nesta outra imagem podemos ver Conceição Evaristo e seu doce companheiro Osvaldo, é assim que ela cita-o homenageando em seu poema “Negro – estrela”, na obra *Poemas da recordação e outros movimentos*.

²¹ Folha UOL. Disponível em: <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/50299-ocupacao-conceicao-evaristo>. Acesso em: 18 Fev. 2024.

Imagem 10 – Conceição Evaristo e Oswaldo S. de Brito



Fonte: Folha UOL (2017)

Na imagem 11 podemos ver Conceição grávida de sua filha Ainá.

Imagem 11 – Conceição Evaristo grávida de Ainá (1980)



Fonte: Folha UOL (2017)

Conciliando maternidade, vida docente, estudos teóricos e produção literária, titulou-se Mestre em Literatura Brasileira (PUC-Rio) e Doutora em Literatura

Comparada (Universidade Federal Fluminense), além de lançar quatro obras individuais, uma delas, *Olhos d'água*, agraciada com o Prêmio Jabuti em 2015.

Em 2016, ano de sua boda de prata literária, inúmeros episódios de adoção de seus textos em bibliografias de processos seletivos e a escolha de suas obras para estudos acadêmicos confirmaram tratar-se de uma das escritoras mais lidas e estudadas, dentro e fora do país, responsável pela circulação de uma escrita marcada pela oralidade, dedicada a produzir ficção e reflexão sobre a comunidade afro-brasileira, suas memórias e histórias.

Lançando livros, palestrando ou apresentando seus estudos teóricos, nos quais defende ideias como o significativo conceito de *escrevivência*, base de sua escrita, tem participado de eventos literários em diferentes países, afirmando sempre a figura da mulher negra no embranquecido cenário literário representado em espaços como o Salão do Livro de Paris (2015), no qual fez parte da delegação brasileira. Sua experiência internacional registra passagens pela Áustria, Estados Unidos, Moçambique, Porto Rico, Cuba, São Tomé e Príncipe, África do Sul e Senegal.

Publicou poemas e contos em *Cadernos Negros* e em inúmeras antologias críticas e literárias brasileiras, como *Literatura e Afrodescendência* (2011). – Antologias estrangeiras: *Schwarze prosa*, Alemanha (1993); *Moving beyond boundaries: international dimension of black women's writing* (1995); *Women righting – Afro-brazilian women's Short Fiction*, Inglaterra (2005); *Finally Us: contemporary black brazilian women writers* (1995); *Callaloo*, vol. 18 e 30 (1995, 2008); *Fourteen female voices from Brazil* (2002), Estados Unidos; *Chimurenga People* (2007), África do Sul; *Brasil-África: como se o mar fosse mentira*, Brasil/angola (2006).

Conceição Evaristo publicou também obras individuais: *Ponciá Vicêncio* (2003/2006/2017); *Becos da Memória* (2006/2017); *Ponciá Vicêncio* (2008) – tradução para língua inglesa, Host Publications, Texas, Estados Unidos; *Poemas da recordação e outros movimentos* (2008/2017); *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2011/2016); *Olhos d'água* (2014), *Ponciá Vicêncio* (2015) e *Becos da Memória* (2016), tradução francesa pela Editora Anacaona.

Podemos observar que ambas as escritoras possuem uma trajetória de luta, e mesmo enfrentando as dificuldades que as mulheres negras enfrentam na sociedade capitalista, racista e opressora, elas nos revelam suas intelectualidades, nos mostrando que ao contrário do que a ideologia hegemônica nos tem tentado incutir, as mulheres, inclusive as negras, são capazes de desenvolverem não apenas atividades domésticas, mas são aptas também para atuarem com atividades intelectuais, basta ter oportunidades.

Essas oportunidades essenciais para libertação das mulheres, das pessoas negras, dos oprimidos e oprimidas, tem muitas vezes sido negadas. Isto porque durante toda nossa história tivemos uma educação pautada em ideologias hegemônicas que privilegia o opressor. Entretanto, a literatura dessas escritoras, Carolina e Conceição, vem nos despertar para o encaminhamento de uma outra epistemologia, centrada na educação, na Geografia anticolonial, na qual os processos históricos, a organização espacial e política é escrita, lida e refletida a partir da perspectiva do oprimido e não do opressor.

5.1 Minha vida minha cor num espaço opressor

Como é a vida de uma pessoa negra em uma sociedade que utiliza a raça como estratégia para opressão?

Acesso à moradia, à saúde, à educação, à segurança, são direitos básicos à vida de todo cidadão e cidadã. Porém, infelizmente esses e outros direitos são constantemente negados à população negra brasileira. Pessoas brancas também são afetadas pelas ameaças do sistema opressor, uma vez que enquanto as pessoas negras forem oprimidas as brancas não poderão gozar de uma liberdade plena, todavia, nesse jogo as pessoas negras são sempre as mais lesadas, sendo vítimas da violência e da negação de direitos.

A Geografia enquanto ciência e disciplina escolar ignora essas questões, ou quanto muito as quantifica, descrevem ou criticam sem no entanto apontar um caminho de ruptura com o capitalismo legitimador dessas questões. A Geografia não propõe mudanças estruturais na realidade imposta por um sistema opressor que se mantém estruturado na dominação, na opressão e na exploração. E por mais que queiram negar, nos fazendo crer em ideologias formuladas por atores responsáveis por manterem essa estrutura opressora, sabemos que a sociedade é organizada espacialmente e culturalmente de acordo com interesses da classe burguesa, dos dominadores que detém o poder e por isso manipula as massas dominando-as.

Os dados estatísticos nos revelam essa dura realidade e a literatura confirma os dados indo mais além, nos mostrando não apenas números, mas, sobretudo, indivíduos carregados de sentimentos: dor, angústia, tristeza, desespero, ânsia, abandono, enfim, uma série de sentimentos presentes nas aflições que permeiam a sociedade. Muitas vezes essas aflições se manifestam devido ao racismo operante na sociedade, uma vez que é fundamental compreendermos que o RACISMO É SINÔNIMO DE VIOLÊNCIA.

Na sociedade racista, a cor da minha pele é utilizada para detectar o meu “caráter” (pessoas negras confundidas com bandidos), a textura do meu cabelo é usada

para determinar em que escola devo estudar; meu conjunto fenotípico é utilizado para me dizer quais espaços da sociedade eu devo ocupar. Desse modo, como a literatura possui uma intrínseca relação com a sociedade, **ela é capaz de mostrar de forma extremamente eficaz esse racismo que gera violência e nega direitos.**

Conforme já vimos, esse racismo, se manifesta tanto de forma individual, quando institucional, porém, **cremos que para uma melhor compreensão temos que partir do racismo estrutural**, para isso precisamos ir às origens, ao cerne da questão racial. Embora podemos considerar que o início desse racismo que permeia nossa sociedade se dá ainda em território africano com a invasão do colonizador português, iremos iniciar a partir da diáspora africana com o poema “Vozes - mulheres” da escritora Conceição Evaristo.

Quadro 11 – Poema “Vozes – Mulheres”

Vozes – mulheres

A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
Ecoou lamentos
de uma infância perdida.

A voz de minha avó
Ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.

A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue

e

fome.

A voz de minha filha
recolhe todas as vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
O eco da **vida-liberdade.**

Fonte: Evaristo, 2017 p. 24-25

Podemos dizer que esse poema é um resumo da história da mulher negra brasileira. Na primeira estrofe a escritora já nos dá informações sobre a diáspora africana, lembrando que não há como abordar a sociedade brasileira sem nos remetermos aos povos africanos. Uma diáspora marcada por dor e sofrimento. Isso nos faz lembrar da escritora Maria Firmina dos Reis (já mencionada aqui) relatando em seu romance *Úrsula*, o sofrimento da preta Suzana ao ser obrigada a deixar sua terra, mãe, esposo e filha e embarcar no navio negreiro rumo à escravização.

A expressão “lamentos de uma infância perdida” já nos leva a imaginar o sofrimento de nossas ancestrais. Um sentimento que envolve choro, pranto, sonhos não realizados, medo da morte, dor, aflição, banzo, cicatrizes físicas e emocionais, que marcaram nossas ancestrais ao embarcarem em um navio onde o ambiente era insalubre, fétido, opressor e propício a toda forma de violência: chibata, estupro, fome, doenças...

A ameaça de estupro e de outras violências físicas causava terror psíquico nas africanas que haviam sido deslocadas. Robert Shufeldet, um estudioso do comércio de pessoas escravizadas, registrou o predomínio de estupro em navio negreiros. Ele afirma: “naquela época, várias negras chegavam a nossos litorais já engravidadas por alguém da tripulação demoníaca que a trouxe para cá. Várias mulheres africanas estavam grávidas antes de serem capturadas ou compradas. Eram forçadas a passar pela gravidez sem qualquer cuidado com a alimentação, sem qualquer exercício físico e sem qualquer assistência no momento do parto. (HOOKS, 2022 p. 41-42).

O sofrimento nos navios negreiros não se restringia aos adultos, crianças também eram torturadas sem nenhuma compaixão, com o intuito de afligirem as mães.

Com frequência, os escravizadores violentavam crianças para assistir ao sofrimento da mãe. em seu relato pessoal sobre a experiência a bordo de um navio negreiro, os Weldon contaram um episódio em que uma criança de 9 meses foi açoitada continuamente por se recusar a comer. Como o espancamento não fez a criança comer, o capitão ordenou que a colocassem em pé dentro de uma panela de água fervendo. Depois de, sem sucesso, tentar outros métodos de tortura, o capitão jogou a criança ao chão, provocando sua morte. Não suficientemente satisfeito com esse ato sádico, ele mandou que a mãe jogasse a criança ao mar. A mãe se recusou, mas foi espancada até ceder. (HOOKS, 2022 p. 42).

Todo sofrimento nada mais era que uma forma de imprimir terror nas escravizadas e escravizados como forma de dominação e controle. Uma vez que, esse sofrimento infligido às nossas ancestrais foi para satisfazer aos caprichos do colonizador para o qual as pessoas negras são meros objetos, “mercadorias vivas” sem nenhum sentimento ou valor humano. Tinham apenas um valor mercadológico, isto é, se conseguissem vencer a travessia oceânica. É impossível mensurar a dor dessas mulheres que já tinham em mente o cruel destino que lhes estava reservado. Destino cruel no qual depois de terem vivido uma vida toda sendo exploradas só lhes restariam a descartabilidade.

Ao fazer passar o escravo pelo laminador e ao pressioná-lo para dele extrair o máximo de lucro, não se convertia simplesmente um ser humano em objeto. Não se deixava nele apenas uma marca indelével. Produzia -se o negro, [...] o sujeito racial, ou ainda a própria figura daquele que pode ser mantido a uma certa distância – do qual é possível se desembaraçar quando aquilo deixar de ser útil. (MBEMBE, 2018 p. 82).

Essa era a forma na qual as pessoas negras eram tratadas no Brasil colônia, não apenas nessa época, ou seja, o racismo caracterizado pela violência e a exploração, ainda opera de forma latente em nossa sociedade. Basta notarmos que o sofrimento da população negra não foi abolido pela Lei Áurea (1888), em muitos casos ele se intensificou, sem moradia, sem emprego e sem nenhuma garantia, muitos escravizados depois de libertos passaram viver às margens da sociedade à mercê da própria sorte. Outros continuaram com seus patrões na mesma condição de explorados.

A segunda estrofe do poema nos mostra isso, por meio da palavra obediência. “Obediência aos brancos-donos de tudo”. A palavra obediência aqui tem um significado extremamente importante, e está relacionada com a dominação e exercício do poder. Mesmo após a abolição da escravidão as pessoas negras continuaram sendo dominadas pelo colonizador, homem branco que continuou sendo o dono das terras, maior riqueza, da época, e dos meios de produção. O processo de construção de uma espacialidade escravista ainda continua e a maior parte da população brasileira é oriunda desse sistema opressor, com isso a herança da espacialidade escravocrata ainda persiste, mas é preciso, como esse trabalho, denunciar e propor caminhos, no nosso caso pela educação anticolonial.

Depois de nos apresentar a condição da bisavó e da avó a escritora passa a descrever no poema a condição da mãe. O principal indicativo que nos chamou a atenção foi a palavra “revolta”. Muitas vezes o colonizador quer incutir em nossas mentes por meio da mídia, da educação escolar e outros meios de comunicação, que a relação senhor-

escravo, patrão empregado, era ou é amigável. Todavia, como bem sabemos salvo algumas raras exceções essa relação ao longo da história e da espacialização desta, tem sido de conflito. As pessoas negras sempre se revoltaram, não aceitaram pacificamente sua condição de dominadas, oprimidas e exploradas, basta lembrarmos dos quilombos e dos movimentos sociais, muitas vezes sufocados pelo colonizador opressor.

A escritora descreve com muita propriedade a mulher negra, lavadeira de roupas. Essa história se repetiu na vida de muitas mulheres negras que se entristeciam e se revoltavam principalmente quando iam entregar a trouxa de roupa e a patroa sarcasticamente dizia que não tinha o dinheiro para fazer o pagamento naquele dia. A revolta era grande pois aquele dinheiro na maioria das vezes era para comprar, um arroz, uma banha, um feijão, para fazer a janta dos filhos, ou um pouco de querosene para colocar na lamparina para não ficar no escuro. Entretanto, a escritora diz que a voz revoltada ecoou baixinho, medo de ser advertida e humilhada? Medo de perder o emprego e não ter como sustentar os filhos? São muitos os medos. Ao lermos esse poema pela primeira vez uma forte emoção tomou conta do nosso ser. Tempos depois ao escrevermos uma obra de ficção (ainda não publicada) resolvemos escrever também sobre as lembranças e sentimentos dolorosos que se afloraram durante a leitura do poema.

Eu ia lendo devagar meditando em cada palavra, quando falou da mãe com a trouxa de roupa, eu não consegui ler mais, meus olhos ficaram nublados, o nó na garganta apertava forte, até que não aguentei e desabei em prantos, chorava, tremia e soluçava. Foi como se eu visse minha mãe chegando em casa com aquela trouxa enorme de roupas sujas para lavar e pedindo logo um comprimido de Novalgina para ela tomar. A cabeça parecia que ia explodir de tanta dor, por causa do peso e do mau cheiro da roupa suja que ela havia carregado na cabeça. (SILVA, 2023 n. p) - não publicado

É muita revolta, revolta devido à exploração, revolta devido às injustiças e contradições. Enfim, revolta por pertencer a uma sociedade onde uma minoria privilegiada manipula os demais indivíduos fazendo-os crer que tudo isso é normal, e que a mulher negra, empregada doméstica, de hoje tal qual a mulher negra do período colonial, a escravizada, ainda continua sendo um simples objeto. **Objeto de intensa exploração e opressão.** A partir do momento que entramos em contato com a literatura passamos ter outra visão a respeito da nossa condição. A literatura nos mostra que apesar de termos aflições resultantes de nossas escolhas individuais, a maior parte de nossas aflições estão relacionadas a uma questão estrutural, planejada pela classe dominante.

Muitas dessas mulheres sofridas lutaram por seus direitos, entre as quais podemos citar Laudelina de Campos Mello.

Imagem 12 – Laudelina Campos Mello



Fonte: Primeiros negros.²²

Antes de prosseguirmos com a análise do poema gostaríamos de salientar que trabalhamos em casa de família por quase quinze anos, durante esse período sempre estivemos estudando, porém nunca ouvimos na escola, na disciplina Geografia ou em outra disciplina falar em Laudelina de Campos Mello, e nem em outras mulheres que defendessem o direito das empregadas domésticas. Porém, isso não nos causa estranhamento, uma vez que, como bem sabemos a educação que nos é oferecida é pautada em princípios capitalista, os quais não tem nenhum interesse de que a classe trabalhadora venha a conhecer e lutar por seus direitos. Por isso insistimos na literatura para construção de uma outra educação geográfica, a anticolonial.

Na quarta estrofe a escritora revela sua própria voz, trazendo três indicativos de importantes significados: perplexos, sangue e fome. A violência e a miséria nas quais muitas pessoas negras estão submetidas seria a causa da perplexidade da escritora? A violência e a miséria que assolam drasticamente grande parte da população negra foram naturalizadas pelo colonizador como se assassinatos, feminicídios, fome e outras formas de violências fossem algo natural e não irresponsabilidades da classe dominante apoiada por uma considerável parcela racista e machista da sociedade.

²² Primeiros negros. Disponível em: <https://primeirosnegros.com/laudelina-de-campos-melo/> Acesso em: 18. Jan. 2024.

Na quinta e na sexta estrofes é a voz da filha que ecoa, sendo uma forma de denunciar o sofrimento de vozes que foram silenciadas, que ficaram engasgadas tolhidas pela opressão. Uma denúncia pautada tanto na teoria quanto na prática (a fala e o ato), fundamentando-se em histórias de vida do passado e do presente e projetando para um futuro livre de dominação, exploração e opressão (vida-liberdade), liberdade de ter o que comer, liberdade de ter onde morar, liberdade de ter acesso à saúde, liberdade ter um salário digno... liberdade de viver.

Carolina Maria de Jesus em sua obra “Diário de Bitita” também descreve a condição da empregada doméstica, que na maioria das vezes é uma mulher negra. Observem o fragmento que selecionamos a seguir:

Quadro 12 – Fragmento A (Diário de Bitita)

As mulheres pobres não tinham tempo disponível para cuidar dos seus lares. Às seis da manhã, elas deviam estar nas casas das patroas para acender o fogo e preparar a refeição matinal. Que coisa horrível! As que tinham mães deixavam com elas seus filhos e seus lares.

As empregadas eram obrigadas a cozinhar, lavar e passar. As refeições deveriam ser preparadas com artificios: cestinhas de tomates com maionese, cestinhas de batatas recheadas com presunto moído, azeitonas etc. as refeições eram servidas assim: primeiro uma sopa; após a sopa, servia-se arroz, feijão, carne, salada. Quando serviam peixes, usavam -se outros pratos e outros talhares. Por fim a sobremesa e o café.

Quantas louça e talheres e panelas para serem lavados! E tinha que arear os talheres. Lavar os ladrilhos, enxugá-los com panos. Deixavam o trabalho às onze da noite. trabalhavam exclusivamente na cozinha. Era comum ouvir as pretas dizerem:

— Meu Deus! Estou tão cansada!

A comida que sobrava, elas podiam levar para suas casas. E nas suas casas, os seus filhos, que elas chamavam de negrinhos, ficavam acordados esperando mamãe chegar com a comida gostosa das casa ricas. No jantar, as cozinheiras faziam mais comidas, para sobrar. A comida que os patrões comiam no almoço, não comiam no jantar.

Uma boa cozinheira ganhava trinta mil-réis por mês. Quando vencia o mês e a cozinheira recebia, ela tinha a impressão de ser uma heroína. Enaltecia a si mesma dizendo:

— Eu sou forte! Não é qualquer uma que aguenta cozinhar para o doutor Souza.

[...] aos sábados, as cozinheiras iam aos bailes. Que suplício cozinhar aos domingos, com sono. Mas depois do almoço elas podiam sair, passear até as quatro horas, e voltar para preparar o jantar. E elas não se saciavam.

No sábado seguinte, iam dançar novamente até as seis da manhã. Aos domingos, elas deviam ir para o trabalho às sete horas, porque as patroas queriam dormir até as sete horas.

Quando as cozinheiras sentiam sono, iam lavar o rosto na água fria para despertá-lo. O único medo era salgar a comida e a patroa dar a conta. Eram muitas

pessoas para trabalhar e pouquíssimos os locais para trabalhar. A patroa era tratada como se fosse uma santa no altar. Se as patroas estivessem nervosas, as empregadas deveriam dizer:

— Sim, senhora!

Se estivessem amáveis tinham que dizer.

— Sim, senhora.

O homem pobre deveria gerar, nascer, crescer e viver sempre com paciência para suportar as filáucias dos donos do mundo. Porque só os homens ricos é que podiam dizer: “Sabe com quem você está falando?”, para mostrar a sua superioridade.

Se o filho do patrão espancasse o filho da cozinheira, ela não podia reclamar para não perder o emprego. Mas se a cozinheira tinha filha, pobre negrinha. O filho da patroa a utilizaria para o seu noviciado sexual. Meninas que ainda estavam pensando nas bonecas, nas cirandas e cirandinhas eram brutalizadas pelos filhos do senhor Pereira, Moreira, Oliveira, e outros porqueiras que vieram de além -mar.

No fim de nove meses, a negrinha era mãe de um mulato, ou pardo. E o povo ficava atribuindo paternidade: — Deve ser filho de Fulano! Deve ser filho de Sicrano. Mas a mãe, negra, inciente e sem cultura, não podia revelar que o seu filho era neto do doutor X, ou Y. Porque a mãe ia perder o emprego. Que luta para aquela mãe criar aquele filho! Quantas mães solteiras se suicidavam, outras morriam tísicas de tanto chorar. O pai negro era afônico; se pretendia reclamar, o patrão impunha:

— Cale a boca, negro vadio! Vagabundo!

O único recurso era entregar -se para Deus, que é o advogado dos pobres.

Fonte: Jesus, 2014 p. 36-38

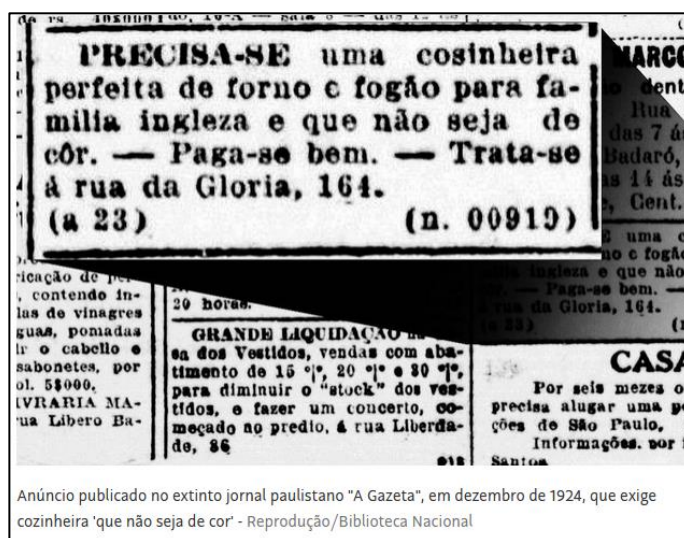
Nesse fragmento Carolina descreve a rotina de uma empregada doméstica, logo no início já nos deparamos com uma informação extremamente importante: “As mulheres pobres não tinham tempo disponível para cuidar dos seus lares. A longa jornada de trabalho impossibilitava essas mulheres de terem uma vida “normal” cuidando do lar e dos filhos que ficavam sob os cuidados de outras pessoas. Como bem sabemos, na ausência de um adulto para cuidar das crianças, a irmã ou o irmão mais velho ainda criança ficava responsável pelo cuidado dos irmãos menores. Insta salientar que aqui a Carolina está se referindo a um período pós abolição, ela está falando, pasmem!!!!, de empregadas domésticas e não de escravizadas, porém, dá a entender que a condição de ambas é praticamente a mesma. A senhora e a patroa parecem ser uma mesma pessoa que explora pensando simplesmente no seu bem-estar não se importando com a condição da mulher que está a seu serviço. As relações não mudaram.

A equiparação ocupacional das mulheres negras com o serviço doméstico não era, entretanto, um simples vestígio da escravidão destinado a desaparecer com o tempo. Por quase um século, um número significativo de ex-escravas foi incapaz de escapar as tarefas domésticas. (DAVIS, 2016 p. 98).

Vale ressaltar que aqui no Brasil devido ao exacerbado racismo e preconceito, até mesmo emprego para realizar tarefas domésticas como cozinhar eram muitas vezes

negados às mulheres pretas. Quando conseguiam o emprego eram **obrigadas** a desenvolverem uma série de atividades na casa da patroa, isso basicamente significa que não havia negociação, ou cumpria a árdua lista de tarefas com uma jornada de trabalho demasiadamente longa e cansativa ou perdia o emprego. Isso nos remete ao modo de produção capitalista que explora o trabalhador tendo como garantia um exército de reserva, ou seja, se você não está satisfeita, tem várias pessoas querendo ocupar seu lugar. Além disso havia preconceito por parte de muitas patroas que preferiam as imigrantes que as mulheres negras para trabalharem em suas casas.

Figura 8 – Anúncio racista sobre trabalho



Fonte: Folha de São Paulo²³ (2021)

O anúncio publicado no ano de 1924 deixa bem evidente o racismo latente na sociedade brasileira, uma cozinheira que **não seja de cor**, mulheres pretas não serviam para ocupar a vaga anunciada. Laudelina de Campos Mello ao longo de sua trajetória denunciou esse tipo de situação racista e preconceituosa. Sabemos que mesmo com a proibição desse tipo de anúncio esse tipo de racismo ainda impera em nossa sociedade, a boa aparência, ou melhor, o padrão europeu colonizador de forma velada, ou algumas vezes de forma escancarada, ainda hoje é requisitado pelos racistas. Isso, na visão colonialista e racista significa que determinadas pessoas merecem um trabalho, enquanto

²³ Punição a anúncio racista gera divergência na promotoria de MG. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/06/punicao-a-anuncio-racista-gera-divergencia-na-promotoria-de-mg.shtml>. Acesso em: 25. Mar. 2024.

outras podem morrer de fome por não terem trabalho e conseqüentemente não conseguirem suprir suas necessidades básicas. Isso é violência.

Carolina prossegue com a descrição, desta feita ela tece um comentário sobre a comida. “A comida que sobrava, elas podiam levar para suas casas (no conto que abordaremos posteriormente também irá mencionar essa prática). A comida que os patrões não iriam comer e que possivelmente seriam descartadas no lixo, é a mesma comida que os filhos da empregada esperam até tarde a mãe chegar para saborear tal comida. Aqui reside uma contradição, aliás a sociedade capitalista é totalmente marcada por contradições.

É narrada também pela escritora Carolina a falta de tempo dessas empregadas para um momento de lazer, “Que suplício cozinhar aos domingos com sono”. Se iam aos bailes, depois ficavam com sono e tinham medo de salgar a comida e serem despedidas. Mais uma vez vimos a grande semelhança entre a empregada doméstica e a escravizada, esta, por uma pequena falta cometida no trabalho era punida severamente por sua senhora. A expressão “Sim senhora” também nos chama a atenção, e nos leva a compreender a condição de extrema subordinação e dominação a qual a empregada doméstica estava submetida.

A empregada doméstica se mantinha em obediência a patroa o tempo todo, uma reclamação era motivo para perda do emprego. “Se o filho do patrão espancasse o filho da cozinheira, ela não podia reclamar para não perder o emprego”. A escritora Carolina prossegue mostrando a condição da empregada doméstica negra enfatizando a questão do estupro tão presente no período da escravidão e que lamentavelmente não foi abolido. O filho da patroa usava a filha da empregada para sua iniciação sexual. Crianças eram covardemente **brutalizadas** pelos filhos dos patrões. A palavra “brutalizadas” carrega uma enorme carga negativa de significados, ou seja, as meninas negras eram ludibriadas, torturadas, estupradas. Lembrando que essa cultura do estupro nada mais é que uma forma de dominação, na qual tanto a vítima quanto a sua família são desmoralizadas.

A família se via obrigada a tolerar tal abuso para que a mãe não perdesse o emprego. Em muitos casos a própria empregada doméstica era molestada pelo patrão. O negro pai de família, como nos mostra a escritora Carolina era “afônico”, lembram das vozes “mudas, caladas, engasgadas na garganta” descritas no poema da escritora Conceição? Imaginem a situação das mães e pais que tinham suas filhas covardemente violentadas e não podiam dizer nada. Se dissesse algo, logo vinha a humilhante resposta:

— Cale a boca, negro vadio! Vagabundo! E se a reclamação persistisse o pai ou a mãe poderiam até serem presos. Naquela época mais do que hoje, a legislação favorecia às pessoas brancas em detrimento às pessoas negras, que eram humilhadas e massacradas pelos “brancos-donos de tudo”. Lembrando que isso não é “um erro”, uma incompetência do Estado, pelo contrário, **é um Estado atuando assertivamente em um projeto de sociedade opressor afim de garantir privilégios a uma minoria elitizada.** Deste modo, a espacialidade escravocrata ainda persiste e é preciso fundamentar outro Estado que tenha como centralidade a igualdade real e o fim de toda violência.

No conto “Maria” que abordamos a seguir, continuaremos vendo a condição da mulher negra no Brasil. Alguns assuntos poderão até parecer repetitivos, porém, se faz necessário abordá-los, primeiro, porque queremos apresenta-los por meio da literatura das duas escritoras, Carolina e Conceição; segundo, porque intencionamos desconstruir a ideologia dominante que assegura não haver racismo no Brasil, onde em muitos casos as reações contra atitudes racistas são “confundidas” com Mimimi (reclamação ou queixa injustificada, não pertinente).

Quadro 13 – Conto “Maria”

Maria

Maria estava parada há mais de meia hora no ponto do ônibus. Estava cansada de esperar. Se a distância fosse menor, teria ido a pé. Era preciso mesmo ir se acostumando com a caminhada. O preço da passagem estava aumentando tanto! Além do cansaço, a sacola estava pesada. No dia anterior, no domingo, havia tido festa na casa da patroa. Ela levava para casa os restos. O osso do pernil e as frutas que tinham enfeitado a mesa. Ganhara as frutas e uma gorjeta. O osso, a patroa ia jogar fora. Estava feliz, apesar do cansaço. A gorjeta chegara numa hora boa. Os dois filhos menores estavam muito gripados. Precisava comprar xarope e aquele remedinho de desentupir nariz. Daria para comprar também uma lata de Toddy. As frutas estavam ótimas e havia melão. As crianças nunca tinham comido melão. Será que os meninos iriam gostar de melão?

A palma de uma de suas mãos doía. Tinha sofrido um corte, bem no meio, enquanto cortava o pernil para a patroa. Que coisa! Faca a laser corta até a vida!

Quando o ônibus apontou lá na esquina, Maria abaixou o corpo, pegando a sacola que estava no chão entre as suas pernas. O ônibus não estava cheio, havia lugares. Ela poderia descansar um pouco, cochilar até a hora da descida. Ao entrar, um homem levantou lá de trás, do último banco, fazendo um sinal para o trocador. Passou em silêncio, pagando a passagem dele e de Maria. Ela reconheceu o homem. Quanto tempo, que saudades! Como era difícil continuar a vida sem ele. Maria sentou-se na frente. O homem sentou-se a seu lado. Ela se lembrou do passado. Do homem deitado com ela. Da vida dos dois no barraco. Dos primeiros enjoos. Da barriga enorme que todos diziam gêmeos, e da alegria dele. Que bom! Nasceu! Era um menino! E haveria de se tornar um homem. **Maria viu, sem olhar, que era o pai de seu filho.** Ele

continuava o mesmo. Bonito, grande, o olhar assustado não se fixando em nada e em ninguém. Sentiu uma mágoa imensa. Por que não podia ser de uma outra forma? Por que não podiam ser felizes? E o menino, Maria? Como vai o menino? cochichou o homem. Sabe que sinto falta de vocês? Tenho um buraco no peito, tamanha a saudade! Tou sozinho! Não arrumei, não quis mais ninguém. Você já teve outros... outros filhos? A mulher baixou os olhos como que pedindo perdão. É. Ela teve mais dois filhos, mas não tinha ninguém também. Ficava, apenas de vez em quando, com um ou outro homem. Era tão difícil ficar sozinha! E dessas deitadas repentinas, loucas, surgiram os dois filhos menores. E veja só, homens também! Homens também? Eles haveriam de ter outra vida. Com eles tudo haveria de ser diferente. Maria, não te esqueci! Tá tudo aqui no buraco do peito...

O homem falava, mas continuava estático, preso, fixo no banco. Cochichava com Maria as palavras, sem entretanto virar para o lado dela. Ela sabia o que o homem dizia. Ele estava dizendo de dor, de prazer, de alegria, de filho, de vida, de morte, de despedida. Do buraco-saudade no peito dele... Desta vez ele cochichou um pouquinho mais alto. Ela, ainda sem ouvir direito, adivinhou a fala dele: **um abraço, um beijo, um carinho no filho.** E logo após, levantou rápido sacando a arma. Outro lá atrás gritou que era um assalto. Maria estava com muito medo. Não dos assaltantes. Não da morte. Sim da vida. Tinha três filhos. O mais velho, com onze anos, era filho daquele homem que estava ali na frente com uma arma na mão. O de lá de trás vinha recolhendo tudo. O motorista seguia a viagem. Havia o silêncio de todos no ônibus. Apenas a voz do outro se ouvia pedindo aos passageiros que entregassem tudo rapidamente. O medo da vida em Maria ia aumentando. Meu Deus, como seria a vida dos seus filhos? Era a primeira vez que ela via um assalto no ônibus. Imaginava o terror das pessoas. O comparsa de seu ex-homem passou por ela e não pediu nada. Se fossem outros os assaltantes? Ela teria para dar uma sacola de frutas, um osso de pernil e uma gorjeta de mil cruzeiros. Não tinha relógio algum no braço. Nas mãos nenhum anel ou aliança. Aliás, nas mãos tinha sim! Tinha um profundo corte feito com faca a laser que parecia cortar até a vida.

Os assaltantes desceram rápido. Maria olhou saudosa e desesperada para o primeiro. Foi quando uma voz acordou a coragem dos demais. Alguém gritou que aquela puta safada lá da frente conhecia os assaltantes. Maria se assustou. Ela não conhecia assaltante algum. Conhecia o pai de seu primeiro filho. Conhecia o homem que tinha sido dela e que ela ainda amava tanto. Ouviu uma voz: Negra safada, vai ver que estava de coleio com os dois. Outra voz vinda lá do fundo do ônibus acrescentou: Calma, gente! Se ela estivesse junto com eles, teria descido também. Alguém argumentou que ela não tinha descido só para disfarçar. Estava mesmo com os ladrões. Foi a única a não ser assaltada. Mentira, eu não fui e não sei por quê. Maria olhou na direção de onde vinha a voz e viu um rapazinho negro e magro, com feições de menino e que lembravam vagamente o seu filho. A primeira voz, a que acordou a coragem de todos, tornou-se um grito: Aquela puta, aquela negra safada estava com os ladrões! O dono da voz levantou e se encaminhou em direção à Maria. A mulher teve medo e raiva. Que merda! Não conhecia assaltante algum. Não devia satisfação a ninguém. Olha só, a negra ainda é atrevida, disse o homem, lascando um tapa no rosto da mulher. Alguém gritou: Lincha! Lincha! Lincha!... Uns passageiros desceram e outros voaram em direção à Maria. O motorista tinha parado o ônibus para defender a passageira:

— Calma pessoal! Que loucura é esta? Eu conheço esta mulher de vista. Todos os dias, mais ou menos neste horário, ela toma o ônibus comigo. Está vindo do trabalho, da luta para sustentar os filhos... Lincha! Lincha! Lincha! Maria punha sangue pela

boca, pelo nariz e pelos ouvidos. A sacola havia arreventado e as frutas rolavam pelo chão. Será que os meninos iriam gostar de melão?

Tudo foi tão rápido, tão breve, Maria tinha saudades de seu ex-homem. Por que estavam fazendo isto com ela? O homem havia segredado um abraço, um beijo, um carinho no filho. Ela precisava chegar em casa para transmitir o recado. Estavam todos armados com facas a laser que cortam até a vida. Quando o ônibus esvaziou, quando chegou a polícia, o corpo da mulher estava todo dilacerado, todo pisoteado. Maria queria tanto dizer ao filho que o pai havia mandado um abraço, um beijo, um carinho.

Fonte: Evaristo, 2016 p. 39-42

A escritora Conceição nos mostra nesse conto vários detalhes da condição da mulher negra na sociedade brasileira. Já no início podemos observar uma questão recorrente na vida das mulheres negras trabalhadoras relacionada a questão da organização espacial. “Se a distância fosse menor teria ido a pé”, geralmente as pessoas negras são afastadas dos centros urbanos, dos bairros nobres, onde moram seus patrões. Já vimos sobre isso, e sabemos que é uma forma estratégica de se planejar a organização espacial penalizando a classe trabalhadora.

— Fico pensando. — as pessoas que viajam, nos transportes coletivos não viajam de graça, pagam este dinheiro que os cobradores recebem, não ficam com os cobradores. Vae para tesouraria. O motorista e o cobrador são operários moram longe, porque o operário do Brasil reside **onde o judas perdeu as botas.** (JESUS, 2021 p. 74 <grifo nosso>).

A expressão “onde Judas perdeu as botas” utilizada pela escritora Carolina se refere a um lugar distante, temos que corroborar com a escritora porque realmente essa é a realidade da maioria da população trabalhadora brasileira, principalmente dos grandes centros urbanos. Além da distância ainda tem o preço da passagem, um gasto a mais para a classe trabalhadora já tão sofrida. “O preço da passagem estava aumentando tanto”. Diz Maria, personagem do conto — mulher negra, trabalhadora e mãe solo, igual Carolina Maria de Jesus.

Fiz uma sopa e preparei para **ir a cidade.** Fui de ônibus. Fico horrorizada vendo o sacrifício do operário para pegar condução de manhã para ir trabalhar. Uns vão de pé, outros vão sentados. Penso, quando eles chegam ao trabalho já estão exaustos. Quem mantem as companhias de transportes coletivos são os operários, uns vão alegres, outros tristes — os preços da passagem variam. [...]Uns já tem casa própria, outros estão pagando prestações, tem que comprar alimentos e roupas para a família, **a vida de um operário é dura, com D. maiúsculo.** (JESUS, 2021 p. 48 ,<grifo nosso>).

Essa é a condição de milhares e milhares de trabalhadores que diariamente percorrem longas distâncias, pagam passagem cara, para chegar ao local de trabalho e na

maioria das vezes o salário que recebe não satisfaz nem mesmo suas necessidades básicas e de sua família. Para onde vai o lucro resultado do seu trabalho? Vai para o burguês que enriquece cada vez mais às custas da exploração dos seus empregados. E a empregada doméstica? Essa tem uma “bela” recompensa, leva para casa os restos da patroa. “O osso do pernil, e as frutas que tinham enfeitado a mesa. Ganhara as frutas e uma gorjeta. O osso, a patroa ia jogar fora.” Ou seja, é aquilo que já havíamos comentado anteriormente, o que não serve mais para patroa ela faz a gentileza de doar para empregada.

Muito provavelmente as frutas também seriam descartadas caso Maria, a empregada não as levassem. Mas, Maria não podia recusar as frutas, “as crianças nunca tinham comido melão”. Não havia comido melão porque não gostavam? Não era isso, não comeram porque certamente a mãe não teve condições de comprar. Esse o motivo da mãe estar ansiosa para fazer a surpresa aos filhos, o mais velho já estava com onze anos, é muito tempo de espera.

A escritora ainda descreve que a palma de uma das mãos de Maria doía devido ao corte que tinha sofrido enquanto cortava o pernil para patroa. “Faca a laser corta até a vida”, essa expressão é muito complexa e profunda. Em um primeiro momento pode parecer que ela é usada no sentido literal de forma hiperbólica devido a intensa dor sentida devido ao corte. Já em outro momento a expressão é usada novamente “Estavam todos armados com facas a laser que cortam até a vida.” Nesse momento podemos depreender que a expressão vai além da dor física. Os passageiros não estão com faca no sentido literal, porém, estão armados com várias formas de agressão resultando no corte ou na perda da vida de Maria. “Negra safada”; “Aquela puta, aquela negra safada estava com os ladrões!”; “Olha só, a negra ainda é atrevida, disse o homem, lascando um tapa no rosto da mulher.”; “Lincha! Lincha! Lincha!...”. Maria sofre agressões física, moral e emocional tão dolorosas a ponto de compará-las com o corte que fizera na mão com a faca a laser que corta de modo violento e profundo.

No momento do assalto que ocasionou em sua morte, Maria não tem medo dos assaltantes e nem da morte. Ela tem medo da vida, ela se preocupa com os três filhos, três crianças. A preocupação de Maria vai muito além do amor materno, o conto não menciona se Maria tinha parentes, com os pais das crianças muito provavelmente ela não poderia contar. Talvez o temor de Maria consistisse em não saber qual seria o destino de seus filhos, quem tomaria conta das crianças. Iriam para adoção?

Será que Maria sabia que há racismo nos processos de adoção? É comum adotantes darem preferência a crianças brancas, em geral as crianças pretas são preteridas.

Na obra “Casa de Alvenaria” a escritora Carolina relata sua viagem a Porto Alegre - RS e sua visita ao Juizado de menores, ela fala sobre a predileção dos adotantes por crianças brancas. “Queriam que eu fosse no Juizado de Menores, para ver as crianças negras que são preteridas pelos brancos. [...] Conteí oito crianças negras. [...] As brancas conseguem lidar com mais facilidade. (JESUS, 2021 p. 160). Maria tinha medo que seus filhos ficassem abandonados, ou fossem rejeitados em um abrigo ou orfanato sem ter uma família? Essas são apenas algumas de nossas deduções.

No desenvolvimento de uma pesquisa, Amim e Meandro (2007) entrevistaram pessoas interessadas em adotar crianças ou adolescentes cadastradas no Juizado da Infância e da Juventude de Vila Velha - ES. Foram feitas 21 entrevistas, individuais ou com casais. E os dados obtidos corroboram com as palavras da escritora Carolina.

Quanto à cor de pele do filho adotivo, em 14 entrevistas houve preferência, e em sete não houve. Nos casais, os cônjuges estiveram sempre de acordo em suas opiniões. Em sete entrevistas foi relatada mais de uma cor preferida, e portanto foram consideradas todas as respostas dadas. Nas 14 entrevistas em que houve preferência pela cor, a preferida foi a branca (11 entrevistas), seguindo-se a preferência pela cor parda (nove entrevistas), e pela cor negra em apenas uma entrevista. Tais dados, de forma geral, estão de acordo com os dados obtidos por Weber (1999) em condições similares, segundo os quais a maioria absoluta dos adotantes coloca como condição principal uma criança branca, alguns aceitam uma criança até morena, e raramente é feita a opção por uma criança negra. (AMIM & MENANDRO, 2007 p. 247)

Sabemos que existem mais fatores relacionados ao processo de adoção os quais não devem ser ignorados. Todavia, é possível observar tanto na literatura quanto na pesquisa científica que o racismo encontra-se entranhado em todas as instâncias da sociedade. O foco desse trabalho não é adoção de crianças negras, porém consideramos pertinente fazermos essa abordagem a fim de compreendermos como o racismo que atuou na sociedade brasileira no período colonial e no pós-abolição, ainda continua latente.

A escritora descreve também sobre a condição financeira de Maria, caso os assaltantes lhe pedisse alguma coisa: “Ela teria para dar uma sacola de frutas, um osso de pernil e uma gorjeta de mil cruzeiros. Não tinha relógio algum no braço. Nas mãos nenhum anel ou aliança.” A gorjeta era para comprar remédio para os filhos menores que estavam muito gripados (xarope e aquele remedinho de desentupir nariz) e uma lata de Toddy. Muito provavelmente ela não tinha nenhuma reserva, senão já teria comprado o remédio para os filhos. Não tinha relógio, nem jóias, na mão tinha apenas um corte profundo! Que situação! Ainda assim é insultada e agredida por passageiros do ônibus. O motorista ainda tenta ajudá-la, ele também é um trabalhador e certamente conhece muito

bem as aflições que permeiam a vida de trabalhador que luta diariamente para levar o sustento para a família . Porém, ele não é ouvido.

Um dos passageiros chama Maria de negra safada, depois a chama novamente de puta e negra safada. Será que se fosse uma mulher branca o passageiro a teria chamado de “branca safada” ou “puta branca safada”? Certamente não. Em nossa sociedade racista e machista a mulher negra ainda carrega estereótipos que lhes foram impostos no período da escravidão, são consideradas, lascivas, impuras e imorais. Isto foi inculcado culturalmente na sociedade a fim de ocultar ou desresponsabilizar os homens brancos de suas investidas sexuais às mulheres negras.

A escritora termina o conto narrando o fim trágico de Maria, que não pôde transmitir o recado do pai ao filho. “Quando o ônibus esvaziou, quando chegou a polícia, o corpo da mulher estava todo dilacerado, todo pisoteado.” Na visão dos racistas e machistas é apenas mais um corpo negro a ser descartado. Apenas mais um dado estatístico, porém, **na visão anticolonial esse conto não foi escrito simplesmente para narrar as desventuras de uma empregada doméstica, esse conto foi escrito, sobretudo, para nos despertarmos e lutar contra esse sistema explorador e opressor.**

Esse sistema opressor que nega direitos faz com que determinados grupos sejam privados de bens essenciais para sua sobrevivência: alimentação, vestuário, moradia, saúde, entre outros, e ainda gera violência de todas as formas inclusive assassinatos de mãe de família. A escritora Carolina narra em sua obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, o drama de viver em uma sociedade de classes e portanto de privilégios para uma minoria elitizada.

Quadro 14 – Fragmento B (Quarto de despejo: diário de uma favelada)

15 de julho de 1955

Aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu pretendia comprar um par de sapatos para ela. Mas o custo dos generos alimentícios nos impede a realização dos nossos desejos. Atualmente somos escravos do custo de vida. Eu achei um par de sapatos no lixo, lavei e remendei para ela calçar.

Eu não tinha um tostão para comprar pão. Então eu lavei 3 litros e troquei com o Arnaldo. Ele ficou com os litros e deu-me pão. Fui receber o dinheiro do papel. Recebi 65 cruzeiros comprei 20 de carne. 1 quilo de toucinho e 1 quilo de açúcar e seis cruzeiros de queijo. E o dinheiro acabou-se.

Passei o dia indisposta. Percebi que estava resfriada. A noite o peito doía-me. Comecei tossir. Resolvi não sair à noite para catar papel. Procurei meu filho João José. Ele estava na rua Felisberto de Carvalho, perto do mercadinho. O ônibus atirou um garoto na calçada e a turba afluiu-se. Ele estava no núcleo. Dei-lhe uns tapa e em cinco minutos ele chegou em casa.

Ablui as crianças, aleitei-as e ablui-me e aleitei-me. Esperei até as 11 horas, um certo alguém. Ele não veio. Tomei um melhoral e deitei-me novamente. Quando despertei o astro rei deslizava no espaço. A minha filha Vera Eunice dizia: — Vai buscar água mamãe!

Fonte: Jesus, 2020 p. 19

A escritora Carolina começa a narrativa comentando que não pode dar um par de sapatos para sua filha Vera Eunice no dia do seu aniversário. Insta salientar que o sapato não seria apenas um presente de aniversário para a Vera Eunice, que estava completando dois anos de idade. O sapato era para suprir uma necessidade básica, proteger os pés, uma vez que **ela não tinha sapatos**. Carolina recorre ao lixo para dar um sapato à filha, já que o seu desejo de lhe dar um par de sapatos novo não pôde ser realizado devido **o custo de vida**. “Atualmente somos escravos do custo de vida.” A escravidão foi abolida, porém o custo de vida continua escravizando as trabalhadoras e trabalhadores.

Josué de Castro (1908-1973) nos mostra por meio de dados estatísticos a influência desse custo de vida, na vida da classe trabalhadora.

E devemos ainda referir o fato de que em alguns desses anos, como em 1958, esse aumento reflete mais o incremento da produção dos produtos de exportação, principalmente o café, do que dos produtos de subsistência para consumo nacional.

É claro que essa distorção econômica vem pesando terrivelmente na situação alimentar de nosso povo, acentuando o fenômeno da inflação, que se exterioriza principalmente na alta dos preços dos gêneros alimentícios. Bastariam algumas cifras para mostrar a marcha avassaladora desse processo inflacionário. Nos anos de 1956 a 1959, o custo de vida aumentou nos seguintes índices 20,8, 16,0, 14,9 e 39, 1%. Ora, um aumento do custo de vida de cerca de 40%, como esse do ano de 1959, consome inteiramente as disponibilidades das classes assalariadas, que são forçadas a um regime de terríveis restrições pela perda do poder aquisitivo dos seus salários. (CASTRO, 2022 p. 301).

É importante ressaltar que Carolina Maria de Jesus nessa época era uma trabalhadora, porém, como catadora de materiais recicláveis ela não tinha uma renda fixa, ou seja, se o trabalhador assalariado já sofria com os impactos do aumento do custo de vida, imagina ela e outras pessoas que nem salário fixo tinham, a situação era ainda mais grave. “Eu não tinha um tostão para comprar pão”, Carolina não tinha dinheiro para comprar um alimento básico da alimentação brasileira. Em seguida ela conta que recebeu 65 cruzeiros, compra poucas coisas e o dinheiro acaba. Em toda a obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada” Carolina fala sobre suas dificuldades para obter alimentos para ela e os filhos, e às vezes o pouco que tinha ainda repartia com pessoas que se encontravam em uma situação pior que a dela.

É macabro, por parte dos capitalistas, compreender que a fome tem sido utilizada com um instrumento de dominação e estratégia política, tendo mais a ver com a falta de efetivas ações governamentais do que com outros fatores por exemplo climáticos. A dificuldade para obter água também é uma constante na vida de Carolina. Ao acordar ela já deveria buscar água. “— Vai Buscar água mamãe !” Buscar água lá na torneira onde outras mulheres da favela também iam encher suas latas de água.

Apesar desse súbito e recente interesse pela água, isso não quer dizer que o tema já não fosse um problema sentido havia muito tempo por parcelas significativas da população, sobretudo entre os mais pobres. Uma rápida olhada sobre o cancionário popular brasileiro já seria o bastante para sabermos disso: “*Lata d’água na cabeça/ Lá vai Maria/ Lá vai Maria/ Sobe o morro e não se cansa/ Pela mão leva a criança/ Lá vai Maria*”. Tudo parece indicar que enquanto a água foi um problema somente para a minoria mais pobre da população o assunto se manteve sem o devido destaque. Ou, quando foi considerado um tema politicamente relevante, o foi de uma perspectiva de instrumentalização da miséria alheia, como no caso das oligarquias latifundiárias do semiárido brasileiro com a famosa “indústria da seca”, assim como, também nas cidades, não foram poucos os “políticos de bica d’água” que, populisticamente, se constituíram por meio da miséria dos sem-água, parte, na verdade, de um quadro geral dos sem-direitos. (PORTO-GONÇALVES, 2012 p. 413-414 <grifo do autor>)

A água, assim como a fome é usada como estratégia política, a população pobre é sempre a que mais sofre com falta de água. Lembrando que a maioria dessa população pobre é preta e parda. Porto-Gonçalves além de nos mostrar que a água ou a ausência dela é uma estratégia política, e que os mais pobres são os mais atingidos, ele nos faz lembrar de algo que não pode passar despercebido: a situação das mulheres. Geralmente são as “Marias” e as “Carolinas” as que mais sofrem com a questão da água. Em toda a obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada” Carolina faz menção a sua ida à torneira buscar água, e ela sempre comenta sobre as conversas que ela tem com as pessoas que se encontra lá, dificilmente ela menciona um homem, na maioria das vezes são as mulheres que vão buscar água.

Além de buscar água, são as mulheres também que vão em busca de alimentos para os filhos, em busca do tão difícil pão de cada dia. A escritora Conceição Evaristo nos mostra por meio desse pequeno e complexo poema as dificuldades que muitas pessoas pobres ou miseráveis tem para que possam se alimentar.

Quadro 15 – Poema “Pão”

Pão

Debaixo da língua
a migalha de pão

brinca à fome.

Fonte: Evaristo, 2017 p. 48

O título do poema é “Pão”, no sentido figurado se refere ao alimento diário, refere-se também a sustento e vida. Todavia, o poema se inicia com uma palavra que indica uma posição inferior, “debaixo”, pela lógica o pão deveria estar por cima e não debaixo da língua. Essa palavra possui também um sentido figurado que pode significar: em condição inferior, em ruína, em decadência. Isso nos remete a condição que se encontra milhares de brasileiros em sua maioria pessoas negras. A outra palavra que podemos destacar e que reafirma o que já dissemos é “migalha”. Essa palavra em seu sentido literal significa pequeno fragmento de pão, de bolo, etc. Mas pode significar também: aquilo que não foi aproveitado, resto, sobra. Lembram das empregadas domésticas mencionadas por Carolina levando para casa a comida que sobrava porque os patrões não iriam aproveitar? E a empregada doméstica, Maria, levando o osso de pernil que a patroa iria jogar fora?

O pão é um elemento que ilustra com muita perfeição as contradições da sociedade capitalista, enquanto alguns, já saciados o jogam fora, milhares de famintos aguardam por uma migalha. [...] “Os meninos come muito pão. Eles gostam de pão mole. Mas quando não tem eles comem pão duro. Duro é o pão que comemos. Dura é a cama que dormimos. Dura é a vida do favelado.” (JESUS, 2020 p. 44). Aqui o sentido da palavra pão usado por Carolina é literal, entretanto, ela faz uma analogia com o pão que é oferecido aos filhos e a sua condição, ou a condição de vida do favelado. A dureza do pão, a dureza da cama, enfim a dureza da vida.

O último verso do poema é: “brinca à fome”. Um dos significados do verbo brincar está relacionado ao jogo. Seria aqui um jogo no sentido de brincadeira para distrair a fome? Ou seria um jogo entre a migalha de pão e a fome no sentido de disputa? Mas, o que seria fome? “O alimento é a energia de que necessitamos para a sobrevivência, de acordo com o meio ambiente onde vivemos e nos reproduzimos socialmente”. (STEDILE; CARVALHO, 2012 p. 720). Diante dessa afirmação cremos que a fome seja a privação desse alimento. Precisamos de energia para andar, estudar, trabalhar ... ou seja, precisamos de uma quantidade de energia suficiente para realizarmos nossas atividades. Quando temos apenas “uma migalha” de pão, para nos alimentar, há então um desequilíbrio e conseqüentemente nos faltará energia prejudicando assim nossas vidas.

Um outro significado do verbo brincar está associado ao verbo zombar. Seria uma zombaria chegar diante da fome com uma migalha de pão? Cremos que a resposta seja sim, isto porque a ausência de uma alimentação adequada pode ocasionar graves problemas à saúde humana. Silvio Almeida ao escrever o prefácio à obra “Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço” (2022), de Josué de Castro, nos afirma que:

A fome na primeira infância compromete, muitas vezes de forma irreversível, a saúde de um ser humano. Pessoas que não comem estão impedidas de projetar qualquer futuro, pois sua existência fica aprisionada no presente, na pura imediatidade, na dor lancinante da fome. E a fome não espera; com fome não há “esperançar”. Por isso, um país que queira ser desenvolvido, que queira projetar o futuro, que queira romper com as amarras do colonialismo, tem nas políticas de combate à fome e nos projetos de produção e distribuição de alimentos saudáveis a toda a população uma de suas máximas prioridades. (ALMEIDA, 2022 p. 14).

Desse modo, cremos que para combatermos a fome é necessário insistirmos em uma educação, em uma Geografia baseada na epistemologia anticolonial, visto que a educação que temos é pautada no colonialismo, para o qual ter uma alimentação adequada constitui privilégio de apenas uma minoria. A fome é uma violência programada do capitalismo e do próprio Estado que está a serviço permanente da classe dominante.

Relembrando a escritora Carolina quando diz que “somos escravos do custo de vida”, precisamos considerar que: “A fome é um empecilho à libertação de um povo e, desse modo, deve ter prioridade na agenda política de quem quer um país melhor.” (ALMEIDA, 2022 p. 14-15). É preciso uma revolução, e essa revolução se inicia com uma educação que nos desperte para a realidade que vivemos, não fantasiada, mas tal qual ela é, com seus conflitos, contradições, e aflições.

A escritora Carolina compartilha mais um pouco sobre suas aflições, sobretudo, sua guerra contra à fome.

Quadro 16 – Fragmento C (Quarto de despejo: Diário de uma favelada)

Amanheceu garoando. O sol está elevando-se. Mas o seu calor não dissipa o frio. Eu fico pensando: tem época que é o sol que predomina. Tem época que é a chuva. Tem época que é o vento. Agora é a vez do frio. E entre eles não deve haver rivalidades. Cada um por sua vez.

Abri a janela e vi as mulheres rápidas com seus agasalhos descorados. Daqui a uns tempos estes palitól que elas ganharam de outras e que de há muito deveria estar num museu, vão ser substituídos por outros. É os políticos que há de nos dar. Devo incluir-me, porque eu também sou favelada. Sou rebotalho. Estou no quarto de despejo, e o que está no quarto de despejo ou queima -se ou joga-se no lixo.

[...] as mulheres que eu vejo passar vão nas igrejas buscar pães para os filhos. Que o Frei Luiz lhes dá, enquanto os esposos permanecem debaixo das cobertas. Uns porque estão doentes. Outros porque embriagam-se.

[...] para mim o mundo em vez de evoluir está retornando a primitividade. Quem não conhece a fome há de dizer: “quem escreve isto é louco”. Mas quem passa fome há de dizer:

— muito bem, Carolina. Os generos alimentícios deve ser ao alcance de todos.

Como é horrível ver um filho comer e perguntar: “Tem mais?” Esta palavra “tem mais” fica oscilando dentro do cérebro de uma mãe que olha as panela e não tem mais.

[...] Quando um político diz em seus discursos que está ao lado do povo, que via incluir-se na política para melhorar as nossas condições de vida pedindo o nosso voto prometendo congelar os preços, já está ciente que abordando este grave problema ele vence nas urnas. Depois divorcia-se do povo. Olha o povo com os olhos semi-cerrados. Com um orgulho que fere nossa sensibilidade.

[...] Quando cheguei do palácio que é a cidade os meus filhos vieram dizer-me que havia encontrado macarrão no lixo. E a comida era pouca, eu fiz um pouco de macarrão com feijão. E o meu filho João José disse-me:

— Pois é. A senhora disse-me que não ia mais comer as coisas do lixo.

Foi a primeira vez que vi minha palavra falhar. Eu disse:

— É que eu tinha fé no Kubstchek.

— A senhora tinha fé e agora não tem mais?

— Não, meu filho. A democracia está perdendo os seus adeptos. No nosso país tudo está enfraquecendo. O dinheiro é fraco. A democracia é fraca e os políticos fraquíssimos. E tudo que está fraco, morre um dia.

[...] Os políticos sabem que eu sou poetisa. E que o poeta enfrenta a morte quando vê o seu povo oprimido.

Fonte: Jesus, 2020 p. 41

No início da narrativa a escritora Carolina faz referência a falta de condições de se agasalhar adequadamente para se proteger do frio, “agasalhos descorados e gastos pelo tempo.” Ela faz referência também ao espaço onde vive, “Estou no quarto de despejo”. Já falamos a respeito disso, os lugares íngremes, insalubres, sujeitos a inundações e outras intempéries, são destinadas às populações pobres e miseráveis, só pra reafirmar, em sua maioria negra. Carolina fala também da sua condição: “Sou rebotalho”, o resto o que sobrou e que não possui nenhum valor. Ela se refere a descartabilidade humana muito comum na sociedade capitalista.

Em seguida ela menciona as mulheres que vão buscar pães na igreja para alimentar os filhos. Aqui vemos mais uma vez a sobrecarga imposta às mulheres que independente se estão doentes ou indispostas sempre se veem responsáveis pelo sustento dos filhos.

Depois Carolina parece ampliar sua escala de análise e passa olhar para além da favela. Para ela o mundo está regredindo, ao invés de evoluir. Temos que corroborar com Carolina no sentido de que apesar das muitas inovações tecnológicas a pobreza e a miséria

ainda afetam a vida de milhares de pessoas. “a vergonha de nossa época não é que hoje exista fome, e sim que hoje a fome conviva com as condições materiais de resolvê-la”. (PORTO-GONÇALVEZ 2012, p 283). O problema não é a falta de alimento, hoje, com a inserção de tecnologias avançadas na agricultura é possível se obter grandes êxitos no plantio, na colheita e nos demais processos, entretanto, o modo de produção já se encaminha para uma distribuição injusta e desigual dos alimentos. Desse modo enquanto alguns jogam alimentos no lixo, outros se vêem obrigados a mendigarem um pedaço de pão.

A escritora relata sua própria experiência nos mostrando o quão difícil é para uma mãe ouvir o filho pedindo por comida e não ter mais para lhe oferecer, “Olha as panelas e não tem mais”. A alimentação adequada é um direito de todos e todas, entretanto no sistema capitalista esse é um tema que a maioria dos políticos excluem de suas agendas. Muitos “acreditam” que a fome seja uma mera fantasia.

O direito à alimentação é um direito de todos os seres humanos, independentemente da condição social, cor da pele, etnia, local de moradia, crença religiosa, gênero ou idade. No entanto, na atual fase do capitalismo globalizado, esse direito fundamental para a sobrevivência dos seres humanos vem sendo sistematicamente violado como resultado do controle que as grandes empresas transnacionais têm sobre o mercado de alimentos, subordinando o acesso a eles às condições do lucro e da acumulação. Portanto, as pessoas só podem ter acesso aos alimentos quando têm dinheiro e renda para comprá-los. Como em praticamente todas as sociedades, e mais gravemente nos países do hemisfério sul, há elevada concentração da renda, as populações pobres, majoritárias, que vivem nesses países sofrem as consequências da falta de acesso aos alimentos. (STEDILE & CARVALHO, 2012 p. 716)

A escritora Carolina ainda nos chama a atenção para as ações dos políticos que em momentos eleitorais se unem ao povo, mas que depois se “divorcia”. Isso lastimavelmente é uma realidade em nossa sociedade. E diríamos que esse “divórcio” ocorre justamente porque na verdade o compromisso da maior parte dos políticos está voltado para atender aos interesses da elite. Em outra passagem Carolina diz: “muda-se os políticos, mas não acaba com a fome”, muda-se os políticos, mas o projeto de sociedade baseado na exclusão, exploração e opressão continua o mesmo.

Enquanto isso muitas pessoas são obrigadas a recorrerem ao lixo para não morrer de fome. “os meus filhos vieram me dizer que havia encontrado macarrão no lixo”. Carolina já havia dito que não iria mais comer coisas do lixo, acreditando em um político que assim como vários outros não tinha a intenção de intervir no sistema de forma

estrutural, assim devido a pouca comida da qual dispunha, se viu obrigada a comer o macarrão do lixo.

Nesse momento Carolina parece estar desacreditada da política, mas ainda assim **ela está disposta a continuar lutando**. “Os políticos sabem que eu sou poetisa. E que o poeta enfrenta a morte quando vê o seu povo oprimido.” Essa fala da escritora Carolina nos faz lembrar de uma fala do padre Júlio Lancelotti, “Quem está do lado dos cancelados vai ser cancelado também.” No sistema opressor quem procura entender ou mesmo sentir as aflições dos pobres e miseráveis acabam sendo exilados, perseguidos ou mortos. Logo, a importância da união das massas populares na luta contra o sistema opressor. A revolução se dará a partir das massas, dos oprimidos, e dos cancelados, daqueles que sentem na pele e na alma a dor das aflições vividas em um sistema opressor como podemos ver no poema a seguir:

Quadro 17 – “Poema de Natal”

Poema de Natal

O frio assola
os meninos no Natal
nas grutas e nas vielas,
nos condomínios ...

o frio no Natal assola
a vida de muitos.
Na solidão do vazio prato,
o esbanjar da ceia
cerceia o paladar
de quem, apenas em sonho,
molha a farinha seca,
no vinho tinto e extinto
pelo derramamento
do cálice do outro.

O frio no Natal
Não tem nascedouro
Em dezembro.

Há longas datas
O frio assola
A boca vazia
Do ano inteiro.

Em dezembro porém,
Uma lembrança erupciona
A pele de todos.

O frio do outro Menino, o frio do outro...

E então, no afã de exterminar
o nosso frio, fabricamos
o calor de um só dia, esquecidos
de que como os deuses
também podemos milagrar a vida.

Basta tomar
o fogo-brilho da estrela
e com a chama do divino-humano,
que em nós habita,
maravilhar o mundo com
a estrela-guia da justiça.

Fonte: Evaristo , 2017 p. 24-25

No primeiro verso do poema nos deparamos com um verbo “assolar”. No sentido literal ele está relacionado a devastação destruição. No sentido figurado pode significar agonia, aflição. A palavra frio também pode ser compreendida tanto no sentido literal quando no figurado. Frio, devido à falta de agasalho, de moradia adequada... ou o frio emocional, angustia tristeza, sensação de abandono entre outros. A escritora Conceição nos diz que o frio assola os meninos no Natal em vários lugares: grutas, vielas, condomínios. Se considerarmos o Natal uma data de festa, comemorações, fraternidade, onde reina a paz e a alegria, podemos observar que está havendo uma contradição. Na verdade era para os meninos estarem alegres e não assolados pelo frio.

Na segunda estrofe essa contradição fica ainda mais evidente quando notamos expressões contrastantes como: “Na solidão do vazio prato” e “o esbanjar da ceia”. Já comentamos sobre isso em outros momentos, as desigualdades sociais, enquanto muitos tem a ponto de sobrar e jogar fora (esbanjar), outros passam por privações (vazio prato). Podemos notar outro contraste, “molha a farinha seca” e “derramamento do cálice do outro”. Novamente vemos aqui um reaproveitamento, lembrando que a possibilidade desse reaproveitamento no poema, é um sonho.

Já na terceira estrofe a escritora diz que esse frio, essas contradições, não se inicia no mês de dezembro, ela explica que o frio assola o ano todo, ou seja, não é apenas no Natal que tem gente passando por privações, passando fome. Porém, a escritora nos mostra que no Natal “uma lembrança erupciona a pele de todos”, no Natal nos lembramos que existem pessoas passando fome e também padecendo outras necessidades. Assim, nos compadecemos dessas pessoas mas é por apenas um dia. Esquecendo que podemos ajudar essas pessoas de tal forma que suas vidas possam ser melhoradas.

Na última estrofe a escritora dá a dica de como isso pode ser feito, basta que nos deixemos acender em nós a “chama do divino-humano”, a humanidade pautada, sobretudo, no respeito, no amor e na união, fazendo com que a justiça possa brilhar, possa ser vista de forma efetiva na sociedade, e que todos possam viver de forma equitativa e solidária.

O poema faz uma crítica à sociedade capitalista que por sua vez tem como um de seus pilares estruturante o individualismo, ou seja, as pessoas pobres, miseráveis, em situação de rua são lembradas apenas no Natal. É como se a ajuda oferecida a essas pessoas em um só dia do ano nos possibilitasse viver com a consciência tranquila todos os outros 364 ou 365 dias do ano. Enxergamos as misérias e contradições no Natal, depois as “esquecemos”. Não basta auxiliarmos as pessoas carentes em um dois ou mais dias, precisamos lutar para que elas possam sair dessa condição, mas para isso é preciso uma intervenção estrutural no sistema, uma vez que, em um sistema onde impera o capitalismo e o fascismo, as contradições são bem acentuadas, o capital sobrepõe o humano, as pessoas “são mercadorias”, tudo se torna mercadoria, e quem não possui condições de adquirir as mercadorias passa por privações e para não morrer de fome recorre aos restos, ao lixo.

Quadro 18 – Fragmento D (Quarto de despejo: diário de uma favelada)

26 de maio

Amanheceu chovendo. E eu tenho só 4 cruzeiros, e um pouco de comida que sobrou de ontem e uns ossos. Fui buscar água para pôr os ossos ferver. Ainda tem um pouco de macarrão, eu faço uma sopa para os meninos. Vi uma vizinha lavando feijão. Fiquei com inveja. [...] Faz duas semanas que eu não lavo roupas por não ter sabão. Vendi umas taboas por 40 cruzeiros. A mulher disse-me que paga hoje. Se ela pagar eu compro sabão.

27 de maio

[...] Percebi que no Frigorífico jogam creolina no lixo, para o favelado não catar a carne para comer. Não tomei café, ia andando meio tonta. A tontura da fome é pior que a tontura do álcool. A tontura do álcool nos impele a cantar. Mas a da fome nos faz tremer. Percebi que é horrível ter só ar dentro do estômago. Comecei sentir a boca amarga. Pensei: já não basta as amarguras da vida? Parece que quando eu nasci o destino marcou-me para passar fome. Catei um saco de papel. Quando eu penetrei na rua Paulino Guimarães, uma senhora me deu uns jornais. Eram limpos, eu deixei e fui para o depósito. Ia catando tudo o que encontrava. Ferro, lata, carvão, tudo serve para o favelado. O Leon pegou o papel, recebi seis cruzeiros. Pensei guardar o dinheiro para comprar feijão. Mas, vi que não podia porque o meu estômago reclamava e torturava-me.

[...] Resolvi tomar uma média e comprei um pão. Que efeito surpreendente faz a comida no nosso organismo! Eu que antes de comer via o céu, as árvores, as aves tudo amarelo, depois que comi, tudo normalizou-se aos meus olhos.

[...] A comida no estômago é como o combustível nas máquinas. Passei a trabalhar mais depressa. Eu tinha impressão que eu deslisava no espaço. Comecei a sorrir como se estivesse presenciando um lindo espetáculo. E haverá espetáculo mais lindo do que ter o que comer? Parece que eu estava comendo pela primeira vez na minha vida.

Fonte: Jesus, 2020 p. 46-47

A escritora Carolina diz ter apenas 4 cruzeiros, um pouco de comida que havia sobrado do dia anterior e uns **ossos**. Essa sobra de comida não devia ser nada nutritiva, pois ela vê a vizinha cozinhar feijão e fica com inveja, isso significa que nessa sobra nem feijão havia. Além da comida tinha também os ossos que ela ferve para fazer uma sopa para os meninos com um pouco de macarrão, provavelmente aquele encontrado no lixo. Ela aproveitava os ossos, quem sabe para dar um gosto melhor à sopa. E o mais intrigante, ou revoltante é que depois de tantos anos ainda há pessoas cozinhando ossos para alimentar os filhos. A mesma política das décadas de 1950 e 1960 que defendia apenas interesses de uma minoria, continua atuando agora no século XXI.

Temos visto diversas reportagens de pessoas de diferentes lugares aqui no Brasil que recorrem ao lixo para se alimentar, ou ainda aguardam em longas filas o momento de ganhar alguns ossos para complementar a alimentação da família.

Imagem 13 – Moradores pegam ossos de boi descartados em açougues para alimentar filhos



Fonte: Bruna Barbosa Pereira/UOL²⁴ (2021)

²⁴ PEREIRA, Bruna Barbosa. Moradores pegam ossos de boi descartados em açougues para alimentar filhos. Uol. Cuiabá MT 16. jul. 2021. Disponível em:

De acordo com essa reportagem que tem como título: “Moradores pegam ossos de boi descartados em açougues para alimentar filhos”, “Trata-se dos restos do processo de desossa do boi. Nesses pequenos pedaços, ficam resquícios de carne, que se tornam prato principal na casa de cuiabanos em situação de vulnerabilidade financeira e insegurança alimentar.” Aqui temos mais uma visível contradição, moradores do estado brasileiro, Mato Grosso, que tem o maior rebanho bovino do país, ficam em filas para receber doações de ossos.

Mesmo industrializando-se, a nossa economia seguiu os ditames de uma economia de tipo colonial, politicamente desinteressada pela sorte da maioria, apenas ocupada em desenvolver mais o já desenvolvido e em enriquecer mais os já enriquecidos pelo sistema vigente. E é nesse aspecto desequilibrante que o nosso desenvolvimento econômico não corresponde a um autêntico desenvolvimento social, que representa a autêntica aspiração das massas brasileiras. (CASTRO, 2022 p. 296).

Deste modo, entendemos que o Estado sempre visa atender aos interesses da elite, porém, alguns governos ainda se posicionam de forma mais intensa a favor da burguesia, isso faz com que as massas sofram ainda mais com a ausência de um desenvolvimento social e econômico eficiente. Todavia, não podemos nos esquecer que as desigualdades sociais e as contradições são típicas do capitalismo e que enquanto esse sistema estiver vigente, de forma mais ou menos intensa a depender do governo elas sempre estarão presentes na sociedade. Não existe capitalismo humano, uma vez que, este se estrutura na opressão e exploração.

Neste sentido, é fundamental entendermos que as pessoas da classe trabalhadora que recebem mantimentos ou cestas no Natal também são mercadorias, isto é, são moedas de troca quanto a consciência dessas pessoas que sabem que existem contradições no capitalismo, e o capitalismo é por si só um sistema degradante. Desta forma, o capitalismo, como já mencionado, não tem nada de humano, tem de mercadoria.

A escritora prossegue narrando afirmando que não tomou café. E ao se sentir desconfortável ela compara a tontura do álcool com a tontura da fome, sendo esta, pior que àquela. Ela treme por estar com o estômago vazio. No dia anterior ela havia feito uma sopa com os ossos para os meninos, a comida era pouca, muito provavelmente ela não se alimentou adequadamente. É muito comum em situação de extrema pobreza as mães

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/07/16/fila-acougue-cuiaba-doacoes-ossos.htm>
Acesso em: 19. jan. 2023.

deixarem de comer para os filhos se alimentarem. Em nossa obra “O violão vermelho e outras recordações” – ainda não publicada, essa situação é bem evidenciada.

Maria lembrou da mãe Suzana contar que por várias vezes ela passou mal na rua com tontura carregando o filho e a trouxa de roupas da patroa na cabeça. A tontura na verdade era fome, falta de uma alimentação adequada. Tinha dias, quando a comida era pouca, Suzana dava comida para o filho e ficava sem comer. Um dia o menino desconfiou e perguntou: “Mamãe, a senhora não vai comer?” Ela respondeu que iria comer mais tarde, que ainda não estava com vontade. Mal sabia ele que ela estava morrendo de fome. (SILVA, 2023 n. p) - não publicado.

É muito triste saber que uma trabalhadora não ganha o suficiente para ter uma alimentação adequada. Mas infelizmente essa é a condição de muitas mulheres negras que lutam para sobreviver. Ninguém merece passar fome, mas, uma pessoas sair de casa para trabalhar com o estômago “reclamando”, é ainda mais trágico. O mínimo que a classe trabalhadora deve ter são os direitos básicos, e a alimentação é um direito básico, essencial à vida.

A escritora prossegue afirmando que ganhou um dinheiro com a venda do papel, pensou em comprar feijão, mas resolveu comer, porque “o meu estômago reclamava e torturava-me”, ou seja, estava com muita fome. Depois de tomar um cafezinho (média) e comer um pão, ela fica muito feliz, seu trabalho rendeu mais. A visão que estava amarelada, normalizou. E ela compara, ter o que comer a um lindo espetáculo! Observem que a comida a qual ela se refere não é nenhum banquete, é apenas um café e um pão. Uma mulher trabalhadora tal qual Carolina precisava de uma alimentação bem nutritiva. Todavia, conforme já temos visto, não é essa a concepção da classe dominante que tem como fundamento a exploração da classe trabalhadora.

Da mesma forma que temos o racismo estrutural, temos a violência estrutural contra as mulheres negras da classe trabalhadora. O racismo como violência máxima da existência se encontra com as dezenas de violências que somam a opressão e a destruição da vida de mulheres negras. O capitalismo trouxe o pior: o racismo e as violências que são naturalizadas como a fome, a miséria, a opressão e tudo que torna difícil ou mesmo impossível de viver com dignidade. A Geografia, como ciência nascida do colonialismo, não trouxe grandes questões para promoção de outra realidade. A literatura tem essa força, pois promove o tempo todo outra estrutura e outra realidade. Primeiro entendemos que a literatura torna possível entender o mundo, com todas as suas contradições e opressões, após entendermos o mundo olhamos para a cientificidade da Geografia e ficamos surpresas por não termos uma ciência que proponha algo de fato revolucionário. Posteriormente, ao trazermos a literatura com uma Geografia Anticolonial focamos na

forma e no conteúdo da transformação da realidade, tal realidade começa pela subtração de todas as violências, por isso denunciemos e propomos, ao mesmo tempo, outra sociedade, uma sociedade organizada e regida por mulheres negras da classe trabalhadora.

Esse nosso posicionamento parte da compreensão de que as pessoas mais exploradas da classe trabalhadora são as mais invisibilizadas socialmente, principalmente as mulheres negras. Desse modo, suas aflições são negligenciadas, e a fome, uma das piores formas de violência vai sendo “naturalizada” pelos detentores do poder e por parte da sociedade que acaba se tornando adepta da ideologia hegemônica que legitima as desigualdades e contradições sociais. Para amenizar a violência nas suas consciências fazem as famosas cestas de Natal.

Essas desigualdades e contradições sociais não são algo abstrato é possível detectá-las no espaço socialmente construído, no espaço geográfico, que não é vazio, pelo contrário é formado pelo conjunto de vários elementos entre os quais os seres humanos, que por viverem em sociedade estão condicionados a várias relações sociais, inclusive relações de poder. **Algumas perspectivas geográficas têm estudado essas relações, porém, a partir da perspectiva do colonizador, do homem branco opressor.** Dessa forma a tendência é manter-se o mesmo quadro de exploração e opressão. Justamente por isso insistimos em uma outra epistemologia geográfica, a anticolonial, que por sua vez, aborda as relações presentes na sociedade a partir dos colonizados, dos oprimidos.

É a partir dos oprimidos, dos injustiçados que iremos compreender a forma excludente e opressora que a sociedade se encontra organizada. Só então poderemos começar a cogitar estratégias para a Revolução. Sempre lembrando que a Revolução tem início na educação, seja formal ou informal. Essa educação não se restringe as instituições escolares, ela deve alcançar o trabalhador, a trabalhadora, enfim, as massas em sua totalidade.

Apesar das contradições existentes na sociedade ser algo bem visível, por vezes é preciso termos um olhar mais atento, não apenas para vermos, mas, sobretudo, para compreendermos a profundidade e gravidade das contradições e aflições que permeiam a sociedade. A escritora Conceição Evaristo, nos mostra isso no conto “Olhos d’água”.

Quadro 19 – Conto “Olhos d’água”

Olhos d’água

Uma noite, há anos, acordei bruscamente e uma estranha pergunta explodiu de minha boca. **De que cor eram os olhos de minha mãe?** Atordoada, custei reconhecer o quarto

da nova casa em eu que estava morando e não conseguia me lembrar de como havia chegado até ali. E a insistente pergunta martelando, martelando. **De que cor eram os olhos de minha mãe?** Aquela indagação havia surgido há dias, há meses, posso dizer. Entre um afazer e outro, eu me pegava pensando de que cor seriam os olhos de minha mãe. E o que a princípio tinha sido um mero pensamento interrogativo, naquela noite se transformou em uma dolorosa pergunta carregada de um tom acusativo. Então eu não sabia de que cor eram os olhos de minha mãe?

Sendo a primeira de sete filhas, desde cedo busquei dar conta de minhas próprias dificuldades, cresci rápido, passando por uma breve adolescência. Sempre ao lado de minha mãe, aprendi a conhecê-la. **Decifrava o seu silêncio nas horas de dificuldades**, como também **sabia reconhecer, em seus gestos, prenúncios de possíveis alegrias**. Naquele momento, entretanto, me descobria cheia de culpa, por não recordar de que cor seriam os seus olhos. Eu achava tudo muito estranho, pois me lembrava nitidamente de vários detalhes do corpo dela. **Da unha encravada do dedo mindinho do pé esquerdo... Da verruga que se perdia no meio uma cabeleira crespa e bela...** Um dia, brincando de pentear boneca, alegria que a mãe nos dava quando, deixando por uns momentos o lava-lava, o passa-passa das roupagens alheias e se tornava uma grande boneca negra para as filhas, descobrimos uma bolinha escondida bem no couro cabeludo dela. Pensamos que fosse carrapato. A mãe cochilava e uma de minhas irmãs, aflita, querendo livrar a boneca-mãe daquele padecer, puxou rápido o bichinho. A mãe e nós rimos e rimos e rimos de nosso engano. A mãe riu tanto, das lágrimas escorrerem. **Mas de que cor eram os olhos dela?** Eu me lembrava também de algumas histórias da infância de minha mãe. Ela havia nascido em um lugar perdido no interior de Minas. Ali, as crianças andavam nuas até bem grandinhas. As meninas, assim que os seios começavam a brotar, ganhavam roupas antes dos meninos. Às vezes, as histórias da infância de minha mãe confundiam-se com as de minha própria infância. Lembro-me de que muitas vezes, quando a mãe cozinhava, da panela subia cheiro algum. Era como se cozinhasse, ali, apenas o nosso desesperado desejo de alimento. As labaredas, sob a água solitária que fervia na panela cheia de fome, pareciam debochar do vazio do nosso estômago, ignorando nossas bocas infantis em que as línguas brincavam a salivar sonho de comida. E era justamente nesses dias de parco ou nenhum alimento que ela mais brincava com as filhas. Nessas ocasiões a brincadeira preferida era aquela em que a mãe era a Senhora, a Rainha. Ela se assentava em seu trono, um pequeno banquinho de madeira. Felizes, colhíamos flores cultivadas em um pequeno pedaço de terra que circundava o nosso barraco. As flores eram depois solenemente distribuídas por seus cabelos, braços e colo. E diante dela fazíamos reverências à Senhora. Postávamos deitadas no chão e batíamos cabeça para a Rainha. Nós, princesas, em volta dela, cantávamos, dançávamos, sorriamos. A mãe só ria de uma maneira triste e com um sorriso molhado... **Mas de que cor eram os olhos de minha mãe?** Eu sabia, desde aquela época, que a mãe inventava esse e outros jogos para distrair a nossa fome. E a nossa fome se distraía.

Às vezes, no final da tarde, antes que a noite tomasse conta do tempo, ela se sentava na soleira da porta e, juntas, ficávamos contemplando as artes das nuvens no céu. Umavam viravam carneirinhos; outras, cachorrinhos; algumas, gigantes adormecidos, e havia aquelas que eram só nuvens, algodão doce. A mãe, então, espichava o braço, que ia até o céu, colhia aquela nuvem, repartia em pedacinhos e enfiava rápido na boca de cada uma de nós. Tudo tinha de ser muito rápido, antes que a nuvem derretesse e com ela os nossos sonhos se esvaecessem também. **Mas de que cor eram os olhos de minha mãe?**

Lembro-me ainda do temor de minha mãe nos dias de fortes chuvas. Em cima da cama, agarrada a nós, ela nos protegia com seu abraço. E com os olhos alagados de prantos balbuciava rezas a Santa Bárbara, temendo que o nosso frágil barraco desabasse sobre nós. E eu não sei se o lamento-pranto de minha mãe, se o barulho da chuva... Sei que tudo me causava a sensação de que a nossa casa balançava ao vento. Nesses momentos os olhos de minha mãe se confundiam com os olhos da natureza. Chovia, chorava! Chorava, chovia! Então, por que eu não conseguia lembrar a cor dos olhos dela?

E naquela noite a pergunta continuava me atormentando. Havia anos que eu estava fora de minha cidade natal. Sáira de minha casa em busca de melhor condição de vida para mim e para minha família: ela e minhas irmãs tinham ficado para trás. Mas eu nunca esquecera a minha mãe. **Reconhecia a importância dela na minha vida, não só dela, mas de minhas tias e de todas as mulheres de minha família**. E também, já naquela época, eu entoava cantos de louvor a todas nossas ancestrais, que desde a África vinham arando a terra da vida com as suas próprias mãos, palavras e sangue. Não, eu não esqueço essas Senhoras, nossas Yabás, donas de tantas sabedorias. **Mas de que cor eram os olhos de minha mãe?**

E foi então que, tomada pelo desespero por não me lembrar de que cor seriam os olhos de minha mãe, naquele momento resolvi deixar tudo e, no dia seguinte, voltar à cidade em que nasci. Eu precisava buscar o rosto de minha mãe, fixar o meu olhar no dela, para nunca mais esquecer a cor de seus olhos.

Assim fiz. Voltei, aflita, mas satisfeita. **Vivia a sensação de estar cumprindo um ritual, em que a oferenda aos Orixás deveria ser descoberta da cor dos olhos de minha mãe**. E quando, após longos dias de viagem para chegar à minha terra, pude contemplar extasiada os olhos de minha mãe, sabem o que vi? Sabem o que vi?

Vi só lágrimas e lágrimas. Entretanto, ela sorria feliz. Mas eram tantas lágrimas, que eu me perguntei se minha mãe tinha olhos ou rios caudalosos sobre a face. E só então compreendi. Minha mãe trazia, serenamente em si, águas correntezas. Por isso, prantos e prantos a enfeitar o seu rosto. **A cor dos olhos de minha mãe era cor de olhos d'água. Águas de Mamãe Oxum! Rios calmos, mas profundos e enganosos para quem contempla a vida apenas pela superfície**. Sim, águas de Mamãe Oxum.

Abracei a mãe, encostei meu rosto no dela e pedi proteção. Senti as lágrimas delas se misturarem às minhas.

Hoje, quando já alcancei a cor dos olhos de minha mãe, tento descobrir a cor dos olhos de minha filha. Faço a brincadeira em que os olhos de uma se tornam o espelho para os olhos da outra. E um dia desses me surpreendi com um gesto de minha menina. Quando nós duas estávamos nesse doce jogo, ela tocou suavemente no meu rosto, me contemplando intensamente. E, enquanto jogava o olhar dela no meu, perguntou baixinho, mas tão baixinho, como se fosse uma pergunta para ela mesma, ou como estivesse buscando e encontrando a revelação de um mistério ou de um grande segredo. Eu escutei quando, sussurrando, minha filha falou:

— Mãe, qual é a cor tão úmida de seus olhos?

Fonte: Evaristo, 2016 p. 15-19

Toda a narrativa do conto se desenvolve em torno da questão que atormenta a narradora que quer saber a cor dos olhos de sua mãe. É interessante quando a escritora

menciona que a pergunta que em um primeiro momento parecia simples, passou a ser algo **doloroso** em tom **acusativo**. A narradora se sente incomodada e até mesmo culpada por não conseguir se lembrar da cor dos olhos da mãe. Então em uma retrospectiva ela se recorda que conhecia muito bem a mãe, tanto aspectos físicos: a verruga na cabeça e a unha encravada do dedo mindinho, quanto detalhes relacionados ao emocional: “o silêncio nas horas de dificuldades ou prenúncios de possíveis alegrias por meio dos gestos. Mas, a cor dos olhos da mãe ela não sabia.

A narradora relembra momentos vividos na infância, as brincadeiras entre ela, a mãe e as irmãs. Relembra também das dificuldades vividas. Ela faz referência ao local onde a mãe havia nascido como “um lugar perdido no interior de Minas”. Mais uma vez vemos aqui as pessoas pobres vivendo afastadas dos centros urbanos, morando, nos dizeres da escritora Carolina “Onde o Judas perdeu as botas”. Conforme já dissemos na organização espacial da sociedade, os piores lugares são destinados as pessoas trabalhadoras e pobres, em sua maioria pessoas negras.

Além do lugar, a narradora menciona também a falta de alimentos. “Da panela subia cheiro algum”, “desesperado desejo de alimentos”, “panela cheia de fome”, “salivar sonho de comida”. Todas essas expressões nos levam a imaginar que a família passava por intensa privação quanto a alimentação. E que a fome se fazia íntima naquele lar, assim como no lar de milhares de pessoas. Para distrair a fome das filhas a mãe as distraía com brincadeiras para amenizar o sofrimento delas diante da reduzida ou mesmo da falta de alimentação. Sabemos que quem deveria solucionar o problema da fome são os políticos, são eles juntamente com as elites que detém o poder e por isso estão no controle da situação. Porém, devido a omissão desses atores, as mães e os pais agem da forma que podem para garantir o mínimo de conforto para os seus filhos. A situação é dolorosa, mas essa é a realidade da sociedade capitalista.

Outra questão abordada no conto é quanto à moradia: a mãe abraçava as filhas e rezava, temendo que o **frágil barraco** pudesse vir desabar sobre elas. Temos aqui uma questão extremamente importante – a fé, todavia, essa fé deve servir como instrumento de libertação e não de opressão. Podemos ter fé que um frágil barraco não irá cair em meio a uma tempestade, mas podemos também ter fé que conseguiremos uma casa de alvenaria tal qual o sonho da escritora Carolina Maria de Jesus. Não podemos nos acomodar a condição de opressão à qual estamos submetidos, é preciso ação. Isso em hipótese alguma é fácil, não é uma mágica, e apenas quem já viveu situações como essa narrada nesse conto é que consegue compreender o quanto é difícil principalmente para

uma mãe estar nessa condição. É preciso muita luta contra toda a violência do capitalismo, muita determinação.

A narradora é uma das muitas pessoas que saiu do interior rumo aos grandes centros urbanos em busca de melhores condições de vida. “Havia anos que eu estava fora de minha cidade natal. Saíra de minha casa em busca de melhor condição de vida para mim e minha família.” São muitas pessoas que assim como a narradora deixam a cidade natal e vão em busca de melhores condições de vida. Deixar a cidade natal em busca de lugares melhores para se viver, pode ser uma importante válvula de escape, porém, cremos que lutar também por mudanças estruturais a fim de melhorar as condições econômicas e sociais das massas seria o caminho certo a ser trilhado. Temos consciência de que isso não será fácil, porém, também não é algo impossível de se realizar. Logo essa possibilidade deve ser cogitada, estudada para que possa ser colocada em prática.

Outra questão que não pode passar despercebida, se refere ao racismo ambiental já abordado aqui nesse trabalho. Por mais que temos a plena consciência de que a chuva seja um fenômeno natural e ocorre independente da vontade humana, não podemos negligenciar o fato de que geralmente as pessoas que mais sofrem com a chuva ou outros fenômenos da natureza são as pessoas pobres, maioria negra. É evidente que existem fenômenos que atingem uma população inteira sem distinção. Mas, há também situações com perdas humanas e materiais que “a culpa não é de São Pedro”, e sim de atores políticos responsáveis pelos planejamentos estratégicos visando mais o lucro do que o bem estar e a vida humana das massas.

A narradora faz referência as suas ancestrais, conforme já vimos no início do capítulo, no poema “Vozes – mulheres”, foi intenso o sofrimento dessas mulheres. “que desde a África vinham arando a terra da vida com suas próprias mãos, palavras e sangue.” Entretanto, cremos que a alusão a esses sofrimentos não é para nos entristecer, ou simples informações, **pelo contrário é um memorial para nos inspirar na luta anticolonial.**

Em meio ao desespero a escritora decide deixar sua cidade e voltar a terra natal para resolver a questão que tanto lhe incomoda. Encontra a mãe e o que ela vê é lágrimas e lágrimas. “A cor dos olhos de minha mãe era cor de olhos d’água.” São muitas lágrimas, “Abraçei a mãe, encostei meu rosto no dela e pedi proteção. Senti as lágrimas **delas** se misturarem às minhas”. A palavra “delas”, um pronome no plural nos chama a atenção para algo de extrema importância. Note-se que a escritora está se referindo não apenas as suas lágrimas e as de sua mãe, há lágrimas de mais pessoas, quem sabe, as lágrimas das irmãs e das ancestrais citadas no conto e de muitas outras mulheres negras.

Depois que a escritora descobre a cor dos olhos da mãe, ela passa a desenvolver certa brincadeira com a filha: “Faço a brincadeira em que os olhos de uma se tornam o espelho para os olhos da outra.” E em um dia em que mãe e filha estavam nessa brincadeira. A filha pergunta bem baixinho para mãe:

“— Mãe, qual é a cor tão úmida de seus olhos?”

É interessante observar aqui que na brincadeira do espelho, os olhos da mãe que são vistos pela filha, na verdade são os seus olhos, ou seja, os olhos da filha estão úmidos. Avó, mãe e filha tem os olhos molhados, ou seja, os olhos molhados se faz presente na história de todas. Observem também que nos olhos da avó há muitas lágrimas, nos olhos da filha também há lágrimas e os olhos da neta estão úmidos. **Se fizermos uma retrospectiva a respeito da vida da mulher negra veremos que essas lágrimas estão registradas na história e no espaço**, desde os navios negreiros até os nossos dias; estão presentes também em todas as regiões brasileiras, e em outras nações também.

Entretanto, devido as intensas lutas principalmente de mulheres negras reivindicando seus direitos, podemos dizer que houve avanços significativos em algumas esferas de suas vidas. Porém, não podemos desconsiderar que a maioria das mulheres negras ainda não foram contempladas com esses avanços.

Existem mulheres negras com os olhos úmidos, porque apesar das conquistas ainda existe opressão por parte do homem branco opressor que não aceita a ascensão dessa mulher; existem mulheres negras com lágrimas nos olhos devido a opressão e as grandes dificuldades que já enfrentaram e ainda enfrentam, e existem mulheres negras com muitas e muitas lágrimas nos olhos, justamente porque além da opressão ainda não tiveram oportunidade de realizar as mais simples e imprescindíveis conquistas: trabalho, moradia, saúde, educação, alimentação...

Os olhos no sentido literal está relacionado à visão da materialidade, por meio deles podemos enxergar as mazelas existentes na sociedade, fome, violência, moradias precárias entre outras, porém olhos no sentido figurado está relacionado ao cuidado, a atenção, ou seja, um olhar para além daquilo que está posto. Para olharmos nos olhos de alguém não podemos estar com a cabeça baixa, mas sim em posição de igualdade, e quando agimos dessa forma passamos a ver, ou melhor sentir não apenas as dores e aflições do outro, mas também as nossas. Passamos a compreender que há muitos olhos molhados com muitas e muitas lágrimas, precisando de apoio. O capitalismo prega a todo momento o individualismo, porém é por meio da coletividade, da união das e dos trabalhadores oprimidos que venceremos a opressão.

Lembrando que sempre enfatizamos a mulher negra devido a tripla condição de oprimida que geralmente lhe é imprimida por ser mulher, negra e pobre. Porém, a luta anticolonial visa a liberdade de todos sem exceção, desse modo enquanto houver um único ser humano, com os olhos molhados de lágrimas ou mesmo úmidos, resultado de qualquer que seja a opressão, a luta deve continuar. As muitas lágrimas de nossas antepassadas, as nossas lágrimas e as lágrimas das futuras gerações, jamais servirão para nos afogar, mas formarão mananciais que fortalecerão nossas lutas.

Lutas por direitos, lutas contra a desmedida violência que assola a sociedade. A escritora Carolina deixa bem evidente em suas obras literárias, essa violência existente na sociedade. No fragmento a seguir Carolina nos traz um relato de um fato vivido que ela presenciou ainda na infância.

Quadro 20 – Fragmento E (Diário de Bitita)

O fato que me horrorizou foi ver um soldado matar um preto. O policial deu-lhe voz de prisão; ele era da roça, saiu correndo. O policial deu-lhe um tiro. A bala penetrou dentro do ouvido. O soldado que deu-lhe o tiro sorria dizendo:

— Que pontaria eu tenho!

Com o pé, ele movia o corpo sem vida do infausto e dizia:

— Ele deve ser baiano.

E eu fiquei pensando nos baianos que eram obrigados a deixar a Bahia porque lá não chove, e serem mortos pelos policiais. Será que ele tem mãe? quem é que vai chorar por ele? Ele não brigou, não xingou, não bebeu pinga. Não havia motivos para matá-lo. Quando o delegado chegou, olhou o morto, e mandou sepultá-lo. E tudo acabou-se.

E se o vovô rezasse um terço pedindo a Deus para chover no Norte? E Deus atende o vovô. Quando ele reza, chove e os nortistas não precisam deixar o Norte e vir para Sacramento e serem mortos sem motivo. Chorei. Ele merecia as minhas lágrimas.

O soldado que matou o nortista era branco. O delegado era branco. E eu fiquei com medo dos brancos e olhei a minha pele preta. Por que será que o branco pode matar o preto? Será que Deus deu o mundo para eles? Eu tinha excesso de imaginação, mas não chegava a nenhuma conclusão nos fatos que presenciava. Estava com seis anos. O único lugar seguro para eu guardar os fatos era dentro da minha cabeça. Minha cabeça é um cofre. Minha mentalidade aclarou-se, muito mesmo.

Fonte: Jesus, 2014 p. 115-116

A escritora narra a morte de um homem negro por um soldado. Sem conhecimento das normas policiais o homem acabou levando um tiro no ouvido, e como se não bastasse tamanha violência e crueldade o soldado ainda zomba do homem preto. E sem nenhuma ética ou respeito coloca o pé no corpo dizendo que devia ser baiano. o

homem negro era desprezível aos olhos da sociedade capitalista, opressora e excludente, por dois motivos: por ser negro e por pertencer a uma região brasileira menosprezada.

São várias as pessoas que deixam a região nordeste migrando para outras regiões em busca de trabalho e melhores condições de vida. João Cabral de Melo Neto em “Morte e vida Severina” e Guimarães Rosa em "Grandes Sertões: Veredas" retratam esse processo migratório, de pessoas “fugindo” da seca que assolam a região. Essa era uma das preocupações de Carolina, uma vez que, nem todos os migrantes têm sorte de encontrar o tão sonhado emprego que lhe proporcione melhores condições de vida. Às vezes pode ocorrer o mesmo que aconteceu ao homem negro citado na narrativa.

Desse modo Carolina tenta encontrar uma solução para que os nordestinos não precisem abandonar sua região de origem. Ela chega pensar nas rezas do avô para que fizesse chover no Nordeste. Todavia, como bem sabemos a questão da região nordeste vai além de fatores climáticos, estando relacionada bem mais com fatores políticos.

O Nordeste não está condenado irremediavelmente a pobreza e o seu povo à fome, por qualquer forma de determinismo inexorável, mas, porque no jogo das variáveis econômicas, a política colonial que se afrouxou mais no Sul ainda se mantém bem arrojada na região nordestina, simples produtora de matérias-primas e produtos de base. Chego às vezes a pensar que o que mais tem faltado ultimamente ao Nordeste é um pouco mais de força política – liderança – para reivindicar em termos dialéticos, e não de suplica, os seus direitos humanos. Se o Nordeste, ou melhor, todo o norte reunido, advogasse uma política cambial de exportação, de tarifas e de crédito que não lhe fosse tão nociva ou injusta, beneficiando apenas a economia de outras áreas do país, a sua economia se expandiria bem mais depressa do que através de limitados créditos orçamentários que são simples grãos de areia, caindo num mar de miséria e, portanto, incapazes de cimentar qualquer coisa de realmente sólido. (CASTRO, 2022 p. 291-292).

É importante refletirmos aqui, sobre como o colonialismo juntamente com o capitalismo, suscitam a violência de várias formas. Ao mesmo tempo que permitem a fome e a miséria assolar determinada região provocando a emigração do indivíduo, permitem por meio do Estado e de seus agentes a violência física e até mesmo a morte desse indivíduo que sai de sua terra natal em busca de melhores condições de vida. Se não morre de fome, morre na bala.

Isso é extremamente lamentável! E é lamentável justamente porque vemos com muita clareza o papel opressor do Estado que deveria proporcionar segurança aos indivíduos. “Quando o delegado chegou, olhou o morto, e mandou sepultá-lo. E tudo acabou-se.” O soldado matou o homem negro sem motivos, e ainda zombou da vítima, e no final tudo termina como se a vida do homem negro não tivesse nenhum valor. Mas, Carolina faz questão de enfatizar que o soldado que matou o homem negro era branco, o

delegado era branco, podemos imaginar que se tivessem levado o caso ao juiz, esse também seria um homem branco. **Ou seja, a opressão do homem branco sobre as pessoas negras não foi extinta com a abolição da escravidão, ela continua.** E essas questões são completamente negligenciadas nos livros didáticos, nos manuais de formação docente, na Base Nacional Curricular - BNCC e nos currículos estaduais e municipais.

Negligenciar a violência e o racismo é uma forma de fortalecer o próprio capitalismo.

Uma outra questão de extrema importância incomoda Carolina, ela se preocupa com a mãe da vítima. “Será que ele tem mãe”. Nessa época Carolina ainda não era mãe, ela tinha apenas seis anos de idade e já imaginava a dor de uma mãe que perde seu filho. Lastimavelmente temos visto diariamente mães chorando e sofrendo a perda de seus filhos vítimas de soldados “bons na pontaria” que não erram o alvo que na maioria das vezes é uma pessoa preta. Crianças, adolescentes e jovens são covardemente assassinados por um Estado que deveria defendê-los.

Na época do ocorrido Carolina não podia fazer nada (era apenas uma criança) a não ser guardar os fatos em sua memória. Fatos que são extremamente importantes para compreendermos as ações do Estado nas relações socioespaciais.

Tempos depois já adulta Carolina registra outra ação violenta de um soldado branco contra um homem preto.

Quadro 21 – Fragmento F (Quarto de despejo: diário de uma favelada)

[...] eu estava pagando o sapateiro e conversando com um preto que estava lendo um jornal. Ele estava revoltado com o guarda civil que espancou um preto e amarrou numa arvore. O guarda civil é branco. E há certos brancos que transforma preto em bode expiatório. Quem sabe se guarda civil ignora que já foi extinta a escravidão e ainda estamos no regime da chibata?

Fonte: Jesus, 2020 p. 101

Esse fragmento compôs uma questão do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em 2022. A escritora Carolina menciona uma conversa que teve com um preto sobre uma notícia do jornal. Nesse pequeno fragmento podemos observar vários indicativos que nos mostra claramente a presença do racismo na sociedade, não apenas

nas décadas de 1950, 1960... mas também, atualmente, visto que, cenas como essa narrada por Carolina tem se tornado muito frequentes em nossos dias.

É importante ressaltar aqui o fato deste fragmento ter feito parte de uma questão do ENEM, ou seja, nas escolas que temos ido realizar palestras, sempre gostamos de perguntar quem já ouviu falar, ou já leu as escritoras Carolina e Conceição, em todas as vezes apenas uma minoria diz já ter ouvido falar nas escritoras e uma quantidade menos ainda de alunos e alunas já leram algumas de suas obras. Logo, apesar de considerarmos positivo, o fato de uma escritora negra ser abordada no ENEM, não podemos negligenciar o fato de cobrar algo em um exame extremamente importante que não foi ensinado em sala de aula. Desse modo cremos ser de extrema importância não apenas abordar escritores e escritoras negras no ENEM, e em outros exames, mas sobretudo, levar esses e essas autoras para sala de aula. De outro modo, esse tipo de abordagem no ENEM, servirá tão somente para mascarar a realidade.

Prosseguindo com a análise do fragmento podemos ver que o preto estava revoltado, tal qual a revolta apresentada pela escritora Conceição no poema “Vozes – mulheres”, agora essa palavra surge novamente devido a injustiça praticada contra um ser humano. Revolta por causa da covardia e do abuso de poder. Esse abuso é comprovado quando é mencionado que além de espancar o homem negro ele ainda foi amarrado a uma árvore, ou seja, foi torturado. Fanon (2022) nos explica que:

O mundo colonizado é um mundo dividido em dois. A linha divisória, a fronteira, é indicada pelos quartéis e delegacias de polícia. Nas colônias, o interlocutor válido e institucional do colonizado, o porta-voz do colono e do regime de opressão, é o policial ou o soldado. (FANON, 2022 p. 34).

Sabemos que todos devem pagar por seus crimes, porém ser penalizado devido a cor ou raça, não significa fazer justiça e sim abuso de poder. Carolina ainda menciona que o guarda civil é branco e que há certos brancos que transforma preto em bode expiatório, ou seja, em culpado, destinado a morrer.

Nos países capitalistas, entre o explorado e o poder se interpõe uma multidão de professores de moral, de conselheiros, de “desorientados”. Nas regiões coloniais, ao contrário, o policial e o soldado, por sua presença imediata, suas intervenções diretas e frequentes, mantêm contato com o colonizado e o aconselham, valendo-se de coronhadas ou bombas de napalm, a ficar quieto. Vê-se que o intermediário do poder usa uma linguagem de pura violência. O intermediário não alivia a opressão, não encobre a dominação. Ele as exhibe e manifesta com a consciência tranquila das forças de segurança. O intermediário leva a violência para dentro das casas e do cérebro do colonizado. (FANON, 2022 p. 34).

Carolina faz também referência ao período da escravidão, mencionando a chibata, um dos instrumentos utilizados para castigar os negros nesse período. Ao fazer

essa referência fica bem evidente que o acontecimento mencionado é fruto do racismo estrutural, ou seja, suas raízes remontam do período colonial no qual os negros eram açoitados com chibatas pelo homem branco ou a mando dele. **O ocorrido não foi um fato isolado, e sim um fato histórico envolvendo relações sociais espacializadas.** Essas relações que envolve poder, assim como no período da escravidão, estão sob o domínio do homem branco. Desse modo as pessoas negras continuam sendo oprimidas e em casos mais extremos acabam sendo mortas.

A escritora Carolina denuncia essa violência do Estado que a serviço das elites massacram e oprime as massas despossuídas de poder.

Quadro 22 – Fragmento G (Casa de Alvenaria volume 1 Osasco)

Levantei as 4 horas preparando-nos para ir a Porto Alegre. Dei dinheiro aos filhos. Pedi a Dona Maria para cuidar da casa, e lavar as roupas e olhar os meninos. Eles reinam muito, e os vizinhos reclamam, aconselhando-me para interná-los. Quando estávamos na favela passando fome eu não os internei, agora que posso dar-lhes o que comer é que vou interná-los seria injustiça de minha parte.

[...] Onde estava a feira do livro várias pessoas aguardava-me. Ouvi um jovem dizer:

— Que negra feia.
Sorri e disse-lhe:

— Eu acho feio os indolentes, os incultos, os ébrios, os homens de baixa competição. Os frages que estão expostos as quedas moraes que desclassificam perante a sociedade.

Eu ia autografando os livros com todo carinho. Nunca joguei um livro no solo ou sentar em cima de um livro, ou queimá-lo. Para mim o livro é sua Excelência número um. Eu queria olhar a praça para descrevê-la mas, não era possível devido a quantidade de livros para autografá-los. Vi apenas uns arvoredos verde garrafa e algumas barraquinhas de livros espalhadas. Para mim a praça estava adornada. Tinha livros. Um pretinho circulava e dizia em voz alta:

— Sabe Carolina; peço-te para incluir no teu Diário que há preconceito aqui no sul.

Os brancos que estavam presentes entreolhavam-se achando incomoda as queixas do pretinho. Parei para ouvi-lo. Creio que devo considerar os meus irmãos na cor.

—Está bem, incluirei tua queixa no meu Diário.

Quer dizer que há preconceito no Sul da América do Sul e no Sul do Brasil. — Será que os sulistas brasileiros estão imitando os Norte-Americanos, não creio. Os brasileiros são cultos. Eu não queria maguar ninguém. Não posso deixar má impressão por onde passar. Quando vou viajar esforço-me para não ficar nervosa.

O pretinho despediu-se e saiu contente, como se tivesse realizado uma proeza. Pensei: ele confia em mim, e sabe que vou inclui-lo no meu Diário. Vou registrar a sua queixa.

Fonte: Jesus, 2021 p. 148, 151-152)

Esse fragmento se inicia com a ida da escritora Carolina a Porto Alegre RS. Nessa época ela não morava mais na favela e já havia publicado a obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada”. Ela narra aqui sobre os seus vizinhos a aconselharem a internar seus filhos. É importante se atentar para a forma a qual as pessoas querem resolver os problemas transferindo responsabilidades. Mesmo os filhos dando trabalho, Carolina não os interna, até porque como ela mesma explica, quando eles passavam fome ela não os internou agora seria injusto interná-los no momento de fartura. Às vezes é mais fácil transferir o “problema” que tentar resolvê-lo. Isso acontece muito nas escolas públicas com crianças negras. Posteriormente voltaremos a esse assunto.

Carolina prossegue a narrativa dizendo que ouviu um jovem dizer que ela era uma negra feia. A expressão “ — Que negra feia” é carregada de significados. Carolina uma mulher, negra, que morava na favela, catadora de materiais recicláveis, aparece no sul do país, lugar de população predominantemente branca, autografando livros, pode parecer muito revoltante para pessoas acostumadas com privilégios da casa grande.

No imaginário da sociedade racista e machista isso é inadmissível. Ou seja, para essas pessoas o lugar da mulher negra é servindo a senhora, a patroa, e não escrevendo, autografando e principalmente denunciando os desmandos da classe dominante, do homem branco. Carolina fala sobre a decepção da mulher que lhe auxiliava em suas tarefas domésticas, que não se conformava em trabalhar para uma mulher preta. “— Meu Deus do céu... isto é o fim do mundo! Deus está me castigando, o mundo está virando. Eu, branca, ter uma patroa preta! Quem deve ser patrões é os brancos, sempre foi assim.” (JESUS, 2021 p. 191). Na concepção colonialista é injustiça as pessoas negras deixarem a “senzala” para exercerem papéis exercidos pelos senhores e senhoras da “casa grande”.

Pode até ser que algumas atividades executadas por pessoas negras sejam “aceitas” por racistas, como as jogadoras e os jogadores, os dançarinos e dançarinas, entre outros. Mas, pessoas negras exercerem atividades intelectuais é visto por essas pessoas racistas como uma tremenda afronta.

Levantei as 3 horas. Lavei a cozinha e passei as roupas. Comprei o jornal Diário da Noite tinha uma reportagem para mim. [...] Fui comprar verduras comprei melancia e ovos. Mostrei o jornal para Dona Anita da quitanda. Ela diz que eu ando mal vestida, que posso arranjar empregada. As empregadas são petulantes. Ela disse-me que o seu esposo me viu na televisão em 1952. E contou - lhe que havia uma escritora preta em São Paulo.

— **Preto... ser escritor!**

Ela disse que supôs que o seu esposo estava agradando-lhe porque chegou tarde. (JESUS, 2021 p. 110 <grifo nosso>).

Porque uma mulher negra não pode ser uma escritora, uma intelectual? Será que pessoas brancas têm medo de perderem seus lugares, seus privilégios? Realmente uma mulher negra que denuncia não apenas a sua condição de oprimida, mas também, a condição de exclusão e opressão na qual outras pessoas estão submetidas, pode ser “perigoso” para as elites. Se mais e mais mulheres, mais e mais pessoas negras despertam do “coma colonial”, será uma verdadeira ameaça ao sistema capitalista.

Observem que quando o pretinho pede para a escritora Carolina incluir em seu Diário que há preconceito no Sul, as pessoas brancas não gostam da atitude do mesmo. “Os brancos que estavam presentes entreolhavam-se achando incômodas as queixas do pretinho.” É interessante quando ela diz que os brancos se entreolharam, ou seja, se olharam mutuamente, com reciprocidade, talvez fossem cúmplices de alguma ação racista, não podemos descartar essa possibilidade, mesmo porque ainda hoje temos casos de pessoas vivendo em situação análoga à escravidão nessa região. Temos também caso de racismo com vítima fatal.

Imagem 14 – Homem negro espancado e morto por dois homens brancos



Fonte: G1²⁵ Rio Grande do Sul (2020)

²⁵ Homem negro é espancado até a morte em supermercado do grupo Carrefour em porto Alegre. 20. nov. 2020. disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/11/20/homem-negro-e->

O homem na imagem é João Alberto Silveira Freitas, de 40 anos, espancado até a morte por dois homens brancos no supermercado Carrefour em Porto Alegre RS às vésperas do dia da Consciência Negra, 20 de novembro. Esse fato reafirma que o racismo se encontra latente em nossa sociedade, assim como no passado.

A escritora Carolina faz menção ao preconceito, que na verdade acreditamos ser racismo e não preconceito, ou talvez os dois juntos, existente no sul dos Estados Unidos. De forma irônica ela diz não crer que os brasileiros estejam imitando os norte-americanos. Há quem diga que no Brasil não existe racismo tal qual nos Estados Unidos, porém, lamentavelmente sabemos que existe sim um racismo muito violento no Brasil, que oprime, que exclui e que é capaz, sobretudo, de tirar a vida das pessoas negras.

Esse racismo se encontra nas igrejas, nas escolas, nos estádios, nas repartições públicas, nos estabelecimentos comerciais e administrativos e em vários outros lugares. Qualquer erro, até que se prove o contrário, os primeiros suspeitos são as pessoas negras. Quando a escritora Carolina narra os fatos ela mostra isso com muita precisão, visto que, não é mera imaginação, ela conviveu com atitudes racistas a vida toda, mesmo depois de ter saído da favela e publicado livros. Ela sentiu na própria pele o que é ser uma mulher negra em uma sociedade racista.

Quadro 23 – Fragmento H (Diário de Bitita)

Fui trabalhar na residência do senhor Armand Goulart. Não dei conta do serviço, saí e fiquei em casa. Era duro conseguir algum dinheiro, fui trabalhar na casa do farmacêutico Manoel Magalhães. Eles estavam alegres por estarem hospedando seu sobrinho, padre Geraldo. Consideravam-se importantes por terem um padre na família. Ele chegava de Roma, ia rezar uma missa. Todos estavam convidados.

Eu não conhecia a casa. Ficava só na cozinha e no quintal. Quando houve um rebuliço lá dentro.

Eu só ouvia a palavra: “Sumiu! Sumiu! Deve ter sido ela”. Eu estava estendendo as roupas quando vi chegarem dois soldados.

— Vamos, vamos vagabunda. Ladra! Nojenta. Leprosa.

Assustei:

— O que houve?

— Ainda pergunta cara de pau! Você roubou cem mil-réis do padre Geraldo.

Eram dez horas da manhã. A notícia circulou.

— A Bitita roubou cem mil-réis do padre Geraldo Magalhães.

— Credo! Ela vai para o inferno!

Foram avisar mamãe. É a única pessoa que está sempre presente nas nossas alegrias ou nas desditas.

espancado-ate-a-morte-em-supermercado-do-grupo-carrefour-em-porto-alegre.ghtml. Acesso em 20. nov. 2023.

— Você roubou, Bitita?

— Não senhora! Eu nunca vi cem mil-réis.

O meu desejo era ver as cédulas de cem, duzentos, quinhentos e a de um conto de réis. Eu conhecia só as notas de cinquenta, vinte, dez, cinco, dois e um mil-réis.

Fui presa por dois soldados e um sargento. Pensei: “Será que eles vão me obrigar a percorrer as ruas com as crianças gritando: a Bitita roubou cem mil-réis. — A Bitita roubou cem mil-réis!”.

Compreendi que todos os pretos deveriam esperar por isso.

Quando o soldado ia me bater, o telefone tocou. O padre avisava que havia encontrado o dinheiro na carteira dos cigarros. Ele queria me pedir perdão.

A família não consentiu dizendo que o negro tem a mentalidade de animal. A prova é visível, eles só sabem dançar e beber pinga. O padre disse que ia rezar, pedir a Deus que me ajudasse na vida.

Fonte: Jesus, 2014 p. 145-146

A época do fato narrado nesse fragmento Carolina ainda morava em sacramento. Trabalhando em uma casa de família ela é acusada de roubo, quando da visita do padre sobrinho do seu patrão. Observem que havia várias pessoas na casa, pois o padre ia rezar uma missa e todos estavam convidados. Carolina nem conhecia a casa, mas assim que deram falta do dinheiro a acusaram, “Deve ter sido ela”. Sem provas chamam a polícia e os soldados começam a agredir verbalmente: “— Vamos, vamos, vagabunda. Ladra! Nojenta. Leprosa.” Esse último insulto provavelmente está relacionado ao fato de Carolina ter feridas nas pernas nessa época.

Uma das características mais marcantes do racismo é a falta de respeito com o próximo. Lembram do conto “Maria”? Dos insultos que os passageiros dirigiram-lhe e das agressões físicas que culminaram em sua morte? Lembram do homem negro que levou um tiro no ouvido e do outro que depois de espancado foi amarrado à árvore? Então, essa é a realidade de milhares de pessoas negras na sociedade racista.

Carolina foi acusada de ter roubado cem mil-réis, ela tinha desejo de conhecer uma nota de cem mil-réis, porém, mesmo sendo uma trabalhadora ela conhecia apenas as notas de pouco valor. Ela foi humilhada pelos soldados e por outras pessoas mesmo sendo inocente, e só não chegou a sofrer agressões físicas porque avisaram que o padre havia encontrado o dinheiro.

É interessante notar que enquanto achava que ela era culpada diziam que ela ia para o inferno por ter roubado o padre, mas quando o padre reconhece que ele é que estava errado, é impedido de pedir perdão, sob a alegação de que o negro tem a mentalidade de animal. Essa é uma realidade que infelizmente ainda perdura nos dias de hoje, mesmo a

pessoa negra tendo razão dificilmente a justiça é praticada. Isso é histórico é socialmente construído, como muito bem nos mostra o poema da escritora Conceição Evaristo.

Quadro 24 – Poema “Certidão de óbito”

Certidão de óbito

Os ossos de nossos antepassados
colhem as nossas perenes lágrimas
pelos mortos de hoje.

Os olhos de nossos antepassados,
negras estrelas tingidas de sangue,
elevam-se das profundezas do tempo
cuidando de nossa dolorida memória.

A terra está coberta de valas
e a qualquer descuido da vida
a morte é certa.

A bala não erra o alvo, no escuro
um corpo bambeia e dança.

A certidão de óbito, os antigos sabem,
veio lavrada desde os negreiros.

Fonte: Evaristo, 2017 p. 17 – Poemas da recordação e outros movimentos

Assim como o poema “Vozes – mulheres” resume a condição da mulher negra brasileira, o poema “Certidão de óbito” resume a imensurável violência que atinge as pessoas negras em nossa sociedade. Lembrando que não são apenas as pessoas negras as vítimas de tal violência, todavia, devido ao racismo exacerbado que impera em nossa sociedade, essas pessoas constituem o maior número de vítimas atingidas.

Na primeira estrofe a escritora faz menção aos ossos dos nossos antepassados que colhem nossas lágrimas pelos mortos de hoje. Observem que as lágrimas são perenes, ou seja, constantes e duradouras. Se ela diz “mortos de hoje”, leva-nos a entender que existem outros mortos, os do passado, nossos antepassados.

Nas segunda estrofe a escritora fala sobre os olhos dos nossos antepassados, “negras estrelas tingidas de sangue” que se elevam “cuidando de nossa dolorida memória”. A comparação feita entre os olhos dos antepassados e negras estrelas **tingidas de sangue** nos remete a violência sofrida por nossos antepassados e que se perpetua até os dias de hoje. Quantos dos nossos antepassados, dos nossos ancestrais, que morreram na travessia do Atlântico? Que morreram por não suportarem o excesso de trabalho? Que morreram sob os mais cruéis castigos por ter cometido a menor falta que fosse contra o

seu senhor, ou simplesmente para satisfazer os caprichos dos seus senhores, que tinha total apoio da “Justiça”. O tronco, a chibata e outros instrumentos de açoites e torturas fizeram parte da vida de nossos antepassados.

Na terceira estrofe a escritora diz que a terra está coberta de valas e a qualquer descuido da vida, a morte é certa. Conforme já dissemos as pessoas negras são sempre as primeiras suspeitas, assim, devido a desmedida violência um simples descuido pode levar a fatalidade.

A escritora prossegue dizendo que a bala não erra o alvo, no escuro um corpo negro bambeia e **dança**. Nem mesmo o escuro impede que a bala acerte o alvo, lembram da escritora Carolina contando sobre o soldado que atirou sem motivos, acertando o ouvido do negro? Nesse poema a escritora fala do corpo negro que bambeia e dança ao ser atingido pela bala. A palavra dança aqui no sentido figurado significa se dar mal, perder a vida. Mbembe, (2016) fazendo referência a Foucault, (1997) nos faz a seguinte afirmação em relação ao racismo e o biopoder.

Com efeito, em termos foucaultianos, racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, “aquele velho direito soberano de morte”. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição de morte e tornar possível as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é “a condição para a aceitabilidade do fazer morrer”. (MBEMBE, 2016 p. 128)

Mbembe (2016) nos explica também que: “[..] Matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Exercitar a soberania é exercer o controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação do poder.” (MBEMBE, 2016 p. 123). Quem detém o poder é que diz quem pode viver e quem deve morrer. Desse modo a morte de João Alberto Silveira Freitas, e de várias outras pessoas que foram vítimas de racismo, não podem ser vistas de forma isolada. Esses casos nos remete ao período da escravidão, ao período colonial, ou como nos diz a escritora Conceição no poema: “ A certidão de óbito, os antigos sabem, veio lavrada desde os negreiros”. Isso nos leva a compreensão de que o racismo é uma questão estrutural, presente histórico e geograficamente na sociedade e que envolve o Estado e demais atores hegemônicos que detém o poder.

É importante termos essa compreensão a fim de cogitarmos mudanças não apenas em níveis individuais, ou seja, o racismo não se encontra apenas nas relações entre os indivíduos, pelo contrário, conforme já dissemos o racismo faz parte de um projeto de sociedade que se utiliza da raça negra e de outras tidas pelos colonizadores como “inferiores”, para excluir, oprimir e sobretudo, explorar. Logo, nessa perspectiva o ser

humano não possui nenhum outro valor a não ser o mercadológico, quando lhe é possível vender sua força de trabalho, pouco importando ao colonizador explorador se o indivíduo negro vai viver ou morrer. Lamentavelmente é assim que funciona a sociedade capitalista.

Sabemos que precisamos urgentemente de mudanças e que uma das formas de idealizarmos essas mudanças a fim de colocá-las em prática é por meio da educação. Todavia, a educação que temos, conforme já vimos aqui nesse trabalho é racista e preconceituosa, isso porque segue normas de uma sociedade e de um Estado que por sua vez também são racistas e preconceituosos, Estado organizado pela classe dominante branca.

Desse modo, cremos que o primeiro passo a ser dado é buscar estratégias para o desenvolvimento de uma educação antirracista. Quando Monteiro Lobato pretendia disseminar seu projeto eugenista, ele não teve dúvida em utilizar a literatura e ter como público-alvo principalmente as crianças. Cremos que para desconstruir a escola racista construída por Lobato e vários outros intelectuais que atuaram juntamente com o Estado nessa construção, nós também podemos recorrer a literatura.

Lembrando que lamentavelmente são muitos os casos de pessoas negras, crianças, adolescentes e adultos, que sofrem com a exclusão no ambiente escolar. Não estamos nos referindo a afinidade, sabemos que entre os seres humanos é comum as pessoas se identificarem mais com determinadas pessoas do que com outras. Contudo, a questão a qual estamos nos referindo aqui é sobre a segregação e exclusão de algumas pessoas de determinados grupos, visto que seus integrantes se consideram superiores a ponto de não aceitarem e nem respeitarem a diversidade racial.

A segregação e exclusão dessas pessoas no ambiente escolar, pode provocar frustração, falta de interesse pelos estudos, e em casos mais extremos a evasão escolar. **Tudo isso é violência.** Uma violência silenciosa que destrói sonhos, machuca a alma e contribui para o aumento das contradições na sociedade. O poema “Brincadeiras” da escritora Conceição Evaristo contribui imensamente para nos despertarmos a fim de vermos e compreendermos como se dá essa violência de cunho racial no ambiente escolar.

Quadro 25 – Poema “Brincadeiras”

Brincadeiras
O pião entrou na roda e <u>tombou</u>

sozinho sem par
pôs ali o pezinho
preso como escravo de caxangá
olhou pra si
olhou pro chão
morto-vivo
cabra-cega
serra, serra
serra
a dor
sua vida
já serrou
já serrou
já zerou...

Fonte: Evaristo, 2017 p. 47

Este poema apresenta uma série de brincadeiras sem sucesso. Observem que o pião entra na roda, pela lógica ele deveria girar, mas, ele acaba tombando. Depois no terceiro verso fica sozinho sem par, e ainda preso como um escravo. No sexto verso ele olha para si e no sétimo ele olha para o chão. Cremos que aqui cabe um questionamento: o porquê dele ter olhado para o chão após ter olhado para si? Seria um sentimento de inferioridade? Muitas crianças devido a cor da pele ou a textura do cabelo se sentem assim ao se deparar com a realidade racista presente no ambiente escolar.

Desvencilhei-me do material escolar e peguei o prato de comida. Já ia saindo para jogar tudo fora para as galinhas do terreiro quando pensei que, se eu levasse o prato logo, minha mãe ia desconfiar, porque não se almoça em tão pouco tempo.

[...] Até então, as mulheres da zona rural não conhecia esponjas de aço e, para fazer brilhar em os alumínio, elas trituravam tijolos e, com o resultante, faziam a limpeza dos utensílios. A ideia me surgiu quando minha mãe pegou o preparado e com ele se pôs a tirar da panela o carvão grudado no fundo. Assim que terminou arrumação, ela voltou para casa, e eu juntei o pó restante e com ele esfreguei a barriga da perna. Esfreguei, esfreguei e vi que, diante de tanta dor, era impossível tirar todo o negro da pele.

[...] Dentro de uma semana, na perna só uns riscos denunciavam a violência contra mim, de mim para mim mesma. Só ficaram as chagas da alma esperando o remédio do tempo e a justiça dos homens. (GUIMARÃES, 2018 p. 64-65).

Essa citação faz parte da obra “A cor da ternura” da escritora Geni Guimarães, na qual a menina após assistir a uma aula alusiva ao dia 13 de maio se sente tão humilhada que decide tomar a drástica atitude de retirar a melanina com o material utilizado pela mãe para arear as panelas. Geralmente a escola só ensina sobre a escravidão, os castigos, e as atrocidades que foram cometidas contra os negros, inferiorizando-os como se fossem simplesmente uns pobres coitados. Essa parte da história é de extrema importância para compreendermos o racismo estrutural, porém, não deve ser ensinada de forma

descontextualizada. **E, mais as lutas e as conquistas das pessoas negras, também devem ser ensinadas.**

Nos próximos versos são mencionadas as brincadeiras morto-vivo, cabra-cega e serra, serra. É interessante que na cantiga da brincadeira se diz “Serra, serra, serrador...”, mas no poema a palavra serrador se encontra separada e com a adição de um pronome, “serra, serra, - serra a dor”. Temos aqui um sentimento, uma dor, que pode estar vinculada ao desprezo. Em seguida diz que sua vida já serrou já serrou e já zerou, no final zera, pela forma que o poema se desenvolve podemos atribuir o sentido figurado de “zero” como sendo algo sem valor.

Muitas crianças, adolescentes, jovens, além de se sentirem inferiorizadas se sentem também que não tem nenhum valor em relação aos colegas brancos. Não são poucas as crianças negras que se sentiram ou que ainda se sentem tristes e constrangidas por ficarem sozinhas na hora da formação dos pares para a dança na festa junina da escola. Isso pode até parecer “normal”, uma vez que ao longo da história essa forma de violência, ou seja, a desvalorização das pessoas negras foi sendo naturalizada.

A literatura vem nos despertar para identificarmos essa violência tão comum no ambiente escolar, e a Geografia, por meio de processos histórico nos mostra que esse tipo de violência racial não se restringe apenas a uma criança que não quer dançar com a outra, mas está vinculado a toda uma construção segregacionista e racista de cunho capitalista e colonialista. Basta lembrarmos do Apartheid africano.

O apartheid tem suas raízes nas relações senhor/escravo negro do colonialismo do século XVI. Os holandeses desenvolveram uma pequena colônia de escravos na Cidade do Cabo (na costa atlântica), nos idos de 1650, que começou a fornecer produtos frescos para os navios que seguiam da Europa para Ásia. Nos séculos XVIII e XIX, os colonizadores holandeses, conhecidos como bôeres (fazendeiros), mudaram-se para as regiões do interior da África do Sul. As incursões dos bôeres geraram graves conflitos com as populações nativas, como os Khoikhoi (hotentotes, como eram chamados pelos bôeres) e da cidade do Cabo e Bantu do Sudeste. As populações negras nativas foram sufocadas na década de 1870, e os bôeres construíram uma série de repúblicas exclusivamente de brancos no Estado livre de Orange e em Transvaal. (CASHMORE, 2000 p. 69-70).

Ainda segundo Cashmore (2000) o sistema só permitia as pessoas negras nas regiões destinadas aos brancos, para trabalhar. As pessoas negras eram obrigadas pela polícia a tirar passaportes, e carregá-los consigo o tempo todo, de outro modo seriam punidos. No transporte coletivo as pessoas brancas sentavam nos primeiros assentos enquanto as pessoas negras só podiam sentar nos últimos assentos e se entrasse alguma pessoa branca no transporte coletivo, as pessoas negras deveriam ceder-lhe o lugar.

Porém, no ano de 1955, Rosa Parks (1913-2005) mulher negra ativista do movimento dos direitos civis dos negros nos Estados Unidos, se recusou a ceder seu lugar no ônibus para um homem branco. O motorista acionou a polícia que a levou presa, todavia o seu **não** ao homem branco foi a “semente” para o fim da segregação racial no transporte coletivo. O exemplo de Rosa Parks nos mostra que fazer a revolução não é algo simples nem fácil, muito pelo contrário, é algo complexo e muitas vezes doloroso, entretanto, **a revolução é extremamente necessária para a conquista de direitos da classe trabalhadora**, que tem sido negado por atores hegemônicos que detém o poder. Rosa Parks era uma trabalhadora: costureira, que assim como muitos trabalhadores brasileiros e brasileiras lutou por seus direitos.

A escola também, sendo uma instituição controlada pelo Estado não ficou isenta do sistema segregacionista. Crianças negras não podiam estudar em escolas frequentadas por crianças brancas. Aliás, na maioria das vezes o direito à educação para pessoas negras era negado tendo como justificativa a falácia de que os negros não eram capazes de aprender.

Com frequência, os poderes mistificadores do racismo emanam de sua lógica irracional e confusa. De acordo com a ideologia dominante, a população negra era supostamente incapaz de progressos intelectuais. Afinal essas pessoas haviam sido propriedade, naturalmente inferiores quando comparadas ao epítome branco da humanidade. Mas se fosse realmente inferiores em termos biológicos, as pessoas negras nunca teriam manifestado desejo nem capacidade de adquirir conhecimento. Portanto, não teria sido necessário proibi-las de aprender. Na realidade, é claro, a população negra sempre demonstrou uma impaciência feroz no que se refere à aquisição de educação. O anseio por conhecimento sempre existiu. (DAVIS, 2016 p. 109).

Na África do Sul a segregação racial também se fez presente na educação e durou vários anos.

Em 1996, um caso judicial polêmico decidiu contra a continuação do apartheid na educação. Apesar da eliminação técnica do apartheid, a escola primária Potgietersrus, a 160 milhas ao norte de Johannesburgo, recusou-se a admitir crianças negras, alegando estar salvaguardando a linguagem, religião e cultura africânderes. Quando três crianças negras foram admitidas, pais brancos bloquearam a escola, num estilo remanescente do incidente em Little Rock, Arkansas, quando tropas americanas tiveram de escoltar alunos negros para a escola, em 1957. A Suprema Corte sul-africana ordenou que a escola Potgietersrus admitisse crianças negras, removendo, assim um dos últimos vestígios do apartheid. (CASHMORE, 2000 p. 73).

No Brasil, ainda que de forma camuflada sabemos que existem escolas para brancos e negros. Geralmente “a seleção” é feita mediante critérios sócio econômicos. Lembrando que ninguém vai te impedir realizar a matrícula de seu filho negro em uma escola da elite, porém, muitas vezes sua própria condição financeira se encarrega de

impedir que seu filho seja matriculado nessa escola. As melhores escolas são para quem tem boas condições financeiras o que não é o caso da maioria das pessoas negras. Estas quando conseguem se matricular nessas escolas são minorias e muitas vezes sofrem com a discriminação, com o preconceito e com o racismo.

E dentro de uma mesma instituição escolar ainda existe segregação, convivendo no mesmo ambiente estudantil pessoas negras são excluídas de determinados grupos de atividades, brincadeiras e outros.

DESDE CEDO, pessoas negras são levadas a refletir sobre sua condição racial. O início da vida escolar foi para mim o divisor de águas: por volta de seis anos entendi que ser negra era um problema para a sociedade. Até então, no convívio familiar, com meus pais e irmãos eu não era questionada dessa forma, me sentia amada e não via nenhum problema comigo: tudo era “normal”. “Neginha do cabelo duro”, “neginha feia” foram alguns dos xingamentos que comecei a escutar. Ser a diferente – o que quer dizer não branca – passou a ser apontado como um defeito. Comecei a ter questões de autoestima, fiquei mais introspectiva e cabisbaixa. Fui forçada a entender o que era racismo e a querer me adaptar para passar despercebida. (RIBEIRO, 2019 p. 23-24).

Geralmente as pessoas negras são rejeitadas ou excluídas devido as suas características fenotípicas: a cor da pele, o cabelo crespo, o nariz chato, os lábios grossos, a gengiva escura entre outras características que não são condizentes com o padrão de beleza europeu – branco colonizador. Desse modo devido toda uma estrutura social colonizadora, ideologicamente a instituição escolar na maioria das vezes negligencia a segregação racial no ambiente escolar, não defendendo as pessoas negras e seus traços fenotípicos que em conjunto formam sua identidade negra. Insta salientar que a segregação racial ocorre não apenas entre alunos, mas também, por parte de outros membros da comunidade escolar, até mesmo na organização do espaço da sala de aula.

[...] A auto percepção de Gonzales foi compreensivelmente diferente em uma sociedade predominantemente negra. Mas os valores racistas se tornaram evidentes, se não totalmente internalizados, bem cedo. **“Quando você entra numa sala de aula no Brasil”, e ela conta, “você vai perceber que as crianças brancas se sentam na primeira fileira, as crianças mulatas na segunda, as mulatas mais escuras na terceira ... e finalmente as crianças pretas no fundo.”** Mas, à medida que Lélia avança em direção à atmosfera cada vez mais rarefeita do sistema educacional, ela fantasiava sobre as conotações ameaçadoras de sua cor. “Quando eu olhava no espelho”, diz, “eu não enxergava um corpo negro. Comecei a acreditar até mesmo em reencarnação, achando de um jeito subliminar que talvez eu houvesse feito algo de errado em uma vida passada e que por isso eu era negra.” (GONZALEZ, 2020 p. 283 , <grifo nosso>).

Essa citação faz parte de um relato de Lélia Gonzalez dado em um entrevista constante em sua obra “Por um feminismo afro latino americano: ensaios, intervenções e diálogos”. Podemos notar tanto a segregação, ou seja, alunos brancos na frente, alunos

negros no fundo, como também a dificuldade de aceitação da identidade negra. Na visão colonial ser negro, negra, é algo “ruim”, um “defeito”, e muitas vezes a instituição escolar contribui de forma significativa para reforçar essa ideologia imposta pelo colonizador europeu, fazendo com que os alunos que se recusarem a seguir os padrões do colonizador sejam excluídos da escola.

Imagem 15 – Escola Militar barra aluna por causa do seu cabelo crespo



Fonte: Fonte: Getty imagens (2022)

A imagem 15 compõe o relato²⁶ de uma situação na qual uma estudante sofreu racismo na escola, visto que seu cabelo crespo não correspondia aos padrões exigidos pela instituição. Para as pessoas negras poder serem “aceitas” é preciso pelo menos imitar os padrões europeus. Como não há possibilidades de mudar a cor da pele, pelo menos a textura do cabelo e a forma de penteá-lo deve seguir o padrão do colonizador. Isso é claro na concepção racista de pessoas que querem seguir à risca as normas de um Estado que também é racista. Depois que a garota foi impedida de assistir a aula por causa do seu

²⁶ Disponível em: Escola militar na BA barra aluna de 13 anos por causa de cabelo 'inchado'... <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2022/03/28/escola-na-ba-expulsa-aluna-de-13-anos-por-causa-de-cabelo-crespo.htm> acesso em: 04. jan. 2023.

cabelo, o instrutor da referida escola militar mediante reclamação da mãe da garota, sugeriu que a mesma a mudasse de escola ou alisasse seu cabelo.

Mais do que a cor da pele, o cabelo tornou-se a mais poderosa marca de servidão durante o período de escravização. Uma vez escravizadas/os a cor da pele de africanas/os passou a ser tolerada pelos senhores brancos, mas o cabelo não, que acabou se tornando um símbolo de “primitividade”, desordem, inferioridade, e não civilização. O cabelo africano foi classificado então como “cabelo ruim”. Ao mesmo tempo, negras e negros foram pressionadas/os a alisarem o “cabelo ruim” com produtos químicos apropriados, desenvolvidos pela indústria europeia. Essas eram forma de controle e apagamento dos chamados “sinais repulsivos da negritude”. Nesse contexto, o cabelo tornou-se o instrumento mais importante entre africanas/os e africanas/os da diáspora. Dreadlocks, rasta, cabelos crespos ou “black” e penteados africanos transmitem uma mensagem política de fortalecimento racial e um protesto contra a opressão racial. Eles são políticos e moldam as posições de mulheres negras em relação a “raça”, gênero e beleza. Em outras palavras, eles revelam como negociamos políticas de identidade e racismo. (KILOMBA, 2019 p. 127).

Concordamos que toda instituição deve ter suas normas que por sua vez devem ser cumpridas, o problema é quando essas normas a serem seguidas são racistas e excludentes, sobretudo, quando se trata de uma instituição pública de ensino. cremos que a diversidade racial deve ser respeitada, lembrando que o caso dessa garota é apenas mais um entre os milhares que ocorrem no dia a dia das pessoas negras que na maioria das vezes guardam consigo suas dores emocionais, causadas por pessoas inescrupulosas que utilizam características fenotípicas para humilhar e conseqüentemente excluir as pessoas.

Se antes a aparência da criança negra com a sua cabeleira crespa, solta e despenteada era algo comum entre a vizinhança e os coleguinhas negros, com a entrada para a escola a situação muda. A escola impõe padrões de currículo, de conhecimento, de comportamentos e, também, de estética. Para estar dentro da escola, é preciso se apresentar fisicamente dentro de um padrão, uniformizar-se. A exigência de cuidar da aparência é reiterada, e os argumentos para tal nem sempre apresentam um conteúdo racial explícito. Muitas vezes esse conteúdo é mascarado pelo apelo às normas e aos preceitos higienistas. Existe, no interior do espaço escolar, determinada representação do que é ser negro, presente nos livros didáticos nos discursos, nas relações professor/a e aluno/a e dos alunos/as entre si. Na maioria das vezes, a questão racial existe na escola através da sua ausência e do seu silenciamento. (GOMES, 2020 p. 203).

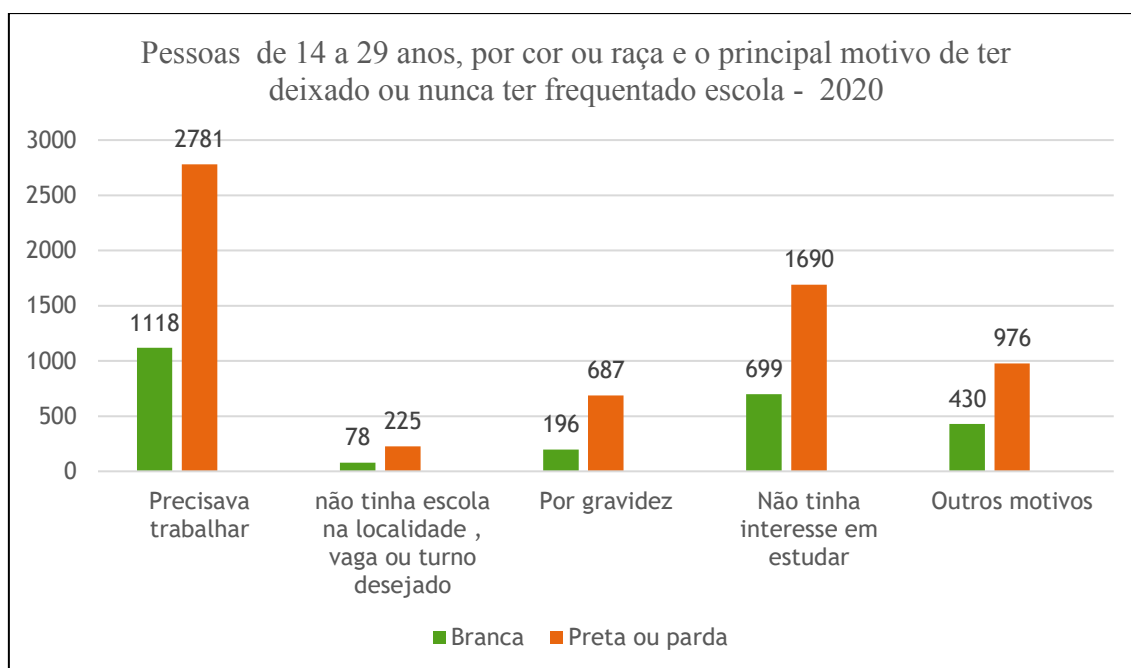
A escola como instituição subordinada ao Estado, que por sua vez representa o homem-branco europeu, possui, conforme já dissemos, um importante papel na reprodução das ideologias da elite colonizadora que privilegia a cultura eurocêntrica menosprezando as demais culturas. A consequência desse processo é a exclusão de alunos e alunas das escolas e conseqüentemente o aumento das desigualdades sociais. Somado a essa exclusão devido à presença acentuada da cultura eurocêntrica, temos também a exclusão devido as condições socioeconômicas das pessoas negras que

se veem muitas vezes obrigadas a abandonar a escola para auxiliar na renda familiar, conforme abordamos no capítulo três, ou devido a outras necessidades.

Um dia apareceu um homem na cidade. Disse que estava procurando uma mulher para viver com ele numa fazenda. [...] Perguntou se minha mãe queria viver com ele. Ela aceitou. Ele disse que o lugar apropriado para os pobres é na roça. Que a vida no campo além de ser mais saudável, é mais simples. A vida na cidade era difícil porque tínhamos que comprar de tudo. [...] Foi com pesar que deixei a escola. **Chorei porque faltavam apenas dois anos para eu receber o meu diploma.**²⁷ Único meio foi resignar-me, porque a decisão paterna vence. Minha mãe encaixotava os nossos utensílios, eu encaixotava os meus livros, a única coisa que eu venerava. (JESUS, 2014 p. 131).

A evasão escolar é uma realidade na vida de muitos estudantes brasileiros, tal como a escritora Carolina, muitas crianças tiveram que abrir mão dos estudos para se mudar para zona rural, ou por precisar trabalhar, este, um dos principais motivos da evasão escolar.

Gráfico 2 – Pessoas de 14 a 29 anos, por cor ou raça e o principal motivo de ter deixado ou nunca ter frequentado escola - 2020



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual – 2º Trimestre²⁸

Ao analisarmos o gráfico é possível observar que a evasão escolar é bem maior no grupo das pessoas pretas e pardas, do que no grupo das pessoas brancas. No gráfico se encontra elencados alguns dos principais motivos pelos quais pessoas deixaram ou

²⁷ Esse diploma o qual a escritora Carolina se refere é concernente a conclusão do ensino primário, Ensino Fundamental I.

²⁸ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual – 2º Trimestre. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/17270-pnad-continua.html?edicao=36982&t=resultados>. Acesso em: 20. Jan. 2024.

nunca frequentaram a escola. Além de precisar trabalhar, há outros motivos: falta de escola na localidade, vaga ou turno desejado, principalmente na zona rural falta escolas, sem falar nas que são fechadas.

Mesmo com o parágrafo acrescentado pela Lei nº 12.96016²⁹, de 27-3-2014 ao artigo 28º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 1996 (LDB), visando diminuir o fechamento das escolas rurais, pode-se se dizer que muitas escolas ainda estão sendo fechadas. Esse fechamento de escolas rurais não ocorre por acaso, apesar das justificativas serem devido ao custo para mantê-las com um pequeno número de alunos, o certo é que, se os atores do agronegócio têm um projeto de campo com pessoas apenas para trabalhar nas atividades que o agronegócio exige, um dos caminhos a serem seguidos realmente é o fechamento dessas escolas. Com o fechamento das escolas, os filhos estudantes terão que migrar para a cidade se quiserem continuar estudando, e em muitos casos os pais têm que acompanhá-los, deixando assim o campo livre para a expansão do agronegócio, e conseqüentemente para a reprodução do capitalismo juntamente com suas contradições, injustiças e desigualdades. (SILVA, 2017 p. 122).

Populações quilombolas, indígenas, ribeirinhas são as mais afetadas com esse fechamento de escola. Além disso a também a questão do turno, geralmente muitos adolescentes e jovens precisam trabalhar durante o dia tendo que estudar no período noturno, entretanto nem todas as escolas oferecem vagas de estudo nesse horário.

Outro motivo é devido à gravidez, é comum adolescentes e jovens abandonarem os estudos quando engravidam. Muitas vezes por não terem com que deixar a criança, ou por questões financeiras, ou ainda devido ao **machismo** existente na sociedade e nas instituições de ensino, até mesmo no ensino superior.

A falta de interesse também constitui um dos motivos, observem que o número de pessoas pretas e pardas que não tiveram interesses pelos estudos é mais que o dobro das pessoas brancas que também não tiveram esses interesses. Seria devido a prevalência da cultura eurocêntrica que menospreza a cultura afro e demais culturas? Talvez seja, mesmo porque em um ambiente onde o indivíduo é excluído e considerado o tempo todo como um ser inferior, muito provavelmente ele não terá interesse em frequentá-lo.

[...] A dona Idalina Passarelli maltratava o meu filho moralmente. Dizendo-lhe que ele não aprende divisão, percebi que ela é negligente. Quando os jornaes começou relatar que eu sou escritora. A Dona Nene começou dizer ao meu filho na classe, que eu sou doméstica e não escritora, e as outras crianças criticava-me para o meu filho que eu sou doméstica e não ia escrever coisa alguma. Ele ficou ressentido com as críticas das outras crianças e pediu-me para sair da escola. Concordei com ele, porque quando a criança desgosta dos estudos é melhor não insistir. Fiquei com dó porque ele está no quarto ano. O meu filho chorou porque ele quer estudar. (JESUS, 2021 p. 46).

²⁹ O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar.

A escritora Carolina sempre incentivou os filhos a estudarem, porém aqui ela parece estar um pouco desanimada, pois ela e seu filho precisam lutar contra multidões, ou seja, contra a direção, a professora, os colegas e a instituição escolar. Até ela, a mãe, foi alvo de críticas da professora. Cremos que uma educação e uma Geografia colonial que enaltece o colonizador e ridiculariza o colonizado, tem grandes possibilidades de contribuir para evasão escolar dos estudantes. Lamentavelmente, assim como o filho da Carolina, muitas crianças ainda hoje sofrem esse tipo de racismo na escola.

Há também representado no gráfico “outros motivos”. A nosso ver poderíamos incluir aqui a falta de condições financeiras para que o estudante possa permanecer na escola. Podemos citar a falta de materiais escolares, roupas e calçados.

[...] A Vera ainda está doente. Ela disse-me que foi a lavagem de alho que eu dei-lhe que lhe fez mal. Mas aqui na favela várias crianças está atacada com vermes. **O José Carlos não quer ir na escola porque está fazendo frio e ele não tem sapato.** Mas hoje é dia de exame, ele foi. Eu fiquei com medo, porque o frio está congelando. Mas o que hei de fazer? (JESUS, 2020 p. 65).

Situação difícil essa de Carolina, não queria que o filho faltasse à aula devido ao exame que haveria naquele dia, e ela reconhecia a importância dos estudos. Porém, ficou com medo devido ao intenso frio “congelando” e o seu filho não ter sapato para calçar. Essa é também a situação de muitas mães. A nosso ver assim como aqueles que detém o poder dita quem vai viver e quem pode morrer, acreditamos que eles ditam também quem vai e quem não vai estudar. É isso que a literatura e a realidade nos mostram.

Sabemos que lutar contra o sistema opressor nunca foi e nem será fácil, entretanto, histórias de vida como a de Carolina, presente em sua literatura, e de várias outras pessoas negras contribuem para estimular e encorajar crianças, adolescentes, jovens e adultos a permanecerem estudando. É preciso fazer com que os estudantes conheçam o outro lado da história que foi ocultado pelo colonizador, e isto deve ser feito dando voz aos oprimidos, deixando eles mesmos falarem sobre suas aflições, suas conquistas, enfim, suas escrevivências, como nos ensina a escritora Conceição Evaristo.

É a partir desse movimento, ou seja, do despertar e da tomada de consciência sobre a capacidade que as massas possuem de se libertarem é que poderemos efetivar nossa luta contra o sistema opressor.

5.2 Reconhecendo o machismo na sociedade brasileira por meio da literatura

meu recado às mulheres

contem
suas histórias

descubram o poder
de milhões de vozes
que foram caladas
por séculos. (Ryane Leão)

Conforme já mencionamos, além do racismo, outra mancha indelével da sociedade brasileira é o machismo. E assim, como nas questões raciais a literatura vai além das estatísticas nos mostrando como essa violência assola não só a vida das mulheres, mas também a vida das crianças, dos filhos que convivem com o agressor. Esse poema de Ryane Leão, nos faz um apelo para nos despertarmos, contarmos nossas histórias, lembrando sobre o que nos ensina Bastos (2011) sobre a capacidade que a literatura tem de se universalizar, ou seja, a história vivida por uma mulher, pode ser muito semelhante a história de outras milhares de mulheres. Ela também nos convida a descobrir o poder das vozes caladas, mais uma vez vamos nos remeter ao poema “Vozes – mulheres” da escritora Conceição, “as vozes mudas caladas engasgadas nas gargantas.” Podemos dizer que essas mulheres foram caladas não apenas devido ao racismo, mas também devido ao machismo exacerbado que impera em nossa sociedade.

O machismo se faz presente em todas as esferas da sociedade, nas instituições, inclusive na instituição familiar. E tal como o racismo se encontra fundamentado em relações que envolve poder e violência.

Nesse trabalho enfatizamos por meio da literatura o machismo no núcleo familiar, porém, assim como o racismo, o machismo também está vinculado a estrutura, ou seja, conforme já mencionamos em capítulos anteriores, o machismo juntamente com outros tipos de violência contribui como suporte de dominação, exploração e organização para sociedade capitalista.

Sabemos que o machismo é anterior ao capitalismo, já falamos sobre isso, entretanto, como o capitalismo é mantido por meio da violência, opressão, exclusão e exploração, o machismo tem sido muito disseminado em nossa sociedade, até porque, temos uma cultura extremamente machista, originada do colonizador, homem branco europeu. Essa cultura machista contribui para opressão, exclusão e exploração da mulher que ao longo da história vem desempenhando um papel de submissão. Uma submissão culturalmente romantizada, como nos ensina Hintze (2020) com discursos de defesa e de “cuidado”, mas de um cuidado que despersonaliza, deslegitima e produz aquela que é “cuidada” como inferior.

Porém, muitas mulheres, não tem aceitado esse “cuidado opressor” e tem procurado erguer suas vozes por meio de ações que as valorizem e que contribuam, sobretudo para sua emancipação. Elas têm procurado romper com a educação colonial que lhes foi imposta, que as mantiveram silenciadas. Porém, romper essa imposição não é fácil, uma vez que vai de encontro a um sistema dominador que garante privilégios aos homens.

Quadro 26 – “Uma mulher negra no poder incomoda muita gente”³⁰

Eu já havia percebido que uma mulher negra empoderada incomoda muita gente — basta perceber os olhares e os comentários de algumas pessoas quando veem uma que não se curva às exigências de uma sociedade racista e misógina. É muito comum ouvir xingamentos do tipo “Que negra metida”, “Essa negra se acha” ou “Quem essa negra pensa que é?” quando saímos do lugar que a sociedade acha que é nosso. Mas o que aconteceu em Parma, Missouri, nos Estados Unidos, foi um exemplo da exacerbação máxima que uma mulher negra no poder pode causar. Muitos pensaram que se trata de notícia falsa, *hoax* ou matéria de décadas passadas, mas não se enganem.

Tyrus Byrd, uma missionária cristã e escritora da pequena cidade de aproximadamente setecentos habitantes, resolveu se candidatar ao cargo de prefeita. Ela venceu por 37 votos o então prefeito Randall Ramsey, que ficaram 37 anos no poder (numerólogos me ajudem). Após ser eleita a primeira mulher negra para o cargo, no dia 15 de abril de 2015, diversos servidores públicos como o procurador-geral, dois funcionários da estação de tratamento de água e 80% dos policiais (cinco dos seis) pediram demissão alegando “questão de segurança”. A desculpa utilizada me deixou um tanto intrigada. Afinal, o que pode haver de tão assustador no fato de uma mulher negra governar a cidade?

Todos os funcionários que se demitiram são homens brancos. Será que estamos perto de encontrar uma resposta?

A moradora Martha Mileller, em entrevista para um canal local, criticou a atitude dos funcionários: “Eu acho que é bem desonesto eles se demitirem sem dar uma chance à nova prefeita”. Concordo com Martha, mas, além de desonestidade, diria que

³⁰ Publicado originalmente no blog da Carta Capital em 23 de abril de 2015.

a atitude desses funcionários foi **racista e machista**, mas sei lá, né, a gente sempre vê demais, afinal, racismo e machismo são invenções de loucas desocupadas.

Tyrus Byrd afirmou que não vai se preocupar com essas demissões no momento, pois tem assuntos mais urgentes para resolver na cidade. **Quase um terço dos moradores de Parma vive abaixo da linha de pobreza, em sua maioria negros.** Realmente, a nova prefeita tem problemas mais sérios a resolver. Mas também vejo um lado positivo nisso tudo: se uma mulher negra no poder assusta tanto a ponto de servidores públicos se demitirem, é porque se está desnaturalizando o lugar de submissão que foi construído para nós; e o incômodo não está mais em nós, por julgarmos que certos espaços não nos pertencem.

Finalmente, o incômodo está indo para o lugar certo.

Fonte: Ribeiro, 2018 p. 58-59

Com este exemplo Djamila Ribeiro nos mostra como o machismo, ou melhor, seres humanos machistas atuam na sociedade. O exemplo apresenta duas questões: racial e de gênero. Cremos que se fosse uma mulher branca poderia não ter sido tão drástico como foi, porém, mesmo se fosse branca com certeza a nova prefeita teria enfrentado problemas pelo fato de ser mulher. Lembrando que muito provavelmente se o ocorrido tivesse sido na sociedade brasileira teria sido muito semelhante, visto que, aqui também, o racismo e o machismo imperam de forma significativa na política. Basta lembrarmos do caso Marielle Franco.

A parlamentar Marielle Franco, conforme já mencionada no primeiro capítulo desse trabalho, foi brutalmente assassinada, e lamentavelmente outras parlamentares seguem sendo ameaçadas, por homens em sua maioria brancos, que assim como os ex-prefeito de Parma não querem abrir mão do poder. O mais intrigante é que pelo jeito a gestão do mesmo não era eficiente: “Quase um terço dos moradores de Parma viviam abaixo da linha de pobreza, em sua maioria negros.” Mesmo assim, a insistência para se manter no poder. Será que ele juntamente com os demais que não apoiaram a nova prefeita temiam as novas mudanças? A quem era interessante manter quase um terço dos moradores abaixo da linha de pobreza? Fizemos essas indagações a fim de nos atentarmos para a relação existente entre machismo e capitalismo, ou seja, como esse se apropria do machismo para legitimar as desigualdades sociais.

Manter as mulheres na condição de subordinadas é uma das formas acertadas do capitalismo sobreviver por meio da opressão e exploração delas. O discurso reafirmando

a subordinação das mulheres aos homens é reproduzido culturalmente na sociedade por meio dos indivíduos e, sobretudo, das instituições. Insta salientar que:

O que se conhece hodiernamente por cultura é o conglomerado comportamental social passado de uma geração para outra, tanto dentro da instituição familiar, quanto na convivência social. Nesse diapasão, o conceito de cultura muito se aproxima dos comportamentos, tradições, valores étnicos-morais e costumes de uma determinada sociedade. A construção cultural, desta feita, tem o condão de dizer a “opinião social”, a visão que se tem do outro, o que se considera como certo ou errado, e, por esse motivo, a cultura atua mesmo que quase imperceptivelmente como uma influenciadora da vivência de uma sociedade. A pessoa, dentro deste contexto, torna-se gregária, desde seu primeiro contato com a sociedade, razão pela qual se pode dizer que é quase impossível a cultura não afetar e/ou influenciar as pessoas, mesmo que inconscientemente. (MELO FILHO, 1988 apud SILVA & SANTANA, 2020 p. 45).

Desse modo podemos notar que a violência contra a mulher tanto no sentido da negação de direitos quanto outros tipos de violências tem início na instituição familiar se estendendo para outras instituições. Lembrando que o machismo, violência a qual estamos nos referindo, é, sobretudo, de cunho estrutural. No conto da escritora Conceição Evaristo que leremos a seguir, a cultura machista na instituição familiar é bem evidenciada.

Quadro 27 – Conto “Natalina Soledad”

Natalina Soledad

Natalina Soledad, a mulher que havia criado o seu próprio nome, provocou o meu desejo de escuta, justamente pelo fato dela ter conseguido se autoneamar. Depois de petições e justificativas, ela conseguira se desfazer do nome anterior, aquele do batismo e do registro, para conceber um outro nome para si. Mudança aceita pelas autoridades do cartório da pequena cidade em que ela morava. E, a partir desse feito, Natalina Soledad começou a narração de sua história, para quem quisesse escutá-la. E eu, viciada em ouvir histórias alheias, não me contive quando soube da facilidade que me esperava. Digo, porém, que a história de Natalina Soledad, era muito maior e, como em outras, escolhi só alguns fatos, repito, elegi e registrei, aqui somente essas passagens:

Natalina Soledad, tendo nascido mulher, a sétima depois dos seis filhos homens, não foi bem recebida pelo pai e não encontrou acolhida no colo da mãe. O homem, garboso de sua masculinidade, que, a seu ver ficava comprovada a cada filho homem nascido, ficou decepcionado quando lhe deram a notícia de que o seu sétimo rebento era uma menina. Como podia ser? — pensava ele — de sua rija vara só saía varão! Estaria falhando? Seria a idade? Não, não podia ser... Seu avô, pai de seu pai, mesmo com a idade avançada, na quinta mulher havia feito um menino homem. E todos os treze filhos do velho, nascido meninos homens. Seu pai, o mais velho dos treze, não havia seguido a mesma trajetória do velho Arlindo Silveira, tivera um único filho, ele. Mas também morrera cedo, antes dos vinte e, devido a esse fato, ele tinha mais lembranças do avô do que do pai. Fora criado pelo velho. Talvez, se Arlindo Silveira Filho tivesse vivido o mesmo tempo que o patriarca vivera, quem sabe não se igualaria

ao outro, na façanha de conceber filhos machos, pensava Arlindo Silveira Neto. E ele, o neto mais velho, que tanto queria retomar a façanha do avô, vê agora um troço menina, que vinha ser sua filha. Traição de seu corpo? Ou, quem sabe, do corpo de sua mulher? Traição, traição de primeira! De seu corpo não podia ser, de sua rija semente jamais brotaria uma coisa menina. Sua mulher devia ter se metido com alguém e ali estava a prova. Uma menina! Só podia ser filha de outro! E, desde o nascimento da menina, Silveira Neto, que até então cumpria fielmente o seu dever de marido, — segundo a visão dele — deixou de se aproximar da mulher, tomou nojo do corpo desobediente dela, do corpo traidor de sua esposa. E Maria Anita Silveira, entre lamentos e desejos, mal alimentou a criança. Descuidou-se propositalmente dela e até concordou que o pai nomeasse a filha de Troçolêia Malvina Silveira. A criança só herdou o Silveira no sobrenome, porque a ausência desse indicador familiar poderia levantar a suspeita de que algo desonroso manchava a autoridade dele. E, como não queria passar por mais vexame, permitiu que a coisa menina, mal-vinda ao seio familiar, fizesse parte da prole dele, mas só no nome. Com o tempo, haveria de descobrir uma maneira de mantê-la longe, bem longe de casa. Nada de deixar alguma herança para ela. A coisa só pedia e merecia o esquecimento, a mãe também. A esposa, desassossegada diante do desprezo do marido, não percebia que, no crescimento da menina, uma expressão igual à de Arlindo Silveira Neto, Marcava o rosto e o jeito da filha. Nem os meninos homens tinham tanta parecença com o pai. Ele raivosamente, intuía.

A menina Silveira crescia a contragosto dos pais. Solitária, aprendera quase tudo por si mesma, desde o pentear dos cabelos, até os mais difíceis exercícios de matemática, assim como se cuidar no período dos íntimos sangramentos. Dos cadernos e dos livros velhos desprezados pela prole masculina, que começava os estudos, ainda quando cada um precisava de auxílio para suspender a cueca, sozinha, ela recolhia suas lições. Silveirinha, como era chamada por alguns, de maneira autodidata, ia construindo seu aprendizado e ganhando uma sapiência incomum para sua idade. Só mais tarde, depois de ter como cúmplice a voz de um de seus irmãos, obteve a concordância do pai e, conseqüentemente, a da mãe para frequentar a escola. E foi então, na ambiência escolar, ao ser vítima dos deboches dos colegas, que a menina Silveira atinou com a carga de desprezo que o pai e a mãe lhe devotavam e que se traduzia no nome que lhe havia imposto. Mas, para surpresa da família, a menina Silveirinha se negava a responder a qualquer chamado, em que o seu nome, aquele de registro e de batismo, não fosse inteiramente dito. Na escola, em casa, na vizinhança, na igreja e em qualquer lugar que fosse, ela se desconhecava como Silveirinha. Enfaticamente, anunciava a todas as pessoas, grandes e pequenas, que seu nome era: Troçolêia Malvina Silveira. Pronunciamento feito em todas as ocasiões, inclusive para os namorados que veio a ter mais tarde. Para o pai e para a mãe, tal atitude lhes permitiu, nas poucas vezes em que se dirigiam a ela, pronunciarem a antiga raiva, o doloroso incômodo que o nascimento dela havia causado. Entretanto, a menina Silveira, ali por volta dos doze anos, momentos de sua entronização na rua, passou a ignorar a existência dos seus.

Cultivar um sentimento de desprezo pelos pais, na mesma proporção em que eles não lhe ofereciam nenhum abraço de resguardo, se tornou, para a menina Silveira, um modo simultâneo de ataque e defesa. Ostensivamente, ignorava a presença dos dois, não só na intimidade familiar, mas fora dela também. Dentro de casa, muitas vezes tateava o espaço como se estivesse no escuro, ou melhor, no escuro estava, pois andava de olhos fechados quando percebia qualquer proximidade dos dois. Não suportava vélos. Recusava sentar-se à mesa, alimentava - se no quarto ou na cozinha e, como uma

sombra, quase invisível, transitava em silêncio, de seu quarto ao banheiro e a cozinha, mesmo entre seus irmãos. Da voz, da fala de seus familiares, não criou necessidade alguma. Bastavam-lhe os resumidos gestos que compunham a comunicação entre ela e a única doméstica da casa. **O carinho morava na cozinha. Vinha de Margarida, o lenitivo para a dura existência da menina;** mesmo assim, um dia tudo acabou. A moça, à custa de muito sofrimento, se viu obrigada a romper o elo fraterno que havia entre ela e Silverinha. Era impossível continuar trabalhando em uma casa, onde o dono, a dona, e seus filhos, aos berros, como se surda ela fosse, ditavam todas as ordens, com gestos de quem brame um chicote no ar. E receber um salário minguado que não compensava nenhum trabalho e, muito menos qualquer sofrimento. Sentia pela menina e a solidão de gente grande que ela experimentava desde pequenina, desde sempre. Silverinha, mesmo percebendo o acolhimento da outra moça, que chegou mais tarde para trabalhar no lugar de Margarida, continuou acomodada em sua solidão. **Tinha um só propósito. Um grande propósito. Inventar para si outro nome.** E, para criar outro nome, para se rebatizar, antes era preciso esgotar, acabar, triturar, esfarinhar aquele que lhe haviam imposto. Pacientemente a menina Silverinha esperou. A moça Silverinha esperou. A mulher Silverinha esperou. E, nas diversas andanças do tempo sobre o corpo dela, muitos acontecimentos. Os irmãos cresceram mais e mais. Sobrinhos e sobrinhas chegaram. Pai e mãe envelheceram. O desprezo recíproco, entre ela e os seus, continuou e respingou na prole infantil que se formava. Tia esquisita aquela, — diziam os sobrinhos —, desde o nome. Tia que pouco saía de seu quarto. Não tão jovem, não tão velha. Quantos anos teria a tia Troçoléia Malvina Silveira? Que nome! Que nome! Tão esquisita essa tia! Talvez por isso o vô e a vó lhe tivessem dado esse nome... E as crianças cresciam rejeitando a tia, que também rejeitava os sobrinhos.

Silverinha, já adulta, depois de alguns pouquíssimos amores, — aliás, nem amores eram, e sim raríssimos encontros, sem graça alguma, como homens de belos nomes —, desistiu do amor a dois. Dos amores múltiplos de família, ela não experimentava lembrança alguma. Pouco se importava, só o único desejo a perseguia: o de se rebatizar, o de se autônomoar. **Em suas leituras, das mais diversas, entendia que o direito que ela havia desejado desde criança, na prática, existia.** Aos dezoito anos — dizia para ela mesma — toda pessoa vítima de seu próprio nome, pode trocá-lo. Mas Silverinha, somente aos trinta, decidiu. Nem ela sabia explicar por que aguardou tanto tempo. Talvez — penso eu —, apesar de tudo, por um inexplicável respeito aos pais. Sim, pois só depois que os dois, vítimas de um desastre de carro, morreram, foi que Silverinha tomou a decisão. Rumou ao cartório para se despir do nome e da condição antiga. Abdicou da parte da herança que lhe caberia. O pai resolvera não lhe deserdar e deixou-lhe algumas casinhas que lhe forneciam rendas para viver. Rejeitou também a incorporação do sobrenome familiar — Silveira — ao seu nome. E, sonoramente, quando o escrivão lhe perguntou qual nome adotaria, se seria mesmo aquele que aparecia escrito na petição de troca, ela respondeu feliz e com veemência na voz e no gesto: Natalina Soledad. O tabelião, não crendo, tentou argumentar que aquele nome destoava da denominação familiar dos Silveiras e que era meio esquisito também. Por que Natalina Soledad? Por quê?

Natalina Soledad — nome, o qual me chamo — repetiu a mulher que escolhera o seu próprio nome.

Fonte: Evaristo, 2020 p. 19-25

Esse conto da escritora Conceição nos mostra o desprezo sofrido por uma menina, cujo pai não a aceitava por desejar ter mais um filho homem, sendo rejeitada pela

mãe que também foi rejeitada pelo marido que a culpava pela vinda da menina. “Não foi bem recebida pelo pai e não encontrou acolhida no colo da mãe.” É comum na cultura machista, principalmente o pai desejar ter filhos homens e nesse conto o pai desejava ter mais um filho homem para repetir a façanha do avô que tivera treze filhos, todos homens.

O pai inconformado pensava que houvesse falhado, por isso, a vinda de uma filha. Por mais que possa parecer absurdo esse tipo pensamento, lamentavelmente o mesmo faz parte da nossa cultura e sociedade. Em abril de 2017, o então ex presidente Jair Messias Bolsonaro fez a seguinte fala durante uma palestra se referindo a sua prole: “[Tenho] cinco filhos, quatro são homens. No quinto, eu dei uma fraquejada, veio uma mulher”.³¹ A fala do então ex presidente foi interpretada por muitas pessoas como sendo uma “brincadeira”, porém como nos explica Hintze (2020), brincadeiras e piadas com um humor que visa sobretudo diminuir a mulher. Ou seja, humor agressivo e violento que tem como fundamento inferiorizar a mulher, excluí-la de determinadas esferas da sociedade, concentrando o poder em mãos brancas e masculinas, essa é uma das características marcantes do capitalismo.

A narradora faz menção ao avô que com idade avançada, na quinta mulher, fizera o décimo terceiro filho. Isto, aos olhos da sociedade machista é visto como uma proeza, uma vantagem, é como se se homem fosse um herói por ter tido cinco mulheres. Todavia, se fosse o contrário, se fosse uma mulher que tivesse tido cinco maridos ela seria vista como uma vagabunda, sem valor algum. Aqui mesmo no conto podemos ver o pai difamando a esposa acusando-a de tê-lo traído, quer dizer, a mulher nem havia o traído, mas já estava sob suspeita.

Outra questão é sobre essas cinco mulheres, será que faleceram, e por isso o “bonitão” teve que ir arrumando outras? Ou será que foram abandonadas com os filhos à mercê da própria sorte. Na sociedade machista, existem mães solas, porém, pais solos que assumem a responsabilidade de cuidar dos filhos é muito raro. Podemos dizer que essa é mais uma das muitas contradições existentes na sociedade capitalista, ou seja, ao mesmo tempo que a mulher é vista como frágil, incapaz de assumir determinadas tarefas, a obrigação que mais pesa sobre o cuidado dos filhos em caso de separação é deixada “nos ombros” da mulher.

³¹ AZEVEDO, Reinaldo. Para Jair Bolsonaro, só nasce uma mulher quando o homem fraqueja! Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/para-jair-bolsonaro-so-nasce-uma-mulher-quando-o-homem-fraqueja>. Acesso em: 02. fev. 2024.

Prosseguindo com o conto podemos ver mais uma vez a inferiorização da mulher, o pai a chamava de troço, tanto que lhe deu o nome de “Troçoléia Malvina Silveira”. Dentre os vários significados que a palavra troço possui, podemos dizer que nesse contexto essa palavra significa algo imprestável, que suscita indignação. Que culpa a menina teria de não ter nascido homem? Ou seja, a coitada mal chega ao mundo e já se depara com as perversidades da sociedade capitalista, machista e fascista.

E é interessante observar que como o machismo é oriundo de uma construção estrutural e cultural, as ações machistas vão sendo transmitidas de uma geração a outra, o avô praticava essas ações, o pai, e os filhos também, praticamente todos com atitudes machistas. “Só mais tarde, depois de ter como cúmplice a voz de um de seus irmãos, obtive a concordância do pai e, conseqüentemente, a da mãe, para frequentar a escola.” A menina Silveirinha, como era chamada, tinha seis irmãos, destes apenas um a ajudou para que pudesse frequentar a escola. A maioria pelo visto seguiu a mesma trajetória machista da família, inclusive a mãe. Todavia, a menção feita a esse único irmão que contribui para o ingresso de Silveirinha à escola tem a nosso ver um significado extremamente importante. Mesmo em uma sociedade predominantemente machista, existem homens dispostos a lutar, a erguer a voz em favor das mulheres. Até porque, a luta contra o machismo não deve ser empreendida apenas por mulheres, mas por todos.

No conto é narrado também a sororidade entre a empregada e a menina, “O carinho morava na cozinha. Vinha de Margarida, o lenitivo para a dura existência da menina”. Na luta contra o machismo a sororidade possui um relevante papel, o companheirismo, a empatia, são essenciais nessa luta. Porém, conforme narrado no conto não foi possível dar continuidade a essa sororidade, visto que Margarida, a empregada também era uma vítima que não suportou a opressão: “Era impossível continuar trabalhando em uma casa, onde o dono, a dona e seus filhos, aos berros, como se surda ela fosse, ditavam todas as ordens, com gestos de quem breme o chicote no ar.” Além da forma agressiva que era tratada, Margarida recebia um mísero salário. Isto fez com que ela mesmo com dó da menina deixasse de trabalhar para família.

Ainda sobre Margarida insta salientar que ela representa muitas mulheres da nossa sociedade, oprimida e explorada. São inúmeras mulheres que sofrem no ambiente de trabalho com agressões verbais, gritarias, xingamentos e ainda são exploradas. Mulheres geralmente recebem menos que homens. Lembrando que na sociedade capitalista o trabalhador já é explorado, assim a trabalhadora é mais explorada ainda. É importante observar que apesar de entendermos que tanto a opressão quanto a exploração

na sociedade capitalista são fenômenos estruturais e que não são possíveis de serem resolvidos apenas com ações individuais, cremos que a atitude de Margarida de não continuar trabalhando para aquela família, foi louvável. Isto é, ela demonstrou coragem de romper com a exploração e opressão que lhe afligia.

Silveirinha também procurava romper com a tradição machista da família, e para isto ela tem um propósito, que é a centralidade do conto: mudar o próprio nome. Antes, porém, de prosseguirmos falando sobre a troca do nome, consideramos pertinente voltarmos um pouco na narrativa do conto onde é abordado o ingresso de Silveirinha à escola. Comentamos sobre a importância do irmão ter-lhe ajudado a frequentar a escola. Agora queremos comentar sobre a importância da escola para que ela pudesse trocar o seu nome, lembrando que essa troca de nome tem um significado muito expressivo. “**Em suas leituras**, das mais diversas, entendia que o direito que ela havia desejado desde criança, na prática existia. Aos dezoito anos — dizia para ela mesma — toda pessoa, **vítima de seu próprio nome**, pode trocá-lo.”

Podemos notar que foi por meio das leituras que Silveirinha descobriu que tinha o direito de trocar o próprio nome. O conto não menciona se essas leituras que ela fazia eram provenientes da escola, entretanto, foi a escola (professora ou professor) que a ensinou ler lhe dando possibilidade de realizar essas leituras. Percebem o porquê do direito de muitas mulheres frequentarem a escola ter sido negado? Será que se Silveirinha não soubesse ler ela teria ficado sabendo que possuía esse direito? Talvez, sim, porém, é inegável a importante contribuição da escola não apenas para o conhecimento do direito desejado por Silveirinha, mas também, para conhecimento dos nossos direitos. Aqui vale lembrarmos de Freire (1981), quando ele fala sobre a importância do ato de ler, considerando não apenas a leitura da palavra, mas sobretudo a leitura do mundo.

A partir do momento que passamos a fazer a leitura da palavra concomitantemente com a leitura do mundo começamos a compreender as contradições econômicas, sociais e culturais existentes na sociedade, contradições que de forma violenta inferioriza, mulheres, pessoas negras e outros grupos.

Entendemos que a Geografia como uma ciência que estuda as relações estabelecidas no espaço entre os seres humanos e destes com a natureza, deve se apropriar de uma epistemologia que não apenas aponte as contradições, mas que as mesmas possam ser abordadas de forma que suscite na educanda e no educando um sentimento de **revolta**, no sentido de não se conformar com as normas opressoras do sistema que procuram a

todo momento naturalizar o machismo e o racismo, bem como demais formas de opressão em nossa sociedade.

Durante a análise do nosso material selecionado, contos, poema, fragmentos da obra literária, vamos percebendo que a literatura por ser carregada de sentimento e emoções e principalmente por estabelecer uma intrínseca relação com a realidade social, é capaz de produzir essa revolta, da qual precisamos experimentar para nos despertar do “coma colonial” que tanto nos oprime.

Insta salientar também, que Silveirinha descobre ser vítima do seu próprio nome, **Troçoléia**, na verdade ela foi vítima da família, principalmente do pai machista. Todavia, o processo de vitimização não se resume a questão familiar. Conforme abordamos no início da análise temos aqui toda uma questão cultural e estrutural a ser debatida. Observem que a cultura tem uma influência muito forte na formação do ser humano: várias gerações com o mesmo pensamento machista. Geralmente a família é a primeira instituição na qual o indivíduo se depara com as formas de opressão, entretanto, temos outras instituições como escolas, igrejas, que também desempenham de forma bem evidente os papéis opressores do Estado.

E ao falarmos em cultura temos que nos atentar para o fato de que nossa cultura (saberes) é predominantemente masculina. A cultura hegemônica é formada por homens brancos, cujos pensamentos machistas são reproduzidos pelas instituições como a escola, universidade, as igrejas e todas as instituições oriundas do Estado. **Desse modo, entendemos que para combater essa forma de opressão, o machismo, é preciso interferir nas estruturas da nossa cultura**, essa intervenção, por sua vez, significa a inserção de mulheres comprometidas com a luta contra toda forma de opressão, com a luta anticolonial, e isso se faz por meio da política, da música, da literatura...

Silveirinha é um exemplo dessa luta anticolonial, observem que ela segue firme no propósito de trocar de nome, mesmo demorando um pouco, ou seja, quando ela já era uma mulher já aos trinta anos ela segue para o cartório a fim de realizar o seu intento. “Rumou ao cartório para se despir do nome e da condição antiga.” Condição de desprezo, de exclusão e de opressão. É importante notar aqui que ela abre mão do sobrenome da família e até mesmo da herança, para mudar por completo sua condição de oprimida. Isso significa que a mudança para acabar com qualquer forma de opressão definitivamente deve ser estrutural, isso pode nos causar medo e insegurança, porém acreditamos que esse é o único caminho a ser seguido.

O tabelião ainda advertiu Silveirinha quanto ao nome escolhido, porém, ela estava preparada para a mudança radical. “Natalina Soledad — nome, o qual me chamo — repetiu a mulher que escolhera seu próprio nome.” O nome é a identidade, e no caso de Silveirinha seu nome carregava toda uma condição de oprimida, assim quando ela decide se libertar do próprio nome é como se ela se libertasse também de toda a condição de oprimida que lhe fora imposta durante toda sua vida.

O conto Natalina Soledad nos mostra uma das formas de opressão que o machismo é capaz de infligir as suas vítimas, porém, existem várias outras formas, por exemplo, as que veremos a seguir:

Quadro 28 – Fragmento I (Diário de Bitita)

A siá Maruca não trabalhava. O vovô não permitia, dizia:
— A mulher depois que se casa deve cuidar apenas dos seus afazeres domésticos. Compete ao homem ser o chefe da casa. Estou ganhando quinze mil-réis por semana.
Que fortuna! Ele comprava os gêneros em sacos. Eu estava farta, não suportava a carne de galinha. Siá Maruca gritava:
— Minhas filhas! — e as galinhas vinham correndo comer o milho.
Eu disse:
— Que sossego! — estava contente.
Um dia, a siá Maruca lavou roupa para fora e ganhou um mil-réis. Quando o vovô veio almoçar, não tinha farinha. Ele não comia sem farinha, porque na época da escravidão os pretos eram obrigados a comer angu e farinha. À tarde, quando foi jantar, encontrou farinha. Perguntou a siá Maruca:
— Onde e como conseguiste dinheiro para comprar essa farinha?
Os seus olhos voaram para o rosto da siá Maruca, que havia mordido os lábios.
Por fim, ela resolveu responder:
— Eu lavei as roupas da dona Faustina, ela pagou, e eu comprei cinco quilos de farinha, lavei duas dúzias por um mil-réis. O quilo de farinha custou duzentos réis.
O meu avô retirou a cinta da cintura e espancou-a dizia:
— É a última vez que a senhora vai fazer compras sem o meu consentimento.
Quando quiser sair, peça-me permissão. Quem manda na senhora sou eu! Se a senhora não sabe obedecer, vá embora!
A siá Maruca chorou.

Fonte: Jesus, 2014 p. 82-83

No início deste fragmento já nos deparamos com uma expressão culturalmente muito usada em nossa sociedade e que conscientemente ou não possui um conteúdo machista, “A siá Maruca não trabalhava.” Cremos que neste contexto a narradora está se referindo ao fato da siá Maruca não trabalhar fora do lar. Todavia, devemos nos atentar para o fato de que geralmente essa expressão é utilizada para caracterizar mães, esposas,

ou qualquer outra pessoa, na maioria das vezes mulheres, que cuidam do lar, dos filhos, das pessoas doentes e outros afazeres domésticos. Esse trabalho árduo e cansativo, além de não ser remunerado ainda não é reconhecido, é como se a mulher ficasse em casa sem fazer nada, é uma forma de desvalorizar a mulher, aliás na sociedade capitalista toda atividade que não gera lucro tende a ser desvalorizada.

Prosseguindo vemos que a siá Maruca não trabalhava fora do lar porque o esposo não permitia. “A mulher depois que casa deve cuidar apenas dos afazeres domésticos. **Compete ao homem ser o chefe da casa**”, vemos aqui o exercício do poder, ou seja, se ele permitisse a esposa trabalhar ele perderia a “posição de chefe do lar”. Mesmo o seu salário não sendo suficiente para arcar com todas as despesas, ele não renuncia sua atitude machista.

Quando siá Maruca compra a farinha, porque não tinha, o esposo ao invés de agradecê-la, fica nervoso ao saber que ela havia trabalhado, lavado roupas para dona Faustina. O fato dele impedi-la de trabalhar já é uma forma de violência, a mulher não pode ter sua autonomia negada.

Hoje sabemos que o trabalho não liberta a mulher da dominação masculina. De fato, há várias mulheres profissionais que recebem altos salários, várias mulheres ricas que ainda têm relacionamentos com homens cuja norma é a dominação masculina. Sabemos, sem dúvida, que se uma mulher é economicamente autossuficiente, ela é mais propensa a terminar um relacionamento cuja norma seja a dominação masculina, quando escolhe a libertação. Ela sai do relacionamento porque pode. Várias mulheres aderem ao pensamento feminista, escolhem a libertação, mas são economicamente presas a homens patriarcais, de maneira que sair do relacionamento se torna difícil, senão impossível. (HOOKS, 2022 p. 82).

bell hooks deixa bem evidente que o trabalho por si só não é capaz de emancipar a mulher, uma vez que, existem como bem sabemos, muitas mulheres que possuem autopoder aquisitivo e que vivem em relacionamentos abusivos, marcados pela dominação. Entretanto, ela afirma que o trabalho possibilita a mulher certa autonomia fazendo com que a mesma não necessite viver na condição de oprimida por não ter condições financeiras. hooks ainda chama nossa atenção para o fato de que a autossuficiência econômica é necessária para a libertação das mulheres. Essa autossuficiência relacionada à libertação diz respeito principalmente a empregos com melhor remuneração e horários mais flexíveis, que por sua vez tendem a oferecer mais liberdade a trabalhadora.

Quando a mulher não possui autossuficiência econômica, tal como siá Maruca, ela passa a viver à mercê das vontades e da violência do marido, “chefe da casa”. O esposo da siá Maruca a espancou com a cinta, e ainda a ameaçou dizendo que não era

para ela sair sem a sua permissão. Já no final a narradora diz que siá Maruca chorou. Lamentavelmente naquela época ela não tinha muito o que fazer a não ser que se separasse do marido, isto porque de acordo com a lei, conforme já vimos aqui nesse trabalho a mulher casada tinha que ter autorização do marido para trabalhar. Isto nos leva mais uma vez à questão do machismo estrutural, ou seja, o machismo que impedia siá Maruca trabalhar para comprar a farinha que estava faltando, não era proveniente apenas do marido, estava também previsto na legislação.

Podemos observar também a prática da violência para garantir o poder a dominação, siá Maruca, foi espancada simplesmente por ter trabalhado, ajudado na despesa da casa. Parece ser algo muito absurdo, todavia, como já vimos o machismo, assim como outras formas de opressão, é caracterizado, sobretudo, pelo domínio, ou seja, exercício do poder e a prática da violência.

Vejamos mais um pouco sobre essa violência nesse outro exemplo:

Quadro 29 – Fragmento J (Diário de Bitita)

O meu tio Joaquim era o mais bravo da família. Era o penúltimo filho e obrigava os irmãos mais velhos a obedecer-lhe. Até a minha mãe, que criou-o após a morte da minha avó, era obrigada a pedir-lhe a benção. Ele não sabia ler. Empregava a violência. E batia com tanta energia que as pessoas que ele espancava ou lhe obedeciam ou desapareciam da cidade.

Ele era amasiado com minha madrinha de batismo. Ela era branca. E o povo murmurava:

— Onde é que já se viu preto com branca.

Os homens brancos xingavam.

— É açúcar com café. É café com leite. É mosquito no leite. Eu não aprovo essa união. Cré com cré, lé com lé.

As mulheres pretas, quando viam o meu tio passeando de braço dado com minha madrinha, diziam:

— Olham o mosquito no leite! Olham o mosquito no leite.

O meu tio dizia que os homens ignorantes é que são racistas.

Um domingo, a minha mãe pintou o rosto com pó de arroz, carmim e crayon. E foi passear. Encontrou o meu tio, que obrigou-a a voltar para casa e lavar o rosto.

— Não estamos na época do carnaval.

Ela obedeceu em silêncio. Quando ele ausentou-se, ela xingou:

— Arrependi-me de ter criado esse cachorro!

Fonte: Jesus, 2014 p. 85

Nesse fragmento vemos mais uma vez o uso da violência como forma de dominação. A narradora falando sobre o seu tio ela mostra o quanto ele era uma pessoa extremamente violenta, “Empregava a violência. E batia com tanta energia que as pessoas

que ele espancava ou lhe obedeciam ou desaparecia da cidade.” Por ser casado com uma mulher branca as pessoas o criticavam e ele dizia que os homens ignorantes é que eram racistas. É importante observar que ele era capaz de detectar o racismo na conduta dos outros, porém não “enxergava” sua própria conduta machista.

hooks (2022) faz uma afirmação a partir da qual podemos compreender a atitude do tio da narradora em reconhecer o racismo e não admitir o machismo. “Racismo sempre foi uma força que separa homens negros de homens brancos, e sexismo tem sido uma força que une os dois grupos.” (HOOKS, 2022 p. 163). Apesar de machismo e sexismo não serem a mesma coisa, porém, como ambos estão relacionados a inferiorização da mulher podemos dizer que enquanto negro (raça) o tio se sentia vítima do racismo, mas enquanto homem (gênero), ele não se incomodava em fazer parte do grupo machista.

E não se incomodava a ponto de mandar até mesmo na irmã mais velha que o criara. “Até minha mãe, que criou-o após a morte da minha avó, era obrigada a pedir-lhe a benção.” A narradora ainda menciona o dia em que sua mãe pintou o rosto e foi passear e ao encontrar o irmão foi obrigada a voltar para casa e lavar o rosto. “Ela obedeceu em silencio”. Novamente se faz necessário voltarmos no poema “Vozes – mulheres” da escritora Conceição Evaristo: “as vozes mudas caladas engasgadas nas gargantas”. Todas as opressões são cruéis, entretanto, quanto ao machismo parece ser pior ainda, uma vez, que a pessoa é oprimida por uma outra pessoa que faz parte do seu convívio com a qual se estabeleceu laços afetivos. Vejamos mais um exemplo:

Quadro 30 – Conto “Lia Gabriel”

Lia Gabriel

Enquanto Lia Gabriel me narrava a história dela, a lembrança de Aramides Florença se intrometeu entre nós duas. Não só de Aramides, mas as de várias outras mulheres que se confundiram em minha mente. Por breves instantes, me veio também a imagem da Mater Dolorosa e do filho de Deus pregado na cruz, ficções bíblicas, a significar a fé de muitos. Outras deusas, mulheres salvadoras procurando se desvencilhar da cruz, avultaram em minha memória. Aramides, Líbia, Shirley, Isaltina, Da Luz, e mais outras que desafiavam as contas de um infinito rosário de dor. E, depois, elas mesmas, a partir de seus corpos mulheres, concebem a sua própria ressurreição e persistem vivendo.

Tenho vivido muito sozinha — foram essas as primeiras palavras de Lia Gabriel — há muito tempo tenho tido desejos de falar para alguém esse episódio de minha vida. Boa hora a de sua chegada, eis um pouco de minha história e da de meus filhos:

Tamanha foi a dor, quando o pediatra me disse, antes de qualquer exame mais detalhado, que o mais novo dos meus três filhos, com quatro anos apenas, poderia não estar fazendo só birras mas caminhando para um estado de surto. Sem qualquer rodeio,

fui informada pelo médico de que Máximo Gabriel provavelmente era esquizofrênico. E, embora eu tenha entendido o significado da palavra, perguntei atordoada. — Esquizofrênico? Como? Por quê? — Doutor Fialho, talvez, apostando na minha ignorância, quanto ao significado do termo, me olhou, dizendo pausadamente: — Mãe, seu filho parece sofrer de esquizofrenia, isto é: é louco, doido! — Eu não sabia o que significava o termo esquizofrenia, sabia da ameaça que pairava não só sobre o Máximo, mas sobre todos nós, toda família. E se a fala do médico fosse verdade, como eu cuidaria de meu filho? Com certeza, ele seria tirado de mim. Já tinha ouvido falar de pessoas com doenças mentais. Na minha infância, eu conhecera uma mulher tida e chamada de louca. Francisquita tinha mesmo um comportamento diferente. Gritava, por nada, cantava e ria por tudo, não tinha nenhum hábito higiênico, seu corpo de longe exalava sujeira. Sua família era uma das mais abastadas do bairro, mas não socorria a moça, não buscava nenhum tratamento para ela. Um dia Francisquita sumiu e nunca mais foi vista pelas redondezas. Disseram, então, que ela tinha tido uma crise e agredira uma de suas tias, quase até a morte. Devido a isso, a família mandou interná-la em um manicômio, de onde nunca mais saiu. Diante da abrutalhada fala do médico, eu pensava em Francisquita. Meu filho ficaria igual a ela? E se ele resolvesse me agredir um dia? E se ele atacasse as irmãs? Um menino louco se transformaria em um adulto louco? Um menino é uma força dominável, um adulto não... A partir desse dia, começou a minha peregrinação com o Máximo Gabriel. De hospital a hospital, vários exames, muitas suspeitas e muitos remédios. Em casa, o menino continuava com as birras, com as cismas, com as visões de monstros atrás dele. ora Gabriel era uma doçura de criança feliz, ora de uma agressividade; porém, sempre contra ele mesmo. Jogava-se no chão, às vezes repentinamente, por nada ou por algum desejo contrariado. Nesses momentos de raiva incontida, batia com a cabeça na parede, arrancava os próprios cabelos, puxava os lábios, o nariz, as orelhas, mordida a si próprio, se autoflagelando. Nem eu, nem as irmãs conseguíamos apaziguá-lo. As meninas, minhas gêmeas, eram somente um ano e meio mais velhas do que ele. Na impotência por não conseguir abrandar os sofrimentos do irmãozinho, elas choravam também infelizes. Elas e eu. Insubmissas lágrimas.

— Do pai, com certeza, você deve estar me perguntando sem me perguntar. — Nesse momento de nossa conversa, Lia Gabriel se levantou, foi até a janela e ficou lá por uns instantes. — Naquele tempo — continuou ela — o pai já tinha ido embora, havia quase dois anos. Saíra de casa, depois de uma briga, em que, para me proteger, peguei as crianças e fui para a casa de minha mãe, cuidar de nossas feridas do corpo e da alma. Quando retornei com as crianças, todos os compartimentos estavam vazios. Nem uma cama ele deixou. Por vingança havia levado tudo, inclusive as nossas roupas. Forrei o chão com as poucas roupas que nos restaram, as que eu tinha levado, e passamos a noite. Uma opressiva lembrança da imagem dele circulava pelos vazios do cômodos, enquanto uma sensação de nudez me perseguia e eu sabia o porquê. Naquela noite, aconcheguei as crianças no meu colo, até que elas adormecessem. As meninas dormiram um conturbado sono. E, quando uma delas agitava em sonhos, e a outra instantaneamente repetia o gesto efetuado pela primeira, como se fosse uma resposta ao aceno da irmã. Gabriel teve febre e gemeu durante toda a noite. A todo momento, seus braços, com as mãozinhas em punho, tinham movimentos como se estivessem esbofeteando o espaço. Na época dessa vazia noite, Madá e Lená tinham três anos e meio, enquanto Gabriel ia completar dois. E foi nessa ocasião que tomei, sozinha, a diretriz de minha vida. Deixei a escola em que trabalhava pelas manhãs, como professora de matemática, e passei a dar aulas particulares em casa. De dia, tinha uma boa clientela, crianças e jovens. De noite, adultos que estavam preparando para algum

concurso. Trabalhar em casa foi a solução encontrada, e eu não tinha como pagar uma auxiliar para me ajudar a cuidar das crianças. Entretanto, o mais difícil foi na época em que recebi o diagnóstico de Gabriel e quando as crises dele se tornaram mais frequentes. Perdi, inclusive muitos alunos, pois tive de iniciar o tratamento do menino. Muitas vezes levava os três, quando não encontrava ninguém que pudesse ficar com as meninas. Nas horas vagas, isto é, na solidão da madrugada, comecei a fazer pequenos consertos em aparelhos domésticos e, hoje, sou a única mulher que tem uma oficina eletrônica na cidade. Desde menina, eu tinha certo pendor para montagens de rádio, televisão, etc. transformei essa habilidade em profissão. Durante muito tempo, enquanto as crianças eram pequenas, sobrevivemos das aulas que eu dava em casa, e do dinheiro da loja “Tudo tem conserto”. E tem. consertei a minha a minha vida, cuja mola estava enferrujando. Eu mesma imprimi novos movimentos aos meus dias. Fiz por mim e pelas crianças. As gêmeas foram crescendo bem em tudo. Aos dez anos eram já mocinhas, no porte e na assunção da vida. Dividíamos tudo: os afazeres de casa, a preocupação e o cuidado com Máximo Gabriel, a alegria pela serenidade que ele tinha meses e meses a fio, a tristeza e mesmo o receio que sentíamos, quando percebíamos que a crise estava se aproximando. Primeiro, ele caía em um mutismo profundo, depois vinha a inquietação, com o andar para lá e para cá, para culminar com o auto flagelo, o choro desesperado, a agressão verbal a um inimigo invisível. Nunca nos atacou e, quando tudo passava, parecia que ele se sentia envergonhado, arrependido. Gabriel era, outra vez o menino seda, o menino veludo, carinhoso, a nos sorrir e a nos tocar suavemente. O menino entretido com os seus materiais de desenhos a nos desenhar, com uma perfeição tal, como se os riscos no papel fossem as nossas reais fotografias. E assim seguia nossa vida entre calmarias e tormentas. Do pai, nenhum comentário. Nem a lembrança de um morto era, pois para os mortos celebram -se missas, acendem-se velas, deitam bebidas em oblação. Era como se o pai nunca houvesse existido. Não só para as crianças, a figura paterna tinha caído na deslembração também para mim. Até que, certa vez, durante uma crise que estava perdurando dias e dias, foi aconselhada a internação para ele. Eu não quis acreditar no que estava sendo dito. O psiquiatra tentava me convencer de que manter Máximo Gabriel em casa estava se tornando perigoso, ele estava , então, com quinze anos e, nesses momentos, a sua força aumentava. Eu e as meninas não conseguiríamos controlá-lo caso ele nos estranhasse. Entretanto, o meu receio, naquele momento, não era mais aquele. Eu já tinha a certeza absoluta de que meu filho nunca investiria contra nós. O meu temor era que ele se machucasse mortalmente, tal era a fúria dele contra ele mesmo. Nesses, períodos, facas, fósforos, tesouras, tudo ficava escondido. E na única internação que Gabriel sofreu, a sorte nos conduziu a uma nova profissional, a doutora Celeste Rosas. Ela repetiu com a família a conduta que todos os outros profissionais que vinham cuidando do menino tinham tido até então. Pediu uma entrevista, primeiro comigo, depois com as meninas. Tal não foi o meu susto. Ela insistiu na necessidade de afastar Gabriel de mim, não só durante uns dias, mas alguns meses. Tal medida faria parte do tratamento. Ele precisava ficar longe de mim e das irmãs para explicar uma raiva contida que havia dentro dele. E, de observações a observações, de perguntas a perguntas, surgiu o nome do pai. O maldito nome do pai, o nome da má hora trouxe, então, a lembrança da tormenta que ele um dia infligiu a mim e às crianças, quando Madá e Lená tinha três anos e Máximo Gabriel ia completar dois anos. Era uma tarde de domingo, eu estava com as crianças assentada no chão da sala, fazendo uns joguinhos de armar, quando ele entrou pisando grosso e perguntando pelo almoço. Assentada eu continuei e respondi que o prato dele estava no microondas, era só ele ligar. Passados uns instantes, ele, o cão raivoso, retornou à sala, avançou sobre mim, arrastando-me para a área de trabalho. Lá,

abriu a torneira do tanque e, tampando a minha boca, enfiou minha cabeça debaixo d'água, enquanto me dava fortes joelhadas por trás. Não era a primeira vez que ele me agredia. As crianças choravam aturdidas. Eu só escutava os gritos e imaginava o temor delas. Em seguida, ele me jogou no quatinho de empregada e, com o cinto na mão, ordenou que eu tirasse a roupa, me chicoteando várias vezes. Eu não emiti u só grito, não podia assustar mais as crianças, que já estavam apavoradas. O que mais me doía era o choro desamparado delas. Depois, ele voltou à sala e me trouxe o meu menino, já nu, arremessando a criança contra mim. Aparei meu filho em meus braços, que já sangravam. Começou, então, nova sessão de torturas. Ele me chicoteando e eu com o Gabriel no colo. E, quando uma das chicotadas pegou no corpo do menino, eu só tive tempo de me envergar sobre meu filho e oferecer as minhas costas e as minhas nádegas nuas ao homem que me torturava. Meu menino chorava-chorava. Foi tanto o sofrimento, que não sei calcular quanto tempo durou, se segundos ou horas. Lá fora, Madá e Lená gritavam por mim. Em um instante qualquer, quase desmaiada, senti a chegada das gêmeas. Na semiescuridão do quarto, apalpei as minhas meninas e percebi que elas estavam vestidas intactas. Não sei se foram levadas ou se foram sozinhas. Na casa, só o silêncio. As meninas ainda chorando diziam que o papai tinha saído e batiam a porta do quarto de serviço indicando o gesto que ele havia feito. Criei coragem, limpei o sangue que ainda me escorria dos braços, sentindo a ardência dos lanhos das costas e por todo o corpo, juntei rapidamente umas poucas roupas minhas e das crianças e busquei a casa de minha mãe. fui recebida por ela com carinho e conselhos. Eu poderia ficar por uns dias, mas o certo seria eu voltar e conversar com o meu marido, para chegarmos a um entendimento; era preciso pensar nas crianças. Sim, eu ia fazer isso. Ia conversar com ele. Sabia que não seria fácil, mas o ódio que eu estava sentindo me fortalecia. Não foi preciso, porém; covardemente ele não esperou o meu retorno.

E, quando acabei de relatar esse episódio para a doutora Celeste Rosa, ela me revelou que a nossa conversa tinha sido fundamental para o encaminhamento do tratamento do meu filho. Ela escutara Máximo Gabriel, em dia de suas crises, entre socos e pontapés contra o monstro que o perseguia, dizer que queria matar o pai. A fala da médica me trouxe um misto de sentimentos. Culpa, vergonha, remorsos por ter escolhido tal homem para ser o pai dos meus filhos. Também esperanças de que o Máximo Gabriel possa vencer a imagem do monstro, que se desenhou na mente dele, quando ele tinha apenas dois anos.

Fonte: Evaristo, 2020 p. 95-103

Os contos analisados são muito ricos em detalhes, e demonstram com muita clareza uma série de indicativos de violência na instituição familiar resultado do machismo acentuado presente em nossa sociedade. Fizemos menção do machismo na sociedade e não de forma individual, justamente porque o que aconteceu a Lia Gabriel e a sua família não é um caso isolado, mesmo porque a narradora já inicia o conto comparando-a com outras mulheres, inclusive Aramides Florença, a qual iremos abordar posteriormente aqui nesse trabalho.

Antes porém de começar a análise propriamente dita insta salientar que conforme podemos observar, a narrativa dos acontecimentos do conto não é feita de forma linear, ou seja, a narradora começa mencionando os resultados ou as consequências do machismo, da violência do pai, em seguida ela mostra como ocorreu essa violência e no final ela volta para os resultados e consequências novamente.

A narradora depois de falar sobre a necessidade que Lia Gabriel tinha de desabafar com alguém, ela já menciona a dor de Lia Gabriel ao receber a notícia de que provavelmente seu filho Máximo Gabriel seria esquizofrênico. Lia Gabriel então se lembra de Francisquita, uma mulher que conhecera e que por ter problemas mentais era tida como louca. A narradora menciona também o sofrimento de Lia Gabriel e das meninas diante do sofrimento do irmão que se autoflagelava. Aqui a narradora faz menção a uma expressão importante a qual também faz parte do título da obra da qual esse conto faz parte. **“Insubmissas lágrimas”**. Ou seja, apenas nesse conto podemos notar as lágrimas de três mulheres, a mãe e as duas filhas. Enquanto as mulheres são submissas, suas lágrimas são insubmissas, mesmo contra suas vontades elas acabam rolando pelos seus rostos.

Isto nos remete ao conto “Olhos d’água” no qual é falado sobre as lágrimas da avó, da mãe e da filha. Aqui podemos ver mulheres ainda na infância derramando suas lágrimas, consequência do machismo do pai e de toda uma estrutura social machista. Um pai que depois de feri-las no corpo e na alma as abandona. Culturalmente em nossa sociedade é “normal” os homens abandonarem os lares deixando as mães com a responsabilidade de criarem os filhos, já falamos sobre isso nesse trabalho. É importante lembrar que esse homem machista que abandona o lar, pode ser também uma vítima do machismo, mesmo que com menores danos em relação às mulheres, o machismo afeta negativamente a vida de muitos homens. Porém, devido a esse mesmo machismo do qual estamos falando, na maioria das vezes eles se recusam ajuda e assim seguem prejudicando a si próprio e a família, provocando as insubmissas lágrimas, as quais as mulheres não conseguem conter diante da dor e dor sofrimento infligidos.

A narradora menciona ainda sobre o comportamento das crianças depois da violência do pai, o abandono e o regresso delas para casa novamente. As meninas não dormiram bem, ficaram agitadas, “Sono conturbado”, “Gabriel teve febre e gemeu durante toda a noite”, o menino já começa lutar contra o monstro invisível: o próprio pai. “A todo momento, seus braços, com as mãozinhas em punho, tinham movimentos como se estivessem esbofeteando o espaço.” As meninas com três anos e meio e Gabriel ainda

ia completar dois anos. Três crianças e uma mãe sendo afetadas pelo machismo de forma muito trágica.

A atuação profissional de Lia Gabriel é uma questão extremamente importante abordada no conto. Observem que ela possuía uma formação: professora de matemática, assim, mesmo com dificuldade e tendo que se reinventar deixando a escola e passando a lecionar particularmente, ela não se tornou refém financeiramente do marido agressor. Se ele não tivesse os abandonado ela poderia ter feito a opção de separar e conduzir a vida sozinha com os filhos como aconteceu. Não foi fácil, a narradora mostra várias dificuldades enfrentadas por Lia Gabriel, entretanto, se ela não tivesse um trabalho com certeza seu sofrimento e de seus filhos seria ainda maior.

Ainda em relação ao trabalho não poderíamos deixar de enfatizar o outro trabalho de Lia Gabriel, além de professora ela consertava aparelhos domésticos, na visão machista e sexista essa é uma profissão masculina, **“sou a única mulher que tem uma oficina eletrônica na cidade”**, porém, desde criança ela já tinha tendência para esse trabalho (ainda bem que ninguém a impediu), assim, no momento da dificuldade sua habilidade pôde ser transformada em profissão. Lembrando que conforme já mencionamos nesse trabalho, mulheres que cursam engenharias, ou outros cursos vistos como “masculinos” pelas lentes machistas e preconceituosas, geralmente são muito discriminadas. Aliás, segundo essa visão machista o lugar da mulher é apenas no lar, cuidando do marido e dos filhos. Lia Gabriel nos mostra com seu exemplo de vida que esse estereótipo precisa ser banido da sociedade, para que a mulher não necessite suportar um relacionamento abusivo, fruto de um sistema opressor que visa o tempo todo oprimir e, sobretudo, inferiorizar a mulher.

Lia Gabriel explica que a união de suas duas profissões foi que possibilitou a sua sobrevivência juntamente com seus filhos. “Durante muito tempo, enquanto as crianças eram pequenas, sobrevivemos das aulas que eu dava em casa, e do dinheiro da loja “Tudo tem conserto”. É interessante a analogia feita entre o nome da loja e o novo rumo que Lia Gabriel deu à sua vida, “Consertei a minha vida, cuja mola estava enferrujando. Eu mesma imprimi novos movimentos aos meus dias. Fiz por mim e pelas crianças.” Cremos que essa expressão “Tudo tem conserto” pode ser também utilizada quando pensamos nas contradições, aflições, opressões e várias outras violências que assolam as sociedades capitalistas, é possível consertar essas sociedades, mas para isto tornaremos a dizer que é preciso uma intervenção na estrutura social. **E é justamente por isso que insistimos na**

literatura e na educação geográfica anticolonial, como um caminho a ser percorrido para revolução que consertará as sociedades.

Prosseguindo, Lia Gabriel diz que nem ela nem as crianças faziam comentários sobre o pai. Sabemos que a figura paterna é extremamente importante na vida de todo ser humano. Todavia, quando a narradora vai nos mostrando o comportamento desse pai em relação a esposa e aos filhos, acreditamos firmemente que sua ausência foi bem melhor que sua presença na vida daquela família. Lia Gabriel descreve com detalhes cada sessão de tortura, enfiou a cabeça dela debaixo d'água, deu-lhe fortes joelhadas, bateu nela e no Máximo Gabriel ambos estando nus... As sessões de torturas foram um verdadeiro horror provocando não apenas dores físicas, mais também emocionais em toda a família. As meninas não foram agredidas fisicamente, porém, sofreram tortura psicológica, ao ouvirem o pai espancando a mãe e o irmão.

Lia Gabriel menciona uma frase extremamente importante para compreendermos o comportamento machista de um ser humano, “Não era a primeira vez que ele me agredia.” Essa declaração nos faz entender que o motivo das sessões de torturas não foi simplesmente porque Lia Gabriel continuou brincando com as crianças e não foi arrumar o almoço para o esposo, ou seja, ele já tinha o costume de usar a violência para se impor. Porque a mulher que estava brincando com as crianças teria que interromper a brincadeira e lhe servir o almoço, ele não estava doente, porque então não poderia ligar o micro-ondas? Muitos machistas poderão tentar colocar a culpa na mulher alegando que se ela tivesse servido o marido poderia ter evitado tal acontecimento. Porém, eles fingem não entender que o machista nunca estará satisfeito com suas vítimas, para ele todo tanto que elas vierem a submeter-se a suas vontades ainda é pouco, desse modo sempre usarão a violência física ou emocional como forma de coagi-las.

O exercício do machismo sempre é operacionalizado em escalas e tem como fundamento o espaço. O espaço da casa, o espaço da empresa, o espaço da igreja, porém essa violência que é organizada no espaço tem como fundamento a estruturação por escala, logo o marido que oprime somente o faz por ter uma escala maior de proteção para o mesmo, justificada por escalas legais e até mesmo por escalas metafísicas como a religiosidade.

Diante disso, salientamos que essa violência resultante do machismo na família afeta seriamente e de diversas formas cada um dos membros, prova disso é o transtorno mental que afetou de modo significativo a vida de um menino talentoso, carinhoso... Máximo Gabriel. A ausência do machismo naquele lar poderia ter evitado esse transtorno,

evitado também muito sofrimento e muitas lágrimas. Todavia, as instituições, igreja, escola, Estado, entre outras, costumam não dar a devida atenção para esse tipo de violência, lembrando que isso é proposital e faz parte de um projeto maior de opressão.

Insta salientar que o machismo se faz presente nos lares independentemente da classe social, ele se aloja tanto nas mais imponentes residências como também nos barracos das favelas. Também se faz presente na vida de muitas mulheres independentemente de cor, raça ou credo religioso.

Quadro 31 – Fragmento L (Quarto de despejo: diário de uma favelada)

[...] Ia recomendar escrever quando o Adalberto chegou. Veio fazer uma cerca para mim. Para evitar a entrada de nortista que por qualquer motivo vem aborrecer. Quem trabalhou na cerca foi o Adalberto, o Luiz, hospede recente da favela e o José da dona Rosa. Compraram pinga e eu fiz caipirinha. E fiz almoço para eles. Era 1 hora quando eu ia recomendar escrever. O senhor Alexandre começou a bater na sua esposa. A dona Rosa interviu. Ele dava pontapé nos filhos. Quando ele ia enforcar a Dona Nena, a dona Rosa pediu socorro. Então o soldado Edilson Fernandes foi pedir ao senhor Alexandre para não bater na sua esposa. Ele não obedeceu e ameaçou o soldado com uma peixeira. O Edilson Fernandes deu-lhe uns tapas. O Alexandre avoou que nem balão impelido pelo vento.

O soldado Edilson mandou-me telefonar para a Rádio Patrulha. Eu fui avuando. Telefonei e voltei correndo. Quando cheguei na favela a briga estava quente. O Alexandre chingava a s crianças que iam olhar e avançou para o meu filho João. E desacatava o soldado Edilson, querendo bater-lhe no rosto e dizendo-lhe:

— Leva a minha mulher para você! Mulher depois que casa é para suportar o marido e eu não admito soldado dentro da minha casa. Você está interessado na minha mulher?

Assim que os favelados me viram, gritaram:

— Cadê a polícia?

— Já telefonei.

Em 5 minutos a Rádio Patrulha apareceu. Eu e a Vara entramos no carro. Quando o povo da alvenaria me viram na Rádio Patrulha gritaram:

— Crime na favela!

E corriam na direção da favela. Vi entre as pessoas o meu compadre José Nogueira.

[...] O José Carlos regressou do cinema e eu contei-lhe o show do seu Alexandre. Ele disse-me que o Alexandre estava no ponto do bonde. Não acreditei. Será possível que a Polícia ia soltar um homem tão turbulento que não respeita as crianças?

Como eu já estava prevenida, não assustei quando ouvi a voz do Alexandre discutindo com a mãe do soldado Edilson. Eu intervi porque ela está gestante. Eu saí para procurar o Bobo para ele retirar o Alexandre de dentro da casa. Mas o Binidito já havia empurrado o Alexandre para fora. Ele entrou no seu barraco e fechou a porta. Estava tão bêbado que não podia parar de pé.

Deitamos. Eu estava agitada e nervosa porque queria passar o dia escrevendo. Custei dormir. Eu fiquei cansada de tanto correr para ir chamar a Rádio Patrulha.

Despertei as 4 horas da manhã com a voz do Alexandre que estava maltratando a sua esposa e chingando o soldado Edilson. Dizia:

— Aquele negro sujo me bateu. Mas ele me paga! Eu me vingo!

Vendo que o Alexandre não parava de falar, eu fui na Delegacia.

O soldado que estava de plantão disse:

— Favela é de morte!

Disse-me que se o Alexandre continuasse a perturbar para eu voltar as 6 horas.

Voltei para a favela, ele estava na rua insultando. Resolvi fazer café. Abri a janela e joguei um pouco dagua no Alexandre.

— Você chamou a Rádio Patrulha para mim. Negra fidida! Mas você me paga!

Fonte: Jesus, 2020 p. 90-91

Neste fragmento a escritora Carolina nos mostra a violência, na extinta favela do Canindé em São Paulo, proveniente do machismo. Podemos observar vários indicativos dessa violência: “O senhor Alexandre começou a bater na sua esposa.”; “Ele dava pontapé nos filhos.”; “Quando ele ia enforcar a Dona Nena, a Dona Rosa pediu socorro.” Vimos aqui uma sequência de atos violentos que poderiam resultar em um tragédia maior se não houvesse uma intervenção dos vizinhos. O homem, Alexandre, agride a esposa, agride os filhos, e tenta enforcar a esposa. Tal como no conto “Lia Gabriel” da escritora Conceição Evaristo, a violência machista afeta não apenas as mulheres, as esposas, mas também, as crianças, os filhos, se tornam vítimas desse tipo de violência.

Carolina juntamente com outras pessoas da comunidade atuam na contramão do sistema machista opressor e de boa parcela da sociedade que segue fielmente as normas e imposições do sistema: “Nossa sociedade está acostumada a não se importar muito com a violência doméstica contra a mulher, “em briga de marido e mulher, ninguém põe a colher”, esse descaso é fortalecido pela nossa cultura que é preconceituosa e machista.” (SILVA, 2023 p. 61). Carolina corre para prestar socorro, corre para chamar a polícia, corre para delegacia, enfim, ela quer a todo custo por fim na violência machista que assola os lares. Porém, muitas vezes sua luta é quase nula devido a intensa fragilidade da justiça: “Ele disse-me que o Alexandre estava no ponto do bonde. Não acreditei. Será possível que a Polícia ia soltar um homem tão turbulento que não respeita as crianças?” Desavenças familiares envolvendo violência tem sido cada vez mais “naturalizadas”, entretanto, isso tem levado a terríveis agressões emocionais, físicas e até mesmo ao feminicídio.

Figura 7 – Notícia sobre ocorrência de feminicídio



Fonte: G1 Triângulo e alto Paranaíba³² (2024)

Precisamos entender que nenhum tipo de violência pode ser naturalizado, todo ato violento precisa ser combatido. Para isso continuamos insistindo que não se trata apenas punir os indivíduos que praticam ações violentas, isso seria uma das ações, todavia, conforme temos dito é preciso saber a quem mais essa violência interessa. Creemos que não seja apenas ao agressor que está próximo, existem os agressores distantes que também a utilizam como forma de dominação e opressão. Por isso a importância da intervenção na esfera estrutural.

Prosseguindo com a análise do fragmento vemos a falta de respeito do agressor não só com a família, mas também com os outros: “— Leva a minha mulher para você! Mulher depois que casa é para suportar o marido e eu não admito soldado dentro da minha casa. Você está interessado na minha mulher?” O agressor fica ainda mais indignado porque o soldado que o repreende é negro: “— Aquele negro sujo me bateu”, e a mulher que chama a polícia, a Carolina, também é negra: “—Você chamou a Rádio Patrulha para mim. Negra fídida! **Mas você me paga!**” A expressão proferida pelo agressor, “Mas você me paga!” tem um significado que não pode passar despercebido, ou seja, no sentido figurado essa expressão está relacionada a vingança. Porém, antes de abordá-la vamos

³² Homem mata ex companheira a facadas e fere filhos dela em Uberlândia. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2024/03/02/homem-mata-companheira-a-facadas-e-fere-enteados-em-uberlandia.ghtml>. Acesso em: 25. Mar. 2024.

nos deter em uma outra expressão proferida desta feita pelo soldado que atendeu Carolina na delegacia: “— Favela é de morte!”. Essa expressão também possui um significado extremamente importante.

Voltando a pensar na necropolítica no sistema capitalista no qual o poder político e social determina quem pode viver e quem deve morrer, ao proferir a expressão “Favela é de morte” o soldado parece reafirmar a “naturalização” da morte na favela. Tanto é que ele diz para Carolina voltar mais tarde caso o agressor continuasse a perturbar. Será que se o incômodo fosse na cidade, se os incomodados fossem pessoas brancas de classe média ou alta, a atitude do soldado seria a mesma? Provavelmente não. Sabemos que as tragédias ocorrem independentemente de raça ou classe social, todavia, vemos claramente o descaso das autoridades quando se trata de violência principalmente de pessoas negras e pobres.

Desse modo podemos afirmar que Carolina ao tentar socorrer a esposa do Alexandre, ela corre risco de vida, uma vez que, praticamente não tem nenhum apoio das autoridades. Os policiais levam o Alexandre, pouco tempo depois ele já está livre e brigando de novo; Carolina vai à delegacia e o soldado diz para ela voltar depois, ou seja, ela luta praticamente sozinha, tendo apoio somente de alguns vizinhos.

Imagem 16 – Beatriz Nascimento



Fonte: Literafro³³ (2023)

³³ Literafro. Beatriz Nascimento. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/ensaistas/1422-beatriz-nascimento>. Acesso em: 23. Mar. 2024.

Fizemos questão de enfatizar essa questão justamente porque geralmente os agressores além de violentos são covardes, podendo se vingar tanto das vítimas como de quem tenta socorrê-las. Como exemplo podemos citar Beatriz Nascimento, que foi assassinada por tentar defender uma amiga.

Beatriz Nascimento desempenhou um relevante papel nas lutas antirracista e antimachista, porém, lamentavelmente com apenas 52 anos de idade sua carreira foi interrompida devido à desmedida violência que afeta nossa sociedade. Todavia, cremos que o trágico fim que teve Beatriz Nascimento, não deve servir para nos intimidar na luta contra o machismo. Hoje, felizmente existem formas anônimas de se fazer denúncias contra esse tipo de violência.

Devemos pensar também, sobretudo, na forma preventiva, ou seja, geralmente um feminicídio não ocorre de uma hora para outra, existe todo um processo de violência que vai se encadeando em ciclo.

Teve uma vez que a professora de Psicologia da Educação solicitou um trabalho sobre violência doméstica, aí eu pensei de escrever alguma coisa relacionada a lei Maria da Penha – 11.340/2006. Uma colega de ônibus que cursava direito me indicou um livro.

Nesse trabalho eu abordei o ciclo da violência doméstica: que é composto de várias etapas: primeiro vem o silêncio seguido da indiferença. Depois surgem as reclamações, reprovações e começam os castigos e as punições. Em seguida os gritos transformam-se em empurrões, tapas socos e pontapés, por último vêm os pedidos de perdão, choro, flores, promessas, para em seguida reiniciar o ciclo. (SILVA, 2023 p. 61).

Esta citação faz parte da nossa obra literária “Chika a menina que queria estudar”. Cremos que a literatura justamente por retratar a realidade e por ser carregada de sentimentos e emoções, é uma excelente estratégia/metodologia para se trabalhar na prevenção contra a violência doméstica e também de outros tipos de violências. Isto porque, mesmo sabendo que o machismo, o racismo e outras formas de violência somente serão erradicadas por meio de uma intervenção estrutural, temos que entender que a Revolução só será possível unindo ações individuais formando uma coletividade. Logo, consideramos ser essencial a construção de uma consciência anticolonial (contra todas as formas de opressão) nos indivíduos, formando assim uma coletividade cada vez mais forte para lutar contra o sistema opressor.

Sistema opressor que por meio de ideologias, da política e da cultura faz com que a violência seja cada vez mais disseminada na sociedade. As escritoras Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo, mostram com muita propriedade como essa violência se faz presente na sociedade, inclusive nos lares. Vejamos mais um exemplo:

[...] eu mandei o João levar um bilhete no Circo Irmãos Melo pedindo se aceitava-me para cantar. Depois fui lavar roupas. Eu estava preparando para ir no circo quando ouvi rumores que o Anselmo havia atirado no João Coque. Eu estava escrevendo, esperando o arroz secar. Guardei o caderno e fiquei girando, procurando o João. Encontrei ele sentado no campo da Portuguesa, segurando as pernas com uma mão e a bola na outra. Perguntei-lhe se já havia ido chamar a Polícia. Ele disse que sim.

Queixou-se que a perna estava sem ação. Ele tentou calçar o sapato e encontrou dificuldades. **Dei-lhe os meus chinelos**. Os curiosos aglomeraram não havia comentários. O povo chingava só o Anselmo. Vou contar quem é o Anselmo. Depois relato quem é o João.

O Anselmo apareceu aqui em 1950 com uma mulher que estava grávida. Quando a mulher deu a luz, um menino, ele começou maltratá-la. Ela estava de dieta e ele lhe expandava e lhe expulsava de casa. Ela chorava tanto que o leite secou. [...] Agora imprecou com o João porque ele está namorando a Iracema. E o barracão da Iracema é perto do barracão do Anselmo. E o João conversa com a noiva perto da casa do Anselmo, que não quer. Deu ordem ao João para ir namorar perto do rio.

[...] O João estava na sua casa tomando café quando o Anselmo lhe chamou para conversar. O João disse-lhe que havia chegado do trabalho e não podia atendê-lo. Ia entrando quando o Anselmo lhe atirou. Ele não viu o Anselmo puchar a arma. O Anselmo visava o peito. Mas a bala atingiu a perna.

O Anselmo fugiu.

[...] O povo diz que vai reunir para expandar o Anselmo. [...] O João foi fazer curativo na central e retornou-se. Perguntei-lhe se havia tomado anestesia. Disse-me que tomou só injeção contra o teto.

E assim é mais um processo para delegacia.

Fonte: Jesus, 2020 p. 102

Neste outro fragmento Carolina narra que cuidava dos seus afazeres quando recebeu a notícia de que um homem morador da favela havia baleado outro. Ela sai a procura da vítima para lhe auxiliar e tomar as devidas providências: “Dei-lhe os meus chinelos.”, “Perguntei-lhe se já tinha ido chamar a polícia. Ele disse-me que sim.” vimos aqui mais uma vez Carolina prestando assistência a vítima de violência. Violência essa, resultante de uma cultura machista dominada por um sistema opressor.

Carolina relata como era a conduta do agressor dentro do lar: “Quando a mulher deu a luz, um menino, ele começou maltratá-la. Ela estava de dieta e ele lhe expandava e lhe expulsava de casa. Ela chorava tanto que o leite secou.” Há uma supressão no texto e Carolina já volta dizendo que o Anselmo implicou com o João, uma de suas vítimas, porque ele está namorando Iracema. O texto não deixa explícito se Iracema e a mulher que o Anselmo maltrata e expulsa de casa são a mesma pessoa. Todavia, devido ao contexto cremos que são a mesma pessoa. Até porque é muito “normal” em nossa

sociedade agressores não se conformarem com o fim do relacionamento, do casamento. Em suas concepções as mulheres são suas eternas propriedades, mercadorias, com as quais eles podem fazer o que bem entendem. “Mulher depois que casa é para suportar o marido”, essa expressão proferida por Alexandre, agressor do fragmento anterior, é típica em muitos lares onde predomina o machismo.

Essa concepção errônea de que a mulher é propriedade do marido gera muita violência que resulta em tragédias como graves agressões físicas e emocionais, feminicídios e homicídio, “O Anselmo visava o peito. Mas a bala atingiu a perna.”. Isso está vinculado, sobretudo, a uma cultura machista na qual desde cedo a menina é ensinada que ela é frágil e por isso, dependente do homem, do pai ou dos irmãos e depois do marido. E o menino por sua vez, é ensinado a ser forte o tempo todo, “Homem não chora”. Essa cultura traz sérios prejuízos não apenas para a mulher, mas também, para o homem que devido à pressão da sociedade machista que diz que o homem é o dominador, ele acaba cometendo cruéis atrocidades (homicídios, feminicídios...) que impactarão negativamente em sua vida.

Isto porque mesmo que a justiça não dê a devida punição ao agressor conforme vimos nesses dois fragmentos, como também temos visto ocorrer na sociedade, cremos que a consciência desse agressor não será tranquila, além de correr o risco de ter sua vida ceifada, por indivíduos da comunidade que não se conformando com a fragilidade e consequente impunidade da justiça, decidem fazer justiça com as próprias mãos. “[...] O povo diz que vai reunir para espancar o Anselmo.” É lamentável, porque uma violência que foi gerada dentro de um lar entre um casal, por não ter sido contida, ou eliminada, acaba desencadeando mais e mais violências. E no final tudo se resume a apenas mais um dado estatístico: “E assim é mais um processo para a delegacia”. bell hooks, chama nossa atenção para o fato de que a violência resultante da dominação masculina praticada no lar, não pode ser entendida como simples ou normal.

A violência patriarcal em casa é baseada na crença de que é aceitável que um indivíduo mais poderoso controle outros por meio de várias formas coercitiva. Essa definição estendida de violência doméstica inclui a violência de homens contra mulheres, a violência em relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo e a violência de adultos contra crianças. O termo “violência patriarcal” é útil porque, diferentemente da expressão “violência doméstica”, mais comum, ele constantemente lembra o ouvinte que violência no lar está ligada ao sexismo e ao pensamento sexista, à dominação masculina. Por muito tempo, o termo violência doméstica tem sido usado como um termo “suave”, que sugere emergir em um contexto íntimo que é privado e de alguma maneira menos ameaçador, menos brutal do que a violência que acontece fora do lar. Isso não procede, já que mais mulheres são espancadas e assassinadas em casa do que fora de casa. Além disso, a maioria das pessoas tende a enxergar a violência doméstica entre adultos como algo separado e diferente da violência contra

crianças, quando não é. Com frequência, crianças sofrem abuso quando tentam proteger a mãe que está sendo atacada por um companheiro ou marido, ou são emocionalmente afetadas por testemunhar violência e abuso. (HOOKS, 2022 p. 95-96).

Corroboramos com bell hooks, mesmo porque tanto no conto “Lia Gabriel” , quanto nos fragmentos que já analisamos, como também no próximo conto que ainda iremos abordar, é possível ver crianças sendo afetadas negativamente por essa violência proveniente da dominação e opressão masculina no lar. Estão se lembrando do Máximo Gabriel e de suas irmãs? Do Alexandre que dava pontapé nos filhos? Do filho do Anselmo que desde que nasceu já convivia com as brutalidades do pai contra a mãe? **“Ela chorava tanto que o leite secou”**. Muito provavelmente todas essas crianças, em maior ou menor proporção, assim como o Máximo Gabriel, carregaram por todas suas vidas traumas por essas violências sofridas na infância. Carolina faz aqui uma importante menção em relação a amamentação que pode ser comprometida devido a ações violentas do parceiro.

Uma matéria publicada no jornal da USP – Universidade de São Paulo, “Violência do parceiro afeta a qualidade do aleitamento materno³⁴”, em 2017 mostra a consequência da VPI (Violência por parceiro íntimo) na vida das crianças. Ou seja, quando a escritora Carolina menciona em seu diário que o leite da mãe secou de tanto ela chorar, ela não está fazendo alusão a um mito, muito pelo contrário, cientificamente é comprovado que a qualidade do leite materno pode ser afetada mediante ações violentas do companheiro e que o tempo de duração da amamentação também pode ser afetado por essas ações.

De acordo com essa matéria, a pesquisa da obstetrix Nayara Girardi Baraldi, tese de doutorado - **“A vivência do aleitamento materno em um contexto de situação de violência por parceiro íntimo e a rede de suporte social”**, buscou identificar quais as consequências da violência praticada por parceiro íntimo durante o período de aleitamento materno. Os resultados mostraram a diminuição do tempo de amamentação, além de mudança no tipo do aleitamento, ou seja, ele deveria ser exclusivo até os seis meses do bebê, mas a violência levou essas mães a oferecer outros alimentos ao bebê antes dos seis meses de vida, fato que contribuiu para o desmame precoce da criança. A pesquisa revelou também que: a falta de motivação em amamentar por conta das brigas, quando as mulheres interromperam o aleitamento para discutir com o parceiro, e o

³⁴ ARENGHERI, Stella. Violência do parceiro afeta a qualidade do leite materno. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-da-saude/violencia-do-parceiro-afeta-qualidade-do-aleitamento-materno/>. Acesso em: 12. Fev. 2024.

estresse gerado pelos desentendimentos foram os fatores apontados pelas mães que mais afetaram a qualidade e o tempo de amamentação. Em consequência, as crianças submetidas a esse tipo de violência apresentaram mais frequência no choro e dificuldade para dormir.

No próximo conto iremos presenciar também atos de violência durante o ato de amamentação. Contudo, não podemos perder o foco, ou seja, precisamos sempre atentarmos para o fato de que esse tipo de violência está vinculado a uma cultura machista e que essa cultura possui uma finalidade para os detentores do poder.

Quadro 33 – Conto “Aramides Florença”

Aramides Florença

Quando cheguei à casa de Aramides Florença, a minha igual estava assentada em uma pequena cadeira de balanço e trazia, no colo, um bebê que tinha aparência de quase um ano.

Esta é a minha criança, — me disse a mãe, antes de qualquer outra palavra —, o meu bem amado. O nome dele é Emildes Florença.

E susteve a criança em minha direção, como se fosse me oferecer um presente. O menininho sorriu para mim, percebi que alguns dentinhos enfeitavam a sua pequenina boca e reconheci no gesto dele um aceno de boas-vindas. Por uns momentos me esqueci da mãe e me perdi na contemplação do filho. Ele começou a balbuciar algo que parecia uma cantiga. Aramides me olhou dizendo, feliz, que o seu filho pronunciava sempre os mesmos sons, desde que o pai dele havia partido, há quase um ano, quando o bebê tinha somente alguns dias de vida. Eu percebi, intrigada, que, tanto pelos sons, como pela expressão de rosto e movimentação de corpo do menininho, o melodioso balbucio infantil se assemelhava a uma alegre canção. **Teria a criança tão novinha, — pensei mais tarde, quando ouvi a história de Aramides Florença, — se rejubilado também com a partida do pai? Só a mãe, só a mulher sozinha, lhe bastava?**

Aramides Florença buscava ser o alimento do filho. E, literalmente, era. O menino só se nutria do leite materno. A sopinha que o pediatra havia recomendado, e que a mãe preparava cuidadosamente, o bebê mal provava, recusando sempre. Ela, pacientemente insistia, cantava, dançava, sorria. Ele também fazia festas à festa da mãe. Mas quanto ao aceite da comidinha, nada. O pediatra insistia para que ela deixasse a criança padecer um pouco de fome. Aramides detestou a brutalidade da sabedoria pediátrica; entretanto, cumpriu o conselho. Passou quase um dia sem amamentar a criança. No final da tarde, seus seios jorravam uma láctea aflição, que lhe empapava toda a veste, enquanto o pequeno faminto jazia triste, sem um choro sequer, quieto no bercinho. Subversivamente, a mãe descumpriu a ciência médica e ofereceu os seis ao bebê. E, desde então, uma peleja, a única, ameaçava o cotidiano dos dois. Não mais com o sacrifício da fome, que essa arma Aramides considerava suja. Preferia o jogo da sedução, a dança, a música, mas a esperteza infantil era também grande. E o jogo que o filho fazia, emparelhado ao dela, era mais sedutor. A vitória sempre pertencia ao pequeno. Entretanto, nem sempre fora assim, antes havia a figura do pai por perto.

O nome do pai do menino desconheço, pois Aramides Florença só se referia ao homem que havia partido, como “o pai de Elmides “, ou como “o pai do meu filho”.

Florença tivera uma gestação feliz. Ter um filho havia sido uma escolha que ela fizera desde mocinha, mas que vinha adiando sempre. Vivia a espera de um encontro, em que o homem certo lhe chegaria, para ser o seu companheiro e pai de seu filho. Um dia, realmente esse homem apareceu. Foram felizes no namoro. E mais felizes quando decidiram ficar juntos. Ela, chefe do departamento pessoal de uma promissora empresa; ele, funcionário de um grande banco. Sem muitas preocupações e apertos econômicos, conseguiram montar um modesto, mas confortável, apartamento. A vida seguia conforme as expectativas dos dois . a gravidez desejada logo aconteceu. Sentindo-se bem-aventurados, se rejubilaram quando o exame de urina deu positivo. Desde então, os dois grávidos mais felizes prometeram ser, para repartirem a felicidade com a criança que estava por vir. Não tinham preferência quanto ao sexo e, a cada vez que a gestante se deitava para fotografar o bebê, ainda morador da casa interna da mãe, o casal repetia a uma só voz para o médico:

— Não nos diga o sexo da criança, queremos experimentar a surpresa.

E, durante os nove meses, vivenciaram as excitações dos parentes e amigos em seus prognósticos. Um enxoval multicolor foi preparado para atender se menina ou menino fosse. Jogos de adivinhas, entretanto, eram realizados pelas pessoas que participavam da intimidade do casal. Garfos e colheres se tornavam objetos adivinhatórios nos lugares onde a mãe deveria assentar-se. Se procurar cadeira onde está o garfo é um menino... Se buscar a da colher ... O ânimo dela também era lido como vestígio de indicação do sexo do rebento. Mais preguiça ou sono indicava o bebê como sendo do sexo feminino. Gravidez de menina — diziam algumas pessoas —, a gestante ficava mais preguiçosa, mais sonolenta. O corpo da grávida também distinguia o sexo de quem ali dentro morava. Não havia quem não tivesse um olhar de lince, mais potente do que o da ultrassonografia, que, ao contemplar o formato da barriga de Aramides, não conseguisse emitir as suas certezas adivinhatórias. É uma menina — diziam algumas vozes. Veja como a barriga dela está arredondada, copiando a lua. É um menino — arriscavam outras afirmações — , barriga pontiaguda como uma lança, um membro em riste... de prognósticos em prognósticos surgiram a previsão de gêmeos. Duas meninas... Dois meninos... Um casal... Os grávidos se deixavam contaminar igualmente a cada profecia, até o surgimento de outra, no instante seguinte. Enquanto isso, a criança, exímia nadadora, bulia incessantemente na bolha d’água materna. O pai, embevecido e encabulado com o milagre que ele também fazia acontecer, repartia os seus mil sorrisos ao lado da mãe. e mais se desmanchava em alegrias, com o toque de mão ou com o encostar do corpo no ventre engrandecido da mulher, a vital movimentação da criança. Desse modo, o feliz casal seguia e media ansioso o tempo, à espera da hora maior.

Um dia, algo dolorido no ventre de Aramides inaugurou uma perturbação entre os dois. Já estavam deitados, ela virava para lá e para cá, procurando um melhor posição para encaixar a barriga e, no lugar em que se deitou, seus dedos esbarraram -se em algo estranho. Lá estava um desses aparelhos de barbear, em que se acopla a lâmina para hora do uso. Com dificuldade para se erguer, gritou de dor. Um filete de sangue escorria de um dos lados de seu ventre. Aramides não conseguia entender a presença daquele objeto estranho em cima da cama. Havia dias que o barbeador elétrico de seu companheiro havia estragado e ele estava usando um daqueles antigos. O homem, pai do filho de Aramides Florença, não soube explicar a presença do objeto ali. Talvez tivesse sido na hora em que ele foi preparar a cama dos dois... Talvez ele tivesse com o aparelho na mão. Talvez... Quem sabe...

Quase três semanas após o acontecido, outro fato veio causar mais uma inquietação, e um ligeiro, ligeiríssimo mal-estar na confiança que Aramides depositava em seu homem. Entre os dois — me dizia ela —, desde quando se conheceram, nunca havia tido um momento sequer de suspeição de um para com o outro. Mas, em uma noite, quando o corte da lâmina de barbear ainda ardia no ventre de Aramides, foi que mais um episódio aconteceu. Estava ela no último mês de gestação, quando meio sonolenta, já de camisola, mas ainda de pé, narcisicamente se contemplava no espelho do banheiro. Estava inebriada com a mudança do próprio corpo. Tudo nela aumentara. O volume de cabelos, a sobrancelha e até uma pequena verruga debaixo do braço. Pelo espelho, viu o seu homem se aproximar cautelosamente. Adivinhou o abraço que dele receberia por trás. Fechou os olhos e gozou antecipadamente o carinho das mãos do companheiro em sua barriga. Só que, nesse instante, gritou de dor. Ele, que pouco fumava, e principalmente se estivesse na presença dela, acabara de abraçá-la com o cigarro aceso entre os dedos. Foi um gesto tão rápido e tão violento que o cigarro foi macerado e apagado no ventre de Aramides. Um ligeiro odor de carne queimada invadiu o ar. Por um ínfimo momento, ela teve a sensação de que o gesto dele tinha sido involuntário. A bolha que se formou no ventre de Aramides dias depois vazou. Vazou antes da bolsa guardadora de seu filho escorrer copiosamente por sua perna abaixo, pré anunciando que o seu bebê já estava a caminho.

As horas antecessoras ao parto foram momentos de intensa aflição para o pai de seu filho dizia Aramides — tremendo, o homem ligou para um amigo, pedindo-lhe que os levasse ao hospital, pois ele estava tão nervoso que não conseguia dirigir. E, quando o médico lhe perguntou se ele iria assistir ao parto e fotografá-lo, ele apenas respondeu que a sua coragem masculina não lhe permitia tal proeza. — Foi um parto rápido — me afirmou Aramides. — Elmides escorregou logo-logo de dentro de mim.

Mãe, pai e filho felizes, no outro dia, deixaram o hospital. Sagrada a família! — o homem repetia cheio de júbilos a louvação de sua trindade: ele, a mulher e o filho. Os primeiros dias foram só solicitude da parte dele. Tanto era o desvelo, tanta era água trazida na peneira, que Aramides, a rainha-mãe, esqueceu por completo as dores e a tênue desconfiança vividas anteriormente. Na deslembração, ficou dissimulado o doer da lâmina na cama a lhe resfolegar na barriga. E a dolorosa ardência do cigarro aceso esmagado em seu ventre também buscou se alojar no esquecimento. Tudo tinha sido atordoamento de alguém que experimentava pela primeira vez a sensação de paternidade. Com certeza, tudo tinha sido atrapalhão de marinheiro de primeira viagem...

Passadas as duas primeiras semanas, uma noite, já deitados, o homem, olhando para o filho no berço, perguntou a Aramides, quando ela novamente seria dele, só dele. A indagação lhe pareceu tão despropositada, que ela não conseguiu responder, embora tenha percebido o tom ciumento da pergunta. Um silêncio sem lugar se instalou entre os dois. Aramides desejou que o bebê acordasse chorando, mas ele ressonava tranquilo. Buscando apaziguar a insegurança do homem, ela se aconchegou a ele, que levantou rispidamente. E foi tão violento o bater de porta, quando ele abandonou o quarto, que o bebê, antes tão em paz, acordou chorando.

Cenas mais ou menos semelhantes voltaram a acontecer entre os três várias vezes. Um medo começou a rondar o coração e o corpo de Aramides. Antes, o olhar caloroso e convidativo do homem, que tanto lhe agradava, e a que ela correspondia de bom grado, com sentimentos de pré-goço, passou a incomodá-la. Já não era mais um olhar sedutor, como fora inclusive durante quase toda a gravidez, e sim uma mirada de olhos como se ele quisesse agarrá-la à força. O bebê, ainda na fase de ser o corpo extensivo da mãe, com poucos dias da vida cá fora, parecia experimentar a mesma

sensação de incômodo; abria-se em pranto, mesmo estando no colo da mãe, quando pressentia a aproximação do pai. O homem deixou de ter as palavras de júbilos em louvação à trindade, à qual ele pertencia. A família não lhe parecia mais sagrada. Não mais exultava diante da mulher e do filho.

Um dia, a sutil fronteira da comedida paz, que nos últimos tempos reinava entre o homem e a mulher, se rompeu. O dique foi rompido. À mostra, o engano velado, que se instalara entre os dois desde a gravidez, e que ambos tentavam ignorar, ganhou corpo concreto. E foi por meio do corpo concreto dos dois que a eclosão se deu.

Estava eu amamentando o meu filho — me disse Aramides enfatizando o sentido da frase, ao pronunciar cada palavra —, quando o pai de Elmides chegou. De chofre arrancou o menino de meus braços, colocando-o no bercinho sem nenhum cuidado. Só faltou arremessar a criança. Tive a impressão de que aquele tinha sido o desejo dele. No mesmo instante, eu já estava de pé, agarrando-o pelas costas e gritando desamparadamente. Ninguém por perto para socorrer meu filho e a mim. Numa sucessão de gestos violentos, ele me jogou sobre nossa cama, rasgando minhas roupas e tocando violentamente com a boca um dos meus seios que já estava descoberto, no ato de amamentação de meu filho. **E, de dessa forma, o pai de Elmides me violentou.**

E, em mim, o que ainda doía um pouco pela passagem de meu filho, de dor aprofundada sofri, sentindo o sangue jorrar. Do outro seio, o que ele não havia tocado, pois defensivamente eu conseguira cobrir com uma parte do lençol, eu sentia o leite interromper. Nunca a boca de um homem, com todo o seu corpo, me causara tanta dor e asco, até então. E, inexplicavelmente, esse era o homem. Aquele que eu havia escolhido para ser o meu e com quem eu havia compartilhado sonhos, desejos, segredos, prazeres... e, mais do que isso, havia deixado conceber em mim, um filho. Era esse homem, que me violentava, **que machucava meu corpo e a minha pessoa**, no que eu tinha de mais íntimo. Esse homem estava me fazendo coisa dele, sem se importar com nada, nem com o nosso filho, que chorava no berço ao lado.

E quando ele se levantou com o seu membro murcho e satisfeito, a escorrer o sangue que jorrava de mim, ainda murmurou entre os dentes que não me queria mais, pois eu não havia sido dele, como sempre fora, nos outros momentos de prazer.

Fonte: Evaristo, 2020 p. 9-18

Este conto assim como os outros analisados é também muito rico em detalhes. Desse modo selecionamos alguns indicativos para continuarmos mostrando a violência machista nos lares. A narradora começa apresentando a mãe, Aramides Florença, e o filho Emildes Florença os quais viviam em perfeita harmonia, sendo a única peleja que existia entre eles era a do menino querer se alimentar apenas do leite materno. Mais uma vez em nosso material de análise aparece o leite materno, iremos abordá-lo novamente em um outro momento. A narradora destaca que nem sempre houve essa harmonia, “[...] antes havia a figura do pai por perto.”

Todavia, insta salientar que mesmo com o pai presente houve momentos felizes, no namoro, quando decidiram ficar juntos e durante a gravidez apesar de atitudes

estranhas do pai. Primeiro o aparelho de barbear deixado na cama que fere o ventre de Aramides, depois o cigarro que lhe queima a barriga durante o abraço dado pelo esposo. “Foi um gesto tão rápido e tão violento que o cigarro foi macerado e apagado no ventre de Aramides.” Estaria começando ali com aquelas duas ações as agressões do marido contra a esposa? Tudo indica que sim. Antes, porém, de prosseguirmos gostaríamos de enfatizar novamente que a violência doméstica independe das condições econômicas, ou seja, ela se faz presente nos lares independentemente da classe social.

Observem que os outros dois fragmentos analisados anteriormente tiveram como cenário um espaço periférico, a favela, já nesse conto o cenário é na cidade, em um apartamento. “Ela, chefe do departamento de pessoal de uma promissora empresa; ele funcionário de um grande banco. Sem muitas preocupações e apertos econômicos...” Fizemos questão de enfatizar a questão espacial para demonstrar mais uma vez que a violência doméstica, ou patriarcal se encontra espacializada na sociedade de forma estrutural. A opressora ou opressor pode ser pobre, rico, mediano... mencionamos opressora também, justamente porque ainda que em menor proporção em relação aos homens, existem também mulheres opressoras, principalmente em relações entre pessoas do mesmo sexo.

Sabemos que a violência doméstica independe da classe social para se manifestar, contudo, não podemos negligenciar o fato de que questões econômicas mesmo não sendo determinantes para o surgimento dessa violência, o certo é que geralmente a falta de recursos financeiros podem agravar esse tipo de violência tornando assim a mulher refém do opressor devido sua condição financeira não lhe possibilitar a sua independência em relação ao marido agressor.

Nesse conto podemos ver que a mulher, Aramides Florença, mesmo tendo uma boa profissão, podemos assim dizer, ainda foi vítima da violência do próprio marido. Cremos que esse tipo de violência afeta sobretudo o emocional da vítima, uma vez que o agressor é uma pessoa íntima, de sua confiança, pela qual ela possui carinho e afeto, segundo a narradora, o agressor, era o homem que Aramides escolheu para ser pai do seu filho. Que decepção! Todavia, por meio da narrativa é possível perceber que Aramides não se manteve subordinada a essa violência.

A narradora nos conta também sobre o comportamento do pai depois do nascimento do filho: “Passadas as duas primeiras semanas, uma noite, já deitados, o homem, olhando para o filho no berço, perguntou a Aramides, quando ela novamente seria dele, só dele.” Estaria o pai com ciúmes da mulher? Em uma matéria do jornal da

USP, já abordada nesse trabalho, a obstetrix Nayara Girardi Baraldi diz que as mulheres entrevistadas na pesquisa que ela realizou sofreram vários tipos de violência: psicológica, emocional, física e sexual. A pesquisadora explica que, as mudanças no relacionamento devido à presença do bebê podem ter colaborado para que a violência fosse mais acentuada, ou seja, o aumento da violência por parceiro íntimo no período pós-parto em relação ao gestacional pode ter ocorrido devido a alteração na situação conjugal do casal, com o aparecimento das demandas do recém-nascido. Sabemos que a chegada de um recém-nascido implica em inúmeras mudanças na rotina do casal, todavia, isso não pode ser considerado motivo para acentuar e nem mesmo instaurar a violência no lar.

Observem que as ações violentas vão progredindo no lar de Aramides: “E foi tão violento o bater de porta, quando ele abandonou o quarto, que o bebê, antes tão em paz acordou chorando.” “Cenas mais ou menos semelhantes voltaram a acontecer entre os três várias vezes”. As ações violentas aumentaram até chegarem ao ápice onde uma série de sucessivas ações violentas são desencadeadas culminando no estupro de Aramides pelo esposo.

Segundo a narradora no momento mais agressivo e violento do marido, Aramides estava amamentando o filho. “De chofre arrancou o menino de meus braços, colocando-o no bercinho sem nenhum cuidado. Só faltou arremessar a criança. Tive a impressão de que tinha sido esse o desejo dele.” a criança estava sendo amamentada quando é tirada de forma violenta dos braços da mãe e colocada no berço. É interessante observar que geralmente existem fortes apelos da mídia, dos agentes da saúde e de outros segmentos para que as mães amamentem seus filhos, consideramos esses apelos positivos. Todavia, as imagens exibidas nesses apelos mostram mães felizes e sorridentes amamentando seus filhos, porém sabemos que por trás de muitos desses sorrisos existem lágrimas devido a desmedida violência sofrida por mulheres que são constantemente agredidas, e que não são respeitadas nem mesmo em um momento de extrema importância tanto para elas quanto para seus filhos: momento da amamentação.

Mas ainda em relação ao conto temos mais dois agravantes: primeiro o estupro da esposa, que também é uma forma de dominação que será abordada quando analisarmos o poema a seguir. E segundo o abandono da esposa pelo esposo: “E quando ele se levantou com o seu membro murcho e satisfeito, a escorrer o sangue que jorrava de mim, ainda murmurou entre os dentes que não me queria mais, pois eu não havia sido dele, como sempre fora, nos outros momentos de prazer.” Tal como Lia Gabriel, Aramides se vê sozinha com a responsabilidade de cuidar do filho. Covardia do pai, temos certeza que

sim, porém ao nosso ver se o abandono é uma forma de violência, viver sob o julgo do agressor dominador é uma violência maior ainda. Justamente por isso que insistimos na luta anticolonial que é contra todos os tipos de violências.

Analizamos também o poema “ A menina e a pipa – borboleta” da escritora Conceição Evaristo que mostra também a violência contra a mulher, desta feita, fora do lar.

Quadro 34 – Poema “ A menina e a pipa – borboleta”

A menina e a pipa – borboleta

A menina da pipa
ganha a bola da vez
e quando a sua íntima
pele, macia seda, brincava
no céu descoberto da rua,
um barbante áspero,
másculo cerol, cruel
rompeu a tênue linha
da pipa – borboleta menina.

E quando o papel, seda esgarçada,
da menina estilhaçou-se
entre as pedras da calçada,
a menina rolou
entre a dor e o abandono.

E depois, sempre dilacerada,
a menina expulsou de si
uma boneca ensanguentada
que afundou num banheiro
público qualquer.

Fonte: Evaristo, 2017 p. 51

Esse poema, permeado por uma linguagem figurada, nos remete a história da objetificação da mulher em nossa sociedade, lembram do poema “Vozes – mulheres” o qual abordamos no início deste capítulo? Nele é mencionada “a infância perdida”, desde os navios negreiros muitas meninas perdiam sua infância devido a desmedida violência tanto emocional, quanto física e sexual, bem como a falta de respeito à mulher, principalmente a negra e a indígena.

Vemos nos primeiros versos a menina brincando com uma pipa, brincadeira comum para muitas crianças. Porém, a brincadeira é interrompida porque a menina teve sua pipa “torada” ou seja, foi cortada por um barbante. Quem “torou” a pipa da menina

foi um homem, “másculo cerol, cruel”, é comum nessa brincadeira uns cortarem a linha dos outros. Todavia, no poema a escritora faz um jogo de palavras no qual a pipa passa a ser o corpo da menina. “rompeu a tênue linha da pipa-borboleta da menina.” A menina foi violentada, estuprada.

Na segunda estrofe a escritora continua com esse jogo de palavras, mencionando o papel seda da pipa, quando na verdade ela está se referindo ao corpo da menina que é violentado e que sentindo dor foi abandonado na calçada. Lamentavelmente o estupro é uma prática muito comum em nossa sociedade, que por ser machista sempre acaba culpando as vítimas, que muitas vezes sentem vergonha e medo de não serem compreendidas. Além da dor física, paira sobre essas vítimas também a dor emocional.

Já na terceira estrofe a escritora usa a seguinte expressão no primeiro verso “E depois, sempre dilacerada,” a palavra dilacerada no sentido figurado pode significar angustiada, atormentada, aflita, ou seja, a mulher, a menina que é violentada sexualmente, passará a conviver com traumas que afetaram negativamente de modo significativo sua vida. Nos próximos versos a escritora faz menção a um aborto, não é possível saber se foi provocado ou não: “a menina expulsou de si uma boneca ensanguentada que afundou num banheiro público qualquer.” Já comentamos nesse trabalho sobre o aborto, apenas queremos salientar novamente que na sociedade machista, a vítima, mesmo diante de todo sofrimento ainda é considerada como culpada em um processo de aborto.

Mesmo o aborto sendo legal em caso de estupro, é comum mulheres e meninas terem muitas vezes seu direito negado mediante reivindicações de pessoas que são contra o aborto. Interessante é que dizem ser a favor da vida, isto é muito bom, porém, não lutam com o mesmo empenho contra a pedofilia e o estupro. Muitas dessas pessoas, conforme já comentamos anteriormente, são verdadeiros hipócritas, machistas. cremos que toda forma de violência deve ser combatida, porém, nos casos de estupro, na visão cultural machista, as vítimas são culpadas pelo tipo de roupa que usam, por estarem em determinado lugar que não deveriam estar... temos certeza que se pessoas machistas lerem esse poema da escritora Evaristo, dirão que empinar pipa é brincadeira de menino e não de menina e que esta deve ficar dentro de casa brincando com sua boneca. A opressão machista se inicia na infância.

A organização espacial estratégica funciona não apenas nas questões raciais e de classe, mas também, nas questões de gênero. Enquanto os homens, os meninos têm “liberdade”, para brincarem, circularem em qualquer lugar em qualquer hora do dia ou da noite, as meninas e mulheres têm horários e lugares restritos para brincarem e

circularem, devido a cultura machista que ao invés de punir o abusador e agressor, acaba culpando a vítima.

Aliás, precisamos entender que o estupro em si é um ato de dominação, foi usado no período colonial no Brasil e nos Estados Unidos para conter as escravizadas revoltadas com sua condição de opressão e exploração, foi usado também na guerra do Vietnã.

A escravidão se sustentava tanto na rotina do abuso sexual quanto no tronco e no açoite. Impulsos sexuais excessivos, existentes ou não entre os homens brancos como indivíduos, não tinham nenhuma relação com essa verdadeira institucionalização do estupro. A coerção sexual, em vez disso, era uma dimensão essencial das relações sociais entre o senhor e a escrava. Em outras palavras, o direito alegado pelos proprietários e seus agentes sobre o corpo das escravas era uma expressão direta de seu suposto direito de propriedade sobre pessoas negras como um todo. A licença para estuprar emanava da cruel dominação econômica e era por ela facilitada, como marca grotesca da escravidão. (DAVIS, 2016 p. 180).

No período de escravidão tanto nos Estados Unidos conforme mencionado por Angela Davis, como aqui também no Brasil a prática do estupro se fez presente na vida de inúmeras mulheres. “O estupro era **uma arma de dominação, uma arma de repressão**, cujo objetivo oculto era aniquilar o desejo das escravas de resistir e, nesse processo, desmoralizar seus companheiros. (DAVIS, 2016 p. 36 <grifo nosso>). Angela Davis ainda afirma que: “O padrão de abuso sexual institucionalizado de mulheres negras se tornaram tão forte que conseguiu sobreviver a abolição da escravatura.” (DAVIS, 2016 p. 180). Vimos isto quando da análise de fragmento da obra “Diário de Bitita”, quando meninas eram estupradas pelos filhos dos patrões. Essa forma de dominação e repressão foi utilizada também na guerra do Vietnã, bem como em outras guerras.

Ao encorajar jovens soldados a estuprar mulheres vietnamitas (às vezes, eram orientados a “revistar” mulheres “com o pênis”), forjou-se uma arma de terrorismo político de massa. Uma vez que as mulheres vietnamitas se notabilizavam por suas por suas contribuições heroicas à luta de libertação de seu povo, a retaliação militar especialmente destinada a elas era o estupro. Ainda que dificilmente imunes à violência infligida aos homens, elas eram especialmente escolhidas como vítimas de terrorismo por uma força militar sexista comandada pelo princípio de que a guerra era um assunto exclusivamente masculino. (DAVIS, 2016 p. 36).

Durante a História, o estupro foi utilizado como forma de desmoralizar os homens cujas mulheres eram estupradas, e também como uma forma de colocar as mulheres “no seu lugar” – lugar de inferioridade e submissão. Hodiernamente, o estupro ainda se constitui em uma violência que afetam mulheres dentro e fora do lar. A menina apresentada no poema da escritora Conceição Evaristo, parece ter sido estuprada por um estranho, ou seja, por uma pessoa que não pertence ao círculo familiar, todavia, não podemos nos esquecer que o agressor pode também ser um pai, padrasto, tio, avô... outra

questão que não podemos deixar de enfatizar é que, apesar de estarmos falando sempre em vítimas do sexo feminino, não podemos negligenciar o fato de que existem também vítimas do sexo masculino. Há muitos homens que carregam traumas por terem sido abusados sexualmente na infância ou adolescência.

Figura 8 – Notícia sobre ocorrência de estupro



Fonte: O TEMPO³⁵ (2023)

Todavia, o estupro tem sido praticado em proporção bem maior quando relacionado as mulheres, constituindo uma forma de mantê-las como objetos e dominá-las. Na visão machista a mulher é um mero objeto a dispor do homem que tem poder de usar seu corpo onde e quando quiser. Essa construção cultural presente na sociedade brasileira desde o período colonial tem sido sustentada pela ideologia capitalista na qual o corpo da mulher é visto como mercadoria. A violência contra o corpo feminino é “naturalizada”, e determina quais espaços ele deve e pode ocupar.

O estupro como forma de dominação das mulheres pelos homens também tem sido usado para restringir os espaços ocupados por mulheres. São várias as parlamentares que já registraram boletim de ocorrência policial por ter recebido e-mail com ameaças de estupro. Entre as quais podemos citar a vereadora Cláudia Guerra do município de Uberlândia - Minas Gerais, que usa o slogan “Em briga de marido e mulher eu meto a colher” que se refere à sua luta contra a violência praticada às mulheres. Parlamentares

³⁵ Motorista de aplicativo suspeito de estuprar a filha por anos é preso em MG. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/motorista-de-aplicativo-suspeito-de-estuprar-a-filha-por-anos-e-presos-em-mg-1.3149271>. Acesso em: 25. Mar. 2024.

como essa e outras que tem lutado pelos direitos das mulheres acabam se tornando incômodas em espaços machistas onde predomina a cultura machista. Mesmo ainda sendo minoria na política, as mulheres já constituem “ameaça” para os homens em sua maioria brancos que sempre foram detentores do poder.

Desse modo, para evitar que venham ter que dividir esse poder com as mulheres, a maioria dos indivíduos que detém o poder fingem não ver as várias violências praticadas contra as mulheres, inclusive o estupro. Aliás, conforme já mencionamos, essa violência tem sido “naturalizada” pelos opressores machista e pela sociedade que se conforma com esse tipo de violência.

Com o passar dos anos e das gerações, os costumes e as crenças foram repassados e reproduzidos, mantendo com fidelidade o sistema patriarcalista e a opressão da mulher. apoiando-se na cultura, o patriarcalismo encontrou um caminho para a concretização de seus escopos finalísticos. Ocorre que esse pensamento da mulher enquanto propriedade de seu marido ou de seu pai motivou a naturalização das violências cometidas contra a mesma, haja vista ter sido propagada a noção de que cada homem teria o direito de tratar a sua propriedade da forma que mais lhe apetecesse, dentro desta linha de raciocínio a solidariedade social deixou de florescer, dando lugar à ideia de que ninguém poderia “meter a colher” nos problemas de outra família (pela antiga ideia de que a família patriarcal seria uma instituição privada e inviolável por pessoas externas). (SILVA& SANTANA, 2020 p. 56-57).

Esses mesmos autores ainda nos mostram que a naturalização da violência contra a mulher se dá principalmente por meio da cultura, uma cultura que conforme já vimos é colonizadora, dominadora e opressora. Desse modo desde criança os indivíduos convivem com piadas, ditados populares, propagandas da televisão, músicas entre outros meios que transmitem mensagens agressivas que naturalizam e podemos dizer que também incentivam a violência contra a mulher. Silva & Santana (2020) nos traz como exemplo a música “Pagode” (Tião Carreiro e Pardinho):

*[...] Eu com a minha muié fizemos a combinação / Eu vou no pagode ela não vai não / Sábado passado eu fui ela ficou / Sábado que vem ela fica e eu vou / Eu fui na feira com dois tostão / Eu comprei arroz eu comprei feijão / Comprei açúcar, comprei canela / **Comprei um chicote que é pra bater nela**[...].*

Nesse fragmento de música podemos ver o papel da cultura na sociedade, ou seja, primeiro priva a mulher de sua liberdade, o homem pode ir ao pagode, mas a mulher não pode, e além de não poder divertir ainda apanha do marido, “Comprei um chicote que é pra bater nela”. Lembra da Siá Maruca, do fragmento da obra “Diário de Bitita”, que apanhou do marido porque foi trabalhar para comprar farinha? Assim como essa mulher

apresentada na literatura da escritora Carolina, existem várias outras vivendo situações de violência semelhantes.

a única vez que perguntei
para minha mãe se ela nunca mais se apaixonou
ela falou que o único homem que ela confiou
a deixou em pedaços

nesse dia, uma frase me fez entender
certas feridas que meu pai causou
sangram até hoje

e me perguntei quantos iguais a ele
continuam desmoronando mulheres
por anos a fio
(LEÃO, 2017 p. 11)

Esse poema de Ryane Leão nos faz refletir sobre as mazelas provocadas pelo machismo, são muitas mulheres, crianças e até mesmo homens que foram afetados por um machismo que como bem sabemos não opera apenas na esfera individual, mas, sobretudo, na estrutural. Músicas como essa que vimos anteriormente cuja mensagem incita a violência contra a mulher, só não é mais popularizada hodiernamente, devido às ações de movimentos de cunho feminista que na luta a favor das mulheres se manifestam contra essa cultura machista. Porém, enquanto de um lado temos pessoas lutando contra o machismo e outras formas de opressão, temos também pessoas que apoiadas pelas elites e até mesmo pelo Estado lutam incansavelmente para manter a violência, a opressão e a dominação.

Aliás, é engano pensar que o machismo assim como o racismo é algo “errado”, projetos que não deram certo; tanto o racismo como o machismo são projetos estratégicos que funcionam muito bem na sociedade capitalista estruturada na opressão, exploração e dominação. Seria possível mudar esses projetos de sociedade? Cremos que sim, porém isso deverá ser feito por meio da revolução e **atitudes revolucionárias implicam em aquisição de conhecimento**, tais conhecimentos precisam nos levar para além da estrutura posta. Para Silva; Santana (2020), ofertar conhecimento é ofertar poder, possibilidade de mudança, criatividade e arrojamento, coisas que na visão machista as mulheres não devem possuir. O conhecimento que tem chegado às escolas por meio de materiais didáticos, discursos e outros meios têm sido um conhecimento totalmente controlado pela sociedade patriarcal e machista.

Desse modo temos que ter consciência de que não será esse conhecimento machista, racista, opressor e dominador que possibilitará a revolução, pelo contrário, o conhecimento revolucionário deverá ser cogitado a partir dos oprimidos, pessoas negras,

mulheres e outros grupos, tendo como foco sobretudo, o fim da opressão e da dominação. É justamente por isso que mais uma vez enfatizamos a importância da literatura no processo de formação de um espírito revolucionário.

se enganam os que não sabem
que a literatura também é uma arma

a mais carregada
a mais poderosa
tanto que os livros que um dia foram incendiados
ficaram
(LEÃO, 2017 p. 100)

Este outro poema de Ryane Leão nos mostra a importância da literatura para termos uma revolução. Corroboramos com a escritora quando ela diz que a literatura é uma arma, ou seja, a literatura possui uma extrema capacidade de sensibilizar o indivíduo convencendo-o sobre determinada realidade.

Assim, se queremos uma realidade livre de racismo, machismo, exclusão, opressão e dominação não devemos nos ater a literatura dos opressores e sim a dos oprimidos, conforme temos feito nesse trabalho.

5.3 A educação geográfica anticolonial e a literatura na sala de aula

Abordamos várias vezes nesse trabalho sobre a importância da literatura sobretudo para educação geográfica anticolonial. Mostramos também por meio das análises de fragmentos de textos, de poemas e contos o paralelo existente entre a literatura e a sociedade, ou a Geografia, que por sua vez estuda o espaço socialmente construído. Entretanto, pensamos que talvez possa pairar uma dúvida de como trabalhar com a literatura na sala de aula sob a perspectiva geográfica anticolonial. Preliminarmente já queremos dizer que não dispomos de receitas para o desenvolvimento de tal trabalho, porém, iremos compartilhar aqui algumas de nossas experiências a fim de possibilitar uma melhor compreensão de como esse trabalho poderá ser feito.

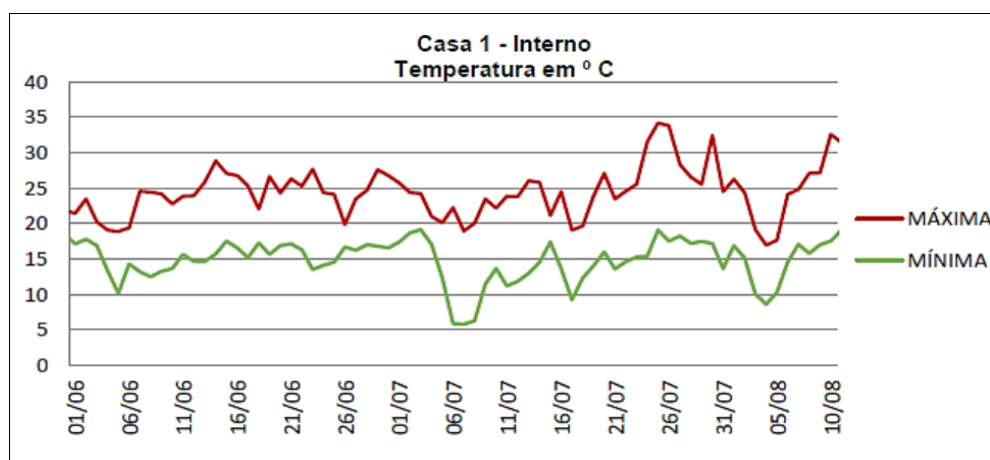
Queremos salientar também que a professora ou o professor de Geografia deverá aplicar suas aulas normalmente ensinando aos alunos sobre pedologia, geologia, climatologia, Geografia da população, do comércio, da indústria, dos transportes etc. Todavia, esse ensino deverá partir de uma perspectiva anticolonial, a partir da visão dos oprimidos. Desse modo trouxemos aqui um exemplo para se trabalhar climatologia utilizando a literatura nessa perspectiva.

O exemplo que iremos apresentar são resultados de um trabalho desenvolvido na disciplina “Clima urbano e saúde” cursada na pós graduação. Fizemos uma reflexão

comparando a vida da escritora Carolina Maria de Jesus, enquanto moradora do “Quarto de despejo” ou seja da favela, e o artigo “Análise da temperatura interna de habitações em aglomerados subnormais durante o inverno em Curitiba – Paraná” disponível na Revista Brasileira de Climatologia. Nesse artigo os autores apresentam o resultado de uma pesquisa que realizaram, medindo a temperatura exterior e no interior de três casas na cidade de Curitiba por um determinado período. Apresentamos aqui os três gráficos com a temperatura interna das três casas.

A primeira casa é construída de tábuas de madeira, somente o banheiro é de alvenaria, a habitação é de baixa renda e está localizada em um aglomerado subnormal. A segunda casa é de alvenaria, habitação de renda média, localizada em um bairro a trezentos metros da casa 1. A casa três também é de alvenaria, habitação de renda alta, localizada em um condomínio fechado e distante aproximadamente quinhentos metros das casa um e dois. Foram instalados termômetros no interior de cada uma dessas casas. Nos gráficos a seguir podemos observar as temperaturas apresentadas em cada casa.

Gráfico 3 – Dados registrados pelo termômetro instalado na parte interna da Casa 1



Fonte: Roseghini & Trevizani (2021)

Podemos observar que no dia 06 de julho foi registrada uma temperatura mínima muito baixa no interior da residência 1, que conforme vimos foi construída de forma precária, tal qual o barraco da escritora Carolina Maria de Jesus na extinta favela Canindé em São Paulo, ou o barraco apresentado pela narradora do conto olhos d’água da escritora Conceição Evaristo.

Lembro-me ainda do temor de minha mãe nos dias de fortes chuvas. Em cima da cama, agarrada a nós, ela nos protegia com seu abraço. E com os olhos alagados de prantos balbuciava rezas a Santa Bárbara, **temendo que o nosso frágil barraco desabasse sobre nós**. E eu não sei o lamento-pranto de minha mãe, se o barulho da chuva... sei que tudo me causava a sensação de que a nossa casa balançava ao vento. Nesses momentos os olhos de minha mãe se

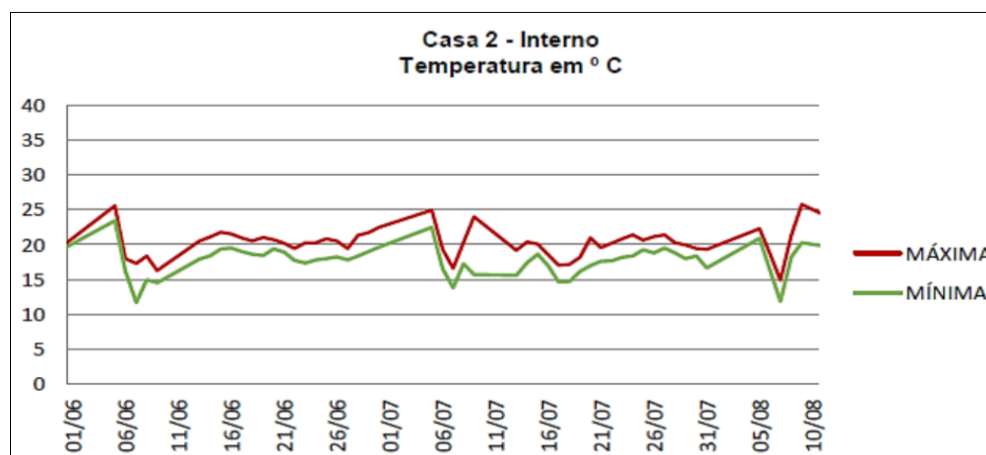
confundiam com os olhos da natureza. Chovia, chorava: Chorava, chovia! (EVARISTO, 2016 p. 17-18 <grifo nosso>).

A narradora do conto nos traz o relato de um dia de chuva, porém devido a fragilidade do barraco, cremos que os dias frios, de baixas temperaturas, não eram nada fáceis, uma vez que o material usado na construção desses barracos (madeira, papelão) não oferecem o isolamento térmico necessário para garantir a proteção de seus moradores. E ainda geralmente as pessoas que habitam nesse tipo de residência não têm condições de adquirirem agasalhos suficientes para amenizar o frio.

Amanheceu garoando. O sol está elevando-se. Mas o seu calor não dissipa o frio. Eu fico pensando: tem época que é o sol que predomina. Tem época que é a chuva. Tem época que é o vento. Agora é a vez do frio. E entre eles não deve haver rivalidades. Cada um por sua vez. Abri a janela e vi as mulheres que passam rápidas com seus agasalhos descorados e gastos pelo tempo. Daqui a uns tempos estes palitol que elas ganharam de outras e que há muito devia estar num museu, vão ser substituídos por outros. É os políticos que há de nos dar. Devo incluir-me, porque eu também sou favelada. Sou rebotalho. Estou no quarto de despejo, e o que está no quarto de despejo ou queima-se ou joga-se no lixo. (JESUS, 2020 p. 41)

Lamentavelmente sabemos que essa é também a realidade de milhares de brasileiros que não tem condições de comprar agasalhos e nem de construir uma casa de alvenaria. Podemos incluir aqui também as pessoas em situação de rua que sofrem nos dias frios, podendo até mesmo vir a óbito. Isso também é uma forma de violência, que pode ser lida também como racismo ambiental, negação de direitos. E, mais uma vez lembrando que, conforme sempre mencionamos, isso não é falta de planejamento, e sim um planejamento estratégico que funciona muito bem garantindo a manutenção da sociedade capitalista.

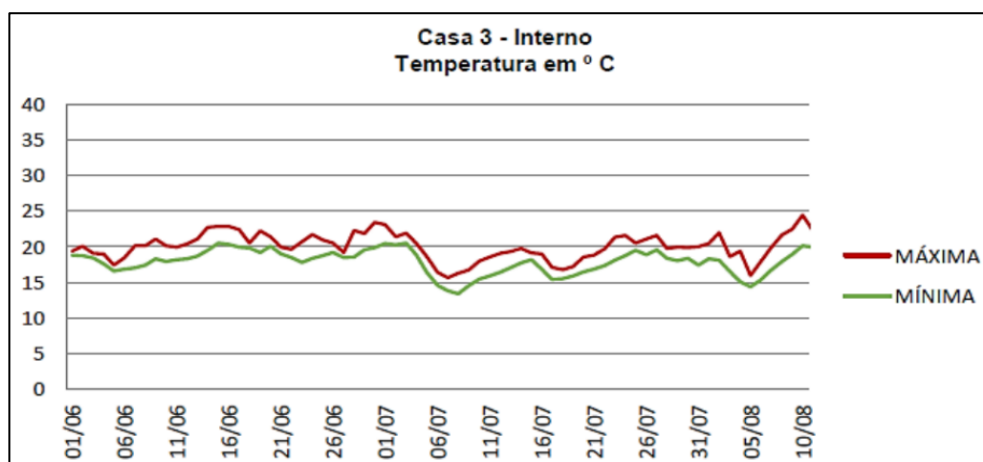
Gráfico 4 – Dados registrados pelo termômetro instalado na parte interna da Casa 2



Fonte: Roseghini & Trevizani (2021)

Nos gráficos relacionados às casas dois e três, podemos notar que a temperatura mínima no interior das residências foram bem superiores quando comparadas a temperatura no interior da casa 1 no dia seis de julho.

Gráfico 5 – Dados registrados pelo termômetro instalado na parte interna da Casa 3



Fonte: Roseghini & Trevizani (2021)

Tanto a casa dois quanto a casa três são de alvenaria, ou seja, são construídas com materiais que garante certo isolamento térmico. Diante disso podemos entender o porquê a escritora Carolina Maria de Jesus desejava uma casa de alvenaria. cremos que todo ser humano precisa ter uma moradia que lhe garanta proteção, até porque segundo os estudos de Roseghini & Trevizani (2021), os eventos climáticos extremos somados às construções precárias, mal ventiladas e sem isolamento térmico, resultam em vulnerabilidade climática. Todos esses fatores combinados, vivenciados por uma população em estado de fragilidade, culminam numa alta exposição a extremos térmicos, afetando diretamente a qualidade de vida e saúde desses indivíduos carentes.

Esses mesmos autores ainda nos chama a atenção para as desigualdades sociais encontradas na cidade de Curitiba, que como bem sabemos não é uma característica apenas desta cidade, mas, de toda sociedade capitalista.

O que se pôde constatar também durante a elaboração deste estudo é a grande desigualdade social encontrada em Curitiba. Em um raio de poucos metros coexistem diversas realidades socioeconômicas, habitando moradias completamente desiguais. De modo geral, sabendo do rigor do inverno curitibano em relação à realidade da maioria do país, espera-se que qualquer residência possa proteger seus moradores das intemperes climáticas e fornecer abrigo e segurança. Longe disso, a análise confirma que a vulnerabilidade socioeconômica é uma importante causa da exposição dos habitantes de moradias em aglomerados subnormais aos eventos extremos de temperatura. (Roseghini & Trevizani, 2021 p. 175).

Aqui mais uma vez podemos ver a organização espacial sendo feita de modo a privilegiar determinados grupos em detrimentos de outros. Nas palavras da escritora Carolina quem vive na sala de visitas (cidade) tem conforto, porém quem vive no quarto de despejo (periferia, favela), é obrigado a conviver com o desconforto, frio ou calor extremo, alagamentos, e outros eventos climáticos que conforme já vimos, na maioria das vezes estão relacionados às estratégias gananciosas de atores hegemônicos da sociedade capitalista.

Um outro exemplo que podemos mencionar é sobre a Geografia dos transportes, cremos que não basta abordarmos apenas as modalidades de transportes e o trânsito na sala de aula. Além disso, na perspectiva anticolonial, precisamos abordar também o preço das passagens, as longas distâncias que os trabalhadores devem percorrer para chegarem ao seu local de trabalho – essas longas distâncias são estratégicas, ou seja, o planejamento de bairros distantes dos centros urbanos é estratégico. Isso dificulta sobremaneira a vida do trabalhador que conforme já vimos é obrigado a retirar do seu mísero salário o dinheiro para pagar transporte.

Lembram do conto Maria da escritora Conceição Evaristo? “Se a distância fosse menor, ela teria ido a pé” e quem sabe teria evitado muita coisa, inclusive sua trágica morte.

Ainda em relação aos transportes não podemos nos esquecer da importunação e do assédio sexual que muitas mulheres enfrentam nos transportes públicos. São muitas as vítimas, trabalhadoras, estudantes e outras passageiras que são constantemente desrespeitadas nos transportes coletivos, essa falta de respeito como bem sabemos é fruto de uma cultura machista que objetifica o corpo feminino e tenta a todo instante e de diversas formas dominá-lo.

Com esses exemplos procuramos mostrar de forma sucinta a abordagem da educação geográfica anticolonial por meio da literatura. Lembrando que não basta apenas relacionar a literatura com a realidade socioespacial, é preciso, sobretudo, cogitar mudanças para essa realidade posta que é baseada no colonialismo, ou seja, na opressão, exploração e exclusão. É preciso refletir de modo que as mudanças sejam não apenas em nível individual ou institucional, mas, sobretudo, estrutural para que possamos seguir rumo à **revolução**.

Ainda em relação a educação geográfica anticolonial por meio da literatura gostaríamos de salientar que há diversas formas de trabalhar com a literatura, seja por meio da dramatização, da leitura, da contação de história, entre outras. Cabe a professora

ou professor verificar qual forma ele se sente mais confortável para trabalhar com a literatura na sala de aula.

A fotografia 2 é sobre uma dramatização que fizemos para uma turma do terceiro ano do Ensino Médio em uma escola estadual no município de Uberlândia Minas Gerais, representando a vida da escritora Carolina Maria de Jesus. Na dramatização, a partir de alguns fragmentos das obras “Quarto de despejo: diário de uma favelada” e “Casa de alvenaria volume 1: Osasco” representamos momentos da vida da escritora Carolina durante o período que ela morou na favela e depois que se mudou para Osasco devido a publicação da obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada”.

Fotografia 2 – Dramatização sobre Carolina Maria de Jesus



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2023)

Mesmo sabendo que a escritora Carolina teve um declínio em sua condição socioeconômica no final de sua vida, consideramos pertinente apresentar não apenas sua vida sofrida na favela, mas também, sua ascensão social adquirida por meio do seu talento e competência intelectual. Carolina Maria de Jesus, assim como milhares de mulheres negras nunca foram “coitadas”, apenas lhes faltaram oportunidades, mesmo assim, com muita luta e resistência, a escritora Carolina foi capaz de nos deixar um importantíssimo legado.

Na fotografia 3 a seguir, está representado um dos momentos no qual lemos o poema “Brincadeiras” da escritora Conceição Evaristo para turma do 5º ano do Ensino Fundamental de uma escola estadual no município de Uberlândia - Minas Gerais.

Fotografia 3 - Explicação sobre o apartheid sul africano



Fonte: arquivo pessoal da autora (2022)

A leitura do poema foi feita com a intenção de possibilitar uma melhor compreensão do funcionamento do apartheid sul africano, bem como a luta contra a discriminação racial tanto no ambiente escolar como também em outros ambientes, conforme abordamos nesse trabalho.

Tivemos também a experiência de trabalhar a educação geográfica anticolonial em um uma escola particular no município de Uberlândia – Minas Gerais. Nessa escola a professora do 4º ano do Ensino Fundamental estava desenvolvendo um projeto sobre a escravidão e o racismo no Brasil e nos convidou para ministrarmos uma aula sobre esse tema. Optamos por fazer uma dramatização sobre a escravizada Joana, uma adaptação que fizemos do conto “A escrava” da escritora negra abolicionista Maria Firmina dos Reis, já mencionada nesse trabalho. As fotografias 4 e 5 mostram momentos da dramatização.

Em um primeiro momento fizemos a encenação da escravizada Joana procurando abrigo, desesperada, cansada e com medo do feitor. “ Eu preciso me esconder, eu preciso, se o feitor me pegar ele vai acabar comigo, eu preciso fugir, eu não quero ir para o tronco, eu já estou cansada de tanto apanhar. Meu Deus ... meu Deus tenha piedade de mim” – essa é uma das falas da escravizada Joana no seu momento de fuga.

Fotografia 4 – 1º Momento da Dramatização: A escravizada Joana



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2023)

No segundo momento, depois de aceitar o abrigo oferecido por uma senhora branca, a escravizada Joana passa contar sua história: a economia que seu pai fez para comprar sua carta de alforria, a descoberta, após a morte do pai, da falsificação da carta de alforria recebida das mãos do cruel e terrível senhor pelo seu pai que não sabia ler. O início da sua vida de trabalhadora com apenas sete anos de idade, a morte de sua mãe que se desgostou da vida ao saber que a carta de alforria da filha era falsa. E, posteriormente, a tristeza da escravizada Joana ao ver seus filhos serem vendidos mesmo depois de suas súplicas.

Ao terminarmos a dramatização vários alunos estavam com o braço erguido querendo fazer perguntas. O primeiro aluno a perguntar disse que só não havia entendido

uma coisa, se a escravidão foi abolida em 1888, como eu poderia ter sido escravizada? Outros alunos disseram que também haviam ficado com essa mesma dúvida. Então explicamos que aquela apresentação que fizemos era uma adaptação do conto A escrava da escritora Maria Firmina dos Reis, publicado no ano de 1887. A partir da dramatização os próprios alunos e alunas começaram a relacionar a escravidão com as práticas racistas que ocorrem na sociedade brasileira, inclusive nos campos de futebol, e são divulgadas pela mídia.

Fotografia 2º Momento dramatização: A escravizada joana



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2023)

O aluno que ficou “confuso”, assim como os demais, pensando que eu fosse uma escravizada, demonstrou em pleno século XXI a insistência do racismo, visto que ele poderia pensar de forma diferente e me ver por exemplo, como uma atriz. A dúvida desses alunos nos coloca na certeza de que o racismo precisa ser vencido de forma revolucionária, isto é, não se pode promover a cultura da resistência contra o racismo e o machismo sem a construção de outra realidade política e econômica. Esse menino que fez a pergunta, aparentemente inocente, carrega o racismo como uma resposta imediata ao ver uma mulher negra em sua frente. Eu como mulher negra não posso aceitar essa

construção e por isso me dedico, como intelectual, escritora e professora, a destruir tudo que representa o racismo, utilizando-se da literatura dos oprimidos.

Mostramos também aos alunos que o racismo é uma questão de ordem estrutural e não apenas individual e que precisa ser estudada a fim de ser combatido. Enfatizamos que a luta antirracista é uma luta de todos e todas. Muitos professores e professoras temem entrar nessa luta por serem pessoas brancas. A nosso ver somente venceremos essa e outras formas de opressão com a união, a coletividade. Todavia, cremos que não existe ninguém mais apto a explicar a condição das pessoas negras, do que as próprias pessoas negras, assim também como não existe ninguém mais apto para explicar a condição das mulheres do que as próprias mulheres.

É por isso que insistimos na literatura, que pode ser trabalhada por todos professores e professoras. A literatura é capaz de transmitir emoções e sentimentos vividos pelos seres humanos ao longo da história, mas que não aparecem na educação geográfica colonial. Para além de números e estatísticas, esses sentimentos e emoções, são imprescindíveis para caminharmos rumo à **Revolução**.

Precisamos ensinar a história da escravidão no Brasil a partir dos oprimidos e não a partir dos opressores como tem sido feito na maioria das escolas sob imposição da educação colonial. É preciso centrarmos em uma epistemologia que dê voz aos oprimidos e oprimidas priorizando suas escrevivências.

Na fotografia 6 aproveitamos a oportunidade para apresentarmos a escritora Carolina Maria de Jesus aos estudantes. Já abordamos nesse trabalho sobre a importância de se trabalhar escritoras e escritores negros comprometidos com a luta antirracista. É preciso combater o epistemicídio, ou seja, o apagamento sistemático das produções e saberes de grupos oprimidos. E uma das formas de se fazer isso é apresentando esses e essas escritoras na sala de aula e incentivando a leitura dos mesmos.

Fotografia 6 – Livro infantojuvenil história da escritora Carolina



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2023)

Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo, assim também como várias outras mulheres escritoras, e escritores negros, são verdadeiros exemplos de luta contra o sistema opressor. Por meio de suas literaturas, denunciam a violência brutal que atinge grande parte da sociedade brasileira. Essa violência pode ser nomeada: racismo, machismo entre outras formas de opressão. Violência a qual nega direitos provocando a fome, a falta de moradia adequada e até mesmo um sapato para calçar – a Vera Eunice filha da Carolina que o diga. Enfim, denunciam as contradições presentes na sociedade, denunciam também a desmedida violência física e emocional infligida às pessoas negras e as mulheres, que muitas vezes acabam culminando com suas vidas levando – as à morte.

Todavia, não podemos nos esquecer que em meio a toda essa violência estrutural perpetrada pelo sistema dominador e opressor, “A gente combinamos de não morrer.” Essa expressão da escritora Conceição Evaristo presente em um de seus contos na obra “Olhos d’água” é basicamente um resumo de tudo que dissemos nesse trabalho, ou seja, lutaremos sempre contra o sistema opressor, por meio de nossos atos, por meio de nossas palavras, de nossas escrevivências. Logo, não agiremos segundo as normas do opressor colonizador – “Nós combinamos de não morrer”, mas romperemos com a lógica e a epistemologia colonizadora e assim como forma de resistência diremos quantas vezes

forem necessária, até que todos oprimidos e oprimidas aprendam que: – “ **A gente combinamos de não morrer**”.

PARA CONCLUIRMOS E MUDARMOS O MUNDO

Nesse momento procuramos destacar os principais pontos da pesquisa seguidos de reflexões. Consideramos que o ponto de partida na luta antirracista e antimachista deve levar em conta as três formas básicas de racismo e machismo que existem:

Individual;

Institucional;

Estrutural.

Insistimos nessa concepção justamente para não cometermos o erro de responsabilizar somente os indivíduos por suas práticas racistas e machistas. É evidente que os mesmos devem ser responsabilizados e criminalizados, todavia, o que não podemos negligenciar é que essas práticas não são resultados de distúrbios individuais, ou seja, não são patologias, e sim estratégias construídas culturalmente para estruturação de um projeto de sociedade excludente e opressor que garante privilégios a uma minoria por intermédio da exploração e opressão das massas trabalhadoras. Em outras palavras a construção de um espaço evidentemente racista e machista na estruturação da forma e do conteúdo das existências.

Esses privilégios são oriundos da concentração de riquezas que por sua vez gera violência e negação de direitos: direito à saúde, à moradia, à educação, à alimentação e até mesmo direito à vida que muitas vezes é negado as pessoas oprimidas, conforme vimos na literatura das escritoras Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo. Lembrando que todos esses tipos de violências, considerando a negação de direitos também como uma forma de violência – fazem parte da nossa cultura, vão se “naturalizando” se tornando “normal”. Tão “normal” que aos olhos da sociedade não lhe parece estranho uma mãe não ter uma moradia adequada para abrigar os filhos, uma trabalhadora não ter alimentação adequada a ponto de ter tonturas na rua devido a fome, de pessoas se alimentarem com ossos, restos e sobras, de mulheres serem violentadas em seus próprios lares e de crianças serem afetadas emocionalmente devido a violência sofrida por um pai machista e inconsequente... É extensa a lista de violências que vão sendo naturalizadas.

E os colonizadores, sempre fascistas, interpretam tudo isso como mimimi, mas esse mimimi é uma violência que estrutura a própria estrutura e não resta mais nada, nessa lógica colonizadora, do que a violência permanente contra as mulheres negras.

Muitas dessas violências foram não apenas naturalizadas, como também legalizadas, por exemplo, a exclusão das pessoas negras quanto ao direito a educação, apenas recentemente foi assegurada por lei o direito das mulheres negras estudarem. O direito a educação era exclusivo para os homens e com isso a legalidade da não autorização para que mulheres estudassem tinham respaldo tanto na lei como nos costumes. Assim, o domínio do homem sobre a mulher é ainda muito forte, por isso as histórias de lutas precisam de evidências na contramão dessas opressões. A mulher até recentemente precisava de autorização do marido para abrir conta em banco, ou seja, o princípio do domínio total. Também a mulher tinha que pedir autorização para o marido para trabalhar fora do lar, também essa violência já teve respaldo legal. Esses e muitos outros exemplos apenas foram revertidos devido a intensas lutas, das mulheres, das pessoas negras e da classe trabalhadora, contra o sistema opressor. Com esses exemplos podemos observar também que conforme já dissemos as práticas racistas e machistas não podem ser vistas de forma isoladas, mesmo porque elas fazem parte de um projeto de sociedade idealizada por uma elite opressora com respaldo de um Estado que a apoia.

Desse modo, essa cultura opressora perpetrada pelo colonizador, homem branco europeu, e mantida pelo capitalismo, tem sido incutida nos indivíduos de diversas formas, por meio da família, das mídias, da arte, da política, da religião, da educação, que é nosso foco.

Na educação formal, sobre controle e domínio do Estado, tanto o racismo quanto o machismo tem operado de forma excludente, fazendo com que pessoas negras e mulheres sejam inferiorizadas e sobretudo, sejam excluídas dos espaços de poder e de decisão, ou mesmo nem consigam chegar a esses espaços.

Podemos notar claramente essa exclusão no ambiente escolar, por meio da evasão que se dá basicamente por dois motivos: o primeiro referente as condições socioeconômicas do ou da estudante e o segundo, porém, não menos importante que se refere a falta de identificação do /da estudante com a realidade escolar, que assim como a sociedade, é também construída a partir da perspectiva colonial, na qual pessoas oprimidas como mulheres e negros são inferiorizadas, predominando os padrões e princípios do colonizador. Até mesmo nas escolas a representação da divindade é branca, com Jesus loiro dos olhos azuis, sabemos que a escola deveria ser laica, mas para os colonizadores, para o fascismo ela jamais será.

A cultura dos povos negros é historicamente inferiorizada. Os corpos negros “incomodam” a ponto de terem que ficar “escondidos” nas últimas fileiras, ou serem

expulsos de uma escola militar que preza por padrões coloniais, devido a textura crespa de seus cabelos. Os materiais didáticos usados, os conteúdos trabalhados, a forma de se ensinar, toda organização escolar tem como princípios a ideologia colonizadora. Os heróis, os vencedores são sempre os opressores. Mulheres e pessoas negras que lutaram com bravura na construção da sociedade brasileira, simplesmente são ignoradas, “esquecidas”, **vítimas do epistemicídio**.

A educação geográfica por sua vez, segue os mesmos princípios da educação colonial, não se atentando para as aflições e problemas que afligem constantemente os oprimidos. Quanto muito essas aflições são descritas, quantificadas e talvez criticadas, porém, essa crítica quando existe, parte de pessoas que não sabem o que é uma mãe ouvir um filho pedindo comida e ela não ter para dar, não sabe o que é ter um filho morto devido um “erro” da polícia, não sabe o que é sofrer agressão física e emocional, ou mesmo ter uma parenta vítima de feminicídio...

Quem fala, escreve, contabiliza os dados, tece a crítica, vive na maioria das vezes alheio a realidade amarga e cruel enfrentada por milhares e milhares de brasileiros oprimidos e oprimidas. É preciso dar voz aos sujeitos, deixar que eles próprios se encarreguem de contar suas desventuras, seus anseios e aflições, só assim, conseguiremos construir uma epistemologia do oprimido, para uma educação geográfica anticolonial, livre de opressões.

Assim, recorremos a literatura uma vez que, a mesma além de possuir a capacidade de aflorar os sentimentos mais recônditos do ser humano, consegue também desfetichizar a realidade mostrando as desigualdades e contradições presentes na mesma, resultado de um sistema excludente e opressor. A literatura é capaz de mostrar que lágrimas de várias gerações de mulheres são consequências da violência de atores hegemônicos que as objetificam, que as tratam como mercadoria, ou como suas meras propriedades.

A literatura mostra com muita precisão que a organização espacial é feita segundo interesses hegemônicos, desse modo, os melhores espaços (a sala de visitas) são ocupados pelas elites, enquanto os espaços insalubres, sujeitos aos diversos efeitos climáticos (quarto de despejo), são reservados as massas trabalhadoras despossuídas, em sua maioria pessoas negras, constituindo no que chamamos de racismo ambiental. Lembrando que a chuva é para todos, mas nem todos tem condições de comprar um guarda-chuva, o frio vem para todos, mas nem todos tem condições de comprar agasalho. A forma de tratamento recebida pela população moradora dos centros urbanos não é a

mesma recebida pelos moradores da periferia. Logo, compreendemos que essa questão possui um caráter mais político e econômico, do que climático ou natural, conforme nos querem fazer crer.

Por meio da literatura também ficamos sabendo como funciona a necropolítica, ou seja, quem pode viver e quem deve morrer. Uma das funções do Estado é proteger seus cidadãos, entretanto, é por meio deste mesmo Estado que muitas vítimas inocentes são agredidas física e emocionalmente e em casos mais extremos, porém não menos comum, são mortas. “a qualquer descuido da vida a morte é certa.” A literatura também mostra que a violência contra pessoas negras é crônica e tem um caráter estrutural. “A certidão de óbito, os antigos sabem, veio lavrada desde os negreiros.”

Todavia, a literatura não possui apenas o papel de apontar as mazelas sofridas pelos oprimidos e oprimidas na sociedade, ela também desempenha o papel de nos despertar, nos encorajando para a luta contra o sistema opressor. Mencionamos várias vezes nesse trabalho que essa luta não será fácil, visto que a mesma vai contra interesses e privilégios de pessoas que detém o poder. Entretanto, apesar de não ser fácil, sabemos que essa luta não é impossível. Dizemos isso justamente porque se foi possível construir uma sociedade injusta desigual, racista e machista, cremos que podemos também construir uma outra sociedade justa, equitativa, antirracista, antimachista e, sobretudo, anticolonial.

É justamente para dar apoio estratégico a esse processo de desconstrução colonial e construção anticolonial que idealizamos desenvolvemos e “concluímos” essa tese, agora com a certeza de que a literatura, em especial a das escritoras Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo, juntamente com a educação geográfica é capaz de apresentar uma série de contribuições conforme já abordamos, para a formação de pessoas pertencentes ou não a instituições de ensino, no sentido de conscientizá-las encorajando-as para que possam seguir rumo à Revolução.

Logo esperamos que esse trabalho sirva de incentivo para mais pesquisas relacionadas a esse tema. Sirva também para ajudar na cicatrização de feridas provocadas pelo racismo, machismo e outros tipos de violências e opressões, e que essas cicatrizes possam ser sinônimo não de tristeza e sim de resistência. Sirva para nos despertar do “Coma colonial” e lutarmos contra as injustiças e contradições perpetradas pelo sistema opressor. Enfim, que este trabalho sirva sobretudo para revolucionarmos, a fim de chegarmos ao nosso porto desejado.

Que sejamos ousados e ousadas como Carolina Maria de Jesus. Que a gente possa continuar combinando com a Conceição Evaristo de não morrer. E que possamos seguir os ideais de Milton Santos construindo geograficamente uma sociedade, não como fábula, nem como perversidade, mas uma outra sociedade, livre sobretudo, de toda forma de opressão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADÃO, Maria Cecília de Oliveira. Feminismo negro. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio. **Dicionário crítico de gênero**. Dourados, MG: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

AMIM, Isabela Dias; MENANDRO, Paulo Rogério Meira. Preferências por Características do Futuro Filho Adotivo Manifestadas por Pretendentes à Adoção. *Interação em Psicologia*, 2007, 11(2), p. 241-252 241.
<https://doi.org/10.5380/psi.v11i2.7653>

APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo**. Tradução Vinícius Figueira. Porto alegre: Artmed, 2006.

BARBOSA, Tulio. **Manual de anticolonialismo**: volume I: A construção do anticolonialismo hoje. Uberlândia, MG: Núcleo Teoria Anticolonial, 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Traduzido por Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2020.

BASTOS, Hermenegildo. **As artes da ameaça**: ensaios sobre literatura e crise. São Paulo: Outras expressões, 2012.

BASTOS, Hermenegildo. Introdução: a obra literária como leitura / interpretação do mundo. In: BASTOS, Hermenegildo José de Menezes; ARAÚJO, Adriana de F. B. (Org.) **Teoria e prática da crítica literária dialética**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011 p. 9-22. <https://doi.org/10.26512/9788523012847.introd>

BRASIL, Lei n. 1, de 1837, e o Decreto nº 15, de 1839, sobre Instrução Primária no Rio de Janeiro.

BRASIL. Estatuto da Mulher Casada. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4121.htm. Acesso em:
18. Out. 2023.

BRASIL. Código Civil de 1916. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm. Acesso em: 18. Out. 2023.

CÂNDIDO, Antonio. **Iniciação a literatura brasileira**: resumo para principiantes. São Paulo : Humanitas/ FFLCH/USP, 1999.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. Rio de janeiro: Ouro Azul, 2019.

CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2017.

CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. Feminismo – feminismos. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio. **Dicionário crítico de gênero**. Dourados, MG: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

- CASHMORE, Ellis. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. São Paulo: Selo Negro, 2000.
- CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: O dilema brasileiro: pão ou aço**. São Paulo: Todavia, 2022.
- CHAUÍ, Marilena de Sousa. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (organizadores). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012 p. 15-48.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DUARTE, Constância Lima. **Nísia Floresta**. Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana Recife PE, 2010.
- EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. Rio de Janeiro: Malê, 2020.
- EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Palhas: Fundação Biblioteca Nacional, 2016.
- EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Rio de Janeiro: Malê, 2017.
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FERNANDEZ ENGUITA, Mariano. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre: Artes médicas, 1989.
- FONSECA, Maria Nazareth Soares. Literatura negra, literatura afro-brasileira: como responder à polêmica? In: SOUZA, Florentina; LIMA, Maria Nazaré. **Literatura afro-brasileira**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- FRANCO, Anielle. Além do genocídio, o Brasil de Marias, Marielles e Malês. In: SANTOS, Hélio. **A resistência negra ao projeto de exclusão racial: Brasil, 200 anos (1822-2022)**. São Paulo, Jandaíra, 2022.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 1989.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. A conjuntura atual do capitalismo e as mobilizações sociais: a educação pública como arena na luta de classe. In: ORSO, Paulino José et al. **Sociedade capitalista, educação e as lutas dos trabalhadores**. São Paulo: Outras Expressões, p. 57-76, 2014.

GOMES, Flávio Santos; LAURIANO, Jaime; SCHWARCZ, Lilia Moritz **Enciclopédia negra**. São Paulo: Companhia das letras, 2021.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo**. Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167-182. Jan./jun. 2003. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022003000100012>

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolo da identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo latino afro americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GUIMARÃES, Geni. **A cor da ternura**. São Paulo: FTD, 2018.

HAHNER, JUNE E. **A mulher no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HINTZE, Hélio. **Desnaturalização do machismo estrutural na sociedade brasileira**. Jundiaí: Paco Editorial, 2020.

HOOKS, Bell. **E eu não sou uma mulher?** mulheres negras e feminismo. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2022.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2022.

JESUS, Carolina Maria de. **Casa de Alvenaria, volume 1: Osasco**. São Paulo: Companhia das letras, 2021.

JESUS, Carolina Maria de. **Diário de Bitita**. São Paulo: SESI-SP editora, 2014.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação – Episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: O neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Londrina: Editora Planta, 2004.

LEÃO, Ryane. **Tudo nela brilha e queima**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2017.

LITCHFIELD, Michael; KENTISH, Susan. **Bebês para queimar: a indústria do aborto na Inglaterra**. Tradução: Euclides Carneiro da Silva. São Paulo: Ed. Paulinas, 1977.

LOBATO, Monteiro. **Histórias de tia Nastácia**. São Paulo: Brasiliense: 2002.

MACHEL, Samora Moisés. A libertação da mulher é uma necessidade da revolução, garantia da sua continuidade, condição do seu triunfo. In: MACHEL, Samora; *et al.* **A libertação da mulher**. São Paulo: Global, 1980.

MACHEL, Samora Moisés. **Estabelecer o poder popular para servir as massas**. República popular de Moçambique: Imprensa Nacional, 1979.

MATOS, Patrícia Francisca de; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Observação e entrevista: construção de dados para a pesquisa qualitativa em geografia agrária. In: RAMIRES, Cesar de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. (Organizadores) **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, p. 279-292, 2009.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Arte & Ensaios revista do ppgav/eba/ufrrj n. 32 dezembro 2016.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Latifúndio. In. CALDART, Roseli Salet; PEREIRA, Paulo Alentejano; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs). **Dicionário da educação do campo**. São Paulo: Expressão popular, 2012.

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e vida Severina**. Recife: Fundaj, editora Massangana, 2009. (Edição em quadrinhos realizada por Miguel Falcão).

MERQUIOR, José Guilherme. **De Anchieta a Euclides**: breve história da literatura brasileira. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOISÉS, Massaud. **A análise literária**. São Paulo: Cultrix, 2014.

MORAES, Carlos Robert Antonio. **Ideologias geográficas**: espaço, cultura e política no Brasil. São Paulo: Annablume, 2005.

MORAES, Carlos Robert Antonio; COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia crítica**: a valorização do espaço geográfico. São Paulo: Hucitec, 1993.

ORSO, Paulino José; **A educação na sociedade de classes**: possibilidades e limites. In: ORSO Paulino José; GONÇALVES, Sebastião Rodrigues; MATTOS, Valci Maria (organizadores) Educação e luta de classes. São Paulo: Expressão Popular, p. 49-64, 2013.

POMPERMAIER, Paulo Henrique. Vozes subterrâneas. In. **Ficções do feminino na literatura brasileira**. Cult ano 17. Janeiro 2024 edição 301.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

PROENÇA FILHO, Domício. A trajetória do negro na literatura brasileira. **Estudos avançados** 18 (50), 2004. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142004000100017>

PUCHEU, Alberto. Antes que tudo em mim se transforme em morte. In. **Ficções do feminino na literatura brasileira**. Cult ano 17. Janeiro 2024 edição 301.

REGO, Nelson; COSTELLA, Roselane Zordan. Educação geográfica e ensino de geografia, distinções e relações em busca de estranhamentos. In: **Signos Geográficos**, Goiânia-GO, V. 1, 2019.

REIS, Maria Firmina dos. **A escrava**. Rio de Janeiro: Galuba, 2021.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**. Jandira, SP: Principis, 2020.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ROSEGHINI, Wilson Flávio Feltrim; TREVIZANI, Gabriela Rocha. Análise da temperatura interna de habitações em aglomerados subnormais durante o inverno em Curitiba – Paraná” **Revista Brasileira de Climatologia**, Dourados, MS, v. 29, Jul. / Dez. 2021, ISSN 2237-8642. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistaabclima/issue/view/3210>. Acesso em: 25. nov. 2021.

SAMPAIO, Paula Faustino. Aborto. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio. **Dicionário crítico de gênero**. Dourados, MG: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **O país distorcido**: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002.

SANTOS, Milton. **Sociedade e Espaço**: Formação Espacial como Teoria e como Método. Antipode, nº 1, vol. 9, jan./fev. de 1977.

SCHMIDT, Rita Terezinha. A teia sutil de uma poética feminista. In. **Ficções do feminino na literatura brasileira**. Cult ano 17. Janeiro 2024 edição 301.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

SILVA, Julia Rocha Chaves de Queiroz e; SANTANA, Israel José. A construção da sociedade patriarcal no Brasil. In: HINTZE, Hélio. **Desnaturalização do machismo estrutural na sociedade brasileira**. Jundiaí: Paco Editorial, 2020.

SILVA, Lair Miguel da. **O violão vermelho e outras recordações**. 2023 (Ainda não publicado).

SILVA, Lair Miguel da. **Significados ideológicos do rural brasileiro em fotografias do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD - Campo) 2016**. Dissertação de Mestrado - 2017. 163 f. : il.

SILVA, Lair Miguel da. **Uma viagem para Esperansópolis**. 2023 (Ainda não publicado).

SILVA, Lair Miguel. **Chika a menina que queria estudar**. São Paulo: Libertinagem, 2023.

SOUZA, Florentina. Gênero e “raça” na literatura brasileira. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, nº. 32. Brasília, julho-dezembro de 2008.

STEDILE, João Pedro; CARVALHO, H. M. Soberania alimentar. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Organizadores) **Dicionário da educação do campo**. São Paulo: Expressão Popular, p. 714-723. 2012.

TERRA, Ernani; NICOLA, José de. **Curso prático de língua, literatura e redação vol. 1**. São Paulo SP: Scipione, 1995.

TERRA, Ernani; NICOLA, José de. **Curso prático de língua, literatura e redação vol. 2**. São Paulo SP: Scipione, 1995.